PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

ADRIANA TEIXEIRA BAHIA

CIDADE E SAÚDE MENTAL NA CONTEMPORANEIDADE:

UM ESTUDO SOBRE A RUA MONSENHOR RUBENS MESQUITA, SALVADOR - BA

CAMPINAS

2025

ADRIANA TEIXEIRA BAHIA

CIDADE E SAÚDE MENTAL NA CONTEMPORANEIDADE:

UM ESTUDO SOBRE A RUA MONSENHOR RUBENS MESQUITA, SALVADOR - BA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadores: Prof. Dr. Luiz Augusto Maia Costa, entre 18 de fevereiro de 2021 e 20 de novembro de 2022; e Profa. Dra. Vera Santana Luz, entre 21 de novembro de 2022 e 20 de dezembro de 2024.

Co-orientadora: Profa. Dra. Vera Engler Cury

CAMPINAS

Fevereiro - 2025

ADRIANA TEIXEIRA BAHIA

"CIDADE E SAÚDE MENTAL NA CONTEMPORANEIDADE: UM ESTUDO NA RUA MONSENHOR RUBENS MESQUITA, SALVADOR – BA"

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura, Artes e Design da Pontifícia Universidade Católica de Campinas como requisito para obtenção do título de Doutor em Arquitetura e Urbanismo.
Área de Concentração: Urbanismo
Orientadora: Profa. Dra. Vera Santana Luz
Co-orientadora: Profa. Dra. Vera Engler Cury

Tese defendida e aprovada em 10 de fevereiro de 2025 pela Comissão Examinadora constituída dos seguintes professores:

Profa. Dra. Vera Santana Luz
Presidente da Comissão Organizadora
Pontifícia Universidade Católica de Campinas

Profa. Dra. Ana Paula Farah
Pontifícia Universidade Católica de Campinas

Prof. Dr. Wanderlei Abadio de Oliveira
Pontifícia Universidade Católica de Campinas

Profa. Dra. Ana Gabriela Godinho Lima
Universidade Presbiteriana Mackenzie

gov.br Documento assinado digitalmente
ANA MARIA LOPEZ CALVO DE FEIJOO
Data: 18/02/2025 09:56:27-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Profa. Dra. Ana Maria Lopes Calvo de Feijoo
Universidade Estadual do Rio de Janeiro

FICHA CATALOGRÁFICA

Sistema de Bibliotecas e Informação - SBI
Gerador de fichas catalográficas da Universidade PUC-Campinas
Dados fornecidos pelo(a) autor(a).

BAHIA, Adriana Teixeira

CIDADE E SAÚDE MENTAL NA CONTEMPORANEIDADE : UM ESTUDO SOBRE A RUA MONSENHOR RUBENS MESQUITA, SALVADOR - BA / Adriana Teixeira BAHIA. - Campinas: PUC-Campinas, 2025.

254 f.il.

Orientador: Vera Santana Luz. Coorientador: Vera Engler Cury

Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Escola de Arquitetura, Artes e Design, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2025.
Inclui bibliografia.

1. arquitetura e urbanismo. 2. psicologia fenomenológica. 3. violência institucional. I. Luz, Vera Santana . II. , Vera Engler Cury III. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Escola de Arquitetura, Artes e Design. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. IV. Título.

Dedico esta tese aos meus melhores amigos,

Sérgio, Norma e Carol,

que tenho a sorte de chamar de pai, mãe e irmã.

Agradecimentos

O meu primeiro e maior agradecimento não poderia deixar de ser aos meus pais, Norma e Sérgio, me faltam palavras e páginas nesta tese para que eu possa agradecê-los, me resta, então, ser simplista e agradecer por tudo. Quanto mais caminho por esse mundo mais me fica evidente a sorte que tive de tê-los como meus pais, amigos e companheiros.

Agradeço também a última peça do nosso quarteto, minha irmã Carol, cujo olhar gentil e compreensivo foi essencial em tantos momentos, muito obrigada minha grande amiga. A minha vida é mais feliz por ter você ao meu lado.

Não poderia deixar de agradecer a minha avó Ivone pelo seu apoio constante e conselhos sinceros. Dizem que ninguém é único, mas, para mim, não há ninguém no mundo como você.

Agradeço também às minhas amigas, Ingrid, Maiara, Luiza, Raysa, Lorena, Anna Camilla e Isabela. Sorte a minha que nossas vidas se cruzaram pois com vocês aprendi o que é amizade. Cada momento desta jornada se tornou mais fácil por saber que vocês estavam ao meu lado, mesmo que a distância.

Meu muito obrigada aos amigos que fiz em Campinas, que transformaram dias insuportáveis em momentos de risada, leveza e alegria. Meus dias são mais felizes com vocês Heitor, Pedro, Esliany, Ana Clara e Wanderson.

Gostaria de agradecer imensamente ao Prof. Dr. Luiz Augusto Maia Costa, você me ensinou a ser pesquisadora, me incentivou e me guiou. Agradeço pelo carinho, pelos ensinamentos e, principalmente, pela amizade.

Agradeço a Profa. Dra. Vera Engler Cury por me ajudar a navegar nesse universo antes desconhecido, por todos os aprendizados e por acreditar em mim.

A Profa. Dra. Vera Santana Luz, que foi a luz que me guiou até aqui, você me recebeu no seleto grupo de indivíduos que têm a sorte de se chamarem de seus orientandos e fez esse ser um processo tranquilo. Sou grata pelos conselhos, pelo carinho, pelo suporte e pela amizade.

Ao grupo de pesquisa “Atenção Psicológica Clínica em Instituições: Prevenção e Intervenção”, por me receber de braços abertos em seu mundo compartilhado e pelas inestimáveis contribuições.

Meu muito e mais sincero obrigada as professoras que compuseram a banca avaliadora, que me deram a honra de se debruçarem sobre essa tese.

Não tenho palavras para agradecer àqueles que, para mim, sempre serão os moradores da Comunidade da Rua Monsenhor Rubens Mesquita.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. “This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001.

Que aqui onde agora está esse "edifício arto", era uma casa véia, um palacete assombradado. Foi aqui seu moço, que eu, Mato Grosso e o Joca construímo nossa maloca.
Mais, um dia, nóis nem pode se alembrá, veio os homi c'as ferramentas, o dono mandô derrubá.
Peguemo todas nossas coisa e fumos pro meio da rua, apreciá a demolição.
Que tristeza que nóis sentia, cada táuba que caía duia no coração.

(Adoniran Barbosa)

Não existe nada mais pesado que a compaixão. Mesmo nossa própria dor não é tão pesada como a dor co-sentida com outro, pelo outro, no lugar do outro, multiplicada pela imaginação, prolongada em centenas de ecos.

(Milan Kundera)

BAHIA, Adriana Teixeira. CIDADE E SAÚDE MENTAL NA CONTEMPORANEIDADE: um estudo sobre a Rua Monsenhor Rubens Mesquita, Salvador – BA. 2024. 237f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas/SP.

Resumo

A presente pesquisa tem como tema possíveis relações entre cidade e saúde mental, a partir de um estudo de caso empírico com base na psicologia fenomenológica, articulada ao campo da arquitetura e do urbanismo. Buscou-se apreender as subjetividades dos indivíduos expulsos de um território urbano em disputa, o que os coloca em um contexto de vulnerabilidade social, na Rua Monsenhor Rubens Mesquita em Salvador, Bahia, onde parte dos moradores sofreu com um processo de reintegração de posse movido pela Prefeitura Municipal, entre 2018 e 2023. O trabalho se justifica perante a investigação sobre violência e violação em processos dessa natureza, movidos pelo próprio estado, que deveria, contraditoriamente, conduzir a salvaguarda de direitos. Estabelecemos, como objetivo principal, verificar elementos dessa violência e seus efeitos, a partir da interface com sujeitos da comunidade envolvidos. Como método, desenvolvemos uma análise desse espaço urbano, mediante o que é preconizado pelo estatuto legal e pela análise territorial do estudo de caso e, para a pesquisa empírica, aplicamos um método com base na psicologia fenomenológica, de inspiração husserliana, constituindo um estudo qualitativo, a partir da realização de encontros dialógicos com cinco integrantes da Comunidade da Rua Monsenhor Rubens Mesquita. A estrutura do trabalho foi conduzida, inicialmente, pela sistematização dos resultados obtidos na pesquisa de mestrado de nossa autoria e tema análogo, em um processo reflexivo e analítico. Em seguida, fizemos um levantamento e análise das referências documentais da legislação urbana incidente no espaço em tela, que salientou os direitos que estão institucionalmente garantidos à Comunidade e que apontam para a contradição do ocorrido neste território, onde, apesar da garantia legal, vimos a retirada desses sujeitos do seu local de morada. O papel da mídia, como agente de influência na opinião pública, também foi investigado; para tanto, realizamos o levantamento e a análise de matérias que abordaram o caso da reintegração de posse da Rua em estudo, classificando o seu posicionamento; os resultados obtidos a partir de tal levantamento evidenciaram a disputa de interpretações da própria mídia sobre a contradição envolvida no processo de reintegração de posse. A pesquisa empírica, conduzida por encontros dialógicos, resultou em narrativas sínteses, que relataram o ocorrido a partir da perspectiva da pesquisadora e dos quais foram extraídos três elementos estruturantes do fenômeno estudado. Os resultados alcançados evidenciaram consequências da violência institucional nas subjetividades e no coletivo da comunidade em estudo, mediante a elaboração a respeito da significação da vivência comunitária; das relações comunitárias e a continuidade estrutura simbólica a partir da perda do patrimônio edilício; e sobre a mudança da paisagem urbana e as suas consequências para os sujeitos e para a cidade, em especial abordando a perda de um patrimônio dos comuns. A tese busca contribuir para um processo

interdisciplinar, no sentido da expansão da análise do espaço urbano, nesse caso, uma que olhe para as subjetividades dos que a ocupam.

Palavras-chave: Rua Monsenhor Rubens Mesquita; arquitetura e urbanismo; psicologia fenomenológica; violência institucional; papel da mídia; subjetividades; comunidade.

Abstract

The present research focuses on possible relationships between the city and mental health, from an empirical case study based on phenomenological psychology, articulated with the field of architecture and urbanism. The aim was to understand the subjectivities of individuals expelled from a disputed urban territory, which places them in a context of social vulnerability, on Monsenhor Rubens Mesquita Street in Salvador, Bahia, where some of the residents suffered from a repossession process initiated by the City Hall, between 2018 and 2023. The work is justified by the investigation of violence and violation in processes of this nature, initiated by the state itself, which should, contradictorily, safeguard rights. Our main objective was to verify elements of this violence and its effects, through the interface with subjects from the community involved. As a method, we developed an analysis of this urban space, investigating what is recommended by the legal statute and doing the territorial analysis of the case study. For the empirical research, we applied a method based on phenomenological psychology, inspired by Husserlian philosophy, constituting a qualitative study, from the holding of dialogical meetings with five members of the Community of Monsenhor Rubens Mesquita Street. The structure of the work was initially conducted by the systematization of the results obtained in the master's research of our authorship on a similar theme, in a reflective and analytical process. Next, we carried out a survey and analysis of the documentary references of the urban legislation applicable to the space in question, which highlighted the rights that are institutionally guaranteed to the Community and that point to the contradiction of what occurred in this territory, where, despite the legal guarantee, we saw the removal of these individuals from their place of residence. The role of the media, as an agent of influence on public opinion, was also investigated; To this end, we surveyed and analyzed articles that addressed the case of the repossession of the street under study, classifying their positioning; the results obtained from this survey highlighted the dispute of interpretations by the media itself about the contradiction involved in the repossession process. The empirical research was conducted through dialogic meetings, which resulted in synthetic narratives, which reported what happened from the researcher's perspective and from which three structuring elements of the phenomenon studied were extracted. The results achieved highlighted the consequences of institutional violence on the subjectivities and collective of the community under study, through the elaboration of the meaning of community experience; community relations and the continuity of the symbolic structure from

the loss of the building heritage; and on the change in the urban landscape and its consequences for the subjects and for the city, especially addressing the loss of a common heritage. The thesis seeks to contribute to an interdisciplinary process, towards expanding the analysis of urban space, in this case, one that looks at the subjectivities of those who occupy it.

Keywords: Monsenhor Rubens Mesquita Street; architecture and urbanismo; phenomenological psychology; institutional violence; role of the media; subjectivities; community.

Resumen

La presente investigación tiene como tema las posibles relaciones entre la ciudad y la salud mental, a partir de un estudio de caso empírico fundamentado en la psicología fenomenológica, articulado con el campo de la arquitectura y el urbanismo. El objetivo fue comprender las subjetividades de los individuos expulsados de un territorio urbano en disputa, que los coloca en un contexto de vulnerabilidad social, en la calle Monsenhor Rubens Mesquita, en Salvador, Bahía, donde algunos de los residentes sufrieron un proceso de desalojo iniciado por el Ayuntamiento, entre 2018 y 2023. El trabajo se justifica por la investigación de la violencia y la violación en procesos de esta naturaleza, iniciados por el propio Estado, que debería, contradictoriamente, liderar la salvaguarda de los derechos. Nos propusimos, como nuestro principal objetivo, verificar elementos de esta violencia y sus efectos, a partir de la interfaz con sujetos de la comunidad involucrada. Como método, desarrollamos un análisis de este espacio urbano, con base en lo preconizado por el estatuto legal y el análisis territorial del caso de estudio y, para la investigación empírica, aplicamos un método fundamentado en la psicología fenomenológica, de inspiración husserliana, constituyendo un estudio cualitativo, basado en la realización de encuentros dialógicos con cinco miembros de la Comunidad de la Calle Monsenhor Rubens Mesquita. La estructura del trabajo se realizó inicialmente mediante la sistematización de los resultados obtenidos en las investigaciones de maestría de nuestra autoría y temática afín, en un proceso reflexivo y analítico. A continuación, relevamos y analizamos las referencias documentales de la legislación urbanística aplicable a la zona en cuestión, que pusieron de relieve los derechos que se garantizan institucionalmente a la Comunidad y que apuntan a la contradicción de lo ocurrido en este territorio, donde, a pesar de la garantía jurídica, asistimos al desarraigo de estos individuos de su lugar de residencia. También se investigó el papel de los medios de comunicación como agente de influencia en la opinión pública; para tal efecto, realizamos un levantamiento y análisis de materiales que abordaron el caso de la toma de posesión de la calle en estudio, clasificando su posición. Los resultados obtenidos de esta encuesta pusieron de relieve la disputa sobre las interpretaciones de los propios medios de comunicación respecto a la contradicción que implica el proceso de recuperación. La investigación empírica, realizada a través de encuentros dialógicos, dio como resultado narrativas sintéticas, que relataron lo ocurrido desde la perspectiva del investigador y de las cuales se extrajeron tres elementos estructurantes del

fenómeno estudiado. Los resultados alcanzados destacaron las consecuencias de la violencia institucional sobre las subjetividades y colectivos de la comunidad en estudio, a través de la elaboración del sentido de la experiencia comunitaria; las relaciones comunitarias y la continuidad de la estructura simbólica tras la pérdida del patrimonio edificado; y sobre el cambio del paisaje urbano y sus consecuencias para los sujetos y la ciudad, abordando especialmente la pérdida de un patrimonio común. La tesis busca contribuir a un proceso interdisciplinario, encaminado a ampliar el análisis del espacio urbano, en este caso, aquel que mira las subjetividades de quienes lo ocupan.

Palabras clave: Calle Monsenhor Rubens Mesquita; arquitectura y urbanismo; psicología fenomenológica; violencia institucional; papel de los medios; subjetividades; comunidad.

Lista de Figuras

Figura 01 – Modelo de determinantes sociais da saúde e bem-estar.....31

Figura 02 – Aspectos sociais e ambientais das relações de vizinhanças.....36

Figura 03 – Localização do bairro Tororó em relação à cidade de Salvador.....46

Figura 04 – Localização da Comunidade Rua Monsenhor Rubens Mesquita, Salvador, Bahia.....47

Figura 05 – Vista aérea da Rua Monsenhor Rubens Mesquita no ano de 2001.....49

Figura 06 – Vista aérea da Rua Monsenhor Rubens Mesquita no ano de 2006.....50

Figura 07 – Vista aérea da Rua Monsenhor Rubens Mesquita no ano de 2008.....50

Figura 08 – Vista aérea da Rua Monsenhor Rubens Mesquita no ano de 2015.....51

Figura 09 – Fachada da Associação de Moradores da Rua Monsenhor Rubens Mesquita……52

Figura 10 – – Vista da Rua Monsenhor Rubens Mesquita com cartaz de divulgação da segunda edição do Festival Gastronômico e Cultural realizado na Comunidade……..53

Figura 11 – Vistas da Rua Monsenhor Rubens Mesquita.....55

Figura 12 – Mapeamento dos usos cotidianos obrigatórios em um raio de 1.000m do entorno da Rua Monsenhor Rubens Mesquita.....60

Figura 13 – Macrozonas do município de Salvador conforme o PDDU.....93

Figura 14 – Ampliação Macrozonas do município de Salvador conforme o PDDU, assinalando Rua Monsenhor Rubens Mesquita e bairros envoltórios, inseridos na Macrozona de Ocupação Urbana.....93

Figura 15 – Macroáreas do município de Salvador conforme o PDDU, assinalando Rua Monsenhor Rubens Mesquita inserida na Macroárea de Urbanização Consolidada.....95

Figura 16 – Ampliação Sistema de Áreas de Valor Urbano Ambiental (SAVAM) do município de Salvador conforme o PDDU, assinalando Rua Monsenhor Rubens Mesquita como inserido em Área de Proteção Cultural e Paisagística (APCP) 96

Figura 17 – Zonas Especiais de Interesse Social do município de Salvador conforme o PDDU, assinalando Rua Monsenhor Rubens Mesquita.....99

Figura 18 – Ampliação Zonas Especiais de Interesse Social do município de Salvador conforme o PDDU, assinalando Rua Monsenhor Rubens Mesquita como ZEIS 1.....99

Figura 19 – Ampliação Operações Urbanas propostas para o município de Salvador conforme o PDDU, assinalando Rua Monsenhor Rubens Mesquita inserida na Operação Urbana Consorciada Ribeira.....100

Figura 20 – Ampliação Sistema Viário município de Salvador conforme o PDDU, assinalando Rua Monsenhor Rubens Mesquita.....101

Figura 21 – Ampliação ZEIS do município de Salvador conforme a LOUOS, assinalando a Rua Monsenhor Rubens Mesquita e bairros envoltórios.....107

Figura 22 – Ampliação Zonas de Uso do município de Salvador conforme a LOUOS, assinalando a Rua Monsenhor Rubens Mesquita e bairros envoltórios.....108

Figura 23 – Ampliação Centralidades do município de Salvador, conforme a LOUOS, assinalando a Rua Monsenhor Rubens Mesquita e bairros envoltórios.....109

Figura 24 – Ampliação Sistema de Áreas de Valor Ambiental e Cultural (SAVAM) do município de Salvador, conforme a LOUOS, assinalando a Rua Monsenhor Rubens Mesquita e bairros envoltórios.....110

Figura 25 – Ampliação Gabaritos de altura máxima do município de Salvador, conforme a LOUOS, assinalando a Rua Monsenhor Rubens Mesquita e bairros envoltórios.....111

Figura 26 – Ampliação classificação viária do município de Salvador, conforme a LOUOS, assinalando a Rua Monsenhor Rubens Mesquita e bairros envoltórios.....112

Figura 27 – Imagem de divulgação do BRT de Salvador pela empresa Camargo e Correia.....119

Figura 28 – Foto aérea da Comunidade Monsenhor Rubens Mesquita e entorno imediato em 2019.....122

Figura 29 – Imagem de satélite da Comunidade Monsenhor Rubens Mesquita e entorno imediato em 2024.....122

Figura 30 – Indicação do ponto de vista da Figura 31 em imagem de satélite da Comunidade Monsenhor Rubens Mesquita e entorno imediato em 2024.....123

Figura 31 – Imagem de trecho da Rua Monsenhor Rubens Mesquita em junho de 2019, anterior as demolições.....124

Figura 32 – Demolições na Rua Monsenhor Rubens Mesquita, outubro de 2021.....124

Figura 33 – Indicação do ponto de vista das Figuras 34 e 35 em imagem de satélite da Comunidade Monsenhor Rubens Mesquita e entorno imediato em 2024.....125

Figura 34 – Fotografia de trecho da Rua Monsenhor Rubens Mesquita em junho de 2022.....125

Figura 35 – Fotografia de trecho da Rua Monsenhor Rubens Mesquita em fevereiro de 2024, delimitando as áreas em que foram suprimidas edificações.....126

Figura 36 – Indicação do ponto de vista da Figura 37 em imagem de satélite da Comunidade Monsenhor Rubens Mesquita e entorno imediato em 2024.....127

Figura 37 – Fotografia de trecho da Rua Monsenhor Rubens Mesquita, em fevereiro de 2024, delimitando as áreas em que foram suprimidas edificações.....128

Figura 38 – Nuvem de Palavras com os termos mais recorrentes na pesquisa.....146

Figura 39 – Imagem aérea demonstrativa do percurso realizado na Rua para a realização dos encontros dialógicos.....163

Lista de Tabelas

Tabela 01 – Tabela qualitativa comparativa do espaço urbano da Rua Monsenhor Rubens Mesquita.....73

Tabela 02 – Resultados da aplicação do SRQ-20 por questionário.....74

Tabela 03 – Resultados do Self-Reporting Questionnaire (SRQ-20) por grupos de sintomas.....76

Tabela 04 – Zoneamento e parâmetros urbanísticos correspondentes, no território do estudo de caso.....113

Tabela 05 – Matérias selecionadas para a pesquisa.....131

Tabela 06 – Marcos históricos da Comunidade da Rua Monsenhor Rubens Mesquita.....133

Tabela 07 – Exemplo de Tabela Síntese de matérias da mídia investigadas.....134

Tabela 08 – Matérias selecionadas para a pesquisa, categorizadas de acordo com seu posicionamento em relação ao Processo de Reintegração de Posse, movido pela Prefeitura, contra a Comunidade da Rua Monsenhor Rubens Mesquita.....140

Tabela 09 – Termos selecionados em cada veículo e seu posicionamento indicado pela cor.....143

Tabela 10 – Termos e suas respectivas ocorrências.....145

Lista de Siglas

EMBASA – Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A.

COELBA – Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia

LIMPURB – Empresa de Limpeza Urbana de Salvador

SEMOB – Secretaria de Mobilidade

PDDU – Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano

PMH – Plano Municipal de Habitação

APCP – Área de Proteção Cultural e Paisagística

ZEIS – Zona Especial de Interesse Social

HIS – Habitação de Interesse Social

RMS – Região Metropolitana de Salvador

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IDH-M – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

MCMV – Programa Minha Casa Minha Vida

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

SRQ-20 – Self-Reporting Questionnaire

SAVAM – Sistema de Áreas de Valor Urbano Ambiental

OUC – Operação Urbana Consorciada

REURB – Lei de Regularização Urbana

LOUOS – Lei de Ordenamento do Uso e da Ocupação do solo de Salvador

RMS – Região Metropolitana de Salvador

CAU/BA – Conselho de Arquitetura e Urbanismo da Bahia

IAB – Instituto de Arquitetos do Brasil

Sumário

INTRODUÇÃO.....19

1. REFLEXÕES SOBRE MINHA TRAJETÓRIA COM A RUA.....23

1.1. Abordagem teórica.....26

1.1.1. O sujeito e o espaço físico.....32

1.1.2. O sujeito e a comunidade.....35

1.1.3. Metodologia adotada no mestrado.....39

1.2. Pesquisa de campo realizada no mestrado.....40

1.3. Análise urbana do espaço.....45

1.3.1. Habitação.....54

1.3.2. Infraestrutura urbana.....57

1.3.3. Oferta de equipamentos, comércios e serviços.....59

1.3.4. Perspectiva social.....61

1.3.5. A Comunidade no contexto urbano.....64

1.4. Síntese de resultados.....72

1.5. Considerações finais.....77

2. CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESTATUTO LEGAL.....80

2.1. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU).....88

2.2. Lei de Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo de Salvador (LOUS).....103

2.3. Plano Salvador 500 e Plano Salvador 360.....117

2.4. Apontamentos sobre o estado atual.....120

3. A PERSPECTIVA DA MÍDIA.....130

4. SOBRE O MÉTODO.....149

4.1. A pesquisadora como protagonista: minha história com o método.....150

4.2. A aplicação do método fenomenológico nessa pesquisa.....153

4.3. Visita de campo: narrativas.....160

4.3.1. Diário de Pesquisa, dia 21/02/2024.....160

4.3.2. Roberto: aquele que soube exercer a resistência até o fim.....163

4.3.3. Rita: aquela que olha para dentro.....165

4.3.4. Marcelo: aquele que nomeou o trauma vivido.....167

4.3.5. Alexandre: aquele que ainda resiste.....167

4.3.6. José: aquele que guarda as memórias da Comunidade.....168

4.4. Elementos Estruturantes do Fenômeno.....170

4.4.1. Elemento 01: a vivência ainda que comunitária é experienciada e significada de maneira singular.....170

4.4.2. Elemento 02: a Comunidade perdeu parte do seu patrimônio edilício, mas não a estrutura simbólica.....175

4.4.3. Elemento 03: a Comunidade que quase perdeu tudo e que perdeu quase tudo.....179

4.5. A autora como expectadora: uma conversa com a Rua.....185

CONCLUSÕES.....191

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....200

ANEXOS.....221

INTRODUÇÃO

A presente tese teve como objetivo aprofundar algumas relações entre cidade e saúde mental e propôs como hipótese[1]: “a violentação sobre o morar, nas cidades, pode ter efeitos nas subjetividades dos moradores e nos laços comunitários?” Em última instância, isto poderia afetar a própria saúde mental destes indivíduos. Mais profundamente, o que conduz esta questão central seria “a cidade adoece?”. Em busca da resposta a esta pergunta realizamos uma fundamentação teórica baseada em princípios e referências da arquitetura e urbanismo e um trabalho de campo na Rua Monsenhor Rubens Mesquita[2], localizada na cidade de Salvador, Bahia, nosso objeto de estudo. No período de 2018 a 2023, parte da Comunidade da Rua sofreu um processo de reintegração de posse que ameaçou e foi responsável pela expulsão de 41 famílias que viviam neste local desde o ano de 2005 — ou seja, habitavam o lugar há treze anos, quando da deflagração do processo.

A história desta Comunidade, principalmente no que diz respeito aos desdobramentos do processo de reintegração de posse, foi central e o fio condutor desta tese. A partir dela, delimitamos alguns agentes que atuam no espaço urbano: primeiramente, a legislação urbana e a sua aplicação a partir dos entes institucionais; em seguida, a mídia, ao retratar o caso da reintegração de posse vivida pela Rua; e, como processo final, sistematizamos a pesquisa de campo realizada e as análises e dados obtidos a partir desta.

A interdisciplinariedade do tema exigiu que abarcássemos outros campos do conhecimento, em especial a psicologia, que foi essencial para o desenvolvimento da tese, a partir do método da psicologia fenomenológica, possível a partir da coorientação da Profa. Dra. Vera Engler Cury. O método aplicado é uma atitude fenomenológica, da qual os dados são extraídos da experiência vivida entre os sujeitos, considerando as reflexões e subjetividades

---

[1] Aqui, salientamos o uso do “termo hipótese” como uma prerrogativa da estrutura normativa acadêmica. Porém, considerando que elaboramos um estudo de matriz fenomenológica, entendemos o tema, os pressupostos e a argumentação realizada, essencialmente como o desenvolvimento deste trabalho a partir de uma “questão central de pesquisa”. Essa diferenciação também se deve à articulação entre duas disciplinas, conforme idealizada e conduzida na pesquisa que segue.

[2] Sempre que a palavra rua estiver em letra maiúscula nesta tese, estaremos nos referindo a Rua Monsenhor Rubens Mesquita, estudo de caso em tela, ou ainda pelas suas iniciais RMRM.

da pesquisadora. Os registros, realizados posteriormente ao encontro — chamados de encontros dialógicos — com os sujeitos, se dão em forma de narrativas e, a partir desta, o pesquisador aplica seu olhar analítico.

Conforme estabelecido, a tese tem como objetivo principal: verificar elementos da violência institucional da Prefeitura de Salvador sobre moradores da Comunidade Monsenhor Rubens Mesquita, a partir da interface com os sujeitos da comunidade envolvidos, aprofundando algumas das relações entre direitos institucionalmente garantidos, porém violados e seus efeitos. Para tal, foram considerados os seguintes objetivos específicos:

- Coletar e sistematizar dados correspondentes à área urbana selecionada, compreendendo sujeitos elencados, a partir de metodologia baseada na psicologia fenomenológica;
- Discutir aspectos do estatuto legal urbanístico do município de Salvador perante os direitos da Comunidade estudo de caso;
- Cotejar a posição da mídia local diante do processo de reintegração de posse, como agente importante de formação de opinião;
- Entender como o processo de reintegração de posse em curso em uma comunidade tradicional pode influenciar seu cotidiano individual e coletivo o que, consequentemente pode afetar a saúde mental dos indivíduos, tendo como foco o estudo de caso;
- Traçar elementos para o questionamento da atuação e do papel do planejamento urbano brasileiro na construção das nossas cidades, relacionando-o com o tema da investigado, a partir de um processo indutivo, recortado no estudo de caso.

O primeiro capítulo da tese é uma retrospectiva, dado que, na pesquisa de mestrado, investigamos a relação entre cidade e saúde mental a partir do caso da Rua Monsenhor Rubens Mesquita em termos preliminares. O mestrado se iniciou em 2019, enquanto o processo de reintegração de posse teve início em março de 2018; portanto, incluindo os períodos do mestrado e doutorado, acompanhamos praticamente todo o processo sofrido pela Comunidade. Neste primeiro capítulo, sintetizamos a pesquisa de mestrado realizada, cujos resultados obtidos são referências, bem como as lacunas que foram deixadas e

que pretendemos abarcar nesta tese. O processo de síntese abarcou a análise do estudo prévio, considerando o amadurecimento teórico e metodológico da pesquisa do tema em evidência. Elaborou-se uma contextualização considerando a evolução do espaço urbano em tela e da pesquisadora.

No segundo capítulo, realizamos uma análise da legislação urbana incidente na Rua, nos âmbitos nacional e municipal. Partimos dos artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), que institui a política urbana e do Estatuto da Cidade e investigamos o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) de 2016, vigente em Salvador (Salvador, 2016a) e a Lei de Ordenamento do Uso e Ocupação do Solo (LOUOS) da cidade (Salvador, 2016i). A partir das evidências destes documentos, ficou claro o descompasso entre o que preconiza a lei e o que determina o processo de reintegração e, complementarmente, demonstramos o estado atual da Rua e as transformações do espaço urbano em tela.

No terceiro capítulo, fizemos um levantamento das matérias que retrataram o processo de reintegração de posse da Rua na mídia, como agente importante na formação de opinião. Foram utilizados dois descritores, mediante os quais sistematizamos as matérias em recorte de tempo de 31 de agosto de 2019 a 17 de março de 2022, analisando seus conteúdos e seus posicionamentos em relação ao processo sofrido pela Comunidade, de acordo com os parâmetros determinados pela autora.

O cerne de que uma desapropriação ou perda de moradia para qualquer classe social é um fato doloroso, em que há uma contradição posta: o estado, que deve proteger, exerce, contraditoriamente, a partir dos seus entes institucionais, uma violência que infringe e viola os direitos desses cidadãos. A análise do estatuto legal realizada demonstrou tal contradição. De modo complementar, a investigação sobre os agentes midiáticos evidenciou e tornou visível tal contradição, demonstrando como é, recorrentemente ocultada a voz que essa Comunidade teria perante a sociedade e aos entes que atuam sobre ela.

No quarto e último capítulo, explicitamos o método, no que diz respeito à psicologia fenomenológica, seus aspectos teóricos e como aplicá-lo e,

particularmente, a relação da pesquisadora nesta escolha. Em seguida, relatamos a pesquisa de campo, que contemplou os encontros dialógicos com cinco moradores ou ex-moradores da Rua Monsenhor Rubens Mesquita. A realização da pesquisa de campo com os sujeitos, como procedimento para boas práticas, demandou a autorização e aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da PUC-Campinas[3], a qual obtivemos, tanto para a modalidade presencial como para a modalidade *on-line*.

Os encontros dialógicos foram relatados em uma narrativa síntese, a partir da experiência da pesquisadora e os dados obtidos foram organizados em elementos estruturais, que compõem a compreensão do vivido e, logo, do fenômeno estudado. É necessário salientar que a análise do ocorrido considera os aspectos da teoria urbana, do método da psicologia fenomenológica aplicado e a vivência da pesquisadora e o que lhe foi relatado; observamos e analisamos a experiência da expulsão dos sujeitos do seu espaço de morada, como *ethos* fundamental e originário, nos atentando aos aspectos dessa violência. Não foi possível, porém, abarcar todas as interseccionalidades que compõem a estrutura social; aspectos como a racialidade e os desequilíbrios de gênero não foram abordados nesse estudo, porém acreditamos que este possa ser uma base sólida para futuros estudos, com a profundidade que tais temas exigem.

Por fim, são apresentadas as conclusões desta tese e algumas reflexões sobre o processo, em que não foram detectados efeitos diretos da violência do processo estudado na saúde mental; por sua vez, evidenciou-se a violência e a resiliência perante o fato, manifesta de diversos modos individuais e comunitários.

---

[3] Para consulta seguem os dados do processo, CAAE: 57902422.8.0000.5481 | Número do Parecer: 5.579.914. Ver Anexo 02, da presente tese.

1. REFLEXÕES SOBRE MINHA TRAJETÓRIA COM A RUA

Considerando que este doutorado se pauta a partir da continuidade da pesquisa de mestrado desta autora, consideramos essencial retratar aqui a trajetória e, principalmente, as descobertas da pesquisa anterior, de modo que estas sejam aqui sistematizadas criticamente e se torne claro quais são as premissas do trabalho atual e as lacunas que pretendemos preencher. Trata-se de um processo de produção de significados da pesquisa prévia no que concerne à fase de doutorado.

O Mestrado em Arquitetura e Urbanismo foi realizado no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, no período de 2019-2021, sob orientação do Prof. Dr. Luiz Augusto Maia Costa e se intitula: Comunidade da rua Monsenhor Rubens Mesquita, Salvador, BA – um diálogo entre cidade e saúde mental: estamos extinguindo nossos espaços saudáveis?

Definimos como a principal questão da dissertação a investigação das possíveis relações entre espaço urbano e saúde mental. Essa investigação se deu através do estudo de caso na Rua Monsenhor Rubens Mesquita, a Comunidade do Tororó, localizada na cidade de Salvador-BA.

Para tanto, nos detivemos em determinadas teorias urbanísticas (Jacobs, 1961; Rolnik, 2014; Lynch, 1980; Gordilho-Souza, 2000, 2001, 2014; Santos, 1993, 1994, 1996, 1997, 2000), em busca de compreender aspectos das cidades contemporâneas pertinentes ao estudo de caso, assim como nos debruçamos em certas teorias da psicologia (Stein, 2000; Amatuzzi, 2009; Evans, 2003) e da geografia da saúde (Santana, 2014, 2015; Harpham, 1994, 1995), que relacionam o espaço urbano e as questões de saúde, como forma de delinear elos entre espaço urbano e saúde mental. Com essa revisão bibliográfica interdisciplinar, a relação espaço urbano e saúde mental se deu através do estudo de caso, a análise empírica da Comunidade da Rua Monsenhor Rubens Mesquita.

A premissa inicial da pesquisa se baseou no entendimento da Organização Mundial da Saúde, a partir do documento “Mental Health and Development: targeting people with mental health conditions as a vunerable

group", agência da Organização das Nações Unidas (ONU) que identificou moradores de áreas precárias como um "grupo de alta vulnerabilidade para desenvolver transtornos mentais" (OMS, 2010, p. 29), portanto, como resultado, esperávamos que os moradores de espaços urbanos precários teriam maior incidência de sintomas relacionados a transtornos mentais.

A Rua Monsenhor Rubens Mesquita foi eleita para o estudo de caso devido ao contexto que vivia no ano de 2019, onde 41 famílias ocupantes daquele espaço desde 2005 estavam sofrendo com um Processo de Reintegração de Posse nº 8006243-76.2018.805.0000 (JusBrasil, s.d.)[4] movido pela Prefeitura Municipal de Salvador (PMS)[5] (vide Anexo 01), que entendíamos como um contexto de insegurança de posse, que poderia ter efeitos na saúde mental dos moradores.

A metodologia adotada na pesquisa de mestrado definiu duas etapas gerais, a dos procedimentos mentais e a dos procedimentos empíricos. O primeiro se referiu à pesquisa bibliográfica e à construção da fundamentação teórica que embasou o trabalho empírico, referente à pesquisa de campo elaborada na Rua Monsenhor Rubens Mesquita. A pesquisa de campo teve um período de realização estabelecido, no espaço urbano definido, dividida em duas frentes: a da análise urbana do espaço tanto na perspectiva teórica quanto *in loco* e a realização de questionários.

---

[4]Dados capturados em 19 de agosto de 2024. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/processos/186488317/processo-n-800XXXX-7620188050000-do-tjba?s=paid>.

[5] Data de início do processo: 28 de março de 2018. Constam como réus: Maria da Conceição dos Santos, Leandro Pires Santana, Thiago dos Santos Mendes, Rogerio Silva de Assis, Joel Vasconcelos, Tamara Aruana Brito Souza, Rufina do Vale Magalhaes, Leonardo Santos Santana, Lidio Santos Santana, Marcia Cristina Goncalves de Alcantara, Luciana Silva Santos, Rosilene Correia Santos, Ana Licia Ferreira de Souza, Jailton Peixoto da Silva, zênite de Jesus Araujo, Beatriz Pinto de Almeida, Alexandre Pinto de Jesus, Eliane de Jesus Santos, Ronaldo de Jesus da Silva, Igor de Jesus da Silva, Camila Santos da Silva, Francisco Rosario de Oliveira, Roberval Santos Improta, Natali dos Santos Ramos, Maricleide Sampaio de Santana, Jessica Sampaio, Tarcicleide Sampaio de Santana, Zenildes de Jesus Araujo, Maria das Neves de Oliveira da Silva, Laiana de Souza Jesus Pereira, Ana Paula Sao Pedro Peraca, Jucilene Ventura dos Santos, Paulo Roberto dos Santos, Samuel Teles de Araujo, Maria das Neves Brito dos Santos, Uilson dos Reis Sales, Josué Ribeiro Cerqueira, Antonio Januario do Amaral e Sidnaldo Fernandes dos Santos. Para mais informações ver: <https://www.jusbrasil.com.br/processos/186488317/processo-n-800XXXX-7620188050000-do-tjba?s=paid>.

A observação do espaço, portanto, se deu a partir de duas óticas; primeiramente realizamos uma análise urbana do espaço em tela, abordando, de maneira geral e introdutória, a própria história da ocupação da cidade de Salvador, para em seguida observar a ocupação do espaço em estudo, compreendendo a história dessa ocupação tanto a partir do relato oral quanto de mapeamentos. Também observamos o seu contexto atual considerando a sua inserção urbana.

A etapa seguinte da pesquisa empírica disse respeito aos moradores desse espaço de maneira mais direta e à própria experiência da pesquisadora nesse espaço. Aplicamos o *Self-Report Questionnaire (*SRQ-20*),* questionário elaborado pela OMS (WHO, 1994) que tem o objetivo de rastrear sintomas relacionados à depressão e à ansiedade a partir de vinte perguntas de respostas “sim” ou “não”, quantificando a incidência dos sintomas. Tais resultados de aspecto quantitativo foram acompanhados de análises subjetivas da vivência da pesquisadora no espaço e do seu contato com esses sujeitos.

A dissertação de mestrado se dividiu em três capítulos: no primeiro, intitulado “A pesquisadora e a Rua”, apresentamos a Rua Monsenhor Rubens Mesquita, a história da sua ocupação e o contexto vivido, e expusemos os relatos e resultados da experiência de campo. No segundo capítulo, intitulado “A Rua e a cidade” analisamos a Rua Monsenhor Rubens Mesquita em seu contexto urbano na cidade de Salvador, em que a cidade, em certa medida, também é observada. O terceiro e último capítulo, “A Rua, a saúde mental e o planejamento”, apresenta considerações mediante questões teóricas referentes aos processos urbanos, à psicologia fenomenológica, e às teorias elencadas que relacionam cidade e saúde, em especial no aspecto da saúde mental; neste capítulo também questionamos o papel do planejamento urbano.

Neste primeiro capítulo da presente tese, pretendemos aqui apresentar os principais pontos da estrutura elencada, dando ênfase aos resultados obtidos e as conclusões as quais chegamos, a partir da pesquisa de mestrado. Dado que não se trata de uma reprodução da dissertação, apresentamos a discussão elaborada no mestrado em outra estrutura, que faz sentido para essa recapitulação que se pretende objetiva. A síntese aqui apresentada demonstra a evolução da pesquisa em seus aspectos teóricos e metodológicos; o voltar-se

para a pesquisa realizada a partir de perspectivas atuais, nos permitiu não apenas elaborar a respeito da discussão realizada à época, mas também produzir novas reflexões.

1.1. Abordagem teórica

A discussão teórica primeiramente relacionou o urbano e a saúde mental, buscando aproximar prismas do urbanismo e da psicologia, no sentido de apontar aspectos do espaço físico e comunitário que podem ter correlação com a saúde mental. Como afirma Saldiva (2018, p. 44): “Pois sucede que as doenças mentais, notadamente a ansiedade e a depressão, parecem ter escolhido as cidades como moradia preferida.”

Em 1946, a Constituição da Organização Mundial da Saúde (OMS, 1946), expande o conceito de saúde para além da ausência da doença, mas para um bem-estar completo, incluindo os aspectos físico, mental e social, relacionando-os com o contexto vivido. Não nos propusemos a elaborar a respeito do conceito de saúde mental, mas cabe pontuar que entendemos este como um conceito polissêmico, multifacetado e interdisciplinar e que, para discutir o tema, nos apoiamos na psicologia fenomenológica.

Elencamos alguns dados a respeito dos transtornos mentais, para compreender sua incidência e demonstrar a importância e a atualidade da discussão. No Relatório de Estimativas de Doenças Mentais (WHO, 2017), a OMS indica que 322 milhões de pessoas apresentavam distúrbios de depressão e 264 milhões apresentavam distúrbios de ansiedade, no planeta, em dados de 2017. No Brasil, são 11 milhões de pessoas (5,8% da população) com distúrbios depressivos e mais de 18 milhões de pessoas com distúrbios de ansiedade (9,3% da população), de forma que se classificava como o país mais deprimido da América Latina, em dados de 2017. A Comissão para os Determinantes Sociais da Saúde (CDSS, 2010, p. 66) prevê que até 2030 a depressão profunda deve se tornar a segunda maior perda de anos livres por incapacidade, sendo uma das maiores preocupações para a saúde urbana.

Os 17 Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS), propostos pela ONU (Nações Unidas Brasil, c2024), definem 169 metas articuladas, dentre elas a promoção da saúde e bem-estar e, para tal, é publicado o Plano de Ação para Saúde Mental (WHO, 2010), que tem como objetivo funcionar como base para os planos nacionais, determinando diretrizes para promoção da saúde mental e para prevenção e reabilitação de doenças.

Cabe ressaltar que o Brasil também define metas nacionais em acordo com o direcionamento da Organização Mundial da Saúde e, no que diz respeito à saúde mental, objetiva “promover a saúde mental e o bem-estar, a saúde do trabalhador e da trabalhadora, e prevenir o suicídio, alterando significativamente a tendência de aumento.” (IPEA, 2018, p. 86).

O Plano de Ação de Saúde Mental (WHO, 2010), assim define o que denomina como determinantes em saúde mental, divididos em: individuais — as habilidades de lidar com pensamentos e emoções, comportamento, interações sociais; e fatores externos — os culturais, econômicos, políticos e ambientais. Indica o contexto local como capaz de aumentar a vulnerabilidade para o desenvolvimento de doenças mentais, estando no contingente os agregados familiares vivendo em pobreza.

Já o documento intitulado *Mental health and development: targeting people with mental health conditions as a vulnerable group* (WHO, 2010) classifica, nesse contexto, como vulneráveis, aqueles com doenças mentais e aqueles em situações de maior propensão para o desenvolvimento de distúrbios mentais.

A pobreza e a vulnerabilidade social são entendidas como fatores de risco para o desenvolvimento de distúrbios mentais; isto se deve a alguns fatores como a falta de oportunidades educacionais, de emprego e de recursos financeiros para manter padrões básicos da vida; o estigma e a marginalização que causam baixa autoestima e baixa expectativa para o futuro, levando ao isolamento; viver em ambientes de moradia adversos com menos acesso a serviços de saúde.

A partir dessa compreensão introdutória da perspectiva da Organização Mundial da Saúde a respeito de relações entre cidade e saúde mental, nos

debruçamos em algumas teorias do campo da geografia da saúde, em especial os textos de Paula Santana, que se dedica a compreender a associação da ocorrência de doenças com fatores sociais, econômicos e culturais do local onde se mora.

Santana (2014, p. 39) entende a saúde como resultante de três aspectos: “a) escala e natureza das atividades humanas (ambiente socioeconômico e cultural); b) meio físico; c) meio biológico”, assim como aponta a urbanização, o crescimento demográfico, as desigualdades sociais e o acesso a serviços de saúde como aspectos essenciais que impactam na saúde nos indivíduos.

A autora também entende a saúde mental como parte da saúde, como um modelo complexo que engloba, além dos aspectos biológicos, a vida individual em seus componentes psíquicos e sociais e que deve ser entendida em uma dimensão sociocultural (Santana, 2014, p. 22), tendo em vista o contexto social e a perspectiva espacial e da urbanização. Coloca, portanto, o planejamento urbano como elemento que tem papel na saúde humana, tanto negativo quanto positivo.

Ao abordar os aspectos ambientais, Santana (2014) identifica as características das comunidades que podem ter efeitos na saúde dos indivíduos, sendo elas: (1) condições físicas dos locais compartilhados; (2) condições das habitações; (3) condições de trabalho/ensino; (4) diferenças entre urbano e rural. Dentre os aspectos de contexto que influenciam na vulnerabilidade a problemas mentais, a autora coloca, a partir de Marmot (2004),

> [...] o isolamento geográfico e social (contexto), as alterações nas estruturas familiares, os constrangimentos de vizinhança associados a espaços urbano desorganizados (contexto), o clima, as crises económicas e financeiras relacionadas com fenómenos de pobreza, caracterizados por desemprego, condições precárias de habitação, mobilidade limitada, oportunidades de vida reduzidas (Santana, 2002), aumento de stress e pressão social, todos suscetíveis de impacto sobre a saúde e bem-estar [...] (Marmot, 2004, apud Santana, 2014, p. 61)

Nas investigações de Santana a respeito da correlação entre e espaço e saúde — lembrando que a autora entende que projetar lugares vai além de pensar o espaço físico, mas também considerar os impactos do referido lugar no bem-estar e na qualidade de vida das comunidades e seus indivíduos —, em especial avaliamos o seu estudo na cidade de Amadora, Portugal, a autora cria uma base de dados definindo aqueles que são os determinantes em saúde. Utilizando esse estudo como base, procuramos elaborar, a partir de determinadas referências bibliográficas, conforme expostas a seguir, aqueles que seriam os determinantes ambientais em saúde mental para nosso caso.

Na pesquisa anterior de mestrado utilizamos, como fundamento metodológico, alguns aspectos da fenomenologia em sua intersecção com a disciplina da psicologia. Apresentamos aqui, resumidamente, uma síntese desse método, de modo a esclarecer como foram elaborados e compreendidos os determinantes ambientais em saúde mental.

De acordo com Amatuzzi (2009), a psicologia fenomenológica nasce da fenomenologia pensada por Edmund Husserl, conceito que propõe um entendimento de mundo que posiciona a realidade no pensamento do indivíduo; o pensamento aqui surge do mundo vivido socialmente que, em seguida, é elaborado pelo sujeito. Nesse sentido, “Conhecer esse mundo é, então, conhecer nosso estar nele, conhecer nossas relações.” (Amatuzzi, 2009, p. 95).

Ressaltamos que embora a psicologia fenomenológica se dê como um desdobramento filosófico fenomenologicamente conduzido na direção dos assuntos que interessam aos psicólogos e psiquiatras, nos voltamos para a psicologia fenomenológica como saber científico de caráter qualitativo e perspectiva humanista.

Para Amatuzzi (2009), essa abordagem, para a pesquisa, se ancora em uma situação concreta, onde os dados são colhidos de forma sistemática, tanto mediante a reflexão pessoal do pesquisador, quanto da experiência comum dos sujeitos foco do estudo. Tais vivências são elaboradas a partir de narrativas às quais é aplicado o olhar analítico do pesquisador.

Entendemos essa abordagem como apropriada para os objetivos da investigação em tela, na medida em que, nessa pesquisa, compreendemos o

espaço urbano não apenas a partir do seu constructo, mas também como o conjunto social que abriga. Portanto, as análises elaboradas estão articuladas entre o espaço físico e a comunidade urbana.

A partir dessa conceituação, buscamos considerar perspectivas de alguns autores para alinhar quais seriam os determinantes em saúde mental. Santana et. al (2002, p. 18) acredita que seja necessário identificar as características do espaço que podem influenciar a vida humana e, para além, medi-las e monitorá-las, o que, por sua vez é fundamental para intervenções no espaço urbano e um planejamento saudável.

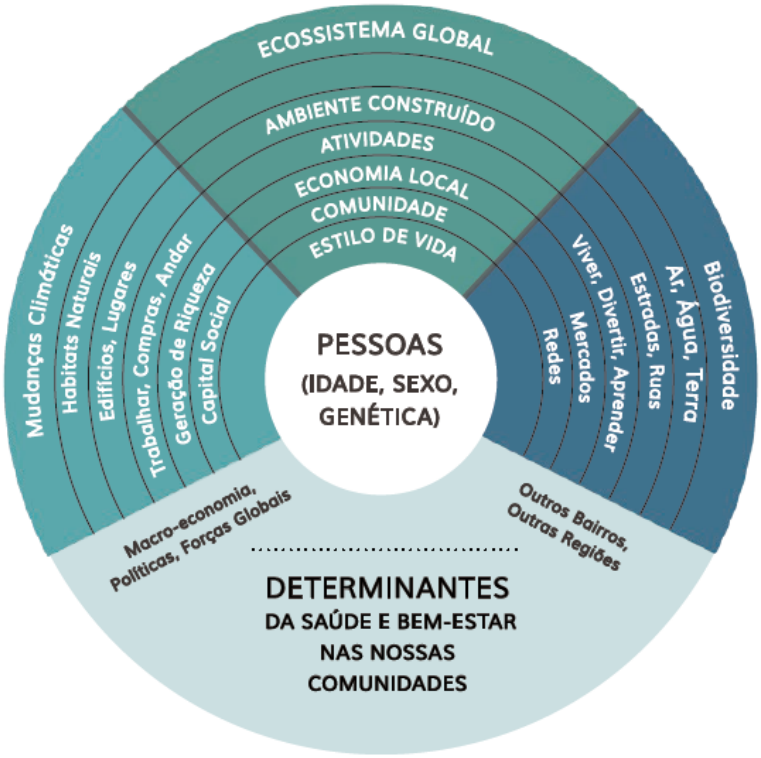
Santana (2014) entende como determinante,

> [...] indicadores que possibilitam o conhecimento sobre os fatores para os quais há evidência científica quanto à influência sobre o estado de saúde e da utilização dos cuidados de saúde (comportamentos, condições de vida e trabalho, recursos pessoais e ambientais). (Santana, 2014, p. 26)

A autora categoriza os determinantes em três níveis: os individuais, as questões sociais e comunitárias e as questões estruturais. O primeiro refere-se as questões genéticas, mas também ao comportamento e ao estilo de vida; à exceção das questões genéticas, esse aspecto pode ser influenciado pelo ambiente, pela estrutura social e pelo acesso a equipamentos e serviços. O segundo nível também pode ter influência da conformação do espaço, do seu processo de formação, assim como acontece no espaço urbano. O terceiro diz respeito a questões da estrutura do espaço em si como a habitação, o acesso a serviço, as condições de habitação, aspectos que estão diretamente ligados ao espaço urbano e ao seu planejamento.

Alguns fatores exemplificados por Santana (2014, p. 60) incluem a estabilidade residencial, seja referente à propriedade ou à migração; a qualidade do ambiente construído; a estrutura familiar, como situações de isolamento; o capital e a coesão social; a composição étnica; ou mudanças sociais como crises econômicas. Tais aspectos estariam, assim, associados ao aumento de doenças mentais e, por vezes, até mesmo à diminuição da esperança de vida.

Figura 01 – Modelo de determinantes sociais da saúde e bem-estar.



Fonte: Santana (adaptado de Barton e Grant), 2014, p. 78, apud Bahia, 2021, p. 166.

O modelo elaborado por Barton e Grant (2006), apresentado por Santana, se baseia no papel que o ambiente tem na saúde humana. Na imagem, a posição das pessoas no centro enfatiza sua relação intrínseca com o meio antrópico e ecossistêmico, perante as condições de saúde bem-estar — todos esses aspectos se relacionam entre si e estabelecem relações com o ambiente urbano.

Em 2010, a Comissão para os Determinantes Sociais da Saúde (CDSS, 2010) elaborou um documento em prol da igualdade em saúde, em busca de corrigir suas desigualdades. Assim, criou um panorama da saúde global, relacionando-a com os determinantes e propondo medidas nos níveis global, federal, estadual e local, entendendo o lugar como um dos fatores que tem efeito na saúde humana:

> O local de residência das pessoas afecta a sua saúde e as suas possibilidades de gozar de vidas prósperas. As comunidades e vizinhanças que garantam o acesso a bens básicos, que sejam socialmente coesas, que sejam concebidas de forma a promover o bem-

> estar físico e psicológico e que protejam o seu ambiente natural são essenciais para a igualdade na saúde. (CDSS, 2010, p. 63)

Destacamos alguns determinantes em saúde que se referem ao espaço urbano diretamente ou que nele se especializam. No que se refere ao ambiente físico, a CDSS (2010, p. 53) elenca: a água e as condições sanitárias; as condições de habitação; a infraestrutura, os transportes e o desenho urbano; a qualidade do ar; e o capital social. Dos aspectos das desigualdades socais, são colocados: a exclusão social; o rendimento e a distribuição de riqueza; e a educação.

Macintyre *et al.* (2002), por sua vez, se detém na escala local, elencando como aspectos que podem ter efeito em saúde: (1) características físicas do espaço compartilhado por todos os moradores; (2) disponibilidade de ambientes saudáveis nas moradias, no trabalho e para o lazer; (3) provisão de serviços; (4) recursos socioculturais; (5) a reputação da área (Macintyre *et al.* 2002, p.131).

No que diz respeito aos determinantes em saúde mental, Turan e Besirli (2008) apontam que a crescente urbanização causa impactos psicológicos negativos — como também impactam as questões sociais e econômicas. Os autores colocam as questões sociais, econômicas e políticas como essenciais para compreender a relação entre saúde mental e urbanização, sendo que alguns das suas pesquisas indicam que morar em cidades aumenta o risco de desenvolver distúrbios psicóticos e que há uma relação entre urbanizações rápidas e psicose e depressão (Turan; Besirli, 2008, p. 241-242).

A partir do delineamento de determinantes em saúde e em saúde mental, dividimos a análise em duas partes, a relação do sujeito com o espaço físico e do sujeito com a comunidade.

1.1.1. O sujeito e o espaço físico

Nóbrega (2008) situa o corpo como tema central na filosofia de Merleau-Ponty, a partir do qual percebemos o mundo. Lima (2014) entende que Merleau-Ponty coloca o corpo como a fonte dos sentidos e que é assim que o sujeito dá significado à sua relação com o mundo. De acordo com Nóbrega (2008),

Merleau-Ponty entende que o mundo existe independentemente dos sujeitos, mas só existe para nós, como tal, devido às nossas ações, individuais e coletivas — e que nossas ações e escolhas influenciam a nossa subjetividade. A significação que o sujeito elabora do mundo se daria a partir da sua percepção, se tornando a sua verdade implícita, percepção esta sendo a relação entre o nosso corpo e as coisas (Lima, 2014, p. 109). Nessa perspectiva, o corpo seria meio pelo qual o sujeito está no mundo, na sua relação com os outros e as coisas e, a percepção, a forma que compreende a sua realidade, pois a intelecção é encarnada e não reflexividade autônoma. Temos, assim, como pano de fundo, a compreensão de moradores de uma cidade como sujeitos ativos e corporificados, cuja percepção e atos constituem lugares com significado.

Lynch (1960), por sua vez, entende a cidade como um objeto da percepção dos indivíduos. Nesse sentido, a imagem da cidade de cada indivíduo estaria impregnada pelas suas memórias e significados individuais, e seria construída a partir das experiências sensorial e racional. Para Lynch (1960), a imagem ambiental individual tem importância prática e emocional, e uma boa imagem facilitaria uma relação harmoniosa com determinado espaço, influenciando a vivência do sujeito e a sua sensação de bem-estar nesse espaço.

Para o entendimento de Lynch (1960), também deve-se considerar o tempo — já que os indivíduos não apreendem o ambiente da cidade de uma única vez —, bem como o entorno e os espaços construídos. Sendo o ser uma estrutura psicológica e histórica, compreendemos a importância da subjetividade e da percepção na relação dos indivíduos com a cidade, e que esta relação seja influenciada pelo espaço físico — pela imagem individual ou coletiva que se construiu desse espaço ao longo do tempo, e pelas relações interpessoais ou entre as pessoas e as coisas.

Apontamos, como contraponto, a abordagem de Serpa (2007), cujos estudos compreendem a relação dos cidadãos com a cidade a partir da ótica do crescimento do *marketing* turístico. O autor pontua que o processo de “turistificação” intensa cria uma imagem hegemônica das cidades, que pode ir, aos poucos, se sobrepondo às representações dos moradores locais em seus cotidianos. Serpa acredita, contudo, que as manifestações culturais ainda

resistam em alguns espaços, como as associações de moradores e os espaços religiosos.

No sentido de elencar os determinantes ambientais em saúde mental, Chu *et al*. (2004) apontam cinco aspectos do ambiente que podem afetar o bem-estar mental: controle do ambiente interno; configuração e qualidade da moradia; oportunidades importantes de escape; criminalidade e medo da criminalidade; participação social. Turan e Besirli (2008) citando Guite *et al*. (2006), por sua vez, identificam cinco fatores: barulho na vizinhança; percepção da criminalidade; moradias adensadas; falta de áreas verdes; e falha em participar de atividades públicas (Guite et al., apud Turan; Besirli, 2008, p. 241).

Evans (2003) elenca elementos do ambiente que podem ter efeito em saúde mental e os divide em duas categorias: pelas características do ambiente físico em si, ou seja, a moradia, a infraestrutura urbana, iluminação, barulho, dentre outras; e pelas relações sociais construídas, que podem ser estreitadas ou ampliadas pelo ambiente, e o suporte emocional dessas relações.

Na relação saúde mental e ambiente físico o autor pontua aspectos nas escalas da moradia e do bairro. No que diz respeito às moradias, elenca como geradores de estresse psicológico: o gabarito, o habitar em andares mais altos; moradias de baixa qualidade, seja por problemas de umidade, falta de manutenção ou questões estruturais; a densidade de pessoas na residência. Na escala do bairro, indica que a sua qualidade, seja nos aspectos físicos ou das relações sociais, pode gerar estresse psicológico e ter impacto no desenvolvimento cognitivo em crianças.

A moradia é um direito constitucional, o qual acreditamos deve atender a aspectos físicos que conferem dignidade ao habitar e pressupor um ambiente propício para o bem-estar. No entanto, levantamos o questionamento dos padrões estabelecidos pelo mercado imobiliário e pela própria arquitetura e urbanismo dentro do contexto da sociedade capitalista, onde um local pode ser entendido como inadequado, não porque não dispõe dos elementos necessários para um bom viver, mas por não se adequar ao que é entendido como belo dentro do padrão socialmente estabelecido. Nesse sentido, entendemos que tais padrões podem afetar a percepção das pessoas no que diz respeito à suas

moradias. No contexto do espaço urbano, percebemos relações similares com a moradia, considerando uma maior complexidade, dadas as relações sociais ampliadas, as questões políticas, culturais, de renda e da economia urbana, dentre outros elementos do urbano.

1.1.2. O sujeito e a comunidade

A pesquisa de campo, realizada por ocasião do mestrado, na Rua Monsenhor Rubens Mesquita, foi marcada pela percepção do espírito comunitário existente entre os moradores, que inclusive se consideram como uma família. O que identificamos foram redes de sociabilidade baseadas em fortes relações de vizinhança que conformam uma comunidade.

Analisamos as redes locais a partir de Serpa (2007) — que teve Keller (1979) como base[6] —, em seus estudos na cidade de Salvador, com a elaboração de mapas mentais, nos quais percebeu que as redes do cotidiano estão mais presentes nos bairros de classe mais baixa. O autor defende a ideia de Tuan (1983), de que a rua é parte da experiência íntima do indivíduo, mas também entende tais redes como uma estratégia para a mudança social.

Menezes (2000), por sua vez, compreende o bairro ou a rua como uma referência de espaço heterogêneo, dotado de significados — especialmente se considerarmos o sistema global de homogeneização dos espaços — fonte de ralações de vizinhança, construídas através do contato cotidiano.

O estudo clássico de Jacobs (1961) foi referência fundamental, no que se refere a redes de sociabilidade cotidiana. A autora defende que, quando as pessoas se limitam à vida privada, a cidade perde a sua serventia, apontando os espaços públicos, em especial as calçadas, como elementos que proporcionam encontros e a socialização. Defende que os contatos cotidianos têm papel

---

[6] Segundo Serpa (2007) citando Keller (1979) as relações de vizinhança e as redes construídas a partir desse convívio estão diretamente ligadas a classe social ao qual o grupo pertence. Nos bairros populares a necessidade de ajuda mútua fortalece essas relações a ponto de se tornarem fundamentais no contexto familiar. Já nos bairros de classe média e alta as relações são mais restritas e pessoais.

fundamental na segurança do espaço público, através do apoio mútuo e da noção dos “olhos da rua” que inibem malfeitores.

Nesse sentido, Farias e Pinheiro (2013) criticam a atualidade, se referindo à diminuição das relações de vizinhança e à supervalorização da privacidade. A partir de uma abordagem da psicologia social, analisam os espaços que denominam como de vizinhanças vivas, que seriam, para os autores, espaços férteis para a compreensão das relações humano-ambiente. Nesses ambientes, elencam os aspectos sociais e físicos das relações de vizinhança, como resume o quadro da Figura 2, abaixo:

Figura 02 – Aspectos sociais e ambientais das relações de vizinhanças.

Aspectos sociais das relações de vizinhanças

Característica social	Exemplos
Socialização	Festas realizadas nas vizinhanças Conversas na calçada
Intimidade	Frequentar as casas diariamente Participar de confraternizações familiares dos vizinhos
Cooperação	Tomar conta dos filhos Ficar responsável pela chave da casa do vizinho
Familiaridade	Amigos que compram casa no mesmo condomínio Pessoas que vão morar em vizinhança onde já viva um parente
Enraizamento	Criar filhos na vizinhança
Relações interpessoais	Busca por privacidade
Afetividade	Orgulho, união, cuidado

Aspectos ambientais das relações de vizinhanças

Característica ambiental	Exemplos
Centro para atividades	Crianças brincando na rua Festas de São João
Instituições locais	Espaços de socialização Limites físicos
Enraizamento	Construção da própria casa No espaço da praça, constroem ali uma churrasqueira às vezes ou levam a sua. Às vezes constroem bancos
Contato espacial	Espaço interno das casas pequeno Distância relativa
Comércio/Trabalho	Contato cotidiano
Urbanização	Relações globais Reclusão espacial

Fonte: Farias e Pinheiro, 2013, p. 30 e 32 apud Bahia, 2021, p. 180.

O espaço urbano é, então, palco para os contatos cotidianos que dão origem ao espírito comunitário e à coesão social, essenciais para as questões cotidianas, mas também no enfretamento das lutas comunitárias. Essa perspectiva conduz ao entendimento deste espaço ser essencial para o bem-estar dos indivíduos, em especial, nessa pesquisa, o bem-estar mental.

Santana (2014) aponta o contexto comunitário como capaz de promover perturbações ou de funcionar como amortecedor para as dificuldades dos indivíduos. Exemplifica essa teoria ao tematizar a violência urbana, que pode alterar a rotina das pessoas e influenciar os níveis de ansiedade nervosismo. Portanto, compreendemos as relações de vizinhança e o senso de comunidade

como favoráveis para a saúde mental, tanto devido a sua influência na vida prática, quanto na capacidade de gerar percepções positivas de um espaço. Para além disso, se dá uma sensação de pertencimento, que provoca melhorias no bem-estar físico e mental (Santana; Nogueira; Santos, 2007 apud Santana, 2014, p. 86).

De acordo com Silva e Cardoso (2013), pela perspectiva da psicologia fenomenológica, Edith Stein olha para as subjetividades de cada indivíduo e como essa essência se expressa, desvelando-se nas experiências e relações. Silva e Cardoso (2013) salientam que a pesquisa de Stein se deu principalmente a partir da compreensão do ato empático, pois Stein concebe a empatia como um processo a partir do qual o indivíduo se compreende a partir da relação com o outro e, assim, pela empatia, ter-se-ia acesso à esfera psíquica (Silva; Cardoso, 2013, p. 252).

Seria mediante a noção de empatia que Stein fundamenta a sua compreensão de Comunidade. De acordo com Júnior e Mahfoud (2006), para Stein a comunidade é entendida a partir das relações entre os indivíduos; no entanto isto não significa a perda da individualidade. Para tanto, divide as experiências em individuais e supraindividuais, buscando compreender o sujeito na vida comunitária e a estrutura da vida comunitária.

> Stein (1932-33/2000), discutindo o exemplo da comunidade de povo, identifica que a vida da comunidade possui uma dimensão exterior e uma dimensão interior. A dimensão exterior da vida da comunidade implica no seu modo de agir diante das outras comunidades, ou dos outros povos, englobando tanto as tomadas de posição voluntárias (ações de cooperação, ajuda, agressão, etc), quanto as tomadas de posição espontâneas (estima, admiração, indiferença, etc). Por vida interior da comunidade, pode-se indicar tudo isto que é autoconfiguração (movimento que a comunidade realiza na direção de formar seu estilo de vida), autoconservação (atitude da comunidade criar instrumentos para responder suas próprias necessidades), auto-expressão (formas que a comunidade utiliza para expressar seu estilo e manter sua bagagem comum e que podem ser identificadas através da língua, da atividade industrial, artística,

> científica) (Stein, 1932-33/2000, apud Júnior; Mahfoud, 2006, p. 22)

Para Góis (2005) a comunidade tem uma dimensão sociopsicológica que pode influenciar e transformar o indivíduo, ao abarcar tanto a dimensão social quanto a pessoal. Assim, a atividade comunitária seria capaz de dar respostas tanto para as necessidades do grupo, quanto às demandas individuais, ao se tratar do espaço onde o sujeito se relaciona com o mundo e com as pessoas. Para o autor, a comunidade é, além de tudo, um espaço de aprendizado, onde aprende-se a propor, liderar, dialogar e escutar — onde o indivíduo se compreende como parte responsável pela sua realidade e passa a ir ativamente em busca dos interesses da comunidade. Nesse sentido, Góis (2008, p. 75) acredita que, na participação e na mobilização social, “encontramos o processo de conscientização em sua dimensão psicológica (construção do sujeito) e em sua dimensão social (mudança social). Uma implicando a outra”. Segundo Góis (2008):

> Podemos dizer que a atividade comunitária é a atividade prática e coletiva realizada por meio da cooperação e do diálogo em uma comunidade, sendo orientada por ela mesma e pelo significado (sentido coletivo) e sentido (significado pessoal) que a própria atividade e a vida comunitária têm para os moradores da comunidade. Ela está direcionada para a autonomia do morador e da própria comunidade, na perspectiva do fortalecimento de uma identidade social (Turner, 1990) de lugar e de comunitário, e do desenvolvimento da consciência social e pessoal. (Góis, 2008, p. 88)

Concluímos que o sujeito comunitário se forma pertencente a um local que faz parte da sua identidade e que a comunidade também é espaço de aprendizado para suas relações com o outro e o mundo. E é, essencialmente, local de apoio e suporte, ainda que não sem conflitos e contradições. Compreendemos que tais caraterísticas que conformam espaços comunitários têm papel positivo no bem-estar dos sujeitos e, consequentemente, na sua saúde mental.

1.1.3. Metodologia adotada no mestrado

A metodologia adotada na pesquisa de mestrado definiu duas etapas gerais, a dos procedimentos mentais e a dos procedimentos empíricos. O primeiro se referiu à pesquisa bibliográfica e à construção da fundamentação teórica que embasou o trabalho empírico, referente à pesquisa de campo que foi elaborada na Rua Monsenhor Rubens Mesquita. A pesquisa de campo teve um período de realização estabelecido, no espaço urbano definido, dividida em duas frentes: a da análise urbana do espaço tanto na perspectiva teórica quanto *in loco* e a realização de questionários.

Mediante autorização da Comunidade realizamos as visitas, e, Para a análise do espaço primeiramente definimos os aspectos a serem observados, com base nos determinantes ambientais para a saúde, estabelecidos através do referencial teórico. Esses pontos foram elencados, analisados e sistematizados em uma tabela que relaciona cada aspecto com os parâmetros que definimos. A partir do referencial teórico também se evidenciou que seria enriquecedor levantar as percepções e sensações da pesquisadora a respeito desse espaço.

Para os questionários, utilizamos a ferramenta do Self Reporting Questionnaire (SRQ-20) (WHO, 1994), questionário da Organização Mundial da Saúde, que consiste em vinte perguntas de resposta sim ou não, e que tem como objetivo rastrear sintomas relacionados a transtornos mentais de aspecto contextual e não-psicóticos. O questionário não tem objetivo diagnóstico, mas funciona como ferramenta elaborada para estudos em comunidades em países em desenvolvimento e acompanha manual de aplicação. Definimos uma amostragem de 50 pessoas para a aplicação, com o objetivo de tentar abordar ao menos um membro de cada família participante do processo de reintegração de posse.

Como método, a análise dos resultados se dá a partir de um sistema de pontuação que varia de 0 a 20, onde se atribui um ponto para cada resposta *sim,* que indica sintoma presente. Por fim, somam-se as respostas sim de modo a obter a estimativa da causalidade dos sintomas. O objetivo é quantificar os possíveis casos de transtornos, relacionando-os com a análise desse espaço urbano, em busca de construir as relações entre espaço urbano e saúde mental.

A causalidade das doenças mentais está relacionada a diversos fatores, mas o objetivo é compreender de maneira indutiva a relação do espaço com a saúde mental em um contexto amplo do indivíduo.

A aplicação dos questionários na prática, no entanto, se deu para além das perguntas propriamente ditas, porém, funcionou como uma porta de entrada, facilitando conversas com os moradores, o que permitiu uma maior compreensão do contexto vivido por essa Comunidade e da sua vida coletiva, o que tornou mais elucidativas que as respostas estritas sim/não dos questionários. Apresentamos uma síntese dos relatos de campo e as experiências vividas nesse espaço antes de apresentar os resultados sistematizados nas tabelas, visto que este material serve como base para a presente pesquisa de doutorado.

1.2. Pesquisa de campo realizada no mestrado

As visitas foram realizadas, por ocasião do mestrado, mediante autorização da Comunidade e, para a análise do espaço, primeiramente definimos os aspectos a serem observados, com base nos determinantes ambientais para a saúde, estabelecidos através do referencial teórico. Esses pontos foram elencados, analisados e sistematizados em uma tabela que relaciona cada aspecto com os parâmetros que definimos. A partir do referencial teórico também se evidenciou que seria enriquecedor levantar as percepções e sensações da pesquisadora a respeito desse espaço.

Para os questionários, utilizamos a ferramenta do Self Reporting Questionnaire (SRQ-20) (WHO, 1994), questionário da Organização Mundial da Saúde, que consiste em vinte perguntas de resposta “sim” ou “não”, e que tem como objetivo rastrear sintomas relacionados a transtornos mentais de aspecto contextual e não-psicóticos. O questionário não tem objetivo diagnóstico, mas funciona como ferramenta elaborada para estudos em comunidades em países em desenvolvimento e acompanha manual de aplicação. Definimos uma amostragem de 50 pessoas para a aplicação, com o objetivo de tentar abordar ao menos um membro de cada família participante do processo de reintegração de posse.

Como método, a análise dos resultados se deu a partir de um sistema de pontuação que varia de 0 a 20, onde se atribuiu um ponto para cada resposta “sim”, que indica sintoma presente. Por fim, somaram-se as respostas “sim” de modo a obter a estimativa da causalidade dos sintomas. O objetivo foi quantificar os possíveis casos de transtornos, relacionando-os com a análise desse espaço urbano, em busca de construir relações entre espaço urbano e saúde mental. A causalidade das doenças mentais está relacionada a diversos fatores, mas o objetivo foi compreender, de maneira indutiva, a relação do espaço com a saúde mental em um contexto amplo dos indivíduos.

A aplicação dos questionários na prática, no entanto, se deu para além das perguntas propriamente ditas, porém, funcionou como uma porta de entrada, facilitando conversas com os moradores, o que permitiu uma maior compreensão do contexto vivido por essa Comunidade e da sua vida coletiva, o que tornou mais elucidativas que as respostas estritas sim/não dos questionários. Apresentamos uma síntese dos relatos de campo e as experiências vividas nesse espaço antes de apresentar os resultados sistematizados nas tabelas, visto que este material serve como base para a presente pesquisa de doutorado.

Realizamos a primeira visita à Rua Monsenhor Rubens Mesquita em setembro de 2019 e, a as visitas com aplicação de questionários, em janeiro de 2020. No período, a pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, e todas as aplicações foram voluntárias, em acordo com as instruções do Comitê (Ver Anexo 02 desta tese). A dissertação apresenta todo o relato dessa experiência de campo e a seguir salientamos alguns pontos que consideramos importantes.

Primeiramente, explanamos quais eram as referências e a visão da pesquisadora a respeito da cidade, ou seja, como se deu a construção do olhar treinado para o espaço urbano e para a sua relação com o sujeito, a partir da teoria construída e que, portanto, influenciaram na percepção, na técnica e na subjetividade própria.

Conforme Lynch (1960), a imagem da cidade se dá, também, como algo individual e que, portanto, está impregnada pelas memórias e significados de cada um. Logo, a pesquisadora não pode se deslocar da sua subjetividade, que é também levada em consideração para a compreensão do espaço em tela.

Também compreendemos o espaço urbano dividido em tecnoesfera e psicoesfera, tal qual conceitua Milton Santos (1994) — a tecnosfera como o sistema de objetos, ou seja, as forças produtivas, o meio técnico, a ciência e a tecnologia; e a psicoesfera como o sistema de ações, que se refere às relações sociais, às ideias e aos sentimentos. Na primeira prevalece a razão e a técnica e, na segunda, a comunicação. Caracterizam uma esfera global e outra local, respectivamente, que, de acordo com Santos (1996), convivem de maneira dialética em cada lugar, embora a esfera global tenda a predominar sobre a esfera local.

As teorias levantadas não esgotam o referencial teórico construído na dissertação, mas foram bagagens para a pesquisa e campo que consideramos importante estarem estabelecidas de modo que os relatos de campo pudessem ser compreendidos a partir das percepções da autora. Na dissertação, como processo, elaboramos uma espécie de diário de campo, relatando a experiência em cada dia de visita, registrando não apenas a respeito dos acontecimentos, encontros e conversas, mas também expondo as sensações e percepções da pesquisadora ao longo dessa jornada. Pontuamos, a seguir, alguns aspectos desses relatos.

O primeiro contato com a Comunidade da Rua Monsenhor Rubens Mesquita se deu no dia 19 de setembro de 2019. Neste primeiro encontro conheci o percursor da Comunidade e hoje vice-presidente da Associação de Moradores, que me contou sua história e a história da comunidade, assim como conheci o presidente da Associação, que também dividiu comigo alguns aspectos a respeito do processo de reintegração de posse e me deu a permissão para realizar a pesquisa nesse espaço urbano[7].

---

[7] Com o propósito de manter a privacidade dos sujeitos mantivemos aqui seu anonimato e ambos serão aqui referidos como presidente e vice-presidente, tal qual seus cargos na Associação de Moradores da Comunidade da Rua Monsenhor Rubens Mesquita.

Ambos foram muito acolhedores com a pesquisa, cuja receptividade ajudou a aliviar a ansiedade com relação à pesquisa de campo, e à preocupação de que esta poderia não ser bem recebida, principalmente dado o tema que envolve saúde mental. Nesse primeiro momento, também notei já alguns aspectos a respeito da dinâmica dessa comunidade, por exemplo, o movimento intenso da rua tanto de carros como de pedestres, e como ali todos se conheciam e como o vice-presidente da Associação é uma figura central dessa Comunidade.

No dia 11 de janeiro de 2020 realizamos a segunda visita, quando recebi o convite do presidente para participar de uma das reuniões da Associação de Moradores, seguida de um jantar para os moradores. O objetivo da reunião era organizar o quinto Festival Cultural e Gastronômico da comunidade, que vinha realizando tais eventos para arrecadar fundos para o enfrentamento do processo de reintegração de posse e dar visibilidade à causa.

Na reunião, compareceram de dez a quinze moradores e apoiadores do movimento contra a reintegração de posse, dentre eles acadêmicos e líderes sindicais. A baixa adesão dos moradores foi uma reclamação dos presentes, porém, após abordada a pauta da reunião, tive a oportunidade de apresentar a minha pesquisa de mestrado, na ocasião, e de já realizar alguns questionários, ao todo sete.

Um aspecto marcante dessa experiência foi a grande desconfiança dos moradores com relação a qualquer presença externa que desejasse abordar o processo de reintegração de posse. Mesmo convidada e apresentada pelo Presidente da Associação de Moradores, era perceptível uma clara desconfiança com relação a minha presença. Esse contexto é compreensível, principalmente quando consideramos que os moradores foram enganados quando da descoberta do processo de reintegração de posse, que relataremos no item 1.3. Análise Urbana do Espaço. Porém, aos poucos, os moradores foram se demonstrando mais confortáveis, e acredito que o conteúdo do questionário — questões pessoais — ajudou a aliviar a tensão.

A terceira visita ocorreu no dia 17 de janeiro de 2020; nesse dia não aplicamos questionários, a visita teve o objetivo de observar as dinâmicas do

espaço. A visita ocorreu pela tarde, portanto havia ali poucos moradores, exceto aqueles que trabalham em seus próprios comércios na Rua, idosos e crianças.

Havia uma grande movimentação de veículos na Rua, já que esta conecta a Lapa com o Campo da Pólvora e a Avenida Joana Angélica. Apesar de localizada em meio a um grande centro urbano do país, numa área central da cidade, algumas das dinâmicas da Rua se assemelham àquelas tradicionalmente conhecidas como dinâmicas de cidades do interior. Os vizinhos se reconhecem e se cumprimentam, vemos os moradores sentados em frente das suas casas, conversando e compartilhando suas vidas.

Realizamos, também, uma observação do constructo dessa Comunidade. Primeiro, notamos um desconforto ao caminhar nas calçadas, que variam em altura ao longo da Rua e possuem obstáculos — devido à dificuldade do caminhar pelas calçadas, acaba se utilizando a via de carros para se locomover ao longo da Rua. Porém, também percebemos que a calçada funciona como uma extensão das casas e dos estabelecimentos e é onde acontece grande parte das interações sociais.

As moradias são variadas, mas a maioria tem de dois a três andares; muitos dispõem algum ponto comercial nos térreos, desde vendinhas simples até minimercados, restaurante, salão de beleza, bares, dentre outros. No geral, as casas são de tijolo cerâmico, laje e cobertura de fibrocimento, muitas não possuem reboco e pintura, mas outras estão pintadas ou revestidas — há uma grande diversidade de condição e de estados de conservação das moradias. As vezes vemos essa variação em um mesmo edifício, com andares mais consolidados do que outros. Outro aspecto observado foram os sons da rua, as conversas, os carros que passam, os ônibus entrando e saindo da Estação da Lapa.

A visita seguinte ocorreu no dia 27 de janeiro de 2020, quando apliquei um total de doze questionários. Contatei primeiramente o vice-presidente, reiterando que poderia realizar os questionários, já que aquela seria a primeira vez sem a presença dos integrantes da Associação de Moradores; após me dar a segurança que poderia continuar, fui percorrendo a Rua e convidando os moradores a responder o questionário.

Dentre os abordados, apenas um senhor se recusou a participar e me explicou que o seu motivo era o receio em relação ao processo de reintegração de posse. Porém, na maioria dos casos, fui recebida com muita predisposição a ajudar na minha pesquisa; muitos moradores não apenas respondiam, como foram chamando outras pessoas para responder também, no intuito de me ajudar. No processo de aplicação de questionários, algumas pessoas acabaram por conversar comigo, me contar suas histórias, sempre relatando que gostavam de morar ali quando lhes questionava, principalmente devido à localização e à vizinhança.

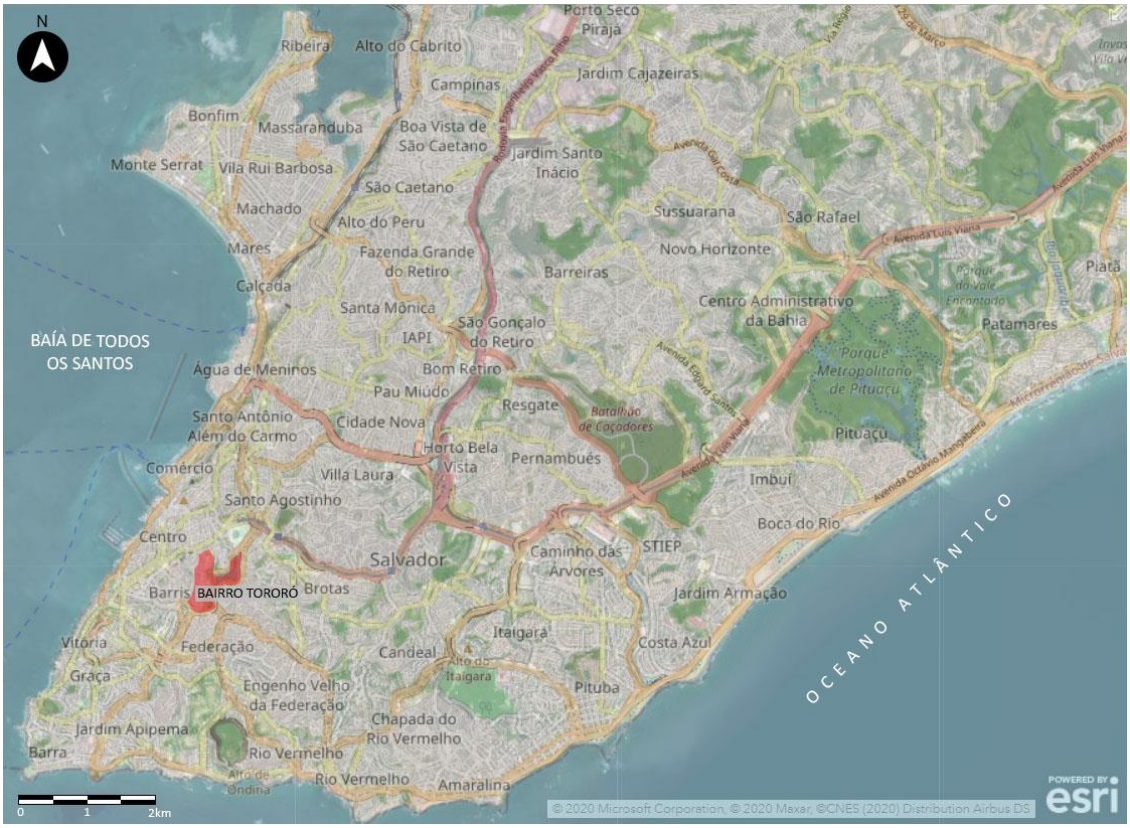
A última visita ocorreu no dia seguinte, 28 de janeiro de 2020, quando conclui a aplicação dos questionários na amostragem desejada. Dessa vez fui à noite, com objetivo de conhecer a dinâmica desse turno e conseguir mais respondentes, considerando que os moradores já teriam retornado do trabalho.

O que foi percebido é que nesse horário diminui a movimentação de carros e os moradores vão se sentando na frente das suas casas e há uma movimentação intensa de pessoas. Esse aspecto facilitou a realização dos questionários, mas é importante ressaltar que não teria alcançado a amostragem pretendida sem o auxílio dos moradores da Comunidade, que realizaram uma força tarefa para que eu conseguisse todos os respondentes. Agradecida pela ajuda, um dos moradores me explicou que lá era assim, pois eles eram uma família. Interessante notar que, no início, acreditava que seria capaz de ajudá-los em sua causa, mas, na realidade, o que se deu foi o contrário.

1.3. Análise urbana do espaço

A Comunidade da Rua Monsenhor Rubens Mesquita está localizada na cidade de Salvador, cidade fundada em 1549, um dos primeiros centros urbanos do país e quarta cidade mais populosa do país; a cidade tem uma lógica de crescimento urbano similar ao das outras metrópoles brasileiras. Dentro da cidade, a Rua está situada no bairro do Tororó, como vemos localizado na imagem abaixo (Figura 03).

Figura 03 – Localização do bairro Tororó em relação à cidade de Salvador.



Fonte: Bahia, 2021, p. 24, com base em imagens do Portal SIG – CONDER, c2020).

Na imagem a seguir (Figura 04), nos aproximamos da Rua e vemos seu entorno imediato, identificamos a adjacência com a Estação da Lapa, importante estação de transbordo da cidade, bem como a proximidade com o Dique do Tororó, parque urbano e ponto turístico da cidade, e com a Arena Fonte Nova, que tem papel na vida econômica dos moradores da comunidade, dado que nos dias de jogo podem complementar sua renda a partir da venda de bebidas e alimentos. Outra centralidade que observamos é a Avenida Joana Angélica, via que concentra inúmeros equipamentos urbanos e serviços. A breve análise já demonstra a localização privilegiada dessa Comunidade.

Figura 04 – Localização da Comunidade Rua Monsenhor Rubens Mesquita, Salvador, Bahia.

Fonte: Bahia, 2021, p. 25, com base em imagens do Portal SIG – CONDER, c2020).

Como da história dessa Comunidade não temos arquivos e documentos oficiais, nos valemos da história oral dos moradores da Rua, aqueles que a construíram e que a habitam. Na primeira aproximação com a Comunidade, no dia 19 de setembro de 2019, conversei com o vice-presidente da Associação de Moradores e conhecido como “historiador da comunidade”, e aqui compartilho seu relato da história dessa comunidade que em muito se confunde com a sua própria.

No ano de 2005 esse senhor, que foi o percursor dessa ocupação, precisava sair da casa em que morava e reuniu um grupo de pessoas que estavam vivendo em situações precárias ou que viviam de aluguel; juntos, esse grupo ocupou esse espaço e foram construindo suas moradias por meio da autoconstrução. De acordo com o vice-presidente, aquela área pertencia, em parte, ao poder público e, em parte, a alguns industriais, já que antes o espaço abrigava uma plantação de hortelã, mas que não tinha sido reclamada pelos seus descendentes.

No primeiro momento, a Prefeitura demoliu algumas moradias, dentre oito e nove, pelo que me relatou, mas essas pessoas se mantiveram resistentes

nesse espaço, reconstruíram suas casas e, ao longo dos anos, foram construindo algumas infraestruturas urbanas e assim dotando esse espaço de urbanidade e de infraestrutura, de modo voluntário.

Para Moreira *et al*. (2018, p.10) a ocupação é uma reação à falta de moradia, é um ato político de superação, onde os cidadãos fazem valer seus direitos, se colocando no espaço e no processo, dotando uma propriedade abandonada de função social, ocupando a cidade, movimentando-a, continuando a malha urbana. Ao falar do caso da Rua Monsenhor Rubens Mesquita, os autores relatam como antes ali havia um matagal onde era comum assaltos, estupros, desova de cadáveres, dentre outras ocorrências. A presença dessa Comunidade dota um vazio urbano de vida e inibe a criminalidade — essa compreensão também se relaciona ao que Jacobs (1961) chamou de olhos da rua, como já relatamos aqui.

Além da história falada, realizamos uma análise de imagens aéreas históricas a partir do recurso do aplicativo do Google Earth, que disponibiliza vistas da Rua Monsenhor Rubens Mesquita nos anos de 2001, de 2005 a 2009 e de 2011 a 2019, e que nos permitiu analisar a evolução da ocupação da Rua e a formação da Comunidade, ao menos na perspectiva aérea.

Na primeira imagem analisada, do ano de 2001, o que observamos é a área sem qualquer ocupação edilícia, exceto por uma infraestrutura próxima à Estação da Lapa, que não é possível ser identificada; para além disso, observa-se apenas alguns ônibus, provavelmente da Estação. É na imagem do ano de 2006 que podemos ver as primeiras ocupações.

Em 2006, podemos identificar uma média de quinze casas na Rua, que, na imagem de 2007, parecem ter duplicado e, na vista de 2008, a Rua já parece estar quase que completamente ocupada, são identificados apenas alguns terrenos vazios. Pela vista aérea também notamos que, neste mesmo ano, algumas moradias parecem ter aumentado seu gabarito e ter uma infraestrutura mais sólida. Na imagem aérea de 2009, percebemos que o crescimento vertical continua, porém, entre os anos de 2009 e 2011 não vemos grandes mudanças na Rua.

Na vista de 2012, nota-se a pavimentação da Rua e, entre os anos de 2012 e 2014, percebemos que a ocupação se torna mais densa, com a continuação da verticalização e a ocupação dos espaços que existiam entre as moradias; desde tal período até 2019 não notamos mudanças significativas.

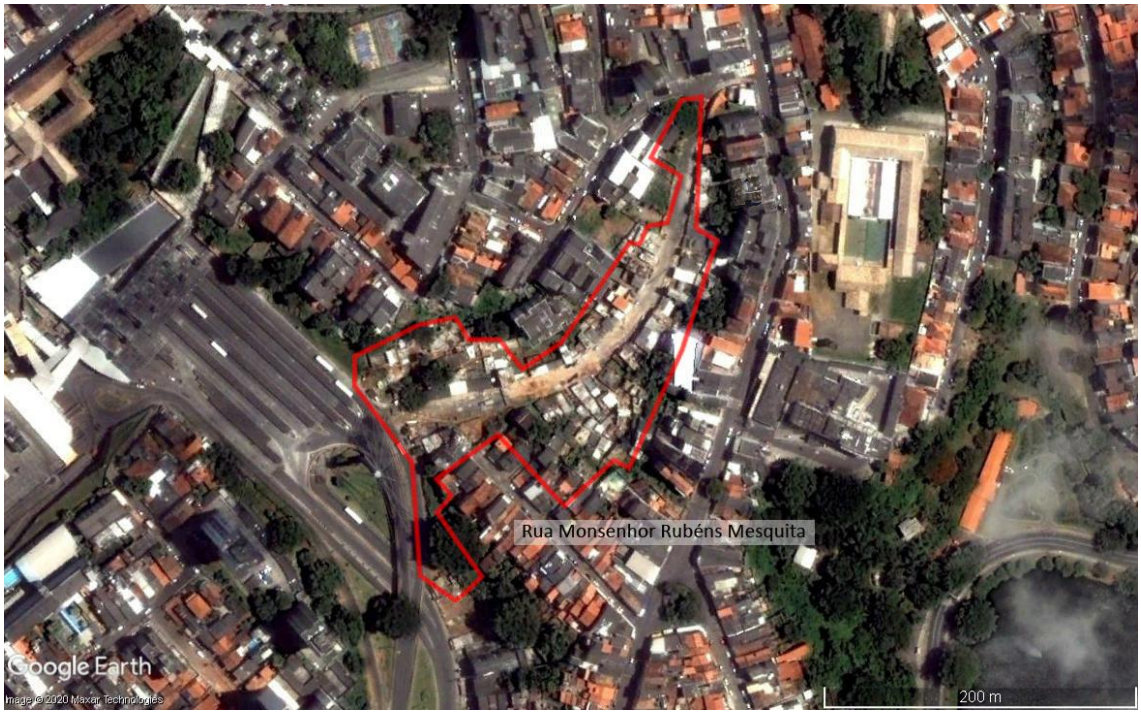
Figura 05 – Vista aérea da Rua Monsenhor Rubens Mesquita no ano de 2001.

Fonte: Bahia, 2021, p. 27, autora com base em imagem do Google Earth.

Figura 06 – Vista aérea da Rua Monsenhor Rubens Mesquita no ano de 2006.

Fonte: Bahia, 2021, p. 29, autora com base em imagem do Google Earth.

Figura 07 – Vista aérea da Rua Monsenhor Rubens Mesquita no ano de 2008.



Fonte: Bahia, 2021, p. 30, autora com base em imagem do Google Earth.

Figura 08 – Vista aérea da Rua Monsenhor Rubens Mesquita no ano de 2015.

Fonte: Bahia, 2021, p. 32, autora com base em imagem do Google Earth.

Relacionamos a evolução dessa ocupação e sua periodização com as análises de Gordilho-Souza (2010; 2000), do crescimento urbano de Salvador. A autora aponta que o ano de 2005 é marcado pelo *boom* imobiliário, em especial na cidade formal, mas que teve reverberações na cidade informal. O período é também marcado pela ascensão do poder de compra das populações mais pobres, que possibilitou a ampliação das moradias, seja em lotes ainda desocupados, seja por meio da verticalização.

Após analisar a história e a conformação dessa Comunidade, nos debruçamos em compreender o contexto atual (atual à dissertação mencionada, se referindo ao ano de 2019). A descoberta dos pormenores do processo de reintegração de posse vivido pela Comunidade da Rua Monsenhor Rubens Mesquita também se deu a partir daquela primeira conversa com o vice-presidente e, portanto, retornamos a este assunto.

O vice-presidente da Associação de Moradores me relatou como ele e a Comunidade descobriram o processo de reintegração de posse em andamento. Ele vinha notando funcionários da Prefeitura Municipal na Comunidade, realizando visitas e medições em algumas moradias; no entanto, quando os

moradores que os receberam perguntavam do que se tratava, estes se recusavam a relatar.

Porém, após algum tempo, uma das moradoras que recebeu tal visita recorreu ao vice-presidente e relatou que os funcionários informaram que a Prefeitura pagaria oitenta mil reais por andar de cada imóvel e solicitavam que os moradores abrissem uma conta na Caixa Econômica. Essa senhora procurou o vice-presidente na dúvida se, para ele, o valor lhe parecia justo e levou o papel que os funcionários lhe entregaram.

Desconfiado, o vice-presidente foi até a defensoria pública e consultou o número que constava no papel entregue e ali descobriu que, na realidade, se referia a um processo de reintegração de posse movido contra quarenta uma famílias — que posteriormente poderia ser estendido para outras trinta e oito — sem direito de indenização, e que eles ainda deveriam pagar pelo tempo de uso da terra e os honorários. A descoberta do processo resultou na organização e institucionalização da Associação de Moradores, que passou a realizar diversos eventos para a conscientização da comunidade civil a respeito do processo e para angariar fundos na luta contra este.

Figura 09 – Visão externa da Associação de Moradores da Rua Monsenhor Rubens Mesquita.

Fonte: Google Earth (captura em abril de 2019).

Figura 10 – – Vista da Rua Monsenhor Rubens Mesquita com cartaz de divulgação da segunda edição do Festival Gastronômico e Cultural realizado na Comunidade.

Fonte: Google Earth (captura em abril de 2019).

A primeira instância do processo de reintegração de posse movido pela Prefeitura de Salvador ocorreu sem qualquer defesa da Comunidade, dado que esta não o descobriu a tempo de tomar quaisquer providências. Ainda assim, a Prefeitura acabou por perder a causa em primeira instância, pois defendia que a Comunidade ocupava aquele espaço há apenas um ano, o que pode ser facilmente comprovado como contrário. No entanto, durante as visitas de campo em janeiro de 2020, os moradores me relataram que a Prefeitura Municipal vencera em segunda instância, e que iriam recorrer. O que notamos foi um clima de insegurança e medo, mas também de luta e resistência.

A situação vivida apresenta uma dicotomia interessante no que diz respeito à hipótese aqui levantada, pois, ao mesmo tempo em que temos um processo de reintegração de posse que se coloca como fonte de angústia e insegurança, vemos uma coesão social e um senso comunitário que são aspectos entendidos como benéficos para o bem-estar dos indivíduos.

A análise desse espaço foi dividida em quatro aspectos: a habitação; a infraestrutura urbana; a oferta de equipamentos, comércios e serviços; e a

perspectiva social. Esses aspectos foram elencados a partir da construção teórica de relações entre saúde mental e espaço urbano e seus determinantes, consideradas como elementos estruturais para a compreensão de um espaço urbano.

1.3.1. Habitação

Nessa pesquisa, a casa tem papel central como unidade básica do urbano, que deve atender às necessidades básicas do cidadão e, para além, tem um caráter simbólico e existencial (Bachelard, 2008). Para Nogueira (2001), a história do indivíduo se relaciona com o tempo que viveu em certo espaço e a relação afetiva que construiu com este; para a autora, a arquitetura pode sinalizar possibilidades de existir para o sujeito.

Porém, a nossa análise se concentrou, primeiramente, nos aspectos físicos da moradia relevantes para a perspectiva da arquitetura e do urbanismo. A saúde e a arquitetura e urbanismo se entrelaçam ao longo da história em diversos momentos, a exemplo das reformas urbanas higienistas dos séculos XIX e XX. Aspectos relacionados a saúde também são considerados nas decisões projetuais, como os aspectos de iluminação e ventilação, que podem ter impacto direto na salubridade do ambiente. Na dissertação pretendemos refletir a respeito da relação entre a moradia e a saúde mental. Portanto, os aspectos analisados das moradias da Rua Monsenhor Rubens Mesquita foram: tipologia; recuos; uso do solo e gabarito; e posse.

Para analisar a tipologia, nos baseamos na pesquisa de Gordilho-Souza (2000) que classificou a habitação na cidade de Salvador, definindo quatro parâmetros de habitabilidade: bom (não necessidade de intervenções); regular (mescla de bom e precário, logo com necessidade de algumas intervenções); precário (carência de infraestrutura e rede de equipamentos) e insuficiente (áreas sem condições mínimas de habitabilidade, que demandam amplas intervenções e algumas remoções).

Dada a pesquisa de campo e nossa análise, entendemos que a Rua Monsenhor Rubens Mesquita se classifica no parâmetro regular, por se tratar de

um espaço urbano com moradias em bom estado, lado a lado a moradias precárias, que demandam intervenções do poder público, mas com ampla oferta de infraestrutura urbana. Vide imagem abaixo (Figuras 11).

Figura 11 – Vistas da Rua Monsenhor Rubens Mesquita.

Fonte: Google Earth (captura em abril de 2019).

Identificamos a ausência de recuos frontais e laterais nesse espaço urbano, como podemos ver nas imagens acima. O recuo frontal possibilita mais espaço além da calçada, importante para a acessibilidade pedonal, mas também para espaços de convivência. De maneira geral, têm papel na insolação e ventilação, bem como os laterais, que são aspectos importantes para a

salubridade, para a saúde física e mental. Nesse caso, identificamos esse aspecto como negativo, na Rua.

De modo a entender a ocupação dessa Rua, realizamos mapeamentos dos usos do solo e dos gabaritos. As habitações variam entre térreas até no máximo cinco andares e são, em sua maioria, de uso residencial com uma incidência significativa de edificações de uso misto e com pouca presença de locais exclusivamente comerciais e de terrenos vazios.

O uso misto demonstra que a oferta de serviços e equipamentos é elemento que tem influência na saúde mental e que iremos elaborar melhor em seguida. Já quanto aos gabaritos, alguns estudos, como de Evans (2003), demonstram que arranha-céus podem ser psicologicamente hostis. Portanto, entendemos que a Rua em estudo é um lugar que se percebe acolhedor, e como procuramos demonstrar, a percepção espacial tem papel essencial no que se refere à relação entre sujeito e o espaço.

No que diz respeito à posse, esse é um tema essencial no caso desta Comunidade. Estudos como o de Macintyre *et. al* (2003) demonstram as relações entre a posse da habitação e saúde mental; o estudo elabora a respeito de outros aspectos urbanos, mas aqui destacamos a perspectiva da posse. Os autores colocam que a incerteza da posse costuma se associar à classe social e à situação econômica — aspectos que podem ter efeito em saúde mental — mas acreditam que a relação vai além desses fatores, já que seus estudos *multidata* apontam que a posse representa 5,4% nos medidores de saúde analisados.

Portanto, acreditamos que, embora a questão da posse estivesse presente desde o início da história dessa Comunidade, dada sua formação nas condições de uma ocupação, o processo de reintegração de posse coloca essa situação em evidência, e pode ter impactos na saúde mental dos indivíduos envolvidos.

1.3.2. Infraestrutura urbana

Analisamos, também, diversos aspectos da infraestrutura disponível nesse espaço urbano. Além do direito à infraestrutura urbana não ser contemplado, pode haver desdobramentos em relação à saúde mental. Melis *et al*. (2015) desenvolveram um estudo da cidade de Turim, Itália, em que articularam dados socioeconômicos, de gênero, idade, dentre outros, para entender a relação entre o ambiente físico e saúde mental, cujos resultados indicam que a densidade urbana e a acessibilidade a transporte público são os aspectos mais positivos para a saúde mental.

Já Schulz *et al*. (2016) identificaram uma relação entre altas densidades e maiores consumo de substâncias tóxicas. Sturm e Cohen (2004) não identificaram ligações diretas entre o espraiamento urbano e a saúde mental, no que diz respeito à incidência de distúrbios, mas constataram relações entre o espraiamento e alguns dos aspectos que analisaram, sendo eles a densidade populacional, a acessibilidade viária e o uso misto do solo.

Para nossa análise da infraestrutura urbana da Rua Monsenhor Rubens Mesquita, elencamos aspectos identificados na literatura, como capazes de influenciar a saúde mental. Para além destes, olhamos para aspectos que a disciplina do urbanismo entende como essenciais para a composição de espaço urbano bem infraestruturado.

Primeiramente, analisamos o abastecimento de água e a coleta de esgotos — o site oficial da Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. (EMBASA) relata que o bairro do Tororó está atendido regularmente pelos dois serviços, fato confirmado pelos moradores.

No que diz respeito à energia elétrica nas moradias, a Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (COELBA), fornece o serviço de maneira regular, de acordo com os próprios moradores. A Rua também conta com serviço de iluminação pública, porém nas visitas de campo identificamos que a iluminação é insuficiente nesse espaço, com alguns postes com luminárias sem funcionamento e as que funcionam não apresentam a potência necessária.

Embora o sistema de drenagem da Rua Monsenhor Rubens Mesquita seja equivalente ao restante da cidade de Salvador, não consideramos essa infraestrutura adequada nesse espaço com bocas de lobo escassas e ineficientes para a microdrenagem e poucas áreas permeáveis.

A coleta de lixo se apresenta como regular, e não encontramos nas visitas pontos de acúmulo de lixo. A Empresa de Limpeza Urbana de Salvador (LIMPURB) não disponibiliza seu roteiro de coleta, portanto não pudemos constatar se a Rua Monsenhor Rubens Mesquita está de fato atendida com o serviço via canais oficiais. Também não encontramos dados a respeito da varrição e lavagem. Percebemos no espaço pontos de acúmulo de entulhos e materiais de construção, que, no entanto, não são de responsabilidade da fornecedora.

Também analisamos as calçadas da Rua, onde existe o calçamento, mas este não é uniforme ao longo da Rua, tanto no que diz respeito à largura quanto aos níveis, tendo variações de altura; no entanto, precisamos pontuar que este é um problema comum em toda a cidade de Salvador, dada a sua topografia acidentada. Além disso, dada a dinâmica dessa Rua, de intensa convivência social e de uso misto, acreditamos que a largura das calçadas também não seja suficiente para essas atividades. Esse contexto demonstra que a Rua não apresenta acessibilidade adequada. No que diz respeito ao leito carroçável, este é asfaltado, mas com trechos com buracos e demanda reparos.

O entorno imediato da Rua Monsenhor Rubens Mesquita é muito bem servido de transporte público. De acordo com a Secretaria de Mobilidade (SEMOB), a Estação da Lapa oferece acesso a 121 linhas de ônibus, dá acesso às duas linhas de metrô da cidade e prevê-se, também, a chegada do BRT (*Bus Rapid Trafic*), cujas obras estão em andamento na região. O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Salvador, de 2016, legislação vigente, classifica essa Estação como um Sistema Estrutural de Alta Capacidade.

Entende-se a infraestrutura, em especial a de mobilidade e transportes, como um “valor de localização”, nos termos de Villaça (1998), um dos motivos que pode explicar a disputa da terra urbana da Rua.

No que diz respeito à poluição sonora, não encontramos dados oficiais, portanto nos baseamos nas visitas realizadas, quando identificamos uma poluição sonora significativa, principalmente devido à movimentação dos ônibus na Estação da Lapa.

Após nossa análise concluímos que, ainda que demande melhorias, a Rua é bem servida de infraestruturas urbanas essenciais, reafirmando a sua classificação como espaço urbano regular, de acordo com a metodologia e resultados da pesquisa de Gordilho-Souza (2010).

1.3.3. Oferta de equipamentos, comércios e serviços

A oferta de equipamentos, comércios e serviços é essencial para compreender as relações entre o espaço urbano e saúde mental. Para entender fatores da localização urbana da Rua Monsenhor Rubens Mesquita, realizamos uma série de mapeamentos baseados na metodologia produto da pesquisa "Ferramentas para avaliação da inserção urbana dos empreendimentos do MCMV", sob coordenação de Raquel Rolnik e desenvolvida pelo LabCidade (Laboratório Espaço Público e Cidade da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP) em conjunto com o ITDP Brasil (Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento), que foi produto da pesquisa "Ferramentas para avaliação da inserção urbana dos empreendimentos do MCMV", sob coordenação de Raquel Rolnik (2014). Esse método cartográfico considera não apenas as distancias geográficas dos equipamentos, mas também o tempo que se leva para percorrer tais distâncias.

A ferramenta divide os usos em três: (1) os cotidianos, distâncias de deslocamento de até 15 minutos, aproximadamente de 1.000 metros[8]; (2) os eventuais, determinados por um raio de 1.400 metros, o que significa, em média, 20 minutos de caminhada[9]; e (3) os esporádicos, caso em que a metodologia

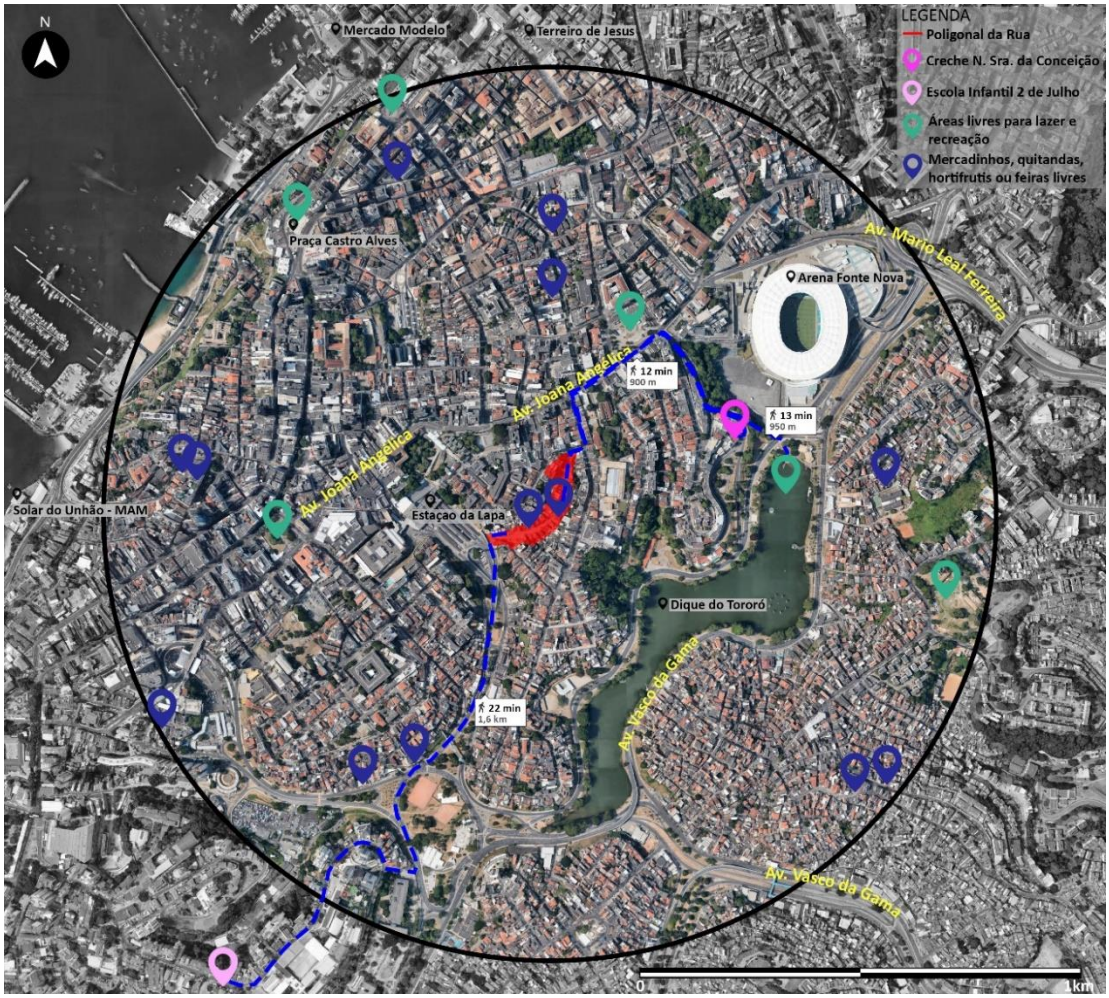
---

[8] Os usos cotidianos obrigatórios são: creches públicas, escolas públicas de Ensino Infantil, áreas livres de lazer e recreação e mercados, quitandas, *hortifrutis* ou feiras livres. E os complementares: açougues, padarias, farmácias, restaurantes, salões de beleza, academias, lotéricas ou caixas eletrônicos, assistências técnicas para equipamentos eletrônicos, e lojas de material de construção (Rolnik, 2014).

[9] Os usos eventuais obrigatórios compreendem: escolas públicas de Ensino Fundamental, escolas públicas de Ensino Médio e/ou Técnico, unidades de saúde com pronto atendimento,

identifica um equipamento de cada uso que deve estar a no máximo uma hora de distância via transporte público[10]. Dentro de cada categoria há uma subdivisão entre os usos obrigatórios e os complementares. Assim, realizamos seis mapas identificando os equipamentos disponíveis no entorno da Rua, a exemplo do apresentado abaixo.

Figura 12 – Mapeamento dos usos cotidianos obrigatórios em um raio de 1.000m do entorno da Rua Monsenhor Rubens Mesquita.



Fonte: Bahia, 2021, p. 75.

farmácias, área para práticas esportivas, supermercados e lotéricas ou caixas eletrônicos. E os complementares: Instituição de Ensino Superior, Centros de Referência de Assistência Social, bibliotecas públicas, delegacias, centros médicos ou clínicas especializadas, correios, lojas de vestuários, de calçados, etc., lojas de eletroeletrônicos, utensílios domésticos, mobiliário etc., restaurantes, bancos, escritórios ou consultórios, livrarias ou papelarias, assistências técnicas e de reparação (eletroeletrônicos, eletrodomésticos, veículos, bicicletas, etc..), e escolas de línguas, de informática e outras formações complementares etc. (Rolnik, 2014).

[10] Usos esporádicos obrigatórios são: hospitais públicos, centros públicos administrativos (INSS, subprefeituras ou prefeitura, Poupatempos/SAC, etc), Instituições de Ensino Superior, bancos. E os usos esporádicos complementares: cinemas, parques urbanos, ginásios esportivos, estádios, etc, teatros, museus ou centros culturais, hipermercados, cartórios (Rolnik, 2014).

No caso dos usos cotidianos obrigatórios, identificamos uma boa oferta de comércios de alimentos do dia a dia e de áreas de recreação ao ar livre; já a oferta de estabelecimentos de ensino público infantil, escolas e creches se constitui apenas em duas. No caso dos usos complementares, constatamos ampla oferta no raio determinado.

O mapeamento dos usos eventuais demonstrou uma grande variedade de estabelecimentos de cada um dos usos elencados nesta categoria, a uma distância confortável. Quanto aos usos esporádicos, também constatamos uma oferta ampla e satisfatória.

Os resultados obtidos com os mapeamentos demonstraram uma boa oferta de comércios, equipamentos e serviços urbanos, o que corrobora as análises e percepções da pesquisa de campo, ou seja, a disputa por este território tem razões claras, no sentido de expulsão dos presentes moradores, em prol de estratos sociais de renda superior.

1.3.4. Perspectiva social

Barton, Grant e Guise (2006) entendem o apoio e o suporte de rede locais como essenciais para a saúde e o bem-estar mental. Conforme salienta Saldiva (2018):

> Regiões urbanas que permitem a formação de uma rede de solidariedade, de afeto e de apoio são protetoras de nossas mentes. Ao contrário, o desamparo da solidão coletiva tão frequente nas megacidades e a falta de uma pessoa com quem possamos compartilhar nossos medos e dúvidas são fatores que favorecem o sofrimento mental e predispõem ao consumo de álcool e drogas. E o consumo de álcool e drogas, por seu lado, aumenta o risco de ansiedade e depressão. (Saldiva, 2018, p. 47)

Almedom (2005) chama tais redes de capital social, dividindo-o em três: coesão social, apoio social e integração/participação social. Para a autora, o capital social tem duas vertentes, a de Pierre Bourdieu (1986) e a de Robert Putnam (1995) e, a partir da revisão desses autores, Almedom dividiu o capital social em dois níveis — o micro e o macro. O primeiro se refere às relações individuais e familiares e, o segundo, às relações comunitárias, que incluem o acesso a bens e serviços públicos. Chan, Ho-Pong To e Chané (2006) também abordam o capital e a coesão social. Para os autores, o capital se refere às redes construídas de maneira individual, enquanto a coesão social diz respeito à comunidade e a sociedade como um todo.

Santana (2008) entende que há uma relação entre os conceitos de capital e coesão social, onde ambos dizem respeito à interação entre os indivíduos, a ajuda mútua entre eles, a união e um sentimento de pertencimento, que atuam de forma positiva na saúde e bem-estar dos sujeitos envolvidos.

Embora possamos tecer ressalvas ao termo “capital” social, uma vez que emula significados do campo monetário, entendemos que a ordem de que trata interessa ao universo de nossa pesquisa. Estabelecemos, a partir das teorias elaboradas, a importância das relações comunitárias para o bem-estar mental dos cidadãos. Jacobs (1961) considera essencial a união e o apoio comunitário para a evolução e proteção de um espaço urbano, de modo que tenha “capital” social para defender a sua comunidade, enfrentando o poder público, por exemplo, e que, para tal, necessita-se de um senso comunitário e participativo.

Logo, para compreender esse aspecto na Comunidade da Rua Monsenhor Rubens Mesquita, dividimos essa análise em três dimensões: a coesão social, ou seja, a identidade comunitária e as redes de apoio; o apoio comunitário e a participação social; e o “capital” social, que diz respeito à posição na tomada de decisão perante a sociedade.

No que tange à coesão social na Rua Monsenhor Rubens Mesquita, as visitas de campo evidenciaram as fortes relações entre esse grupo de pessoas,

em que todos se conhecem, têm alguma relação de proximidade e, mais de uma vez, me foi dito como há o sentimento de família nesse grupo.

O apoio comunitário pode ser identificado a partir de alguns aspectos, dentre eles a formação da Associação de Moradores, que se deu após a descoberta do processo de reintegração de posse, indicando um fortalecimento do senso comunitário. A Associação é responsável por realizar eventos de arrecadação e conscientização e reuniões frequentes, para discutir o enfrentamento do processo. O que nos foi relatado pelo Vice-presidente da Associação de Moradores é que há uma baixa adesão nas reuniões, mas uma forte participação nos eventos.

Por fim, entendemos o “capital” ou cabedal social dessa Comunidade como baixíssimo, dado que não têm poderio perante a sociedade e/ou qualquer poder decisório, fato que é evidenciado pelo processo de reintegração de posse em curso.

Outro aspecto diz respeito à situação socioeconômica dessa população, dado que este é um tema recorrente nas literaturas consultadas. Santana (2014) aponta que há uma relação entre posição social e saúde, em que os mais saudáveis tendem a crescer na hierarquia social e os que estão em estratos mais altos têm a propensão a ser mais saudáveis. Portanto, a desigualdade social no Brasil pode indicar um agravamento na diferenciação da saúde dos cidadãos, ou seja, mais uma usurpação de direitos fundamentais.

Dada a escassez de dados a respeito da renda média desses moradores, nos ancoramos na nossa percepção qualitativa de que esta se assemelha ao espaço urbano propriamente dito, como representação preliminar, sendo assim, variável, dentro do espectro de classe baixa e classe média baixa. No entanto, não realizamos um estudo comparativo para identificar, na pesquisa, uma maior vulnerabilidade em saúde mental, ainda que compreendamos o papel central da renda no sistema capitalista vigente.

1.3.5. A Comunidade no contexto urbano

A Rua Monsenhor Rubens Mesquita e a Comunidade que ali se formou não pode ser analisada sem considerarmos o contexto urbano da cidade na qual está inserida. No que diz respeito à sua localização na cidade, para além dos pontos já levantados, cabe ainda pontuar que a Rua possui acesso facilitado às principais avenidas da cidade de Salvador, garantindo conexões com o Centro Antigo; a Orla Marítima e a Orla da Baía de Todos os Santos; a BR-324; a área norte da cidade e o Litoral Norte. De forma semelhante, se encontra imediatamente adjacente à Estação da Lapa, importante estação de transbordo da cidade de Salvador, que, a partir de 2014, passou a receber o modal de metrô — aspecto que indica uma valorização fundiária desse espaço.

No mestrado realizamos uma investigação preliminar, aprofundada na presente pesquisa em capítulo adiante, da inserção da Rua perante a legislação urbana da cidade, a partir do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano - PDDU - Lei nº 9.069/2016 (Salvador, 2016) e do Plano Municipal de Habitação (PMH) (Salvador, 2008). No que diz respeito ao PDDU, a Comunidade está inserida em uma Macroárea de Urbanização Consolidada; como Área de Proteção Cultural e Paisagística (APCP) do Centro Antigo de Salvador; como área passível de operações urbanas consorciadas; e como uma Zona Especial de Interesse Social — classificada como ZEIS-1, que se refere a assentamentos precários, tais quais favelas, loteamentos irregulares e conjuntos habitacionais irregulares.

O Plano define a Macroárea de Urbanização Consolidada como um espaço urbano estratégico na perspectiva material e simbólica. Esse é um espaço urbano entendido como heterogêneo em sua ocupação, com condições de infraestruturas satisfatórias, com tecidos mesclados com ocupações precárias. Dentre os objetivos para área estão o investimento no turismo, a reestruturação do Dique do Tororó e entorno, e, nos elementos da política urbana inclui-se a desapropriação.

As Áreas de Proteção Cultural e Paisagística (APCP) são áreas que devem ser protegidas, devido ao seu patrimônio material e/ou imaterial. A diretriz

principal é a sua proteção e preservação, com projetos e programas que devem incluir a Comunidade.

As Zona Especiais de Interesse Social, por sua vez, são demarcadas para a habitação, recuperação urbana, fundiária e para a construção de Habitação de Interesse Social (HIS). A ZEIS-1, em que se insere a Rua Monsenhor Rubens Mesquita, prevê a regularização fundiária ou a promoção de habitação social, promovendo segurança da posse; garante habitabilidade e a integração de assentamentos precários ao restante da cidade; uso de imóveis não utilizados ou subutilizados para promoção da habitação; gestão participativa do espaço; respeito às áreas de proteção; e flexibilização dos parâmetros urbanos, de modo a promover a regularização fundiária.

Dado o contexto do Plano Diretor, nos parece incompreensível o processo de reintegração de posse, considerando os objetivos e diretrizes das áreas que a Rua integra dentro do Plano, especialmente considerando a função social da propriedade urbana, dado que, após a reintegração, o objetivo seria a construção de um *Shopping Center.* Voltaremos a este tema no Capítulo 02 da presente tese, para seu aprofundamento.

O processo de reintegração de posse também se torna incoerente, quando consideramos o Plano Municipal de Habitação 2008-2025 (PMH) (Salvador, 2008) e seus objetivos propostos, sendo eles de ofertar moradia digna para todos, em vista do déficit habitacional, e que funcionem como vetor de inclusão e diminuição de desigualdades.

No entanto, as propostas municipais em tela, compreendendo inclusive o zoneamento não se coadunam com o discurso desses documentos. Baltrusis *et al*. (2017) denunciam um PDDU onde o zoneamento é legitimador da segregação espacial das populações mais vulneráveis, privilegiando o mercado imobiliário. Sobre o PMH, Baltrusis (2010) pontua o plano como inovador, mas o critica por não abordar problemas estruturais, como a concentração de propriedade fundiária e a má distribuição de renda, que, para o autor, devem ser consideradas nas soluções planejadas para superar o déficit habitacional.

Entende-se que os planos propostos para a cidade e o seu discurso da urbanização e regularização não se efetivam e, ao invés, vemos uma gestão que beneficia, na prática e na gestão administrativa, o capital imobiliário e os interesses privados. Nesse sentido, buscamos entender o contexto da cidade de Salvador e, para tal, realizamos um breve histórico da sua ocupação urbana e uma análise dos principais processos urbanos aos quais a cidade está submetida.

No que diz respeito à história da ocupação da cidade, cabe dizer que Salvador foi a primeira capital do país e, como tal, abrigou os principais equipamentos para exercer o papel de colônia de Portugal; recebeu imigrações diversas, desde colonizadores às populações escravizadas; e possui uma configuração geomorfológica que ditou a ocupação inicial. Esses fatores são primordiais para compreender a sua conformação atual, como uma cidade heterogênea.

A ocupação da cidade evoluiu bastante alinhada com o pensamento urbanístico vigente de cada na época no Brasil, passando por várias fases, das quais guarda sinais. Nos primeiros dois séculos da colonização, a cidade se restringiu, grosso modo, ao seu núcleo originário, expandindo-se a partir do século XVII e, principalmente, no século XVIII. Essa era uma ocupação marcada pela mistura de classes, cores e estilos arquitetônicos em um mesmo espaço. Porém, a decadência política e econômica do século XIX resulta nas reformas urbanas higienistas do século XX, que dão origem a uma ocupação segregada do espaço urbano, que se mantém na contemporaneidade. O século XIX é marcado pela expansão desse modelo de ocupação ao longo da cidade e da sua Região Metropolitana.

Observamos, assim, contemporaneamente, uma cidade que se diz global, de referência nacional, localizada na periferia do capitalismo, intensamente urbanizada, ocupada de forma heterogênea e marcada pela desigualdade social. Com referência a este tipo de ocupação, que se dá na atualidade, cabe pontuar de modo breve alguns processos urbanos que caracterizam as cidades globais, tais quais Salvador.

Primeiramente buscamos compreender o processo de dispersão urbana na cidade. De acordo com Reis Filho (2006) esse é um processo de âmbito global, mas que se relaciona com as características locais, e que se dá a partir de dois outros processos, sejam eles o aumento demográfico nas áreas urbanas e a modernização capitalista. Para Reis Filho (2006, p. 12), o processo de dispersão urbana pode ser identificado quando temos uma expansão do tecido urbano que, ainda que se conforme em áreas separadas no espaço, mantém vínculos dentro de um mesmo sistema urbano. É tido, assim, como um processo de esgarçamento e concentração.

Em Salvador identificamos dois eixos principais, onde tais características se evidenciam, a Avenida Paralela (Av. Luís Viana Filho) e a Linha Verde (BA 099), ambas se caracterizando por serem grandes recortes na cidade, com trechos adensados e com uma clara segregação socioespacial, onde temos, de um lado — o lado mais próximo da praia — condomínios fechados de alta classe e hotéis e *resorts* de luxo, no caso da Linha Verde, e no lado oposto, ocupações autoconstruídas e favelas.

Em escala local, entendemos que esse tipo de processo segregador se relaciona com a Rua em estudo, não apenas por fazer parte da cidade de Salvador, de caráter turístico, mas pela lógica de adensamento, enquanto se vê, o esgarçamento do tecido nos eixos citados acima. Caso expulsas das suas moradias, o mais provável é que essa população ocupe as bardas da malha urbana, seja formal ou informalmente, sujeitas e dando continuidade a esse processo de dispersão.

. No que tange à indústria do turismo, essa se incrementa de maneira significativa a partir da década de 1970, facilitada pela cada vez mais crescente globalização, incentivada pelo estado, mediante um discurso de ser uma alternativa limpa e sustentável. Como resultado, vemos um investimento na cidade e no centro urbano, especialmente voltado para as áreas com potencial turístico.

Para Rodrigues (2015), apesar dos frutos positivos do crescimento dessa nova indústria, como a geração de empregos e o investimento em infraestruturas urbanas, identificam-se inúmeros impactos negativos. Primeiramente, a indústria turística favorece o capital estrangeiro em detrimento do nacional e local. Além disto, as novas infraestruturas em geral favorecem as áreas com potencial turístico, enquanto o restante da cidade e a população que ocupa esses espaços, permanece excluídas desses novos benefícios. A autora também pontua o conflito fundiário, como a expulsão das populações mais pobres das áreas de interesse turístico.

A cidade de Salvador e a sua forte indústria turística não escapou desses danos; os principais locais em que houve modificações são no Centro Histórico e seu entorno, que já passaram por inúmeros projetos e planos de requalificação, revitalização, dentre tantos outros. De modo análogo, o eixo do litoral norte, pela sua beleza natural, são alvo da crescente construção de hotéis, *resorts* de luxo e casas de veraneio, especialmente ao longo da costa marítima. A crescente turistificação tem produzido, cada vez mais, uma cidade voltada para o turista e não para os seus moradores, beneficiando o investimento privado em detrimento da população, acirrando as desigualdades e a segregação socioespacial.

A Rua Monsenhor Rubens Mesquita, como parte do Centro Expandido da cidade, sofre com a influência da turistificação. Portanto, podemos interpretar o processo de reintegração de posse também como uma “limpeza” da região central, expulsando a população local e demolindo as suas moradias, que não se enquadram no consenso social do circuito superior, do que é belo e que deve ser preservado — perpetuado por uma forma de arquitetura e urbanismo através da sua determinação de uma técnica e estética única — como modo de tornar o espaço cada vez mais estéril às camadas populares, para a atividade turística geradora de valor, como pauta o planejamento estratégico (Vainer, 2000).

Dada a importância do espaço público para a saúde mental dos habitantes, ressaltamos alguns aspectos em Salvador, considerando o espaço público como estruturante das cidades, de convívio, que abriga variadas funções. O contexto da turistificação vai ter efeito nos espaços públicos, onde a

sua produção está cada vez mais voltada para públicos específicos, ao invés do usuário cotidiano; como resultado, esse cidadão deixa de se conectar com esse espaço, não mais nele identificando a sua imagem e cultura, decorrendo disto seu esvaziamento como lugar do dia a dia. Outro aspecto que influencia o esvaziamento do espaço público tem sido a leitura das classes dominantes sobre a violência urbana e a insegurança, de modo que os espaços de socialização horizontalizados não se dão, cujas elites se transferem para espaços fechados, cujo convívio social cada vez mais se estratifica ou é voltado para o seio familiar, em semelhança ao que Caldeira (2006) define como “cidade de muros”.

No entanto, nos bairros de baixa renda, como é o caso da Rua Monsenhor Rubens Mesquita, vemos que esse fenômeno é diverso, com a socialização e a vida comunitária ainda presentes e, em geral, necessária para a sobrevivência. No caso da Rua em estudo, a socialização acontece nas calçadas — nas visitas presenciamos a interação entre os vizinhos defronte a suas casas, identificando um uso intenso do espaço público e um forte senso comunitário.

No contexto metropolitano, a cidade de Salvador, de acordo com Silva *et al*. (2016) representa 80% da população da Região Metropolitana de Salvador (RMS), em dados de 2010. Carvalho (2008), porém, aponta que a cidade tem uma escassez de terras livres para a construção de novas habitações. Como resultado, vemos um adensamento e verticalização na cidade, mas também a ocupação se expande para a região metropolitana, no processo inverso, já mencionado, de espraiamento; porém, grande parte da população periférica trabalha e realiza suas atividades de lazer na cidade sede metropolitana, criando um movimento pendular entre Salvador e as cidades do entorno.

A RMS se configura de tal forma que as cidades constituintes têm uma alta dependência de Salvador, no entanto falta uma governança que articule a infraestrutura e o planejamento integrado entre os municípios, a despeito do Estatuto da Metrópole (Brasil, 2015). Dessa forma, a ocupação habitacional é central para compreender a dinâmica metropolitana, porém a habitação se configura nesse espaço urbano de forma dispersa, concentrada e segregada,

onde vemos as classes separadas por extensas barreiras físicas como avenidas e rodovias.

De acordo com Gordilho-Souza (2014), no que diz respeito ao padrão de habitabilidade de Salvador, em 2004 a cidade apresentava um dos piores déficits habitacionais do país. O Plano Municipal de Habitação de Salvador (2008) divide o déficit em quantitativo e qualitativo. O quantitativo, por sua vez, se subdivide em básico e demográfico, sendo que básico se refere aos domicílios que apresentam inadequações tais que demandam a remoção, a exemplo das áreas de risco; já o demográfico é oriundo do crescimento populacional. O déficit qualitativo, se refere àqueles domicílios que apresentam alguma inadequação que pode ser resolvida com o atendimento da infraestrutura adequada ou ainda a resolução fundiária.

De acordo com o PMH (Salvador, 2008), o déficit quantitativo básico de Salvador é da ordem de 81.429 domicílios; o déficit demográfico indica que se deveria prover 7 mil moradias ao ano. O déficit qualitativo aponta que 10% da população de áreas de inadequação deveria ser removida. A pesquisa de Gordilho-Souza (2014) encontrou que, em 2006, 72% das moradias da cidade necessitavam alguma intervenção, para atender a padrões mínimos de habitabilidade. Portanto, o PMH entende que, no período de 2000-2025, seria necessário construir 275,5 mil unidades. Foge do escopo da presente pesquisa atualizar estes dados e verificar o panorama de atendimento de fato realizado.

Silva *et al*. (2017), mapearam diversos aspectos da moradia na cidade, entre os quais o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M); como resultado temos que os maiores índices se localizam na orla atlântica e no entorno do centro expandido — área onde se localiza a Rua Monsenhor Rubens Mesquita. Os menores índices se localizam nos espaços marcados pela informalidade e pelas condições habitacionais mais precárias.

Aprofundando a análise, Silva *et al*. (2017) mapearam os dados do IDH-M sobrepostos aos novos empreendimentos imobiliários privados e aos novos empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), no período de

2008-2014. Os resultados indicam que o investimento privado em habitação coincide com as áreas de melhores índices, ao passo que os empreendimentos do MCMV se localizam nas áreas com os menores IDH-M.

Os autores também analisaram o padrão de habitabilidade a partir de duas variáveis do censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) de 2010, a saber, a quantidade de banheiros por domicílio e os domicílios com até três cômodos. Os resultados apresentam, novamente, o maior padrão ao longo da orla atlântica, enquanto a habitação mais precária se localiza no Miolo da orla da Baía de Todos os Santos. Silva *et al*. (2017) também identificam um vetor de investimentos imobiliários ao longo do Litoral Norte, com um alto volume de novas construções.

Para Silva *et al*. (2017) o mercado imobiliário é o principal estruturador socioespacial do espaço urbano da cidade de Salvador, dada a extensão dos impactos de sua atuação. O que vemos é uma predominância de construção de novas unidades, em detrimento de outras ações que possam mitigar o déficit habitacional propriamente dito. Programas como o Minha Casa Minha Vida, por exemplo, não atingiram a parcela mais significativa do déficit habitacional, devido a sua modalidade principal ser o modelo de financeirização, assim como os programas de moradia não foram acompanhados de investimento em infraestruturas urbanas suficientes, principalmente quando considera-se que, em geral, esses empreendimentos se localizam nas franjas da cidade.

Para além da intensa produção de moradias via programas habitacionais, também se viu no *boom* imobiliário de 2010 uma intensa produção de moradias para as classes médias e altas, essas em geral marcadas pela verticalização em condomínios fechados, cuja densificação também não foi acompanhada de ajustes na infraestrutura urbana. Nesse período, houve uma intensa verticalização e consequente aumento de densidade da cidade informal.

Toda essa expansão se dá nos moldes de concentração e dispersão já citados. Aliados a esses processos, os principais investimentos se dão nas áreas já mais privilegiadas e, em geral, turísticas. Temos, assim, uma perpetuação da

segregação. As previsões para o futuro da ocupação da cidade de Salvador não são promissoras, em que desponta uma tendência à maior permissividade de ocupação em áreas de proteção ambiental. Silva *et al*. (2017) preveem cada vez mais a expansão da ocupação ao longo da RMS com os mesmos padrões de ocupação já expostos. A Rua Monsenhor Rubens Mesquita se enquadra em alguns dos padrões apresentados, como a pressão pela tendência à verticalização e gentrificação da cidade informal que caracterizou a primeira década dos anos 2000. No mapeamento de Silva *et al*. (2017), localizamos a Rua em uma das regiões com os maiores índices de IDH e em uma área de domicílios com até três cômodos.

Portanto, entendemos a Rua Monsenhor Rubens Mesquita como um espaço urbano bem localizado no contexto da cidade de Salvador, bem atendido em relação aos serviços e equipamentos, modalidade de transporte e na região que apresenta os melhores índices da cidade. Porém, não escapa de estar à mercê dos processos urbanos da cidade da qual faz parte — processo comuns em cidades que se almejam globais em moldes do planejamento estratégico, como é o caso de Salvador —, como é evidenciado, na escala do estudo de caso, pelo processo de reintegração de posse em curso. Porém, ainda que seja um caso emblemático da urbanização feroz e que privilegia o mercado imobiliário, identificamos, nesse espaço, dinâmicas características resultantes de processos locais comunitários de resistência.

1.4. Síntese de resultados

Os resultados obtidos na pesquisa de mestrado que embasa o presente estudo, tanto da análise urbana quanto dos questionários aplicados foram sintetizados em algumas tabelas que apresentaremos a seguir. Primeiramente, no que diz respeito ao espaço urbano, buscamos compreender os aspectos que a fundamentação teórica nos indicou, que têm potencial de influenciar a saúde mental dos indivíduos.

Para tanto, como sistematização, configuramos uma tabela relacionando os determinantes levantados com parâmetros definidos e atribuímos um parâmetro para cada aspecto da Rua Monsenhor Rubens Mesquita. A Tabela 01, a seguir, está dividida em quatro grupos: habitação, infraestrutura urbana, equipamentos e serviços e sociais:

Tabela 01 – Tabela qualitativa comparativa do espaço urbano da Rua Monsenhor Rubens Mesquita.

	ASPECTO URBANO	PARÂMETRO	OBSERVAÇÕES
HABITAÇÃO	Tipologia	Regular	O parâmetro adotado utilizou como referência a pesquisa de Gordilho-Souza (2008).
	Gabarito e uso do solo	2-5 andares | uso misto	Em geral, uso misto, com o comércio no térreo e uso comercial nos andares superiores.
	Posse	Incerta	Devido ao processo de reintegração de posse em curso.
	Recuos	Insuficiente	
INFRAESTRUTURA URBANA	Água	Bom	
	Esgoto	Suficiente	
	Luz	Bom	
	Iluminação pública	Insuficiente	
	Drenagem	Insuficiente	
	Poluição sonora	Insuficiente	Devido a poluição sonora proveniente dos ônibus na Estação da Lapa.
	Coleta de lixo	Bom	
	Limpeza urbana	Suficiente	
	Calçamento	Insuficiente	
	Qualidade da via	Suficiente	
	Acessibilidade	Precária	
EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS	Comércios essenciais	Bem servido	
	Saúde	Bem servido	
	Educação	Bem servido	
	Segurança pública	Suficiente	
	Assistência social	Bem servido	
	Lazer	Bem servido	
	Espaços públicos	Bem servido	

	Transporte	Bem servido	
	Risco ambiental	Baixo	
SOCIAL	Coesão social	Excelente	
	Participação comunitária	Suficiente	
	Capital social	Insuficiente	
	Situação socioeconômica	Classe média baixa/ baixa	

Parâmetros adotados: Precário (P); Insuficiente (I); Suficiente (S); Bom (B); Excelente (E)

Fonte: Bahia, 2021, p. 185.

O que a síntese nos demonstra é, no geral, um bom espaço urbano, ou seja, que apresenta qualidades, ainda que demande melhorias na sua infraestrutura, e que tem, como importantes aspectos positivos, a sua localização urbana privilegiada, o espírito comunitário e a coesão social.

No caso dos questionários Self-Reporting Questionnaire (SRQ-20) realizamos duas tabelas síntese, abordando os resultados sob duas perspectivas. A primeira, computando o resultado por questionário e observando os totais da Comunidade; e, na segunda tabela, agrupamos as perguntas nos grupos de sintomas aos quais fazem parte, computando e analisando os resultados de cada grupo (Tabelas 02 e 03).

Tabela 02 – Resultados da aplicação do SRQ-20 por questionário.

Nº do SRQ-20	**Quantidade de respostas SIM**	**Quantidade de respostas NÃO**	**Não respondidos**
1	2	18	
2	4	16	
3	1	19	
4	0	20	
5	10	10	
6	0	20	1
7	14	6	
8	4	15	1
9	1	19	1
10	5	14	
11	1	18	
12	2	18	2
13	2	18	
14	5	13	

15	6	14	
16	6	14	
17	12	8	
18	5	15	
19	20	0	
20	5	15	
21	4	16	
22	3	17	
23	9	11	
24	1	19	
25	5	15	
26	1	19	
27	3	17	
28	6	14	
29	2	18	
30	7	13	
31	4	16	
32	11	9	
33	5	15	
34	1	19	1
35	3	17	
36	7	12	
37	5	15	
38	2	18	
39	5	15	
40	8	12	3
41	3	17	
42	3	14	
43	3	17	
44	10	10	
45	11	9	
46	5	15	
47	9	11	
48	15	5	
49	6	14	
50	2	18	
TOTAL	**264**	**727**	**9**

Fonte: Bahia, 2021, p. 52.

Na primeira tabela, elencamos as quantidades de resposta “sim” e de respostas “não”, considerando que foram aplicados 50 questionários e teríamos um máximo de mil respostas “sim” ou “não”. Obtivemos um total de 264 respostas “sim”, lembrando que a resposta “sim” indica o sintoma presente; temos, portanto, uma maior incidência de não sintoma do que de sintomas presentes. Ao analisarmos os questionários separadamente, notamos que apenas seis indivíduos responderam mais “sim” do que “não” e dois tiveram um empate com dez respostas “sim” e dez respostas “não”.

A segunda análise, que divide as perguntas em grupos de sintomas, se baseia no trabalho de Iacaponi e Mari (1989), que organizaram as perguntas em quatro grupos, a saber: decréscimo de energia vital; sintomas somáticos — que são sintomas físicos associados a sentimentos e pensamentos; humor depressivo; e pensamentos depressivos.

Tabela 03 – Resultados do Self-Reporting Questionnaire (SRQ-20) por grupos de sintomas.

Grupo de sintomas	**Nº**	**Pergunta**	**Quantidade de respostas SIM**	**Total**
Decréscimo de energia vital	8	Você tem problemas para pensar claramente?	9	84
	11	Você acha difícil aproveitar suas tarefas diárias?	12	
	12	Você acha difícil tomar decisões?	21	
	13	O seu trabalho diário é sofrido?	16	
	18	Você se sente cansado o tempo todo?	13	
	20	Você se cansa facilmente?	13	
Sintomas somáticos	1	Você tem dores de cabeça frequentes?	16	73
	2	Você tem pouco apetite?	10	
	3	Você dorme mal?	19	
	5	Você tem tremedeiras nas mãos?	3	
	7	Você tem má digestão?	10	
	19	Você tem sensações desconfortáveis no seu estômago?	15	
Humor depressivo	4	Você se assusta fácil?	24	70
	6	Você se sente nervoso, tenso ou preocupado?	28	
	9	Você se sente infeliz?	10	
	10	Você chora mais que o habitual?	8	

Pensamentos depressivos	14	Você é incapaz de exercer algo útil na vida?	12	37
	15	Você perdeu o interesse nas coisas?	9	
	16	Você se sente uma pessoa inútil?	3	
	17	O pensamento de pôr fim a sua vida já passou pela sua mente?	13	

Fonte: Bahia, 2021, p. 55. Grupo de sintomas traduzido e adaptado de Who (1994) e Araújo *et al*. (2009). Resultados oriundos da pesquisa de campo.

A Tabela 03 demonstra que há uma prevalência do primeiro sintoma, decréscimo de energia vital. Porém, as duas perguntas que mais receberam respostas “sim” fazem parte do grupo de sintomas de humor depressivo.

O intuito da análise e sistematização realizadas a partir dos questionários foi o de quantificar possíveis sintomas, comparando com o espaço urbano e deduzindo a relação entre os dois a partir do referencial teórico, de modo a compreender, de modo preliminar, a causalidade da relação espaço e saúde mental.

Os resultados apresentados indicam uma baixa incidência de sintomas relacionados a transtornos de ansiedade e depressão na Rua Monsenhor Rubens Mesquita. Concluímos, a partir da pesquisa empírica realizada, que a Comunidade se caracteriza como um ambiente mentalmente saudável, o que parece corroborar com a percepção da pesquisa de campo. Assim, as evidências demonstraram um espaço urbano onde tem-se a manutenção de um bem-estar mental coletivo. Mediante a fundamentação teórica e análise desse espaço urbano, atribuímos a esse resultado a boa localização urbana e as relações sociais e de apoio comunitário que prevalecem nesse local.

1.5. Considerações finais

Na Dissertação de Mestrado que é base para a presente pesquisa de Doutorado, buscamos estreitar relações entre cidade e saúde mental, investigando os aspectos do espaço urbano que poderiam influenciar o cidadão em termos de saúde mental. Para tal, perpassamos pela compreensão e análise

do espaço urbano em estudo, pela investigação qualitativa dos aspectos urbanos e seus possíveis efeitos em saúde mental. Assim, acreditamos ter elucidado algumas relações entre espaço urbano e o bem-estar mental, tanto individual e coletivo.

Levantamos algumas críticas a respeito da governança da cidade de Salvador e de um planejamento urbano que perpetua desigualdades, privilegiando os interesses privados do capital, enquanto a população mais pobre sofre pressões para sua exclusão de espaços de interesse. Criticamos também um planejamento urbano, que conceitua a cidade unicamente a partir de uma perspectiva racionalista e técnica, sem considerar aspectos e subjetividades dos habitantes do espaço como cidadãos comuns. Esse é um formato perpetuado pela gestão pública, como um braço do capital privado e seus interesses — porém há que sinalizar, simultaneamente, mesmo que com limites impostos, esforços para conceber e constituir a cidade por vias inclusivas e participativas, que foram responsáveis conquistas importantes da política urbana brasileira, sublinhando a primeira fase da criação do Ministério das Cidades (Caldas, 2018).

Intentamos alertar para uma urbanização feroz, que não apenas impacta a cidade em sua infraestrutura e constructo, mas sobremaneira os indivíduos que a habitam e, aqui, defendemos que esse impacto pode ser percebido a um nível de saúde mental.

Nossa investigação, primeiramente, parte da premissa de que a cidade não é apenas os seus aspectos físicos, mas também a suas relações sociais — ou seja, o espaço urbano não é só físico, mas também social, cultural, simbólico, cotidiano e político. O que identificamos é que os espaços urbanos resultantes de construções coletivas e com uma vida comunitária coesa e consolidada, e bem localizados nas cidades, parecem ser contexto que propiciam um ambiente para uma vida mentalmente saudável para os habitantes, como é o caso da Rua em estudo.

No caso da Rua Monsenhor Rubens Mesquita, identificamos que o que prevaleceu até certo momento, não foi a lógica do capital, mas sim uma lógica local, da coesão social. Trata-se de um espaço urbano bem localizado, com uma infraestrutura suficiente para uma vida digna, resultante de um processo de

construção coletiva. No entanto, ao revés de sua especificidade comunitária, inseridos em uma governança que prioriza os interesses mercadológicos, a sua localização, um dos grandes trunfos desse espaço, está em risco, pois a ela está associado um valor mercadológico irreproduzível, o que nos levou ao questionamento colocado na dissertação: estamos excluindo nossos espaços saudáveis?

Buscamos, nesse capítulo, sintetizar e refletir sobre o que foi realizado ao longo da pesquisa anterior de mestrado, dado que suas conclusões e questionamentos foram premissas que pavimentaram o caminho para que chegássemos à presente tese. Procuramos esclarecer a fundamentação que deu base ao estudo anterior e que condicionou aquilo que foi estabelecido como base para o presente trabalho, e que, em especial, déssemos luz à história da pesquisadora com essa comunidade, que ora tem continuidade. É também interessante notar, olhando para trás, o tom esperançoso que a dissertação adotou, os bons resultados obtidos e a proximidade com esse espaço e essa Comunidade criaram a esperança da sua continuidade naquele espaço. No entanto, o que veremos ao longo da tese que se segue é que esse acabou por se tornar mais um caso em que as forças do capital prevaleceram.

2. CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESTATUTO LEGAL

No capítulo a seguir, nos propusemos a refletir a respeito da questão legal que envolve a comunidade em estudo, entendendo como ela se situa no que diz respeito, mais diretamente, à legislação urbanística e, mais especificamente, como a região do território de estudo de caso se enquadra na legislação municipal. Para tanto, faremos uma abordagem preliminar da política urbana federal, abordando a Constituição de 1988 e o Estatuto da Cidade (Brasil, 1988; 2001), que são essenciais para o entendimento de determinados instrumentos urbanísticos, como as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) e dos Planos Diretores como peça-chave da política urbana municipal.

Nesse sentido, em seguida, analisaremos o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) da cidade de Salvador (Salvador, 2016a; 2016b; 2016c; 2016d; 2016e; 2016f; 2016g), voltando atenção a como a Comunidade da Rua Monsenhor Rubens Mesquita e seu entorno de influência se enquadram em seus parâmetros e políticas. Serão discutidos, também, dois planos em construção, pertinentes à cidade, a saber, o Plano Salvador 500 (FIPE, [S. I.]; FLMF, 2020a; 2020b; 2020c; Salvador, c2022) e o Plano Salvador 360 (Salvador, [S. I.b]), considerando-os como subsídios para vislumbrar as intenções institucionais mais recentes de inserção da cidade em um quadro de planejamento urbano contemporâneo. A Lei de Ordenamento, Uso e Ocupação do Solo do Município de Salvador (LOUOS) é outra legislação essencial a ser abordada, visando o cotejamento dos parâmetros urbanísticos preconizados para o objeto de estudo e seu entorno (Salvador; 2016i; 2016j; 2016k; 2016l; 2016m; 2016n; 2016o;2016p).

Dado que o aspecto legal é central na questão do planejamento urbano, a análise crítica necessariamente amplia a compreensão sobre os acontecimentos referentes ao estudo de caso em pauta; intenta-se explicitar se seu enquadramento na legislação urbanística pode salvaguardar o direito de permanência da comunidade no local onde está tradicionalmente assentada.

A Constituição Federal de 1988 foi um marco em vários aspectos, porém aqui cumpre salientar sua influência inaugural na política urbana brasileira, e seus reflexos no que concerne à legislação municipal nas décadas

subsequentes, com respeito ao ordenamento urbano e na questão habitacional. Assim, este capítulo discorre a respeito da política urbana. Conforme determina o artigo 182 da Constituição (Brasil, 1988):

> Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o **pleno desenvolvimento das funções sociais** da cidade e **garantir o bem-estar de seus habitantes**.
>
> § 1º **O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana**.
>
> § 2º A propriedade urbana cumpre sua **função social** quando atende às **exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor**.
>
> § 3º As **desapropriações de imóveis urbanos** serão feitas com prévia e **justa indenização em dinheiro**.
>
> § 4º É facultado ao Poder Público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de:
>
> I – parcelamento ou edificação compulsórios;
>
> II – imposto sobre propriedade predial e territorial urbano progressivo no tempo;
>
> III – desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais. (Brasil, 1988, **grifo nosso**)

E, no artigo 183:

> Art. 183. Aquele que possuir como sua área urbana de **até duzentos e cinqüenta metros quadrados**, por **cinco anos**, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua **moradia ou de sua família**, adquirir-lhe-á o **domínio**, desde que

> não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural. (Brasil, 1988, grifo nosso)

Estes dois artigos instauram a política urbana no Brasil, abordando como temas centrais: a função social da propriedade urbana, o ordenamento urbano, o bem-estar dos cidadãos e questões relacionadas à propriedade, como justa e prévia indenização por desapropriação e garantia de domínio em determinadas circunstâncias. A política urbana institucionalizada pela Constituição foi regulamentada somente em 2001, pelo Estatuto das Cidades (Brasil, 2001), incluindo a obrigatoriedade do Plano Diretor para cidades com mais de vinte mil habitantes conferindo autonomia ao poder municipal para definir a política e o planejamento urbano e detalhando instrumentos como o IPTU progressivo e a desapropriação.

A noção de função social da propriedade urbana redefine a concepção do planejamento urbano brasileiro e repercute na maneira de conceber a cidade, pautada, de modo geral, a partir da legislação e dos seus instrumentos, como macrozonas, macroáreas, ZEIS, entre outros e que se desdobram, de modo mais imediato, nas leis municiais de uso e ocupação do solo — um importante objeto de disputa nas cidades, entre o capital imobiliário e o valor de uso.

Como salientado, o artigo 183, coloca outra noção fundamental, essa também pautada na função social da propriedade, que garante o direito à moradia aos ocupantes de um certo espaço após um dado período de tempo; explicitamos esse artigo pois ele é essencial para o estudo abordado nesta tese, o caso da Rua Monsenhor Rubens Mesquita. Lembremos que a cidade é burguesa por origem e essência, e, portanto, se revolve em torno da noção de propriedade, para além, é uma das formas de dotação ou exercício de poder e de apropriação, na luta de classes.

Nesse sentido, conforme Caldas (2015), o Estado para Marx “[...] não é nada mais do que a forma de organização que os burgueses constituem pela necessidade de garantirem mutuamente a sua propriedade e seus interesses [...].” Ou seja, “O Estado é a forma pela qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer seus interesses comuns e na qual se resume toda a sociedade civil de uma época.” (Marx,1845, p.124 apud Caldas, 2015, p. 153). A

autora aponta, em contrapartida, para o caráter de classe como forma relacional, conforme Poulantzas: “[...] no terreno da dominação política, o Estado não se encontra ocupado por uma só classe, mas por várias classes e frações de classes dominantes, que funcionam, em regra, sob a direção da classe ou fração hegemônica que constitui o bloco no poder.” (Caldas, 2015, p. 154). Também, conforme Poulantzas, considerando, já, o Estado, a partir de sua própria natureza, como um campo de poder, Caldas cita Marques:

> Este campo organizaria as classes dominantes em torno dos interesses de curto prazo das frações hegemônicas no bloco do poder, e da classe burguesa no longo prazo. Isto seria possível pela autonomia relativa do Estado no que tange aos interesses particulares dos grupos e frações de classes. Da mesma forma, o Estado desorganizaria as classes dominadas por concentrar em si, a relação de força entre os dominados e dominadores. (Marques, 1997, p.70 apud Caldas, 2015, p.155)

No artigo 182, destacamos que a política urbana, para além de ordenar a cidade, tem como objetivo: “garantir o bem-estar de seus habitantes”. Apesar da afirmação, o texto da Lei não explicita o que entende por bem-estar e se, nesse caso, estaria incluso o bem-estar mental de seus cidadãos, embora esteja explicitado que o urbano está sendo considerado como um aspecto que pode afetar o bem-estar dos indivíduos que o habitam.

No que diz respeito aos princípios da política de saúde instituída pela Constituição, tem-se a Seção II, artigos 196 a 200, que define a saúde como um direito de todos e um dever do Estado; aqui não há menções à saúde mental. Porém, em sua relação com a cidade, é abordado como os serviços e equipamentos de saúde devem constituir uma rede integrada, que estará localizada no espaço urbano.

A Constituição Federal de 1988 deu grande ênfase à questão urbanística e, em prol de ordenar o espaço urbano e promover o pleno desenvolvimento das funções sociais, delegou aos municípios a responsabilidade pelo seu ordenamento e o planejamento. Como mencionado, a regulamentação dos artigos referentes à política urbana foi objeto do Estatuto da Cidade (Brasil, 2001).

O Estatuto é, portanto, um marco da política urbana, tendo como objetivo ordenar “as funções sociais da cidade e da propriedade urbana” (Brasil, 2001, art. 2) e, em prol desse objetivo, elenca diretrizes gerais, determina os instrumentos da política urbana, define o Plano Diretor e seus conteúdos, estabelece a gestão democrática da cidade e apresenta determinadas disposições gerais. De acordo com Lage *et al.* (2020):

> O conteúdo que compõe o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001) é resultado de um longo processo de construção que tem influências de matrizes discursivas diversas. Os estudos e textos acadêmicos geralmente remontam suas origens ao Seminário Habitação e Reforma Urbana (s.HRU), ocorrido no governo João Goulart a partir da perspectiva de realização das reformas de base; ou, num momento posterior, ao Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU) e sua Emenda Popular pela Reforma Urbana, articulados no fervor da movimentação nacional pela elaboração da Carta Constitucional de 1988. Entretanto, algumas influências do texto final da Lei são encontradas em tempos mais remotos de formação do pensamento urbanístico no Brasil. Outras referências da Lei são mais recentes e apareceram ao longo do processo de negociação política a partir da assembleia constituinte. (Lage *et al.*, 2020, p. 2)

O Estatuto da Cidade reúne o conjunto de dispositivos disponíveis para a execução da política urbana, e cada município pode utilizá-los de acordo com suas necessidades e realidades sociais e urbanas. Dessa forma, a Lei materializou os princípios urbanos determinados pela Constituição de 1988 e estabeleceu as bases do planejamento urbano brasileiro.

Observamos que, assim como na Constituição Federal vigente, o Estatuto da Cidade também se propõe legislar em prol do bem-estar dos cidadãos, sem também esclarecer o que se entende por bem-estar. O texto da Lei inicia:

> *Parágrafo único.* Para todos os efeitos, esta Lei, denominada Estatuto da Cidade, estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o **uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo**, da segurança e do **bem-estar dos cidadãos**, bem como do equilíbrio ambiental. (Brasil, 2001, art. 1)

Raquel Rolnik escreveu uma análise dos dez anos passados da promulgação do Estatuto da Cidade, observando que o texto da Lei se baseia no contexto a partir do qual foi construído — as grandes cidades industriais de onde renascem os movimentos sociais e sindicais; porém, as diversas outras realidades urbanas brasileiras "[...] desafiaram os instrumentos do Estatuto para pensar além do modelo do crescimento espoliativo e especulativo e da ocupação dos vazios urbanos com habitação popular" (Rolnik, 2012, p. 12).

Segundo Rolnik, a evolução das cidades brasileiras também desafia o Estatuto a partir de suas novas políticas econômicas, com a inserção dos trabalhadores no mercado de consumo e pela "acumulação urbana nos circuitos financeiros globalizados" (Rolnik, 2012, p. 13). Nesse contexto, a autora argumenta que vimos o desenvolvimento urbano ser pautado em grandes obras de infraestrutura financiadas pelo poder público, porém que careciam de planejamento, ordenamento e gestão do território que considerassem as questões locais. E, com o mesmo objetivo de movimentação econômica, vimos também os altos investimentos na política habitacional pautada em programas de construção de moradia via financeirização, que resultaram em um descontrole do processo de especulação imobiliária.

Em contrapartida, projetos urbanos pautados em grandes eventos criam espaços sem lei em prol da abertura para investimentos internacionais; estes são, ironicamente, viabilizados a partir de instrumentos do Estatuto, a exemplo das operações urbanas consorciadas. Nesse processo, em inúmeros casos em que o território urbano abriga essas grandes obras, estas têm sido viabilizadas a partir de remoções, também pautadas em instrumentos do Estatuto, contradizendo a função social da propriedade (Rolnik, 2012).

Rolnik (2012) afirma que, no entanto, os instrumentos do Estatuto são também importantes para os movimentos de resistência, a exemplo das demarcações das Zonas de Interesse Social:

> Ainda assim, a judicialização de direitos possibilitada pelo Estatuto não é uma garantia plena, uma vez que tudo que ela assegura é o julgamento de conflitos na esfera do judiciário, um poder relativamente conservador que nem sempre emite decisões coerentes com a ideia de um Estado de direitos. Assim,

> embora o Estatuto da Cidade tenha possibilitado um processo de judicialização para importantes frentes de resistência aos imperativos do capital sobre o solo urbano, essa salvaguarda tem servido mais para evitar, ou, bloquear violações de direitos do que para promover ações afirmativas e resolver os conflitos urbanos. (Rolnik, 2012, p. 15)

A autora enfatiza a importância de reafirmarmos os princípios da política urbana declarados pela Constituição, a partir da regulação pública do território e de um enfrentamento da lógica corporativa na gestão das cidades. Caso contrário, veremos cada vez mais o Estatuto da Cidade ser aplicado em prol do capital. Mas, para além disso, aponta que o ordenamento jurídico sozinho não é suficiente para resolver as questões urbanas.

De acordo com Caldas:

> Submeter a função econômica da propriedade à sua função social exige um Estado forte e radicalmente comprometido com os princípios da Reforma Urbana, pois é preciso vencer a contradição que existe entre a terra mercadoria e a terra como espaço social. (Caldas, 2015, p. 105)

Assim para a autora, a organização federativa fortalece o âmbito municipal na condução das políticas públicas urbanas, porém, esbarra nas condições de financiamento, onde “[...] o modelo que caracteriza a relação dos interesses públicos e privados, ainda não conseguiu superar a correlação de forças desfavorável à uma transformação para um padrão socialmente menos injusto nas cidades brasileiras.” (Caldas, 2015, p. 245).

Rolnik (2021) retoma a análise, quando dos vinte anos do Estatuto da Cidade. Na sua perspectiva, para compreender o Estatuto e seus limites, é necessário complexificar a leitura da sua formulação e formas de implementação. Por isso, pontua que, apesar da política urbana ter sido incluída na constituinte a partir da pressão dos movimentos sociais, no jogo de forças, a Constituição acabou por ser pautada em modelos de um planejamento tecnocrático, modernizador e racionalista, com raízes no pensamento colonialista, e pela indústria imobiliária. Segundo a autora:

> Os parâmetros da linguagem do planejamento, assim como a lógica de conformação da urbanização, são 100% aderentes aos produtos imobiliários produzidos pela indústria imobiliária (a torre, o parcelamento do solo, o condomínio, o galpão industrial, etc.) e os produtos da indústria da construção de grandes estruturas (os viadutos e túneis, os piscinões, etc.). Coeficientes de aproveitamento, por exemplo, tão centrais em toda a regulação urbanística, têm a ver fundamentalmente com potencial construtivo, ou seja, com a capacidade de extrair renda de um terreno. E muito pouco a ver com a lógica de organização dos espaços de vida ou questões como a paisagem, a história, a natureza. (Rolnik, 2021, p. 291)

A autora enuncia nessa nova análise alguns dos mesmos problemas do texto anterior: o processo de financeirização e a captura de espaços da cidade, com a flexibilização de normas ampliadas com o Planejamento Estratégico — em geral, uma forma de pensar e transformar a cidade a partir da geração de lucro para os capitais investidos e não em prol de “proteger e promover a vida”. E, mais uma vez, defende instrumentos como as ZEIS que, em conjunto com novas pautas sociais, vêm ganhando força ao longo da última década, nos permitindo ter esperança de que o Estatuto da Cidade possa ser utilizado para propormos uma cidade para todos.

A análise da autora indica que os problemas continuam centrados nas mesmas questões, embora essas tenham evoluído, adquirido novas camadas e se complexificado. O mesmo podemos dizer a respeito da luta por uma cidade democrática, para todos, e em prol de um planejamento participativo. Ainda assim, fica claro o quanto a legislação por si só não é capaz de garantir o direito à cidade, à moradia e o bem-estar dos cidadãos. Temos visto a legislação urbana sendo aplicada em prol do capital e conflitando com preceitos da política urbana tal qual se encontra no papel.

Avançando para as questões que concernem à comunidade do estudo de caso especificamente, percebemos que a realidade vivida por essa comunidade, com respeito ao processo de reintegração de posse, demonstra uma negação ao direito à cidade, à moradia, ao acesso a bens e serviços — já que, em muitos casos, o resultado é a realocação para áreas nas franjas do tecido urbano. Nesse sentido, o estudo de caso é um exemplo concreto e atual de como a legislação

por si só não é capaz de proteger as comunidades urbanas dos ditames do capital. Como preconiza o Estatuto da Cidade:

> Art. 39. A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor, assegurando o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas, respeitadas as diretrizes previstas no art. 2º desta Lei. (Brasil, 2001, p. 26)

Cabe ressaltar, dado o tema desta pesquisa, que o Estatuto menciona as questões de saúde apenas no que diz respeito ao acesso a equipamentos. No entanto, não aborda o planejamento como possível aliado para promoção ou prevenção de problemas de saúde, em especial de saúde mental, embora cite a promoção do bem-estar.

A Constituição e o Estatuto da Cidade regulamentam a política urbana de modo que essa se cumpra tendo o plano diretor como instrumento básico, obrigatório para as cidades com mais de vinte mil habitantes (Brasil, 1988, art. 182); portanto, abordaremos o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de 2016, plano vigente na cidade de Salvador, nos detendo em como a Comunidade da Rua Monsenhor Rubens Mesquita se enquadra na legislação municipal, incluindo, ao final do presente capítulo, o disposto na Lei 9.148/2016, que dispõe sobre o Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo do Município de Salvador (Salvador, 2016i), analisando quais direitos lhe são garantidos legalmente e quais os instrumentos que protegem a Comunidade, ou ao menos assim deveriam fazê-lo.

2.1. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU)

O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Salvador (PDDU) foi decretado e sancionado em 30 de junho de 2016. O PDDU integra o Plano Salvador 500, planejamento de longo prazo que se propõe a atuar até o ano de 2049, quando a cidade completa 500 anos.

> Parágrafo único. O Plano Salvador 500 é o plano estratégico de desenvolvimento para Salvador, com horizonte até o ano de 2049, que incorpora as diretrizes e estratégias de desenvolvimento socioeconômico, cultural e urbano-ambiental institucionalizadas no PDDU, desdobrando-as em programas, projetos e ações com objetivos, indicadores e metas de curto, médio e longo prazo, e estabelece instrumentos de gestão, de monitoramento e de avaliação. (Salvador, 2016a, art. 2)

O PDDU, fundamentando-se na Constituição Federal, tem como princípios: "I - a função social da cidade; II - a função social da propriedade urbana; III - o direito à cidade sustentável; IV - a equidade e inclusão racial, social e territorial; V - o direito à informação; VI - a gestão democrática da cidade. (Salvador, 2016a, art. 10). O primeiro de seus vinte um objetivos, assim diz:

> [...] I - elevar a qualidade de vida da população soteropolitana, especialmente no que se refere ao acesso à **saúde**, à educação, à cultura, às oportunidades de trabalho e de renda, à **moradia digna**, ao saneamento básico, à mobilidade urbana, à infraestrutura e aos serviços públicos, **de forma a promover a inclusão social**, a **redução das desigualdades socioespaciais** e a superação dos fatores de **vulnerabilidade social e territorial** que afetam particularmente a maioria negra de Salvador, distribuída nas diferentes regiões da Cidade; [...] (Salvador, 2016a, art. 11, grifo nosso)

Este belo discurso inclui objetivos que propõem o acesso a equipamentos sociais e serviços urbanos (IV) e a redução de deslocamento, ao estimular novas centralidades e requalificar as existentes (VII), entre outros. Porém as ações concretas da municipalidade no território em estudo indicam que o planejamento parece estar mais regido pelo mercado e seus interesses, como pretendemos demonstrar, do que pelo que é levantado no Plano Diretor.

À época de sua aprovação, o PDDU foi amplamente criticado pela sociedade civil e pelos intelectuais baianos em diversos aspectos, desde o uso de subterfúgios para dificultar a participação popular, por não atender o conteúdo mínimo ditado pelo Estatuto da Cidade, até a falta de análises técnicas que

sustentassem as alterações propostas na legislação. Estas incluem a redução de áreas protegidas e a permissividade no gabarito da Orla Atlântica, como aspectos marcantes. As críticas chegam a apontar que o texto sequer poderia ser considerado um *plano* (Nunes; Serra 2016); entre muitos outros aspectos, as críticas apontaram para um plano permissivo e de lógica corporativista, que teria efeitos na Salvador do futuro.

> [...] o PDDU ora vigente em Salvador só pode ser chamado de "plano" com muito boa vontade: não define metas nem estabelece prazos para seu cumprimento, não estima os recursos necessários para que elas sejam alcançadas, nem alinha as estratégias adequadas a esse fim. Tampouco define prioridades. Sequer estabelece com clareza as diretrizes urbanísticas que se pretende imprimir ao processo de desenvolvimento supostamente visado. Projeta-se para períodos exíguos: quatro, oito e 35 anos, períodos propostos como correspondentes a curto, médio e longo prazo. Carece de base técnica efetiva: tendo descurado a avaliação crítica dos PDDU de 2004 e 2008, seus elaboradores sequer atualizaram os dados de que se valeram. Embora pareça incrível, o fato é que não fizeram qualquer coleta de dados primários: recorreram a dados inteiramente defasados e os empregaram sem tino crítico. A equipe que realizou estudos técnicos para o chamado Plano Salvador 500, anunciado como fonte estratégica do PDDU, foi paga e não entregou o trabalho previsto em contrato. (Serra; Nunes, 2019, p. 9).

Segundo Bahia (2019):

> Para além disso, o plano não leva em consideração os fundamentos do Estatuto da Cidade e o seu texto em inúmeros momentos repete aquele do Plano Diretor de 2008. É um plano que carece de análises ambientais, econômicas, e de análises das diferentes escalas. Um Plano que não define prazos condizentes com a realidade urbana e que não propõe planos estratégicos e setoriais para a cidade de Salvador. Algumas questões positivas foram apontadas, como o aumento das áreas determinadas como ZEIS. No entanto, a perspectiva geral dos técnicos e teóricos consultados é que se trata de um PDDU que

> visa, principalmente, favorecer os interesses privados do mercado imobiliário, o que Costa (2015), em outro contexto, chama de “planejamento privatista”, onde a cidade é produzida tal qual mercadoria e ligada aos processos de acúmulo do capital. (Bahia, 2019, p. 127)

As críticas apresentadas buscam ter como foco olhar para o PPDU através da óptica da comunidade em estudo. Portanto, analisamos os mapas anexos do PDDU e como a área se classifica no contexto dessa legislação urbana. Assim temos que o tecido da ocupação correspondente à Rua Monsenhor Rubens Mesquita:

1. Está incluso na Macrozona de Ocupação Urbana (MAPA 01 - MACROZONEAMENTO) (Salvador, 2016b) (Figuras 13 e 14);

2. Está Inserido na Macroárea de Urbanização Consolidada (MAPA 01A - MACROÁREAS) (Salvador, 2016c) (Figura 15);

3. É classificado como ZEIS 1 — Assentamentos precários — favelas, loteamentos irregulares e conjuntos habitacionais irregulares, nesse caso, a ZEIS de número 27, intitulada Tororó (MAPA 03 - ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL) (Salvador, 2016d) (Figuras 17 e 18);

4. O território também faz parte de uma APCP (Área de Proteção Cultural e Paisagística) (MAPA 07 - SISTEMAS DE ÁREAS DE VALOR AMBIENTAL E CULTURAL - SAVAM) (Salvador, 2016e) (Figura 16);

5. E, está inserido em uma área prevista para Operação Urbana Consorciada (MAPA 08 - ÁREAS PROPOSTAS PARA OPERAÇÕES URBANAS) (Salvador, 2016f) (Figura 19).

O PDDU estabelece duas macrozonas para o município, a saber, Macrozona de Conservação Ambiental e Macrozona de Ocupação Urbana, como ilustram as Figuras 13 e 14, abaixo. A Macrozona de Ocupação Urbana se caracteriza como:

A Macrozona de Ocupação Urbana compreende os espaços urbanizados do Município em seus diversos estágios de estruturação, qualificação e consolidação, destinando-se à moradia, ao exercício de atividades econômicas e sociais predominantemente urbanas, comportando níveis diferenciados de densidade populacional e de ocupação do solo.

Parágrafo único. A Macrozona de Ocupação Urbana, de acordo com o estágio de adensamento, a disponibilidade de espaço, a oferta de infraestrutura e serviços, e a capacidade de suporte do meio ambiente, subdivide-se nas seguintes macroáreas [...]:

I - Macroárea de Integração Metropolitana;

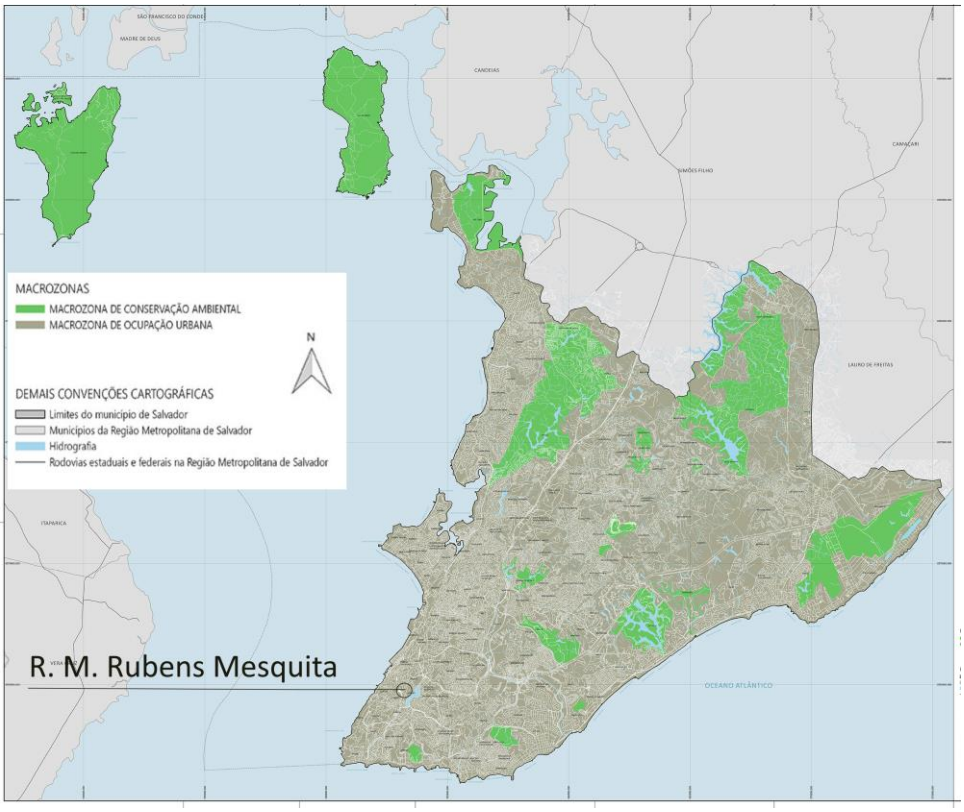
II - Macroárea Urbanização Consolidada;

III - Macroárea de Estruturação Urbana;

IV - Macroárea de Reestruturação da Borda da Baía de Todos os Santos;

V - Macroárea de Requalificação da Borda Atlântica. (Salvador, 2016a, art. 131).

Figura 13 – Macrozonas do município de Salvador conforme o PDDU.



Fonte: Salvador, 2016b, trabalhada pela autora.

Figura 14 – Ampliação Macrozonas do município de Salvador conforme o PDDU, assinalando Rua Monsenhor Rubens Mesquita e bairros envoltórios, inseridos na Macrozona de Ocupação Urbana.

Fonte: Salvador, 2016b, trabalhada pela autora.

A Macroárea de Urbanização Consolidada (Figura 15, abaixo), onde, conforme mencionado, se enquadra o estudo de caso, se define como:

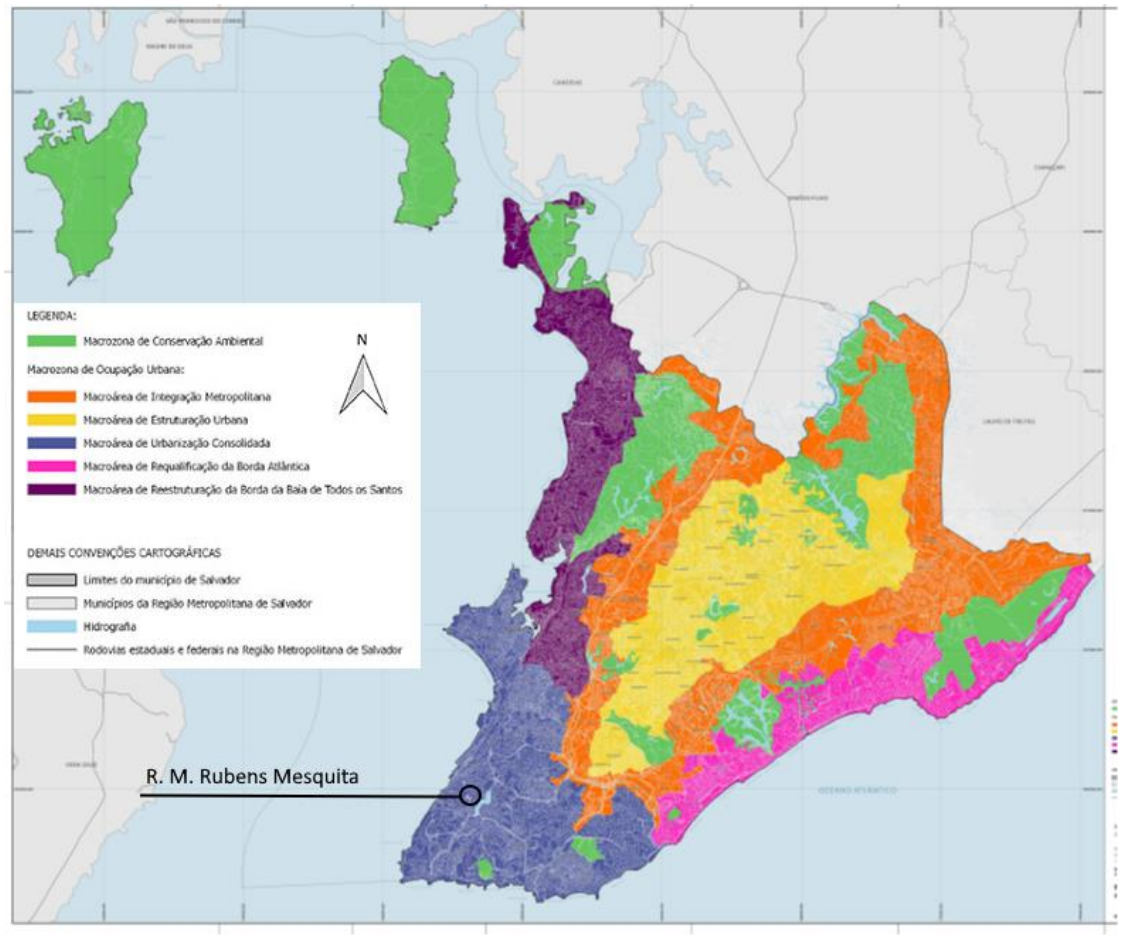
> A Macroárea de Urbanização Consolidada se define estrategicamente como **território material e** simbólico das relações sociais, econômicas e políticas que construíram, interna e externamente, a imagem e a identidade de Salvador como metrópole, compreendendo **os bairros mais tradicionais** que evoluíram radialmente a partir do Centro Antigo até ocupar a ponta da península na qual está implantada a Cidade, entre a Baía de Todos os Santos e o Oceano Atlântico.
>
> §1º Nesta Macroárea **predominam bairros com condições satisfatórias de infraestrutura**, dotados de **equipamentos e serviços urbanos**, nos quais se concentram atividades diversificadas, com **significativa oferta de postos de trabalho**.
>
> §2º Os padrões de uso e ocupação do solo são bastante heterogêneos, **coexistindo estruturas remanescentes de ocupação antiga**, espaços regularmente planejados e urbanizados, cujas edificações atendem às normas impostas pela municipalidade, e **ocupações espontâneas de população de baixa renda, em geral precárias e consolidadas com alta densidade populacional e de área construída**.
>
> Art. 138. A Macroárea de Urbanização Consolidada tem como objetivo geral **assegurar a sua vitalidade por meio de políticas de valorização da sua diversidade social e cultural, dos espaços urbanizados, do patrimônio edificado, da paisagem e das manifestações culturais**, mantendo-a **atrativa para a moradia** e para as atividades econômicas, em especial o turismo, otimizando os investimentos públicos e privados já realizados em habitação, infraestrutura, serviços e equipamentos urbanos. (Salvador, 2016a, art. 137)

O PDDU, portanto, evidencia o interesse da manutenção da ocupação à Rua Monsenhor Rubens Mesquita, como bairro tradicional, com oferta de trabalho e dotação de infraestrutura e equipamentos próximos, cuja convivência aos tecidos mais recentes se pretende, como ocupação de baixa renda, reservada sua normalização edilícia, para que possa se manter a vitalidade e diversidade social e cultural, suas manifestações e patrimônio edificado

característicos. No que se refere às estratégias do ordenamento territorial da Macrozona de Urbanização Consolidada, salienta-se a diversidade de usos em convivência equilibrada entre residenciais e não-residenciais, a requalificação de espaços degradados, ou em estágios de degradação, incentivo à restauração de edificações de valor histórico e arquitetônico, conservação de Áreas de Proteção Cultural e Paisagística, em que está situado (Figura 16, abaixo), a integridade de territórios de matriz africana e, em especial:

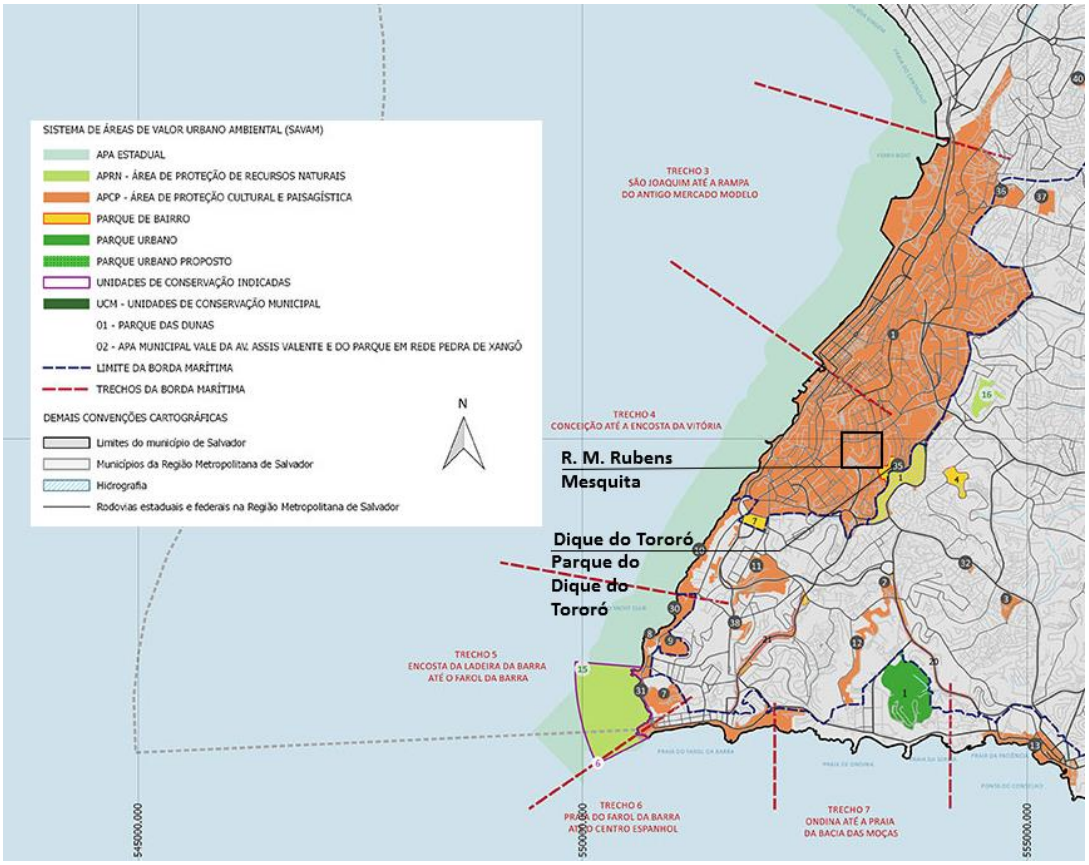
> [...] V - integração dos assentamentos precários (ZEIS) à cidade, em especial no tocante à mobilidade, prevenção de riscos e acesso aos diversos serviços e bens urbanos, por meio de ações de regularização urbanística e fundiária que contemplem as demandas básicas da população residente (Salvador, 2016a, art. 139)

Figura 15 – Macroáreas do município de Salvador conforme o PDDU, assinalando Rua Monsenhor Rubens Mesquita inserida na Macroárea de Urbanização Consolidada.



Fonte: Salvador, 2016c, trabalhada pela autora.

Figura 16 – Ampliação Sistema de Áreas de Valor Urbano Ambiental (SAVAM) do município de Salvador conforme o PDDU, assinalando Rua Monsenhor Rubens Mesquita como inserido em Área de Proteção Cultural e Paisagística (APCP).



Fonte: Salvador, 2016e, trabalhada pela autora.

Observa-se que, conforme ilustrado às Figuras 17 e 18, a seguir, a Comunidade da Rua Monsenhor Rubens Mesquita é constituída como Zona Especial de Interesse Social — ZEIS 1 – assentamentos precários, favelas, loteamentos irregulares e conjuntos habitacionais irregulares (Salvador, 2016a, art. 68 item III), o que indica, pelo estatuto legal, sua permanência, garantia de posse, regularização fundiária e eventual requalificação edilícia e urbanística (Figuras 17 e 18, abaixo). Nesse sentido, o artigo 71 do PDDU predica que “O Executivo Municipal deverá promover a regularização fundiária — urbanística e jurídico-legal — dos assentamentos precários urbanizáveis, por meio dos

seguintes instrumentos: I - Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS)", entre outros (Salvador, 2016a, art. 71)[11].

As ZEIS corroboram com objetivos do PDDU, onde se sublinha "promover a regularização e a urbanização de assentamentos precários" e "resgatar e fortalecer o sentimento de pertencimento e as relações sociais e comunitárias" (Salvador, 2016a, art. 11, itens X e XVIII) e, dentre as diretrizes, a "promoção da melhoria das condições de habitabilidade nos assentamentos precários, compreendidos como necessidades habitacionais relacionadas com os espaços públicos, a infraestrutura, os equipamentos e serviços urbanos" (Salvador, 2016a, art. 12, item III). Prevê-se, também, no PDDU, para a melhoria das condições de habitabilidade de moradias, que: "Os programas de assistência técnica serão voltados à elaboração e implantação de projetos de ampliação, reforma, melhoria da qualidade e das condições de salubridade da habitação, com a participação do interessado." (Salvador, 2016a, art. 75), flexibilizando, inclusive, as condições e prazos de empréstimos em subsídios em função da realidade socioeconômica das populações envolvidas.[12]

Sendo que, de acordo com o PDDU, "[...] Os Elementos Integradores constituem o tecido urbano que se conecta aos eixos estruturadores, abrigando as diferentes funções urbanas, compreendendo: I – habitação; [...]", entre outros, e que a "§1º Habitação é o principal elemento integrador como fixador da população e articulador das relações sociais no território." (Salvador, 2016 a, art.

---

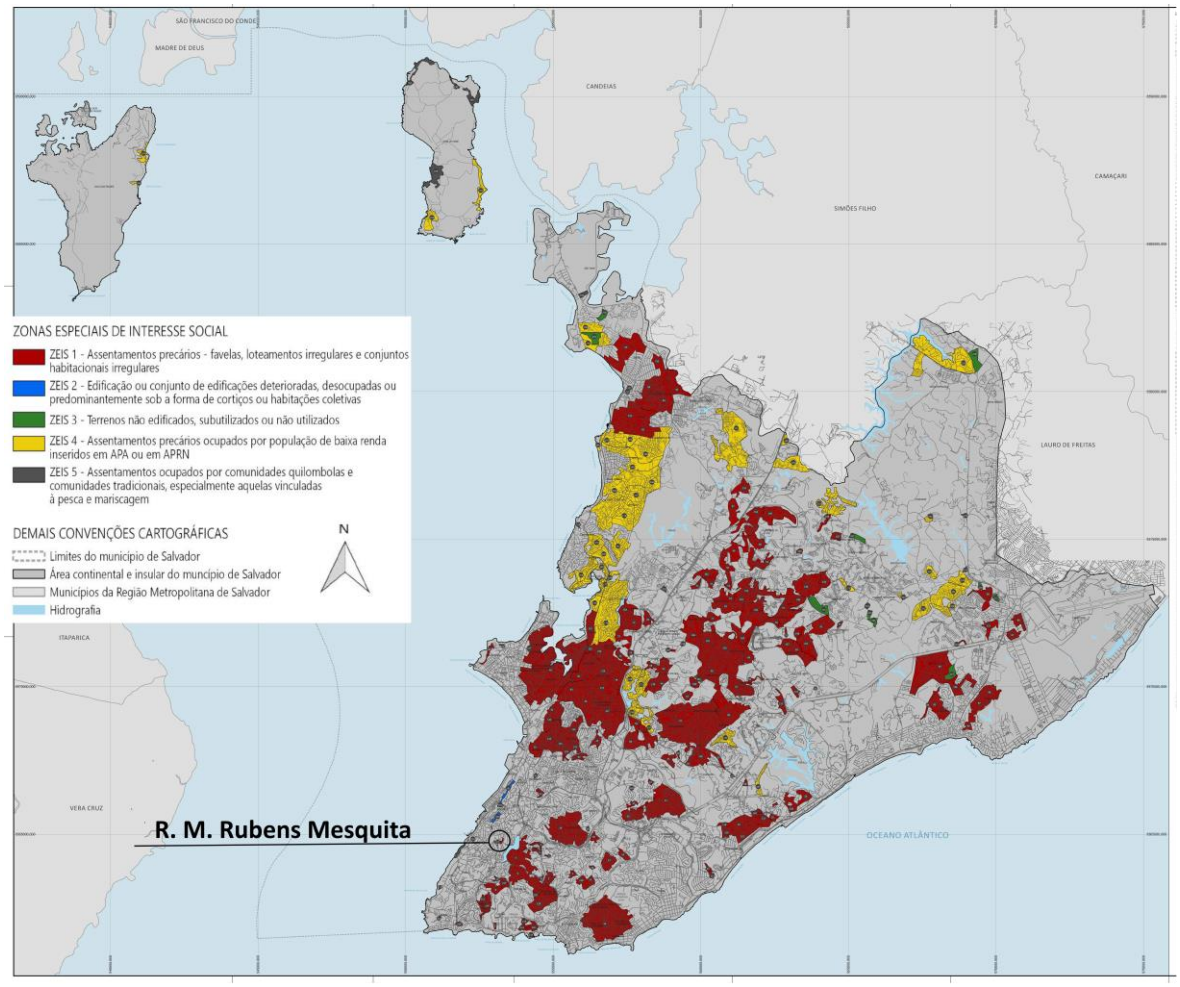
[11] Conforme o PDDU: "As ZEIS são destinadas à regularização fundiária – urbanística e jurídico-legal – e à produção, manutenção ou qualificação da Habitação de Interesse Social (HIS) e Habitação de Mercado Popular (HMP), atendendo às diretrizes estabelecidas no Capítulo III do Título VI desta Lei, sendo classificadas em: I - ZEIS-1: correspondente aos assentamentos precários – favelas, loteamentos irregulares e conjuntos habitacionais irregulares – habitados predominantemente por população de baixa renda e situados em terrenos de propriedade pública ou privada, nos quais haja interesse público em promover a regularização fundiária e produzir HIS e HMP; [...]" (Salvador, 2016a, art. 166)

[12] No que concerne à regularização fundiária das Zonas Especiais de Interesse Social, o PDDU preconiza que: "[...] A regularização fundiária das ZEIS orienta-se pelos princípios da transparência, prestação de contas e participação popular, devendo-se inserir nas estratégias socioeconômicas e político-institucionais do Município.
Art. 78. O processo de regularização das ZEIS 1, 2 e 4 compreenderá a elaboração de Plano de Regularização Fundiária, que poderá ser elaborado por órgãos da administração direta ou indireta do Município ou do Estado da Bahia, com a participação da população moradora da ZEIS em todas as suas etapas e componentes, ou por iniciativa da própria comunidade, com assessoramento técnico qualificado, aprovado pelo órgão municipal de habitação. (Salvador, 2016a, arts. 77 e 78)

127)", no que concerne à urbanização de assentamentos precários, corroborando com a manutenção da Comunidade da Rua Monsenhor Rubens Mesquita, no sentido do respeito a sua configuração e evitar remoções, o PDDU institui que:

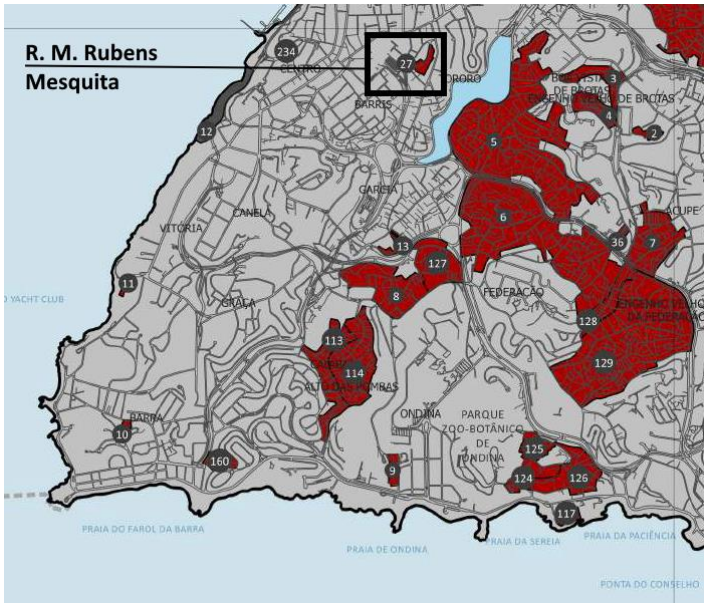
> [...] II - as obras de urbanização devem **respeitar a configuração física geral do assentamento, buscando o menor número possível de remoções**, devendo o **reassentamento** das famílias ocorrer, preferencialmente, **dentro da área de intervenção**;
>
> III - a intervenção deve preservar, sempre que tecnicamente possível,
> espaços públicos ligados às tradições culturais das comunidades;
>
> IV - deve-se considerar o número de desapropriações ou remoções versus os custos e benefícios a serem alcançados com a adoção das soluções propostas; [...] (Salvador, 2016a, art. 65, grifo nosso)
>
> [...] A urbanização de assentamentos precários prevê intervenções
> pontuais ou conjugadas, em áreas de risco à vida humana e ao meio ambiente, tais como encostas, córregos, áreas alagadiças e outras situações inapropriadas, promovendo readequações de uso e tratamento das áreas remanescentes**, restringindo o reassentamento de famílias ao indispensável**. (Salvador, 2016a, art. 66, grifo nosso).

Figura 17 – Zonas Especiais de Interesse Social do município de Salvador conforme o PDDU, assinalando Rua Monsenhor Rubens Mesquita.



Fonte: Salvador, 2016d, trabalhada pela autora.

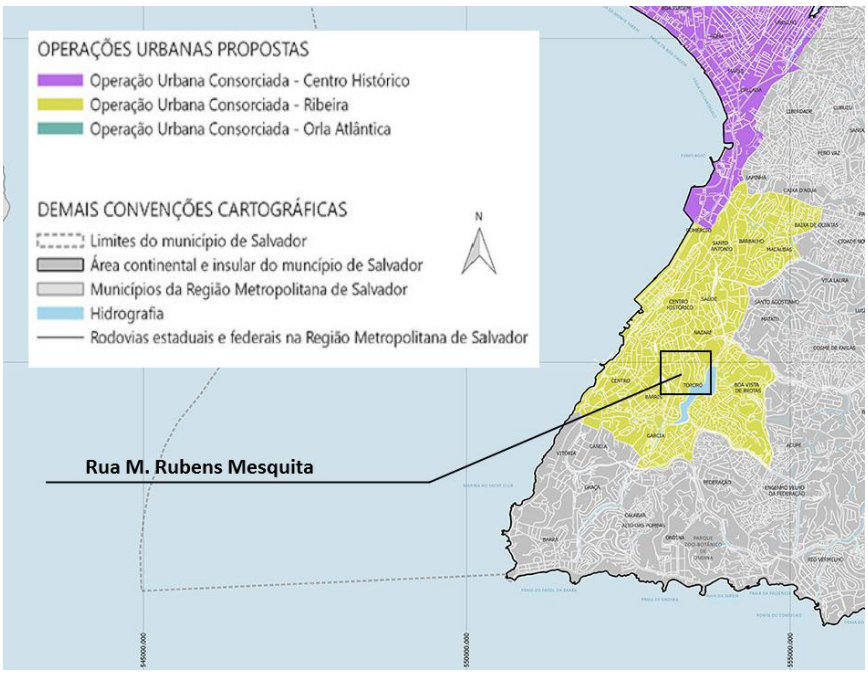
Figura 18 – Ampliação Zonas Especiais de Interesse Social do município de Salvador conforme o PDDU, assinalando Rua Monsenhor Rubens Mesquita como ZEIS 1.



Fonte: Salvador, 2016d, trabalhada pela autora.

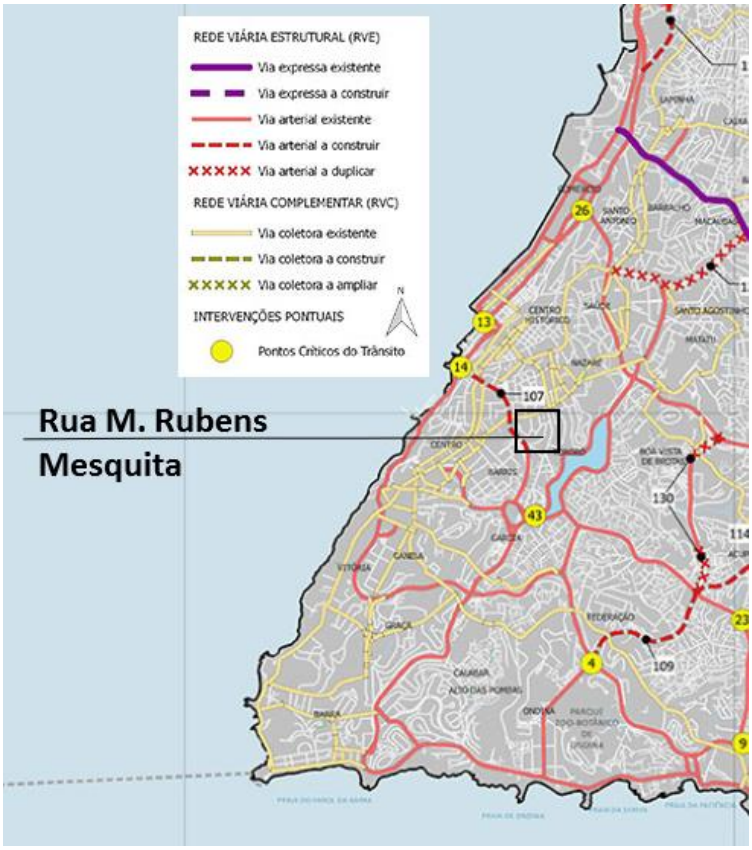
Soma-se a isto a inserção da área de estudo em território definido como Operação Urbana Consorciada proposta (OUC Ribeira), salientando-se que, na Macroárea de Urbanização Consolidada, como instrumentos de política urbana, predica-se prioritariamente: operação urbana consorciada; regularização fundiária por usucapião especial de imóvel urbano e demarcação urbanística e legitimação de posse, concessão de direito real de uso e concessão de uso especial para fins de moradia e zonas especiais de interesse social (ZEIS), entre outros (Salvador, 2016a, art. 140). A Operação Urbana, a ser instituída por lei específica compreendem "[...] um conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo Executivo, com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados" podendo modificar parâmetros e índices urbanísticos, características de uso, ocupação e parcelamento do solo, regularização de construções (Salvador, 2016a, art. 326).

Figura 19 – Ampliação Operações Urbanas propostas para o município de Salvador conforme o PDDU, assinalando Rua Monsenhor Rubens Mesquita inserida na Operação Urbana Consorciada Ribeira.



Fonte: Salvador, 2016f, trabalhada pela autora.

Figura 20 – Ampliação Sistema Viário município de Salvador conforme o PDDU, assinalando Rua Monsenhor Rubens Mesquita.



Fonte: Salvador, 2016g, trabalhada pela autora.

A Figura 20, acima, ilustra a inserção do tecido urbano do estudo de caso no sistema viário, onde se compreende sua situação de via local, articulada a via arterial a construir, como prolongamento de via existente (Av. Vale do Tororó), para ligação Lapa/ Barroquinha/ Av. do Contorno.

A partir desta análise e dentro do contexto da legislação urbana brasileira, vemos que a comunidade em estudo está amplamente protegida no âmbito legal, não apenas para continuar existindo como tal, mas também para receber incentivos e investimentos dentro de seu contexto urbano, social e cultural.

Também gostaríamos de tratar a respeito da abordagem do Plano Diretor no que diz respeito à saúde; nesse caso o Capítulo III do Plano discorre:

> A saúde é um direito social e universal, derivado do exercício pleno da cidadania, de relevância pública, organizada institucionalmente em um sistema universal e público de saúde,

> cujas ações visam à promoção da saúde, à prevenção de riscos, ao controle e/ou eliminação de doenças e agravos à saúde e à integralidade da atenção, assegurando condições para a sustentação da vida humana e bem-estar da população. (Salvador, 2016a, art. 102)

As diretrizes relativas à saúde, no Plano Diretor da cidade de Salvador, incluem temas como programas de saúde, a distribuição da rede de saúde no município, para garantir o acesso aos serviços e corrigir as desigualdades, dentre outros. São temas de extrema importância para o planejamento urbano e a cidade, mas não há-qualquer menção específica às questões de saúde mental. É possível contatar que o escopo da saúde está sempre atrelado a programas/distribuição de equipamentos urbanos, e nunca pensado de maneira integrada no processo de planejamento e dos projetos urbanos. Desse modo, o PDDU não abarca a multisetorialidade entre planejamento e saúde mental.

Dessa forma, temos um Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano que não entende a cidade como de eventual promotora de problemas de saúde, os quais deveria corrigir. As proteções que garante, conforme acima apontadas, não estão sendo aplicadas na prática, como veremos, no caso em estudo, a expulsão de moradores que habitam uma área demarcada como ZEIS, para a construção de uma via de acesso a um *Shopping Center*, atendendo, prioritariamente, aos interesses do capital e condicionando uma situação de gentrificação urbana. Como a hipótese dessa tese se concentra nos efeitos das pressões reais e do planejamento na saúde mental, ressaltamos como esse plano também não aborda a saúde mental em seu processo de planejar a cidade de Salvador.

O território em estudo deveria estar protegido pela Constituição, em sua determinação em prol da função social da propriedade e pelo usucapião; protegido pelo Estatuto da Cidade, e seus instrumentos que se propõem a constituir uma política urbana baseada no bem-estar dos cidadãos. E, mais especificamente, protegido pela municipalidade, através do Plano Diretor, a partir do momento que a área está classificada como ZEIS-1, e, para além disso, como uma Área de Proteção Cultural Paisagística. Dessa forma, fica cada vez mais incoerente o Processo de Reintegração de Posse sofrido por esta Comunidade, dado o estatuto legal.

Consideramos importante abordar a Lei de Regularização Urbana (REURB), Lei n° 13.465, de 2017, que “[...] abrange medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais destinadas à incorporação dos núcleos urbanos informais ao ordenamento territorial urbano e à titulação de seus ocupantes.” (Brasil, 2017, art. 9). Tal regularização e titulação pode se dar por dois meios: a REURB-S: Regularização fundiária de Interesse Social, para os núcleos urbanos informais; e a REURB-E: Regularização Fundiária de Interesse Específico, que se aplica ao restante.

No primeiro caso estabeleceu-se um teto máximo de cinco salários-mínimos de renda familiar, podendo variar, e os custos recaem sobre o poder público, enquanto no segundo caso, os custos ficam a cargo de seus requerentes ou beneficiários. A REURB pode ser solicitada pelos entes do Estado, por indivíduos ou coletivos e por loteadores e incorporadores. A regularização deve acompanhar ações preventivas, delimitando áreas de habitação de interesse social e áreas de expansão (Brasil, 2017).

Esta Lei pode ser um importante instrumento de apoio às Comunidades que ocupam espaços da cidade e se encontram em situação irregular, de fazerem valer seu direito à cidade, à moradia e à função social da propriedade. No entanto, o que temos visto é a REURB sendo utilizada em prol da regularização de terras para a construção de condomínios fechados, em muitos casos em áreas de proteção ambiental. É mais um exemplo de como o Estado de tendência neoliberal fica capturado, a serviço das classes dominantes, que interferem ou se utilizam do aparato legal para atender as demandas e interesses do capital privado.

2.2. Lei de Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo de Salvador (LOUOS)

A Lei 9.148, de 2016, dispõe sobre o Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo do Município de Salvador (LOUOS) (Salvador, 2016j), como parte integrante do planejamento municipal, deve observar e respeitar os objetivos, diretrizes, ações estratégicas e prioridades do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do município (PDDU) (Salvador, 2016a, art. 5). Segundo o PDDU, a

LOUOS é responsável por definir as categorias de uso permitidas em ZEIS (Salvador, 2016a, art. 69).

O Capítulo IV do PDDU estabelece as diretrizes para revisão da legislação de ordenamento do uso e ocupação do solo. Conforme este capítulo (Salvador, 2016a), no que se refere às macrozonas e macroáreas, as diretrizes a serem atendidas pela revisão da LOUOS deve promover, entre outras:

> [...] III – **criação de incentivos urbanísticos** e **condições diferenciadas de uso e ocupação do solo**, quando necessários ao desenvolvimento de **áreas específicas**; [...]
>
> VII – estruturação do zoneamento pela predominância de usos, com **prioridade para a moradia enquanto função básica da cidade**, **devendo os demais usos subordinar-se** às exigências e restrições determinadas pelo impacto, conforto, higiene e segurança à vida humana, pelo respeito ao meio ambiente e também ao desempenho e funcionalidade da estrutura urbana com ênfase na mobilidade; [...]
>
> VIII – **garantia nas áreas com predominância de uso residencial da miscigenação de usos compatíveis com a moradia**, visando à **redução de deslocamentos, racionalização dos custos de produção da cidade** e salvaguarda da qualidade ambiental para o uso predominante; [...]
>
> XIII – **reconhecimento dos assentamentos precários urbanizáveis, adaptando-os à formalidade por meio do estabelecimento de parâmetros mínimos tecnicamente adequados para a regularização urbanística desses assentamentos**, a critérios do Executivo; [...]
>
> XXIV – assegurar a **conservação e uso sustentável das áreas integrantes do SAVAM**; [...] (Salvador, 2016a, art. 192, grifo nosso)

Predica também, o referido Capítulo do PDDU, que “a fiscalização do ordenamento do uso e ocupação do solo terá um sentido menos corretivo e repressivo em benefício de um caráter mais pedagógico, de modo a:” (Salvador,

2016a): I – **mobilizar a comunidade a integrar os canais de participação legalmente constituídos**; [...] (Salvador, 2016a, art. 193, grifo nosso)

Entende-se, desse modo, que o Plano Diretor, ao orientar a LOUOS estabelece uma série de salvaguardas à permanência do assentamento da Comunidade Rua Monsenhor Rubens Mesquita, nosso estudo de caso, seja pela criação de incentivos pela sua condição específica, no que se refere ao uso e ocupação do solo, pela priorização do uso de moradia como função básica da cidade, contemplando a redução de deslocamentos e custos da produção da cidade, e, em especial, a consideração dos assentamentos precários urbanizáveis adequando os parâmetros à situação específica, de modo mínimo possível, desde que tecnicamente adequados, visando a permanência e regularização fundiária dos mesmos, salientando, nesta condição particular, sua inserção no SAVAM, como exposto, cuja prerrogativa é a conservação e uso sustentável assegurada. Soma-se à positividade do estatuto legal nesta salvaguarda, a prerrogativa de mobilização para a participação das comunidades envolvidas.

A LOUOS (Salvador, 2016j), especificamente, vai legislar sobre o solo urbano através de parâmetros e coeficientes, de modo a ordenar o crescimento da cidade. A Lei vigente em Salvador é de 2016, a qual também fez parte do processo de elaboração amplamente criticado do Plano Salvador 500 e PDDU, que mencionamos anteriormente. No que diz respeito à LOUOS, nos atemos a sistematizar as Zonas de Uso e os parâmetros e coeficientes correspondentes, que concernem à Comunidade em estudo nesta tese e sua área envoltória de influência direta.

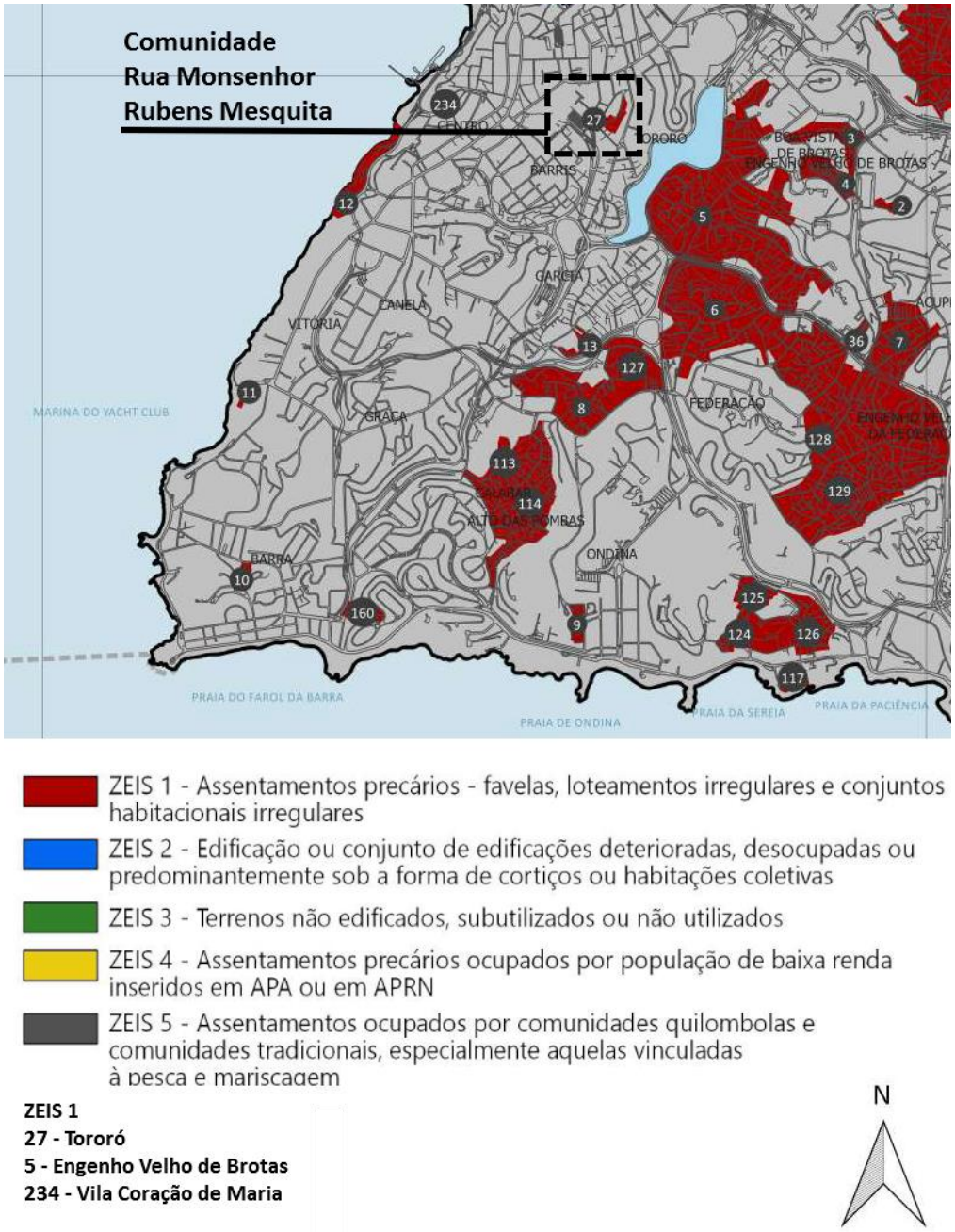
Como é visualizável nos mapas integrantes da Lei, a LOUOS (Salvador, 2016j) classifica a área articulada à Rua Monsenhor Rubens Mesquita como:

- ZEIS 1 - Assentamentos precários — favelas, loteamentos irregulares e conjuntos habitacionais irregulares, ZEIS de número 27, intitulada Tororó (MAPA 01B: ZEIS) (Salvador, 2016l), como delimitação da área da Comunidade Rua Monsenhor Rubens Mesquita (Figura 21);
- ZPR 3 - Zona Predominantemente Residencial 3 - Alterada pela Lei Municipal 9.509/2020 (MAPA 01A: ZONAS DE USO) (Salvador, 2016k),

sendo correspondente à área de entorno da Comunidade a norte, leste e sul (Figura 22);

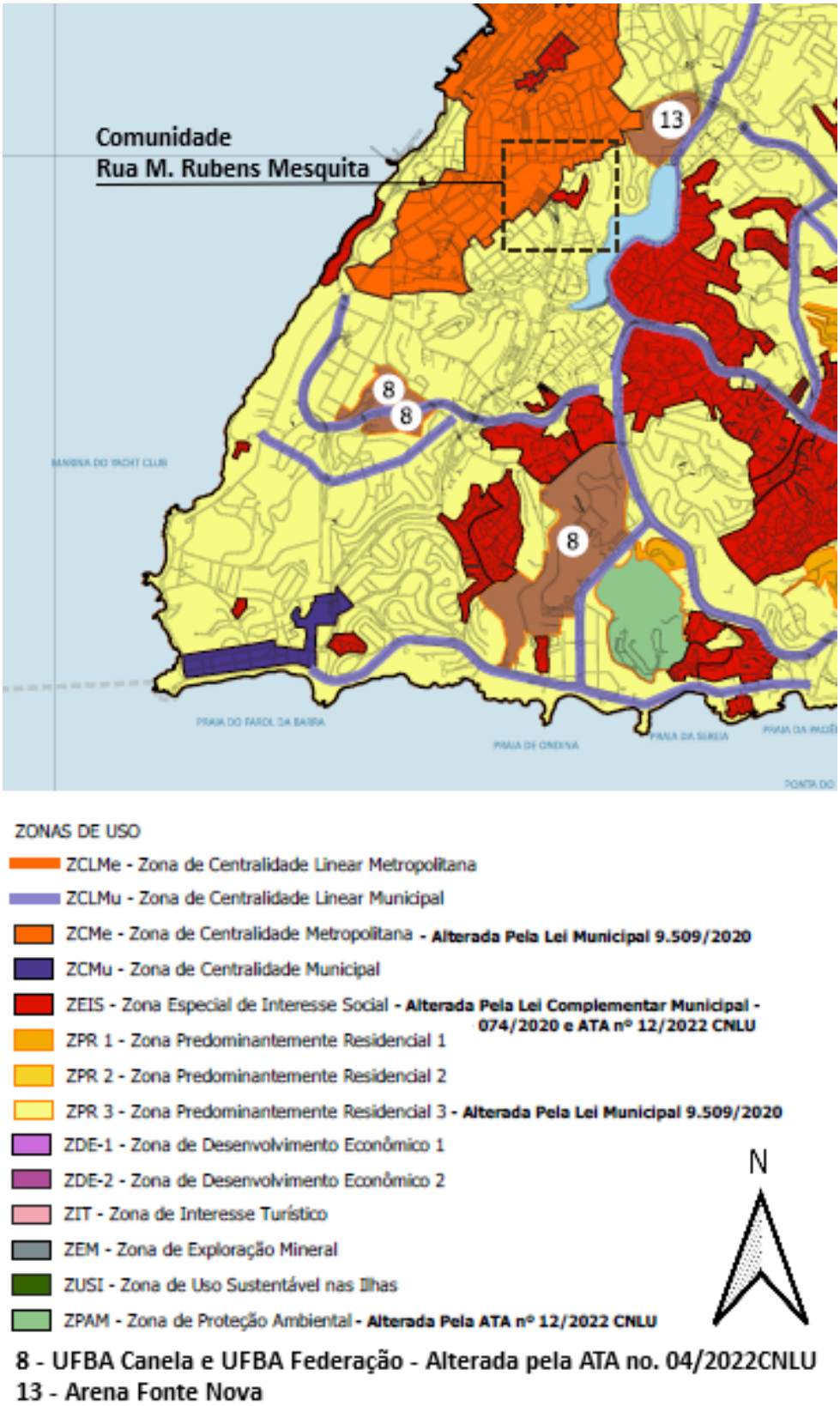
- ZCMe - CA (Centro Antigo) (MAPA 01C: CENTRALIDADES e MAPA 01A: ZONAS DE USO) (Salvador, 2016m), sendo correspondente à área adjacente a parte da Comunidade, a oeste (Figura 23);
- Área de Proteção Cultural e Paisagística (MAPA 02A: SAVAM) (Salvador, 2016n), sendo Área de Proteção Cultural e Paisagística, como delimitação da área da Comunidade Rua Monsenhor Rubens Mesquita e áreas envoltórias (Figura 24);
- GABARITOS MÁXIMOS: (MAPA 03: GABARITO DE ALTURA MÁXIMA DAS EDIFICAÇÕES NA ABM), sendo Preservação de Encostas, como delimitação da área da Comunidade Rua Monsenhor Rubens Mesquita; gabarito máximo de 12m (aproximadamente 4 pavimentos), correspondente à área de entorno da Comunidade a norte e sudoeste; gabarito máximo de 9m (aproximadamente 3 pavimentos), correspondente à área de entorno da Comunidade a sudeste e oeste; e gabarito máximo de 18m (aproximadamente 6 pavimentos), correspondente à área de entorno a leste (Figura 25).

Figura 21 – Ampliação ZEIS do município de Salvador conforme a LOUOS, assinalando a Rua Monsenhor Rubens Mesquita e bairros envoltórios.



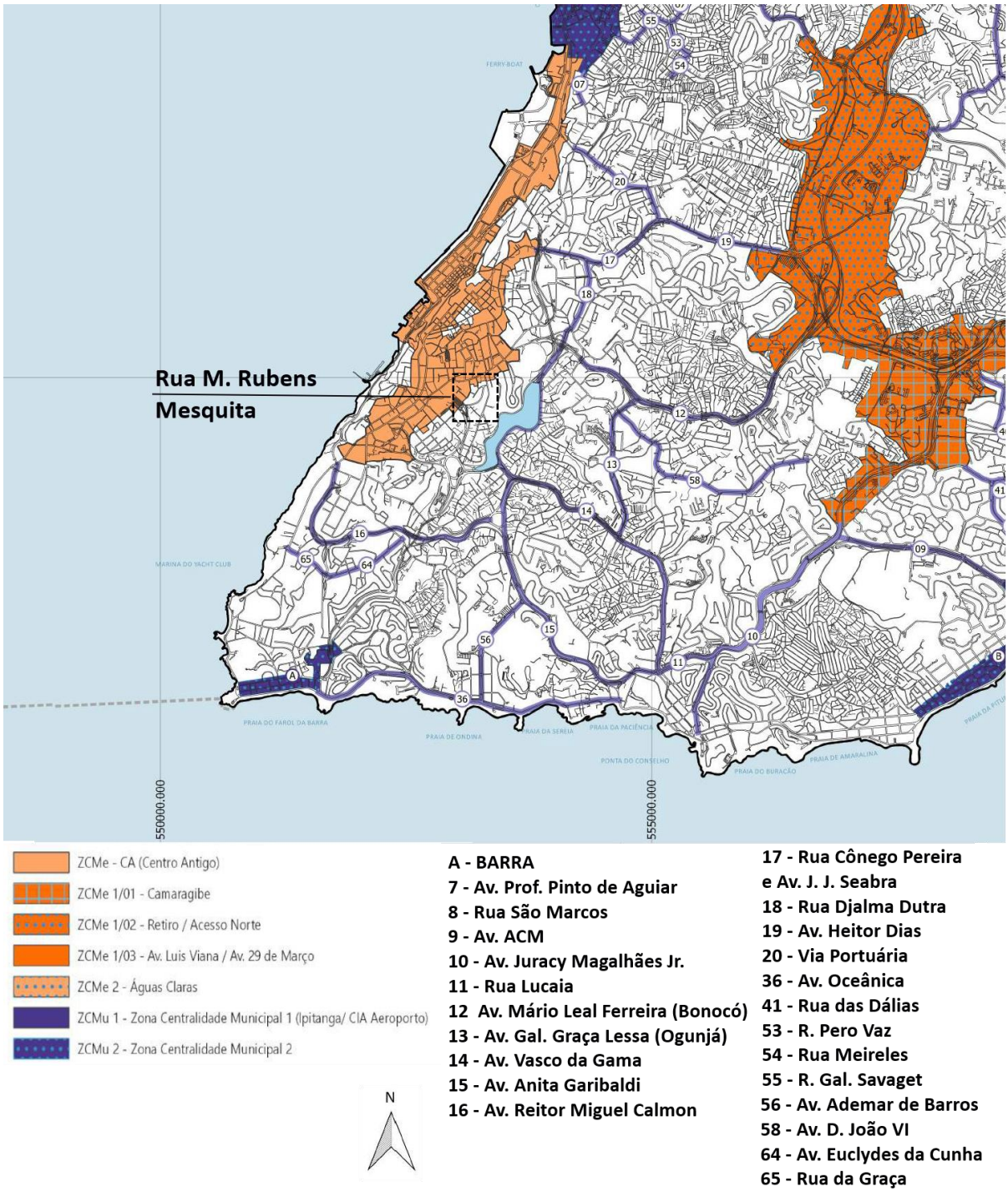
Fonte: Salvador, 2016l, trabalhada pela autora.

Figura 22 – Ampliação Zonas de Uso do município de Salvador conforme a LOUOS, assinalando a Rua Monsenhor Rubens Mesquita e bairros envoltórios.



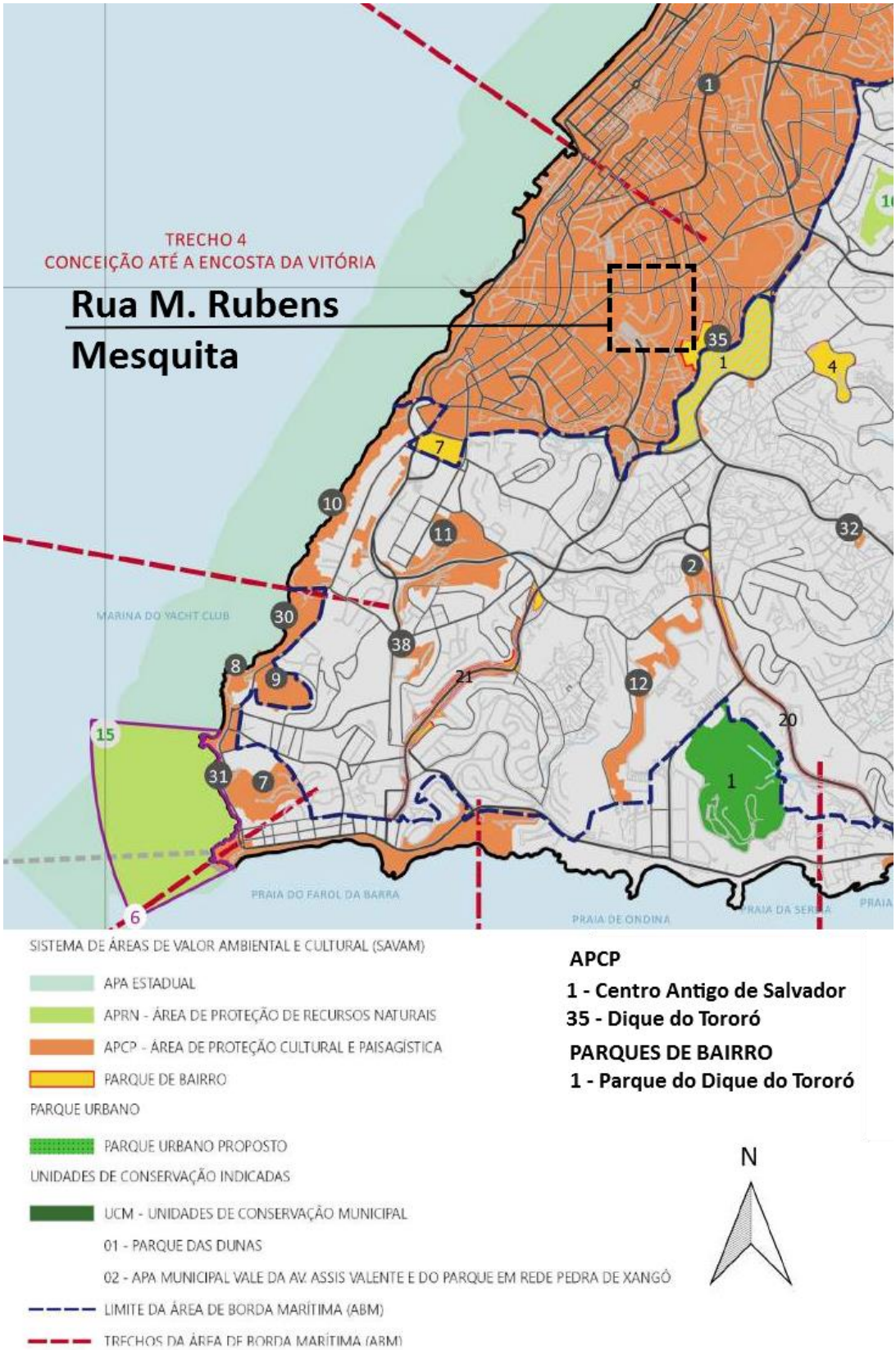
Fonte: Salvador, 2016k, trabalhada pela autora.

Figura 23 – Ampliação Centralidades do município de Salvador, conforme a LOUOS, assinalando a Rua Monsenhor Rubens Mesquita e bairros envoltórios.



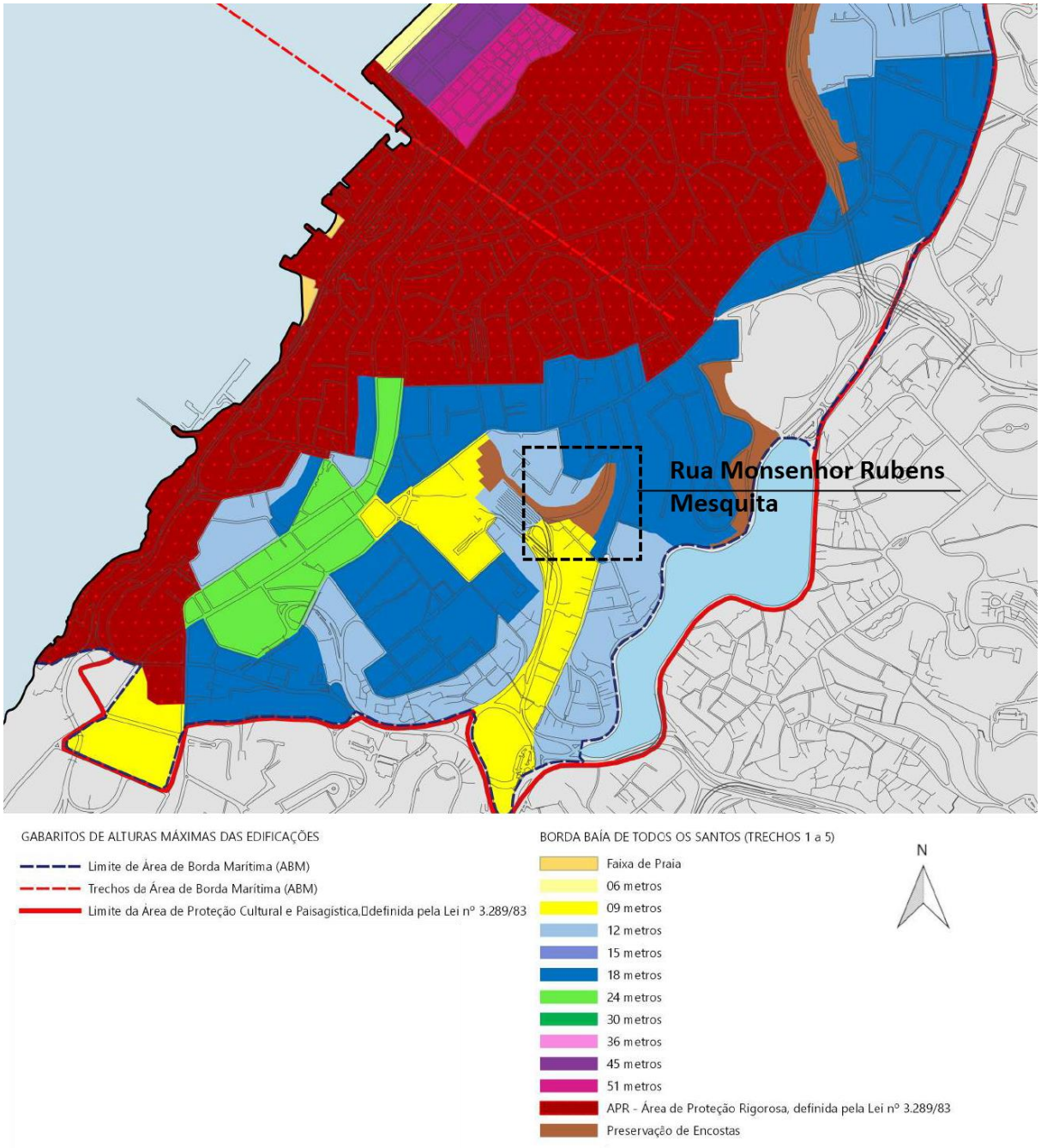
Fonte: Salvador, 2016m, trabalhada pela autora.

Figura 24 – Ampliação Sistema de Áreas de Valor Ambiental e Cultural (SAVAM) do município de Salvador, conforme a LOUOS, assinalando a Rua Monsenhor Rubens Mesquita e bairros envoltórios.



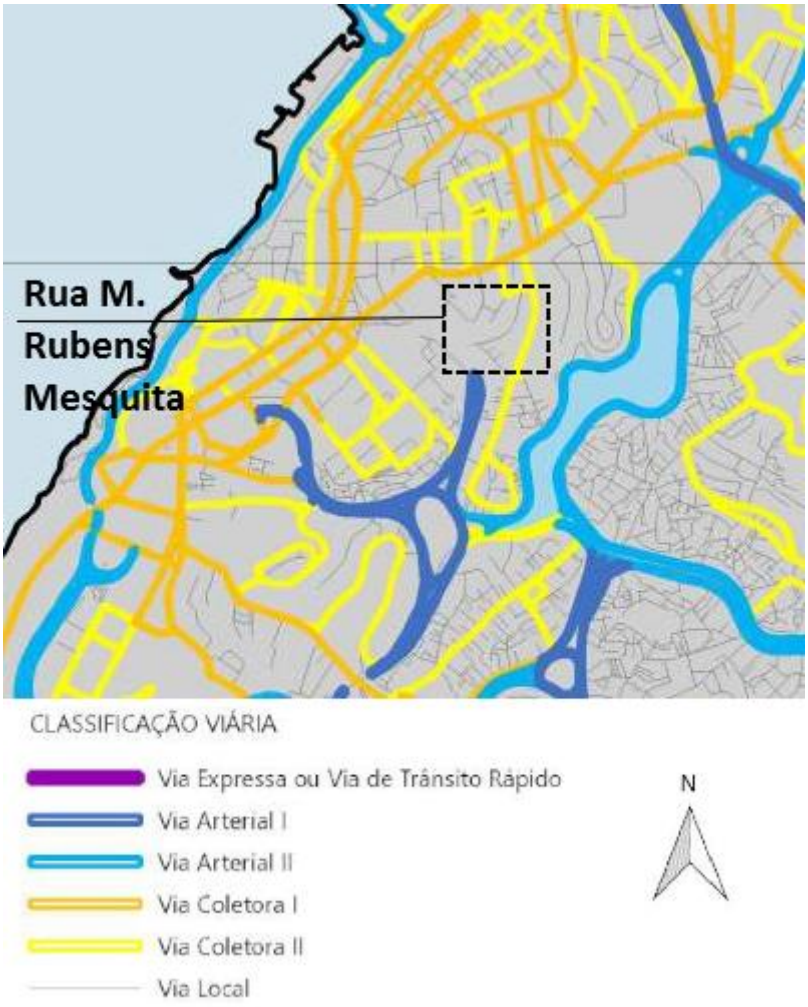
Fonte: Salvador, 2016n, trabalhada pela autora.

Figura 25 – Ampliação Gabaritos de altura máxima do município de Salvador, conforme a LOUOS, assinalando a Rua Monsenhor Rubens Mesquita e bairros envoltórios.



Fonte: Salvador, 2016p, trabalhada pela autora.

Figura 26 – Ampliação classificação viária do município de Salvador, conforme a LOUOS, assinalando a Rua Monsenhor Rubens Mesquita e bairros envoltórios.



Fonte: Salvador, 2016o, trabalhada pela autora.

Depreende-se da inserção territorial da Comunidade à Rua Monsenhor Rubens Mesquita, estudo de caso da presente Tese, que a LOUOS postula diversos aspectos para sua manutenção, salvaguardada pelo estatuto legal em tela, em síntese: é uma ZEIS 1 (ZEIS no° 27 – Itororó) caraterizada, portanto, como assentamento precário, compreendendo favelas, loteamentos irregulares e conjuntos habitacionais irregulares, passível de proteção e regularização. Como predica a LOUOS (2016j):

> Art. 20. As Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS são destinadas à **regularização fundiária – urbanística e jurídico-legal – e à produção, manutenção ou qualificação da**

> **Habitação de Interesse Social – HIS** e da Habitação de Mercado Popular – HMP, e se classificam em 5 (cinco) categorias:
>
> I - ZEIS-1: corresponde aos assentamentos precários – favelas, loteamentos irregulares e conjuntos habitacionais irregulares –, **habitados predominantemente por população de baixa renda** e situados em terrenos de propriedade pública ou privada, nos quais haja interesse público em promover a regularização fundiária e produzir HIS e HMP;
>
> § 5º O enquadramento e a delimitação de novas ZEIS, por constituírem em alteração do zoneamento do Município, serão feitos, obrigatoriamente, por lei específica. (Salvador, 2016j, art. 20, grifo nosso)

Mediante a classificação das Zona de Uso, na qual se enquadra o território em pauta, sistematizamos a Tabela 04, abaixo, os respectivos parâmetros:

Tabela 04 – Zoneamento e parâmetros urbanísticos correspondentes, no território do estudo de caso.

ZEIS 1- Assentamentos precários - favelas, loteamentos irregulares e conjuntos habitacionais irregulares (ZEIS nº 27)	
DIMENSÕES MÍNIMAS DE LOTE	Frente mínima de 4m e lote mínimo de 64m²
PARÂMETROS DE OCUPAÇÃO DO SOLO	CA: 0,30
	CAB: 1,50
	CAM: 3,0
	Índice de Ocupação Máxima: Para os terrenos existentes com área inferior a 64m² será igual a 0,90; para terrenos com área igual ou superior a 64m² e inferiores a 125m² será igual a 0,70; para terrenos existentes com área igual ou superior a 125m² e inferiores a 250m² será igual a 0,60; para terrenos com área igual ou superior a 250m² será igual a 0,50.
	Índice de Permeabilidade Mínima: Para os terrenos com área inferior a 64m² será igual a 0,05; para os terrenos com área igual ou superior a 64m² e inferiores a 125m² será igual a 0,10; para terrenos com área igual ou superior a 125m² será igual a 0,15.
	Recuos Mínimos: Isenta-se da aplicação dos recuos os terrenos inferiores a 250m². Para os terrenos com área igual ou superior a 250m² o recuo frontal mínimo será igual a 4,00m, o recuo lateral mínimo será igual a 1,50m e o recuo de fundo será igual a 2,50m, observando-se as disposições das letras (c) e (f) desta observação.
USOS PERMITIDOS	Todos residenciais *exceto* R2-02/R3-01/02/03, nR1, nR2, ID1 - 02, 11, 12, 14, 16
ZPR 3 - Zona Predominantemente Residencial 3	
DIMENSÕES MÍNIMAS DE LOTE	Frente mínima de 5m e lote mínimo de 125m²
PARÂMETROS DE OCUPAÇÃO DO SOLO	CA: 0,30
	CAB: 1,50
	CAM: 3,0
	Índice de Ocupação Máxima: Para os terrenos existentes com área inferior a 64m² será igual a 0,90; para terrenos com área igual ou superior a 64m² e inferiores a 125m² será igual a 0,70; para terrenos existentes com área igual ou superior a 125m² e inferiores a 250m² será igual a 0,60; para terrenos com área igual ou superior a 250m² será igual a 0,50.
	Índice de Permeabilidade Mínima: 0,20
	Recuos Mínimos: Frente 4,0 m - Lateraris 1,50 m - Fundo 2,50 m
USOS PERMITIDOS	Todos residenciais, nR1, nR2, ID1 - 02, 11, 12, 14, 16

Fonte: Autoral, com base em Salvador, 2016j; 2016h.

Dado que a regularização fundiária e produção, manutenção ou qualificação da Habitação de Interesse Social ou Habitação de Mercado Popular ser objeto precípuo das ZEIS -1, os índices elencados, eventualmente podem ser condizentes com os usos propostos, porém passíveis de estudo de inserção pormenorizado, cuja lei predica a possibilidade, como acima mencionado, de submissão a lei específica e cujos parâmetros podem ser mais permissivos (Salvador, 2016j).

Soma-se a isto o que também predica a LOUOS, de modo geral, como objetivos e estratégias (Salvador, 2016j):

> Art. 2º Constituem objetivos e estratégias do ordenamento urbano no Município de Salvador:
>
> V - equilibrar a **oferta de emprego e de serviços urbanos à moradia**; VII - assegurar a **produção de moradia social, promovendo a habitação de Interesse Social – HIS** e a Habitação de Mercado Popular - HMP de forma integrada aos bairros;
>
> VIII - preservar o patrimônio ambiental, histórico e cultural;
>
> XIII - garantir o exercício da função social das propriedades; [...] (Salvador, 2016j. art. 2, grifo nosso)

Destaca-se, na envoltória da Comunidade estudo de caso, as zonas de uso: a Zona de Centralidade Metropolitana ZCMe e a Zona Predominantemente Residencial ZPR—3, que são definidas, respectivamente, como:

> Art. 23. As ZCMe são porções do território contidas, em sua maioria, na Macroárea de Integração Metropolitana e parte na Macroárea de Urbanização Consolidada, apresentando **características multifuncionais, para as quais convergem e se articulam os principais fluxos** de integração dos demais municípios da Região Metropolitana de Salvador e de outros Estados com o Município de Salvador [...] (Salvador, 2016j, art. 23)
>
> [...]

> Art. 19. As Zonas Predominantemente Residenciais - ZPR são porções do território destinadas prioritariamente ao uso residencial, admitindo-se outros usos, desde que conciliáveis com os usos residenciais, sendo subdivididas em [entre outras]: III - ZPR – 3, de alta densidade construtiva e demográfica. [...] (Salvador, 2016j, art. 19, grifo nosso)

A partir destes artigos da LOUS (2016j) se torna claro que a oportunidade de empregos e integração urbana bem como da perfeita conciliação entre os tecidos redefinidos e o estudo de caso é plena.

Considera-se, também, a inserção da Comunidade em pauta em Área Especial, particularmente no Sistema de Áreas de Valor Ambiental e Cultural – SAVAM, conforme sua definição no PDDU (Salvador, 2016a), sendo alvo de legislação específica, a saber:

> Art. 34. As Áreas Especiais compreendem setores para os quais são estabelecidas **ordenações especiais de uso e ocupação do solo**, que se sobrepõem e prevalecem em relação às das zonas, e que **deverão ser observadas em qualquer tipo de empreendimento e/ou atividade**. (Salvador, 2016j, art. 34) [...]

Sendo estipulada a área mínima de 125m² e frente mínima de 5m para lotes, segundo a LOUOS, no caso de regularização fundiária e loteamento de interesse social são admitidos valores inferiores (Salvador, 2016j, art. 49). Como é possível visualizar na Figura 26, a Comunidade à Rua Monsenhor Rubens Mesquita se localiza em via local, próxima a vias coletoras e arteriais, o que pode ser considerado um setor de bairro sem incomodidade, rodeado por setores de gabaritos máximos entre 12 e 18 metros de altura. Salienta-se a inserção da comunidade em gabarito de preservação de encostas, onde qualquer novo empreendimento deve ser realizado mediante estratégias específicas de controle. Observa-se que, dado a Comunidade estar identificada em uma área de preservação de encostas, a capital baiana sofre comumente com o deslizamento de encostas, todos os anos, nos períodos de chuva. A demarcação dessa Comunidade, como tal, demonstra uma situação de vulnerabilidade ambiental, porém é mais um aspecto sob qual se encontra protegida pela

legislação urbana, eventualmente, se necessário, ser alvo de procedimentos de contenção adequados à sua permanência Segundo a LOUOS (Salvador, 2016j):

> Art. 76. A reurbanização integrada deverá atender a, pelo menos, 2 (duas) das seguintes finalidades:
>
> I - estabelecer **melhores condições de habitabilidade, salubridade e segurança**;
>
> II - **recuperar e manter o acervo arquitetônico antigo ou contemporâneo**, desde que significativo;
>
> III - maximizar a utilização dos equipamentos urbanos existentes na área, proporcionando uma maior produtividade social dos mesmos;
>
> IV - **atender às necessidades da área**, no que diz respeito aos equipamentos de infraestrutura urbana e aos espaços e/ou edificações de usos institucionais;
>
> V - viabilizar a implantação de equipamentos urbanos de grande porte;
> VI - **gerar oportunidades de trabalho e renda**;
>
> VII - **incorporar medidas de sustentabilidade ambiental e climática**,
> especialmente aquelas constantes do art. 124 desta Lei; VIII –
>
> promover o melhor aproveitamento da infraestrutura urbana.
>
> Parágrafo único. Caberá a avaliação da CNLU quanto ao atendimento das propostas de reurbanizações integradas aos parâmetros estabelecidos nesta Lei. (Salvador, 2016j, art. 76).

Fica evidenciado, portanto, que a reurbanização do território estudo de caso, caso necessário, pode se adequar perfeitamente à situação existente, de modo desejável e com instrumentos para a devida qualificação, favorável à cidade como um todo e à Comunidade em pauta, conforme predica o estatuto, para uma cidade que respeite a função social da propriedade em comunhão com a oportunidade de contingentes vulneráveis, de modo sustentável e com justiça socioambiental. Considerando respaldada a manutenção da Comunidade devidamente amparada pelo estatuto legal, alguns dos temas levantados

transcendem aos objetivos deste trabalho, que se aprofunda na relação entre saúde mental da Comunidade, perante ameaças de reintegração de posse, porém consideramos válida sua menção.

2.3. Plano Salvador 500 e Plano Salvador 360

O Plano Salvador 500 é uma peça de planejamento estratégico, que não tem caráter de lei, embora integrado ao próprio PDDU (Salvador, 2016a) e à LOUOS (Salvador, 2016j). Assim, temos que:

> Parágrafo único. O Plano Salvador 500 é o plano estratégico de desenvolvimento para Salvador, com horizonte até o ano de 2049, que incorpora as diretrizes e estratégias de desenvolvimento socioeconômico, cultural urbano ambiental institucionalizadas no PDDU, desdobrando-as em programas, projetos e ações com objetivos, indicadores e metas de curto, médio e longo prazo, e estabelece instrumentos de gestão, de monitoramento e de avaliação. (Salvador, 2016, p.1)

De acordo com as informações retiradas do *site* da Fundação Mário Leal Ferreira (FMLF, c2021), trata-se de um plano interdisciplinar que tem como objetivo reduzir as desigualdades econômicas, sociais e espaciais, com especial foco na reparação histórica com respeito à população negra, garantindo o direito à cidade e a sustentabilidade. Dessa forma, a Fundação produziu, através de uma equipe multidisciplinar, três cadernos: o Caderno Sociedade, Economia e Território caracteriza a Salvador de hoje; o Caderno Cenários olha para o futuro através das tendências atuais; e a Agenda do Plano delineia caminhos e reúne proposições (FMLF, 2020a; 2020b; 2020c). Para além disso, temos o relatório de caracterização atual, produzido pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE, S. I.).

Muitas das críticas que o PDDU recebeu também se enquadram no Plano Salvador 500, já que fizeram parte de um mesmo processo de elaboração, em especial, critica-se um esvaziamento das análises elaboradas nos cadernos supracitados. Alcoforado (2015) aponta que as questões abordadas não são realizadas com a profundidade necessária; que o Plano não elabora nenhuma estratégia em conjunto com os municípios a Região Metropolitana de Salvador

(RMS); não leva em considerações as questões climáticas globais; e não considera as circunstâncias econômicas da cidade, tanto na sua relação com contexto nacional/internacional, quanto por não traçar cenários para o seu desenvolvimento socioeconômico.

Outro Plano que interessa mencionar é o Salvador 360, pois se propõe a reconfigurar a cidade e tem sido responsável por grandes obras que têm, de fato, mudado a cara da cidade. O Plano abrange o período de 2017-2020 e determina 360 medidas dentro de oito eixos: Inclusão Econômica; Simplifica; Negócios; Investe; Centro Histórico; Cidade Inteligente; Cidade Criativa; e Cidade Sustentável. Algumas das ações são: permissão para abertura de empresas em Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS); novo código de obras; Plano de Promoção Turística de Salvador; instalação de três linhas de BRT; requalificação da orla Barra/Ondina, do Rio Vermelho e de Stella Maris (Salvador, S. I.b).

O Plano Salvador 360 é ainda mais genérico, propõe obras de grande impacto na cidade, sem qualquer embasamento e estudo técnico que as sustente, sendo o exemplo mais emblemático o caso do BRT, obra grandiosa para implementar um meio de transporte comprovadamente defasado, que tem implicações ambientais, ao desmatar a vegetação centenária e tamponar canais, e que dificulta o acesso e a mobilidade do pedestre na cidade. As discussões e críticas a respeito do BRT são amplas, mas aqui as pontuamos de forma breve, para demonstrar como tais planos elaborados de forma tão leviana podem ter impactos profundos no território e na paisagem urbana.

Figura 27 – Imagem de divulgação do BRT de Salvador pela empresa Camargo e Correia.

Fonte: Camargo Corrêa Infra, S. I. Disponível em: <https://camargocorreainfra.com/nossas-obras/corredor-de-onibus-consorcio-brt-salvador/>. Acesso em: 14 jun. 2023.

Outra crítica que podemos levantar a respeito de ambos os planos e até mesmo do Plano Diretor, em certa medida, é a ênfase no desenvolvimento turístico. Esse é um processo que está alinhado com diversas outras cidades globais, tais quais Salvador, onde vemos o investimento no desenvolvimento turístico como forma de crescimento econômico, que, no entanto, tem transformado as cidades em palcos para grandes espetáculos, deixando de lado o seu papel como espaço de moradia dos seus cidadãos (Vainer, 2013; Cuenya; Novais; Vainer, 2012).

Dentre as décadas de 1970-80, vimos um crescimento da indústria do turismo, que facilitada pela diminuição das fronteiras com a globalização, passa a ser tida como uma fonte de desenvolvimento econômico limpa e sustentável. Vimos, também, significativos investimentos do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento dessa indústria nos países em desenvolvimento, tal qual Brasil, devido a seus atrativos naturais e culturais (Arantes, 2004).

Inegavelmente há e houveram pontos positivos no investimento nesta indústria, dentre eles a geração de emprego e renda, porém da perspectiva do impacto no espaço urbano há pontos importantes a serem levantados. De acordo

com Murta (2008), ao criarmos espaços para os turistas, estamos constituindo espaços para serem consumidos, em geral através da reprodução de referências do próprio lugar, como um movimento contraditório, onde a cultura local é utilizada como uma máscara do cotidiano e, neste processo perdendo a sua essência.

As melhorias urbanas ocorrem em territórios *estratégicos*, quase exclusivamente nas áreas de interesse turístico, e com escassos investimentos em outras áreas das cidades, isso quando as chamadas requalificações não se dão a partir da expulsão de moradores, como parte de um planejamento higienista, que “limpa” as áreas para o turista. No caso de investimentos internacionais, vemos o capital em grande parte retornando ao país de origem (Arantes, 2004).

No caso da Comunidade da Rua Monsenhor Rubens Mesquita, este é um território que faz parte do delimitado como Centro Expandido de Salvador e, logo, do circuito turístico da cidade de Salvador. Dessa forma, acreditamos que as pressões ocasionadas por um urbanismo que prioriza o turismo e seus efeitos abordados acima, em muito se relacionam com o contexto vivido por essa população. E, seu processo de reintegração de posse, para além de atender os interesses privados, fazem parte do movimento de “limpeza” e modernização das áreas de uma cidade que tem um caráter turístico tão forte quanto Salvador.

2.4. Apontamentos sobre o estado atual

Esclarecido o que foi desvendado na pesquisa de mestrado e apresentada a situação da Rua Monsenhor Rubens Mesquita diante do contexto legal; apresentaremos a evolução desse espaço desde então e o que foi apurado após esse período. Ao longo da pesquisa de doutorado nós nos mantivemos atentos aos acontecimentos na Comunidade do Tororó, principalmente através do contato com o presidente da Associação de Moradores.

Através desse contato, as informações que obtivemos foi que ao longo do tempo, a Comunidade se manteve na luta, porém, aos poucos, algumas famílias, com receio de perderem suas moradias sem nenhum ressarcimento, foram

vendendo as suas casas pelo valor que estava sendo ofertado pela Prefeitura Municipal, ainda que esse não fosse condizente com o valor venal e/ou da propriedade, considerando que se trata de moradias e comércios localizados no centro expandido da cidade de Salvador.

Em maio de 2023, o presidente da Associação de Moradores me informou que ele também acabou por vender a sua moradia para a Prefeitura; no entanto, foi apenas em fevereiro de 2024, durante a realização da pesquisa de campo, que esse senhor me relatou com detalhes o ocorrido. O presidente da Associação me contou que, nessa época, receberam uma liminar da Prefeitura, expondo que, caso as três famílias ainda resistindo no processo não saíssem das suas moradias em sete dias, elas seriam retiradas por meio de força policial, ou poderiam aceitar a proposta de compra da Prefeitura.

Essa foi a cartada final para que os moradores, ainda resistindo, vendessem suas moradias. O presidente me contou que ele e sua família resistiram até o último dia, aceitando a oferta da Prefeitura no último dia do prazo determinado. Ao longo dessa semana, eles tentaram, através da Defensoria Pública e do Ministério Público, destituir a liminar, porém sem sucesso — foram os últimos que estavam sofrendo com o processo de reintegração de posse a sair da Rua.

Aqueles que não faziam parte do processo ainda permanecem na Rua Monsenhor Rubens Mesquita; assim, parte da Comunidade ainda resiste naquele espaço urbano, embora demonstrem receio de que o ocorrido com seus antigos vizinhos e companheiros se repita. As entrevistas demonstraram, no entanto, os efeitos que este processo causou, tanto naqueles que ficaram quanto naqueles que dali saíram.

Apresentamos algumas imagens que demonstram a mudança desse espaço urbano (Figuras 28 a 37); o espaço que antes abrigava as moradias, de acordo com a Prefeitura, será destinado à construção de uma nova via, que será alça de acesso ao futuro Shopping Nova Lapa, agora em construção. No entanto, enquanto não se tem início às obras da nova via, a área tem sido usada como estacionamento e baia dos ônibus da Estação da Lapa.

Figura 28 – Foto aérea da Comunidade Monsenhor Rubens Mesquita e entorno imediato em 2019.

Foto: autor não nominado. Fonte: Página do Facebook da comunidade Tororó Resiste, 04 de abril de 2022, trabalhada pela autora. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo?fbid=295594179386235&set=pb.100068069642037.-2207520000&locale=pt_BR>. Acesso em: 15 nov. 2020.

Figura 29 – Imagem de satélite da Comunidade Monsenhor Rubens Mesquita e entorno imediato em 2024.

Fonte: Google Earth, captura no dia 08 de setembro de 2024, trabalhada pela autora.

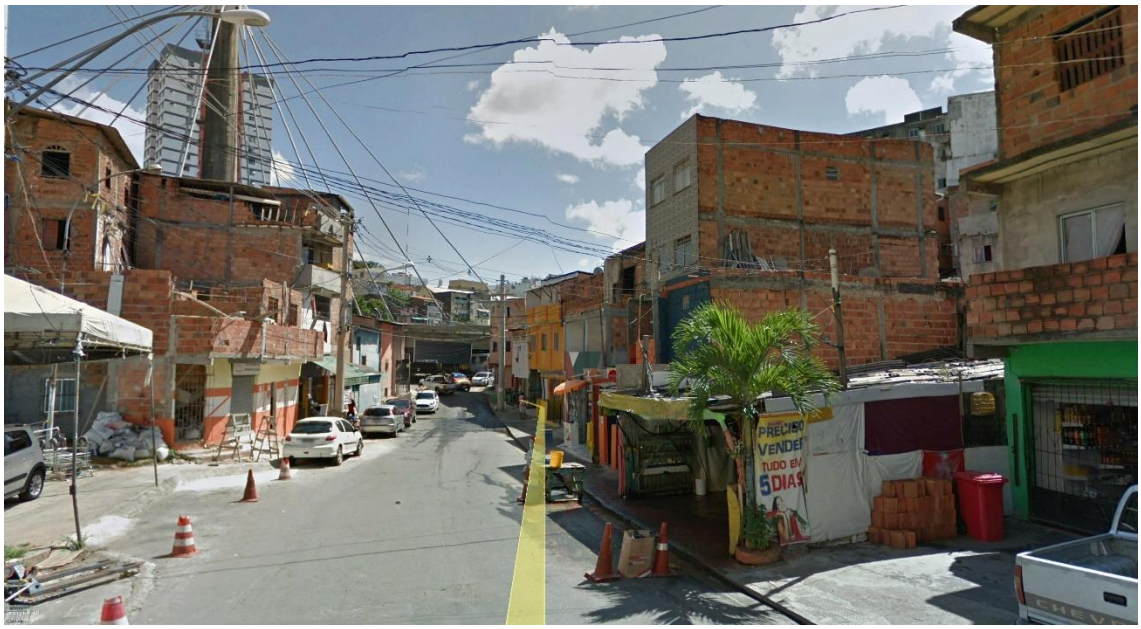
Nas imagens aéreas acima (Figuras 28 e 29), é possível perceber diferenças no espaço, entre os anos de 2019 e de 2024 quando já havia ocorrido algumas demolições, dado que os moradores que foram desistindo de lutar contra o processo de reintegração de posse venderam suas moradias. Nota-se que foram as moradias mais próximas da Estação.

Nas fotografias abaixo (Figuras 35 e 37), realizadas pela autora, em fevereiro de 2024, em comparação às imagens capturadas na plataforma Street View (Figuras 31 e 34), é observável a mudança da ocupação da Rua, tendo em consideração a visão do pedestre. Em 2019, nenhuma habitação havia sido demolida, enquanto nas fotografias de 2024 (Figuras 35 e 37), nota-se a área das moradias suprimidas (indicada com a hachura na cor laranja). Na Figura 32, apresentamos uma imagem de 2021, veículada na página do *Instagram* da Comunidade, em que vemos o momento de uma das demolições.

Figura 30 – Indicação do ponto de vista da Figura 31 em imagem de satélite da Comunidade Monsenhor Rubens Mesquita e entorno imediato em 2024.

Fonte: Google Earth, captura no dia 08 de setembro de 2024, trabalhada pela autora.

Figura 31 – Imagem de trecho da Rua Monsenhor Rubens Mesquita em junho de 2019, anterior as demolições.



Fonte: Google Street View, captura 27 de abril de 2020.

Figura 32 – Demolições na Rua Monsenhor Rubens Mesquita, outubro de 2021.

Fonte: @torororesiste, 26 out. 2021. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CVfusxklT4x/>. Acesso em: 10 jul. 2023.

Figura 33 – Indicação do ponto de vista das Figuras 34 e 35 em imagem de satélite da Comunidade Monsenhor Rubens Mesquita e entorno imediato em 2024.

Fonte: Google Earth, captura no dia 08 de setembro de 2024, trabalhada pela autora.

Figura 34 – Fotografia de trecho da Rua Monsenhor Rubens Mesquita em junho de 2022.

Fonte: Google Earth, captura no dia 08 de setembro de 2024, c2024, trabalhada pela autora.

Figura 35 – Fotografia de trecho da Rua Monsenhor Rubens Mesquita em fevereiro de 2024, delimitando as áreas em que foram suprimidas edificações.

Fonte: Autoral, captura em 21 de fevereiro de 2024.

Figura 36 – Indicação do ponto de vista da Figura 37 em imagem de satélite da Comunidade Monsenhor Rubens Mesquita e entorno imediato em 2024.

Fonte: Google Earth, captura no dia 08 de setembro de 2024, trabalhada pela autora.

Figura 37 – Fotografia de trecho da Rua Monsenhor Rubens Mesquita, em fevereiro de 2024, delimitando as áreas em que foram suprimidas edificações.

Fonte: Autoral, captura em 21 de fevereiro de 2024.

O comparativo das figuras apresentadas demonstra a mudança que se sucedeu nesse espaço urbano. Houve uma ruptura na paisagem da Rua

Monsenhor Rubens Mesquita por meio da supressão das moradias; esta mudança também é um apagamento da história deste território e dos indivíduos que compunham a Comunidade. E, demonstra a não garantia da legislação do direito à cidade e à moradia.

Vimos, no caso da Rua Monsenhor Rubens Mesquita, a formação de dois grupos antagonistas: os moradores da Comunidade, que estão em condição de vulnerabilidade socioterritorial e o segundo é o poder público, que fica camuflado, a não ser quando opera no espaço por intermédio de seus funcionários e máquinas. Quando nos referenciamos à vulnerabilidade, estamos nos baseando na revisão de literatura realizada por Lima e Pardo (2020), que consideraram a definição de vulnerabilidade socioterritorial como a sujeição a riscos e a dificuldade ou a impossibilidade de se recuperar de um risco ocasionado; se não impossível, há dificuldades em panejar-se para enfrentar estes riscos.

> A caracterização da vulnerabilidade territorial é entendida aqui a partir do binômio sociedade e território (Sanchis, 2009) discutidos com o auxílio de "Por uma geografia do poder" de Claude Raffestin (1993), "O papel ativo da geografia: um manifesto", Bernardes et. Al. (2000), ambos textos que auxiliam na compreensão das delimitações políticas dos territórios. O trabalho de Rogério Haesbaert e Ester Limonad, "Territórios em tempos de globalização", discute a noção de território a partir de perspectivas jurídico-política, econômica e cultural. Susan Cutter em "Vulnerability to environmental hazards"(1996), aborda a vulnerabilidade de um território – particularmente ambiental e climática – a partir da presença do risco associado ao potencial para a perda, com difíceis condições de recuperação, ou seja, locais de baixa ou baixíssima resiliência das populações. Complementando esta abordagem, Marandola Jr. e Hogan levam adiante a discussão de Cutter, considerando aspectos socioeconômicos e relacionando a pobreza às situações vulnerabilidade territorial, em "Vulnerabilidade e riscos: entre geografia e demografia" (2005). Mais recente, o trabalho de María Cleofé Valverde discute os aspectos da segregação e marginalização relacionadas às fragilidades sociais destes territórios. (Lima e Pardo, 2020, p. 3)

Portanto, consideramos que esse contexto evidencia uma relação assimétrica de poder, demonstrando que se trata de um território em disputa. Porém, nessa disputa apenas o primeiro grupo está em risco, pois se encontra presente nesse espaço com seus corpos e afetos, enquanto o segundo é instrumental. A pergunta de como fica a saúde mental em relação ao primeiro grupo é o que se colocou, em um primeiro momento, como hipótese.

3. A PERSPECTIVA DA MÍDIA

Dado o papel central dos meios de comunicação na formação da opinião pública, intentamos compreender a percepção e posição da mídia sobre o estudo de caso. Cabe ressaltar, o que Santos (2011) denomina de “a violência da informação”. O autor pontua que, apesar do caráter das técnicas de informação serem capazes de permitir a ampliação do conhecimento para todos, estas são utilizadas por atores específicos na busca de seus interesses, tendo papel no aprofundamento das desigualdades. Assim, a informação transmitida é manipulada, e se apresenta como ideologia, principalmente em um tempo em que o discurso precede quase todas as ações humanas. Como resultado, realidade e ideologia se confundem. As notícias nos apresentam interpretações dos eventos e não mais seus relatos.

O presente capítulo tem como objetivo discutir a forma com a qual o processo de reintegração de posse em curso na Rua Monsenhor Rubens Mesquita tem sido divulgado nos meios de comunicação. Para tanto, como processo metodológico, realizamos, inicialmente, um levantamento das reportagens e matérias publicadas nos meios digitais.

Os artigos de mídias com veiculação eletrônica foram buscados a partir de dois descritores — Rua Monsenhor Rubens Mesquita Salvador Bahia e Tororó. O recorte temporal das matérias foi preconizado no período de 31 de agosto de 2019 a 17 de março de 2022, ou seja, da matéria mais antiga encontrada, até a matéria de data mais recente no tempo deste inventário. Salienta-se que o processo movido pela Prefeitura para reintegração de posse do território da Comunidade da Rua Monsenhor Rubens Mesquita se iniciou em 2018 e, portanto, passados mais de um ano, este tema foi veiculado em mídia eletrônica.

Na primeira etapa de seleção de matérias, realizou-se uma organização preliminar, na qual selecionamos aquelas que discutiam o Processo de Reintegração de Posse e descartamos as que abordavam a Rua sob outros aspectos e as organizamos em ordem cronológica, como segue na Tabela 05, abaixo. No total, foram levantadas vinte e três matérias. Esta etapa foi essencial para a compreensão da dimensão do universo pesquisado.

Tabela 05 – Matérias selecionadas para a pesquisa.

VEÍCULO	DATA	TÍTULO
1.MAPA DE CONFLITOS: INJUSTIÇA AMBIENTAL E SAÚDE NO BRASIL	31/08/2019	BA – Poder público e especulação imobiliária são ameaças à luta da Comunidade do Tororó pelo direito à moradia no centro de Salvador
2. BAHIA NOTÍCIAS	11/11/2020	Moradores do Tororó protestam contra possível desapropriação de imóveis
3. RESIDÊNCIA EM ARQUITETURA, URBANISMO E ENGENHARIA	25/12/2020	Tororó Resiste
4. PRETAS POR SALVADOR	21/05/2021	Pretas Por Salvador participam de Encontro com Comunidades e Movimentos do Centro Antigo, em Luta Pelo Direito à Cidade, à Moradia e Pelo Despejo Zero Já, e apoiam comunidade do Tororó
5. ADUNEB	25/06/2021	Repúdio da ADUNEB à Prefeitura de Salvador que iniciou a demolição de casas da Comunidade do Tororó
6. OBSERVATÓRIO DE MOBILIDADE – SALVADOR	30/07/2021	Remoções na comunidade do Tororó: não em nome da mobilidade urbana!
7. TV ESTADÃO	02/08/2021	Em Salvador, moradores do Tororó lutam para manter casas de pé
8. O MOMENTO: DIÁRIO DO POVO	21/08/2021	Disputa nas ZEIS do Tororó: uma história de violação do direito à cidade e à moradia
9. JORNAL A TARDE	26/10/2021	Demolição de imóveis causa transtorno a moradores do Tororó
10. JORNAL A TARDE	27/10/2021	Bruno Reis diz que indenizações a moradores no Tororó são "justíssimas"
11. JORNALISTAS LIVRES	27/10/ 2021	Em Salvador, shopping expulsa moradores de suas casas
12. BAHIA.BA	27/10/ 2021	Prefeitura diz estar indenizando famílias de área desocupada no Tororó
13. CAU/BA	29/10/2021	CAU repudia demolições de residências no Tororó
14. ANADEP	04/11/2021	BA: Após inibir demolições, Defensoria visita moradores do Tororó para traçar estratégia de atuação

15. SAERGS	16/11/2021	Tororó é resistência ao avanço da Capital e pleno direito à moradia
16. IMPRESSÃO DIGITAL: OFICINA DE JORNALISMO DIGITAL – FACOM/UFBA	01/12/2021	O caso da comunidade do Tororó, em Salvador, e a violação do direito à moradia
17. IAB-BA	2021	IAB-BA participa de audiência sobre remoção de Comunidade do Tororó
18.JORNAL A TARDE	17/03/2022	Entidades protestam no TJ-BA contra despejo em ocupações
19. AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DA FAVELA	17/03/2022	Movimentos de moradia realizam ato contra despejos na Bahia
20. PPGAU	10/06/2022	Caminhada nos territórios negros do centro antigo de Salvador: o direito à cidade em disputa
21. BAHIA AO VIVO	14/06/2022	Prefeitura de Salvador pode responder processo administrativo criminal por demolições no Tororó após denúncia de Maria Marighella
22.BAHIA ECONÔMICA	2/11/2022	Comunidades protestam contra remoção por causa do BRT
23. METRO 1	16/05/2023	Sem acordo com a prefeitura, moradores do Tororó acusam demolições vizinhas de provocarem danos às suas casas

Fonte: elaboração própria.

O procedimento subsequente para a análise crítica de cada matéria, se deu pela sistematização e organização das mesmas em vinte e três tabelas sínteses. Categorizamos as matérias de acordo com seu posicionamento, em três categorias e elencamos termos chave e a sua recorrência. Os dados obtidos foram trabalhados tanto no aspecto quantitativo quanto qualitativo, com objetivo de elaborar um panorama das narrativas dos meios de comunicação, agentes formadores da opinião pública. Buscamos, também investigar se a relação entre o processo vivido e a saúde mental dos envolvidos, é de alguma forma abordada, se tais temas estão em pauta ou se são questões negligenciadas no que se refere à perspectiva midiática.

Como consideramos apenas as matérias que se referem ao Processo de Reintegração de Posse, o recorte temporal não foi definido previamente, mas se

construiu a partir da pesquisa. Elencamos na Tabela 06, abaixo, as datas cruciais da história dessa ocupação, de modo fosse possível compreender o contexto no qual se encontra cada um dos artigos elencados.

Tabela 06 – Marcos históricos da Comunidade da Rua Monsenhor Rubens Mesquita.

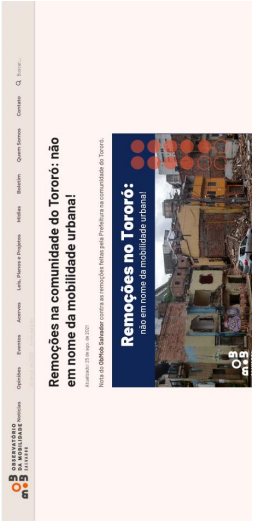
Ano	**Marco**
2005	Início da ocupação
2018	Início do Processo de Reintegração de Posse
2018	Primeiros efeitos do Processo de Reintegração de Posse
2021	Primeiras demolições

Fonte: elaboração própria.

A classificação das matérias se deu de acordo com três posicionamentos, aqui definidos: (1) a favor da Comunidade; (2) neutro; (3) a favor da reintegração. Cabe pontuar que a classificação se deu através da interpretação da autora e, em alguns casos, acompanhado de uma pesquisa do histórico de cada veículo. Porém, na maioria das matérias, principalmente naquelas a favor da Comunidade, esse posicionamento se mostrou explicitamente colocado.

Para sistematização, cada uma das matérias foi sumariada em uma tabela síntese individual, contendo as seguintes informações: descritor utilizado; data; nome do veículo; imagem capturada da página de veiculação; título da matéria; resumo da notícia; e posicionamento, este definido pelas autoras, como mencionado (Anexo 03). A Tabela 07, abaixo, é um exemplo das vinte e três tabelas elaboradas.

Tabela 07 – Exemplo de Tabela Síntese de matérias da mídia investigadas.

Descritor 1: Rua Monsenhor Rubens Mesquita					
DATA	**VEÍCULO**	**IMAGEM**	**TÍTULO**	**RESUMO**	**POSICIONAMENTO**
30 de julho de 2021	OBSERVATÓRIO DE MOBILIDADE - SALVADOR		Remoções na comunidade do Tororó: não em nome da mobilidade urbana!	Aborda o caso da Rua Monsenhor Rubens Mesquita apontando para a falta de transparência da Prefeitura no decorrer do processo. Remoções demandam que seja declarado o interesse público em para tal, porém, nesse caso a Prefeitura não apresentou o projeto para a área. A matéria defende o diálogo da Prefeitura com a Comunidade, advoga pela transparência quanto aos planos para área e conclui afirmando que tais remoções não podem ser feitas em nome da mobilidade urbana.	A FAVOR DA COMUNIDADE

Fonte: elaboração própria com dados a partir de OBMOB, 2021.

Paralelamente, realizamos um levantamento de termos chave, ao longo das leituras. Estes termos foram elencados por matéria e, posteriormente, agrupados de acordo com sua similaridade, verificando sua recorrência. Essa etapa teve como intuito evidenciar como o uso da linguagem demonstra o posicionamento do texto, de modo a induzir a opinião pública ao mesmo ponto de vista. Ao apresentar ou discutir um mesmo cenário, há uma clara diferença, por exemplo, entre denominar o processo em curso de reintegração de posse de expropriação e de chamá-lo de um impasse.

Considerando que partimos da premissa de que a mídia desempenha um papel significativo na moldagem da opinião pública — com potencial para, inclusive, influenciar decisões das autoridades governamentais ou validá-las —,

nosso propósito, neste capítulo, foi investigar a visão da mídia em relação à situação enfrentada pela Comunidade da Rua Monsenhor Rubens Mesquita, como substrato para a pesquisa. A reunião dos dados coletados nos permitiu obter conclusões que lançaram luz sobre diversos aspectos do caso e a perspectiva das diversas mídias, bem como a visão de alguns atores e instituições. No entanto, antes de apresentar os resultados obtidos, cabe elencar algumas discussões teóricas que irão nos guiar e iluminar a análise elaborada.

O meio técnico-científico-informacional, preconizado por Milton Santos, é um meio onde o território inclui ciência, tecnologia e informação, que caracteriza certos lugares como mundiais. Essa característica é, para o autor, central no período atual. A técnica, a ciência e a informação estão na mesma base de funcionamento e utilização do espaço e são motores da articulação territorial (Santos, 1998, p.51). Atualmente, no entanto, a distribuição dessas varáveis se dá de maneira desigual, o meio científico-técnico-informacional está presente em toda parte, porém com dimensões variadas.

O espaço global é formado por redes desiguais emaranhadas em diferentes níveis e escalas. O espaço geográfico, ou seja, o todo, o espaço de todos os homens, organizações e ações constitui o espaço banal, que, no entanto, só os atores hegemônicos têm acesso e se servem e utilizam de todas as redes e territórios (Santos, 1998, p.53). Nesse mundo globalizado, o fluxo de informação substitui o fluxo material como organizador dos sistemas urbanos e dinâmica espacial. A informação torna-se crucial e fundamental na transformação da produção e do espaço. Além disso, nesse processo o espaço se torna mais heterogêneo e diversificado.

Santos (1998) também apresenta a ideia de que as firmas, têm ou empresas, a capacidade de mudar as regras do jogo econômico em função de seus interesses, transformando o seu poder econômico em poder político. Logo, podem utilizar os fatores produtivos e criar fatores externos decisivos. Portanto o estudo da técnica extrapola a questão técnica e exige um estudo das relações sociais, pois são estas que explicam como conjuntos de técnicas semelhantes apresentam resultados diferentes em diferentes locais, nos levando a pensar para além do processo de produção direto, mas em um processo político da produção.

Quando pensa no planejamento Santos irá dizer que “informar também é governar” (Santos, 1998, p.116), dessa forma quando se planeja uma área em acordo com interesses externos a ela se dá origem a uma desorganização. “A densidade informacional requerida em uma área crítica é a que permita descobrir os caminhos possíveis para harmonizar os interesses locais com os vetores da modernidade.” (Santos, 1998, p.116). Dessa forma se estabelecem nos lugares novas organizações espaciais, se redefinem as dinâmicas regionais, que passam a ser organizadas através dos nexos de informação, e nexos organizacionais provenientes de racionalidades globais.

Entende-se a relevância da informação no processo de formação e de planejamento do espaço urbano, porém a informação não está disponível a todos de maneira democrática, apesar do que se gostaria de pensar no tempo da internet. A informação até mesmo quando divulgada pode se dar de forma deturpada, ou ainda ser negada, como no caso dos moradores da Rua Monsenhor Rubens Mesquita que só souberam do processo que corria contra a permanência em suas moradias devido a esperteza e dinamismo de um dos seus moradores.

No caso em estudo, vemos o que foi preconizado por Harvey (2008) onde o mercado passa a ser o poder que define e legisla sobre a cidade e o seu zoneamento, e que detém o destino da terra urbana. Onde o capital passa a ser forma de organização espacial, as classes médias são encerradas em espaços fechados e protegidos enquanto as pobres são colocadas em uma paisagem de falta de habitação.

Acompanhamos aqui, neste estudo, o caso de um espaço em transformação, uma transformação destrutiva que terá como resultado a modificação do perfil de uso desse espaço. Esse desenrolar, no nosso entender (Bahia, 2021), é resultado da negligência do direito à cidade, à habitação e à função social da propriedade, de uma gestão de tendência privatista, que não só permite como atua em prol da expulsão de uma comunidade estabelecida há dezoito anos no local, para a construção de um *Shopping Center.*

O caso da Rua Monsenhor Rubens Mesquita, aqui em discussão, faz parte, como alvo, de um contexto denominado planejamento estratégico,

tendência internacional nas cidades globais, onde vemos as pressões globais se sobreporem às instâncias locais. Diversos autores, como Santos ([1996] 2006), Harvey (2020), Arantes (2001); Vainer (2001) e Fix (2009), têm discutido criticamente esse modelo, que está presente especialmente em cidades marcadas pelo turismo e/ou pelo seu acervo patrimonial, em um processo de competitividade internacional entre as cidades de tal caráter.

Conforme aponta Harvey (2020):

> A gentrificação, a inovação cultural, a renovação física do ambiente urbano (incluindo a guinada a estilos pós-modernistas de arquitetura e projeto urbano) e as atrações de consumo (arenas esportivas, centros de convenções, shopping centers, marinas, locais exóticos de gastronomia) e de entretenimento (espetáculos urbanos organizados numa base temporária ou permanente) tornaram-se facetas proeminentes das estratégias de regeneração urbana. A cidade precisa se apresentar, sobretudo, como um lugar inovador, estimulante, criativo e seguro para se viver ou para se visitar, para se divertir e para consumir. (Harvey, 2020, p. 163)

Harvey (2020) discute o empreendedorismo urbano como uma forma de governança das cidades, que tem se tornado cada vez mais presente. No contexto globalizado esse modelo se baseia na competitividade entre as cidades e nos investimentos privados como forma de alavancar os espaços urbanos, principalmente por meio do incentivo ao turismo, embora não apenas. Assim, cada vez mais a governança urbana se estrutura de modo a ofertar um ambiente propício aos negócios e atrativo para o capital (Harvey, 2020, p.180).

A economia neoliberal e a globalização impactaram diretamente o planejamento urbano, em um processo em que a cidade passa a ser entendida através de moldes empresariais e deve ter papel competitivo no mercado. Nesse contexto vemos o aumento da competitividade entre as cidades, que devem construir sua imagem perante o mundo como espaço propício para investimentos do capital privado, essa abordagem envolve o desenvolvimento de grandes projetos e eventos que sejam atrativos e se tornam o mote para o planejamento urbano.

> Operações urbanas, grandes projetos, revitalização do centro histórico e planejamento estratégico são algumas das novas expressões acionadas com grande frequência. Na prática, porém, vimos que, por trás do surgimento dos novos espaços, há um conjunto de agentes que procura interferir nos vetores de valorização do espaço urbano, de modo a melhor se inserir neles, ou tentando mudar-lhe o rumo. Uma espécie de jogo imobiliário da vida real (Zeckendorf, 1988), no qual a regra básica é intensificar o uso da terra, sempre que possível substituindo usos pouco rentáveis, como a habitação social, por empreendimentos lucrativos, como complexos luxuosos de todo tipo. Promotores imobiliários e seus parceiros institucionais, financeiros e do poder público fazem da cidade uma espécie de "máquina de crescimento" (Molotch; Logan, 1987). (Fix, 2009, p. 59)

Esses projetos pretendem ser como vitrines e dessa forma não comportam, aos olhos do capital e da gestão, a presença de certos grupos. Portanto, temos visto a expulsão de populações de baixa renda em especial de áreas centrais das cidades que pretendem se colocar no circuito internacional de cidades atrativas ao investimento estrangeiro.

Assim, localizada no centro expandido de Salvador, a Rua Monsenhor Rubens Mesquita está sujeita às ações e ditames em nome do planejamento estratégico, do desenvolvimento e em prol do turismo. Portanto, compreendemos o processo de reintegração de posse em curso como uma estratégia para "limpeza" da região central de Salvador a partir da expulsão dos atuais moradores e da demolição das suas moradias.

De acordo com Salata e Ribeiro (2022), do Observatório das Metrópoles, a Região Metropolitana de Salvador apresenta o quarto maior índice de Gini (0,582) do Brasil. O índice mede a desigualdade de renda em um grau que varia de zero a um, onde zero seria a completa igualdade (a mesma renda para todos) e um seria a completa desigualdade (apenas uma pessoa deteria toda a renda).

O observatório também classifica para Salvador: 12,2%, da população em extrema pobreza; 34,4% em situação de pobreza; e média de rendimento dos 40% mais pobres da população, com R$ 272,00 de renda domiciliar per capita. Os dados sobre a razão de rendimentos entre os 10% mais ricos e os 40% mais

pobres, que equivalem a 21,3% entre as quatro metrópoles com maiores valores, em dados de 2021. Os dados confirmam a situação da desigualdade na cidade de Salvador.

Neste cenário as mídias funcionam como um importante agente na formação da opinião pública e, assim, analisaremos nesse capítulo uma amostragem do seu posicionamento, a partir das categorias elencadas.

A investigação nos suscitou o questionamento do aspecto temporal das matérias dado que a quantidade se intensifica a partir das primeiras demolições, ou seja, no ano de 2021, das vinte e três notícias, quatorze são desse ano. Teorizamos que isso se dá porque a destruição da materialidade é mais chocante e mais noticiável, do que a destruição da imaterialidade.

A reintegração de posse era uma ameaça que afetava a vida cotidiana desta comunidade, tanto no aspecto dos movimentos de luta que surgiram e no esforço necessário que essa população precisou desprender para além das suas atividades diárias. Quanto no aspecto dos efeitos emocionais como grande fonte de insegurança. Portanto, nos parece que enquanto a situação englobava apenas as questões imateriais não chegava às notícias.

A divisão de Santos ([1996] 2006) dos aspectos urbanos em tecnosfera e psicoesfera, nos parece apropriada para compreender os diferentes universos afetados por este processo, como segue:

> Ao mesmo tempo em que se instala uma tecnosfera dependente da ciência e da tecnologia, cria-se, paralelamente, e com as mesmas bases, uma psicosfera. A tecnosfera se adapta aos mandamentos da produção e do intercâmbio e, desse modo, frequentemente traduz interesses distantes; desde, porém, que se instala, substituindo o meio natural ou o meio técnico que a precedeu, constitui um dado local, aderindo ao lugar como uma prótese. A psicosfera, reino das ideias, crenças, paixões e lugar da produção de um sentido, também faz parte desse meio ambiente, desse entorno da vida, fornecendo regras à racionalidade ou estimulando o imaginário. Ambas — tecnosfera e psicosfera — são locais, mas constituem o produto de uma sociedade bem mais ampla que o lugar. Sua inspiração e suas

> leis têm dimensões mais amplas e mais complexas. (Santos, [1996] 2006, p. 172)

O aprofundamento da análise das matérias e do seu conteúdo nos suscitou outras compreensões, assim iremos elaborá-las a seguir.

Com respeito a análise do posicionamento, identificamos que do universo de vinte e três matérias levantadas quinze se posicionaram a favor da Comunidade, como elencamos na Tabela 08, abaixo. Na Tabela 08 abaixo, as matérias que classificamos a favor da Comunidade foram identificadas pela cor vermelha, a favor da reintegração com a cor verde e as neutras pela cor cinza; salientamos que essa não é uma decisão arbitrária, mas representa simbolicamente o caráter político que essas cores são atribuídas, em certa medida, atualmente no Brasil.

Tabela 08 – Matérias selecionadas para a pesquisa, categorizadas de acordo com seu posicionamento em relação ao Processo de Reintegração de Posse, movido pela Prefeitura, contra a Comunidade da Rua Monsenhor Rubens Mesquita.

VEÍCULO	DATA	TÍTULO	POSICIONAMENTO
1. MAPA DE CONFLITOS: INJUSTIÇA AMBIENTAL E SAÚDE NO BRASIL	31/08/2019	BA – Poder público e especulação imobiliária são ameaças à luta da Comunidade do Tororó pelo direito à moradia no centro de Salvador	A FAVOR DA COMUNIDADE
2. BAHIA NOTÍCIAS	11/11/2020	Moradores do Tororó protestam contra possível desapropriação de imóveis	NEUTRO
3. RESIDÊNCIA EM ARQUITETURA, URBANISMO E ENGENHARIA	25/12/2020	Tororó Resiste	A FAVOR DA COMUNIDADE
4. PRETAS POR SALVADOR	21/05/2021	Pretas Por Salvador participam de Encontro com Comunidades e Movimentos do Centro Antigo, em Luta Pelo Direito à Cidade, à Moradia e Pelo Despejo Zero Já, e apoiam comunidade do Tororó	A FAVOR DA COMUNIDADE
5. ADUNEB	25/06/2021	Repúdio da ADUNEB à Prefeitura de Salvador que iniciou a demolição de casas da Comunidade do Tororó	A FAVOR DA COMUNIDADE
6. OBSERVATÓRIO DE MOBILIDADE – SALVADOR	30/07/2021	Remoções na comunidade do Tororó: não em nome da mobilidade urbana!	A FAVOR DA COMUNIDADE

7. TV ESTADÃO	02/08/2021	Em Salvador, moradores do Tororó lutam para manter casas de pé	A FAVOR DA COMUNIDADE
8. O MOMENTO: DIÁRIO DO POVO	21/08/2021	Disputa nas ZEIS do Tororó: uma história de violação do direito à Cidade e à moradia	A FAVOR DA COMUNIDADE
9. JORNAL A TARDE	26/10/2021	Demolição de imóveis causa transtorno a moradores do Tororó	A FAVOR DA REINTEGRAÇÃO
10. JORNAL A TARDE	27/10/2021	Bruno Reis diz que indenizações a moradores no Tororó são "justíssimas"	A FAVOR DA REINTEGRAÇÃO
11. JORNALISTAS LIVRES	27/10/2021	Em Salvador, shopping expulsa moradores de suas casas	A FAVOR DA COMUNIDADE
12. BAHIA.BA	27/10/2021	Prefeitura diz estar indenizando famílias de área desocupada no Tororó	A FAVOR DA REINTEGRAÇÃO
13. CAU/BA	29/10/2021	CAU repudia demolições de residências no Tororó	A FAVOR DA COMUNIDADE
14. ANADEP	04/11/2021	BA: Após inibir demolições, Defensoria visita moradores do Tororó para traçar estratégia de atuação	NEUTRO
15. SAERGS	16/11/2021	Tororó é resistência ao avanço da Capital e pleno direito à moradia	A FAVOR DA COMUNIDADE
16. IMPRESSÃO DIGITAL: OFICINA DE JORNALISMO DIGITAL – FACOM/UFBA	01/12/2021	O caso da comunidade do Tororó, em Salvador, e a violação do direito à moradia	A FAVOR DA COMUNIDADE
17. IAB-BA	2021	IAB-BA participa de audiência sobre remoção de Comunidade do Tororó	A FAVOR DA COMUNIDADE
18.JORNAL A TARDE	17/03/2022	Entidades protestam no TJ-BA contra despejo em ocupações	NEUTRO
19. AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DA FAVELA	17/03/2022	Movimentos de moradia realizam ato contra despejos na Bahia	A FAVOR DA COMUNIDADE
20. PPGAU	10/06/2022	Caminhada nos territórios negros do centro antigo de Salvador: o direito à cidade em disputa	A FAVOR DA COMUNIDADE
21. BAHIA AO VIVO	14/06/2022	Prefeitura de Salvador pode responder processo administrativo criminal por demolições no Tororó após denúncia de Maria Marighella	A FAVOR DA COMUNIDADE
22.BAHIA ECONÔMICA	02/11/2022	Comunidades protestam contra remoção por causa do BRT	A FAVOR DA COMUNIDADE

23. METRO 1	16/05/2023	Sem acordo com a prefeitura, moradores do Tororó acusam demolições vizinhas de provocarem danos às suas casas	A FAVOR DA REINTEGRAÇÃO

Fonte: elaboração própria.

Aquilo que notamos a partir desse levantamento é que apesar da maioria das matérias se enquadrarem como a favor da Comunidade, a partir do nosso parâmetro e análise, a maioria dessas notícias não estão veiculadas em grandes mídias, mas em veículos independentes ou ainda em instituições como Universidade Federal da Bahia, o CAU/BA (Conselho de Arquitetura e Urbanismo da Bahia), o IAB (Instituto de Arquitetos do Brasil), dentre outros – embora estes grupos tenham importante papel nas discussões públicas, em especial, no que concerne o planejamento urbano e dentro dos movimentos sociais, seus veículos não têm tanto alcance para a população em geral. Já no que diz respeito às matérias que identificamos como posicionadas a favor da reintegração de posse, foram veículados em sua maioria na mídia corporativa de maior alcance.

Os principais argumentos a favor da Comunidade nas matérias que se colocam a favor se referem ao fato desse espaço fazer parte de uma ZEIS. Também elencam e discutem os temas do direito à moradia e da função da social da propriedade. Outro argumento levantado é a Campanha e a posterior Lei de Despejo Zero que surge a partir da crise sanitária da pandemia de COVID-19. Tais argumentos a favor da Comunidade são frequentemente acompanhados da denúncia contra o mercado imobiliário, muito citado como agente que se apropria de espaços da cidade para acumulação e especulação.

No que diz respeito aos veículos que classificamos como posicionados a favor da reintegração de posse o discurso se dá em prol da ampliação do BRT. Notamos que nenhuma das matérias com tal posicionamento aborda a construção do *Shopping Center* como fator preponderante para o processo em curso; a única matéria que faz menção ao empreendimento traz uma declaração do prefeito Bruno Reis que comenta que o *Shopping* se trata apenas de uma possibilidade futura. Outra declaração do Prefeito que está presente na maioria

desses artigos é uma fala em que o político declara que as indenizações seriam justíssimas.

A exceção de uma das matérias, todas que estão no universo a favor da reintegração, noticiam o caso sob a ótica das demolições ocorridas e dos danos que essas causaram nas outras moradias da Rua, a partir da declaração dos moradores. No entanto, os relatos são sempre atenuados com uma declaração da SEMOB — Secretária Municipal de Mobilidade que afirmou que toda a demolição foi avaliada por uma equipe de engenheiros e declaradas seguras.

Já no que diz respeito aos artigos que declaramos como neutros, em geral trazem o relato do caso e das demolições, porém sem qualquer observação a respeito do processo de reintegração de posse em andamento, suas motivações e as questões legais envolvidas; e por isso classificamos como neutros.

Outro fator de diferenciação entre as três categorias que definimos diz respeito à linguagem, notamos a mesma situação sendo descrita de diferentes formas, essa percepção também nos auxiliou a classificar o posicionamento das matérias; os veículos a favor da reintegração de posse se referem à situação vivida pela Comunidade como impasse, polêmica, termos que atenuam o processo de reintegração de posse em curso. Para evidenciar este aspecto percebido realizamos um levantamento de termos significativos em cada um dos artigos e analisamos aqueles mais recorrentes nas mídias selecionadas, como segue a Tabela 09, abaixo.

Tabela 09 – Termos selecionados em cada veículo e seu posicionamento indicado pela cor.

VEÍCULO	POSICIONAMENTO	TERMOS
1.MAPA DE CONFLITOS: INJUSTIÇA AMBIENTAL E SAÚDE NO BRASIL	A FAVOR DA COMUNIDADE	exclusão social despejo e (re)expropriação tabuleiro de negócios informalidade desespero insegurança
2. BAHIA NOTÍCIAS	NEUTRO	despejo
3. RESIDÊNCIA EM ARQUITETURA, URBANISMO E ENGENHARIA	A FAVOR DA COMUNIDADE	remover direito constitucional à moradia
4. PRETAS POR SALVADOR	A FAVOR DA COMUNIDADE	coagidas direito à cidade
5. ADUNEB	A FAVOR DA COMUNIDADE	direito à moradia ato desumano

		tirania sede por lucro violência psicológica
6. OBSERVATÓRIO DE MOBILIDADE – SALVADOR	A FAVOR DA COMUNIDADE	remoções, direito à cidade, regularização fundiária
7. TV ESTADÃO	A FAVOR DA COMUNIDADE	demolir
8. O MOMENTO: DIÁRIO DO POVO	A FAVOR DA COMUNIDADE	regularização fundiária
9. JORNAL A TARDE	A FAVOR DA REINTEGRAÇÃO	Desapropriação Indenização pacífica
10. JORNAL A TARDE	A FAVOR DA REINTEGRAÇÃO	Incomodou polêmica
11. JORNALISTAS LIVRES	A FAVOR DA COMUNIDADE	pressão psicológica violência institucional expulsa despejadas
12. BAHIA.BA	A FAVOR DA REINTEGRAÇÃO	Liberação desocupação
13. CAU/BA	A FAVOR DA COMUNIDADE	Demolições Aflige conflito fundiário função social
14. ANADEP	NEUTRO	demolições insegurança
15. SAERGS	A FAVOR DA COMUNIDADE	defender a moradia, resistência, instabilidade, constante ameaça, direito à moradia
16. IMPRESSÃO DIGITAL: OFICINA DE JORNALISMO DIGITAL – FACOM/UFBA	A FAVOR DA COMUNIDADE	abalar psicologicamente, ação ilegal, alvo, expulsão, segregação racial e social, especulação imobiliária, violação ao direito à moradia e à cidade
17. IAB-BA	A FAVOR DA COMUNIDADE	remoção forçada direito humano à moradia
18.JORNAL A TARDE	NEUTRO	direitos à cidade e à moradia despejos remoções
19. AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DA FAVELA	A FAVOR DA COMUNIDADE	movimentos sociais despejos pandemia
20. PPGAU	A FAVOR DA COMUNIDADE	direito à cidade disputa
21. BAHIA AO VIVO	A FAVOR DA COMUNIDADE	pressão psicológica remoção moradia digna segurança na posse
22.BAHIA ECONÔMICA	A FAVOR DA COMUNIDADE	remoção angústia desespero

23. METRO 1	A FAVOR DA REINTEGRAÇÃO	impasse pacífica

Fonte: elaboração própria.

A análise dos termos recorrentes relacionados com o posicionamento que identificamos de cada veículo, evidencia a nossa percepção de como o caso é tratado e apresentado ao leitor. Aqueles a favor da reintegração de posse se referem à situação vivida com termos atenuantes, enfatizando a importância da ampliação do BRT como uma justificativa para considerar a reintegração e as demolições justas.

Os veículos que categorizamos como a favor da Comunidade, por outro lado, abordam as pautas do direito à cidade, à moradia e à função social da propriedade, temas centrais no que diz respeito à questão da moradia no Brasil. Na tabela abaixo (Tabela 10) os termos foram elencados de acordo com a sua ocorrência nas matérias lidas, de forma decrescente.

Tabela 10 – Termos e suas respectivas ocorrências.

AGRUPAMENTOS DE TERMOS	OCORRÊNCIA
direito constitucional à moradia | direito à cidade | regularização fundiária | função social | conflito fundiário | moradia digna | segurança na posse	90
despejo | (re)expropriação | remover | remoção forçada | expulsa | despejada | demolições	112
tabuleiro de negócios | negócios | sede por lucro | disputa	12
coagidas | ato desumano | tirania | pressão psicológica | violência institucional | constante ameaça	35
desespero | insegurança | aflige | abalar psicologicamente | angústia	11
indenização | indenizadas	19
pacífica | pacificamente	4
polêmica | impasse	2
resistência | movimentos sociais | popular | de ocupação	38

Fonte: elaboração própria.

Figura 38 – Nuvem de Palavras com os termos mais recorrentes na pesquisa.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados.

Para além das matérias aqui elencadas, encontramos também alguns materiais que acreditamos que merecem menção, a Nota Técnica elaborada em conjunto dentre o Instituto de Arquitetos do Brasil – Departamento da Bahia (IAB/BA), o Sindicato dos Arquitetos e Urbanistas do Estado da Bahia (SINARQ), e o Grupo de Pesquisa da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia (Lugar Comum), outras entidades também se posicionaram contra a reintegração e emitiram notas técnicas, como é o caso do Conselho de Arquitetura e Urbanismo da Bahia (CAU/BA, 2021) e o Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico (IBDU).

Este capítulo se propôs a olhar para o panorama da representação de processos urbanos na mídia, a partir do caso da Rua Monsenhor Rubens Mesquita. Buscamos olhar de maneira crítica para o universo levantado de modo a compreender como os agentes midiáticos se posicionam neste conflito, já que consideramos a mídia um importante influenciador de percepções e formadora de opiniões, que pode ter papel decisivo em casos como o da Comunidade do

Tororó. Como voz institucional, este agente tem papel na construção de narrativas e, assim como o território urbano em questão, estas também estão em disputa. Vimos aqui a “voz” da mídia explicitando seus pontos de vista também fazendo parte da disputa, tomando partido, recorrentemente, a favor do papel do estado, no caso o executivo municipal, através da roupagem da lei no caso de reintegração de posse que se concretizou nesse espaço urbano.

O caso retratado não é exclusivo do Tororó, mas se repete nas cidades brasileiras e constantemente vemos a mídia hegemônica como aliada dos interesses privados e a mídia independente e os movimentos sociais tendo papel central na conscientização pelo direito a cidade e a mordia.

A análise do retrato do estudo de caso nas mídias também tem papel importante para compreendermos o espaço que a Comunidade do Tororó tem e teve para dar voz a sua luta contra a reintegração de posse e as suas angústias ao longo desse percurso. Nesse caso, o que vimos é que o caso foi noticiado mais intensamente pela mídia independente e com pouca recorrência na mídia de largo alcance. Identificamos na luta pelo espaço urbano também uma disputa por narrativas, e, nesta assimetria de forças, prevaleceu o poder público, que rompeu com a pactuação do compromisso social, inclusive predicado pelo estatuto legal, e, aliada, temos mídia tradicional, que descreve esse rompimento como um evento burocrático.

Desse modo, além de explicitar as contradições que demonstram o desequilíbrio de poder nesse espaço urbano, neste capítulo ─ e, por extensão, nesta tese ─ intentou-se um exercício de registro da história de atores que influenciaram na visão e ações sobre esta Comunidade. No caso da presente tese, nosso trabalho buscou atuar como um contra-discurso perante o da mídia predominante; este exercício se deu, também, como uma forma de resistência a partir do registro e do testemunho dos sujeitos da Comunidade, que veremos no capítulo seguinte.

Em última nota, identificamos que não houve qualquer menção, em nenhuma das mídias aqui elencadas, à saúde ou à saúde mental, embora na nossa pesquisa de termos tenham surgido diversos que se relacionam a sentimentos de angústia. No entanto, os efeitos em saúde mental que um

processo como tal possa ocasionar nos moradores dessa Comunidade não parece ser algo considerado ou ao menos digno de ser noticiado.

4. SOBRE O MÉTODO

Buscamos aqui olhar para o método fenomenológico, mais especificamente tal qual foi adotado nessa pesquisa, a história da autora com esse método e o seu processo da aplicação, assim como, claro, os resultados obtidos.

De acordo com Holanda (1997), a fenomenologia é um marco na história da Filosofia, a partir do resgate da subjetividade; ela é uma filosofia, um modo de pensamento, “uma forma sistemática de acessar a realidade” e, portanto, um método. Surge como crítica, uma crítica ao conhecimento vigente, positivista, que tinha foco na objetividade e ignorava a subjetividade.

> O que é fenomenologia? É o estudo das essências…Mas a fenomenologia é também uma filosofia que recoloca as essências na existência e não pensa que seja possível compreender o homem e o mundo de outra forma que não seja a partir de sua facticidade. É uma filosofia transcendental, que põe em suspenso para compreender as afirmações da atitude natural, mas é ainda uma filosofia para a qual o mundo está sempre aí, antes da reflexão, como uma presença inalienável. (Merleau-Ponty, 1976, p. 1).

Holanda (1997) coloca a fenomenologia como a busca do fenômeno, é ir às coisas mesmas e descobri-las, tais quais elas se apresentam, como eu as percebo. Mas essa é uma busca que se dá consoante com a nossa experiência subjetiva, que contém envolvimento e participação. E, logo, o ser humano é também um fenômeno. Portanto, cabe aqui pontuar que o entendimento teórico dessas perspectivas metodológicas se dá para essa autora ao longo do seu processo de formação como pesquisadora e, principalmente, a partir da orientação daqueles que a guiaram ao longo desse percurso. Dada a essência da pesquisa, que abraça as subjetividades do sujeito pesquisador, nos parece importante explicitar como se deu o caminho até o método aplicado, como faremos a seguir.

4.1. A pesquisadora como protagonista: minha história com o método

Antes de apresentar a teoria que embasa o método proposto e dada a própria constituição desse método, iremos relatar a história da pesquisadora com o método utilizado nessa pesquisa. Essa história se inicia, como vimos, durante a pesquisa de mestrado, que tratava do mesmo tema na mesma área de pesquisa. Há aqui uma peça essencial dessa história que é o Prof. Dr. Luiz Augusto Maia Costa, orientador durante o mestrado e parte do doutorado.

Lembro[13] muito nitidamente quando conheci o Luiz, lembro de perceber a sua dureza, o que demonstra que primeiras impressões são apenas isso. Hoje me julgo um pouco por tê-lo interpretado mal, tendo eu mesma durante toda minha vida escutado o quanto eu pareço brava à primeira vista; porém, naquele momento, também o julguei dessa forma. Nesse primeiro encontro, eu não imaginava o mestre e amigo que ele se tornaria, o Prof. Luiz precisou se afastar da instituição e da minha orientação devido a questões de saúde, porém sem ele essa pesquisa não teria florescido e tomado os rumos que tomou.

No entanto, no nosso primeiro encontro, lembro que a primeira coisa que o professor me disse é que o tema que eu pretendia não era possível de ser desenvolvido, essencialmente por falta de embasamento teórico; me sugeriu, então, que eu retornasse, para minha próxima orientação, com três sugestões de novos temas, para que pudéssemos debater e elencar com qual seguiríamos. Receosa e sem qualquer crença pessoal na minha própria intelectualidade, retornei a casa para cumprir a tarefa designada.

Enquanto pesquisava as novas possibilidades para tema de pesquisa, acabava sempre retornando para temas urbanos que tivessem as pessoas no centro e, sempre, perigosamente próxima ao tema que o orientador que me assustara me recomendou que eu abandonasse. Percebendo que não seria possível abandonar aquele tema, elenquei os três outros temas possíveis, de

---

[13] Devemos aqui fazer um alerta ao leitor: neste capítulo, há uma diferenciação da linguagem utilizada, ao invés da segunda pessoa do plural — tempo verbal comumente utilizado na escrita acadêmica — utilizaremos em diversos momentos a primeira pessoa do singular. Utilizamos aqui a linguagem como um artifício para demonstrar a aproximação da pesquisadora, ou seja, a minha aproximação com o espaço, com as pessoas que o ocupam ou ocuparam e, também, com o método. Há uma aproximação que o método requer, mas não significa que abandonamos o método aplicado e seus aspectos técnicos, mantem-se, aqui, o rigor científico.

modo a cumprir a tarefa que me fora passada, porém mergulhei em uma busca para encontrar meios possíveis e principalmente referências que pudessem embasar a pesquisa.

Quando apresentei ao Luiz o tema de pesquisa que eu havia elaborado para o desenvolvimento, ele compartilhou a minha opinião de que sim, poderíamos seguir com o tema desejado. Desse momento em diante, além de me orientar a cada etapa, Luiz também abraçou o tema de pesquisa, completamente. Ao longo do desenvolvimento da pesquisa, o professor entendeu que eu estava construindo um caminho fenomenológico, ainda que, para mim, não estivesse completamente claro o que isso significava. E, ainda que esse não fosse o seu método de pesquisa, sem qualquer ego, bastante comum na intelectualidade acadêmica, e com sua experiência como orientador, me guiou para o caminho pelo qual eu já estava tateando.

Em dado momento, em novembro de 2019, sugeriu e providenciou uma reunião com a Profa. Vera Engler Cury, coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia, de modo a proporcionar uma aproximação com a disciplina que invariavelmente seria abordada nessa pesquisa. Este é um encontro que também me marcou. Lembro do meu nervosismo com relação à reputação da Profa. Dra. Vera Cury, ou ao menos o que eu tinha ouvido, que era de ser uma pessoa rígida e exigente; logo, fui receosa ao seu encontro. Porém, não poderia ter sido mais bem recebida, dado que a exigência da professora é sempre gentil e ela se demonstrou animada com o tema e me fez um convite que mudou os rumos dessa pesquisa — que foi o de participar dos encontros semanais do seu Grupo de Pesquisa, em que as discussões eram primariamente a respeito do método de pesquisa adotado e desenvolvido pelo grupo. Essa experiência foi de extrema importância para o meu aprendizado intelectual e como pesquisadora, porém, naquele momento, o que aprendi não seria aplicado à metodologia de pesquisa que já estava em andamento.

Durante o mestrado, realizamos uma pesquisa de campo baseada na aplicação do questionário SRQ-20 e na análise dos seus dados, ou seja, uma pesquisa essencialmente quantitativa, como já relatado anteriormente. No entanto, a realidade do campo nunca se dá de acordo com o que delineamos a partir da teoria e tão cuidadosamente planejamos. Durante a atividade empírica,

a realização dos questionários se deu de forma mais dinâmica do que a sua simples aplicação. A orientação da Organização Mundial de Saúde (OMS), para a aplicação desse questionário, é de que ele seja entregue ao respondente e que esse dê suas respostas sem a intervenção do pesquisador.

Entretanto, essa não foi a realidade dessa pesquisa de campo; em poucos casos, a aplicação do questionário se ateve às respostas de “sim” ou “não”, seja pelas características daquela comunidade ou, me pergunto, se não um pouco pelo aspecto conversador do povo soteropolitano. A realidade que se deu foi que a aplicação sempre se desdobrava, de uma maneira ou de outra, em conversas, fossem elas sobre o processo de reintegração de posse[14], fossem sobre questões cotidianas e vivências daqueles moradores. Claro, houve casos em que os participantes responderam o questionário em silêncio ou sem maiores interações, já outros que perguntaram a respeito do tema e dos próprios questionários, ou ainda outros que apenas conversaram sobre os mais variados assuntos. A realidade é que essas interações, talvez mais do que os dados brutos, proporcionaram a compreensão da dinâmica dessa Comunidade e da sua organização social.

A pesquisa de campo foi, então, apresentada na Dissertação de Mestrado — como sugestão do professor Luiz — como um diário de campo, no qual relatamos a experiência vivida nesse espaço urbano, a dinâmica que se deu, as percepções da pesquisadora. Lembro-me que à medida em que eu escrevia e o Luiz corrigia o texto, ele enfatizava como eu deveria explicitar a minha experiência, falava para eu abordar todos os sentidos, o que vi, ouvi, os cheiros sentidos, e como essa era a parte mais divertida de escrever e eu ia incrementando o texto com as minhas percepções.

Apesar de, em alguma medida, entender a perspectiva fenomenológica desse método, eu não tinha, à época, a dimensão e embasamento teórico daquilo que eu estava escrevendo e, em alguns momentos, parecia um tanto quanto errado ─ dado que a orientação mais comum no mundo da pesquisa

---

[14] **Processo nº** 057098-23.2017.8.05.0001 situado na 8ª Vara da Fazenda Pública de Salvador.

cientifica é a retirada completa da subjetividade pesquisador, em geral, o orientado é que não usemos a primeira pessoa do singular nos textos acadêmicos, ou seja, há uma retirada completa do eu. Logo, ao falar da minha experiência, embora tenha se dado de forma intuitiva ou talvez resultante da minha formação pessoal e profissional, em certos momentos a dúvida pairava em relação à qualidade cientifica do texto e, nesse sentido, a orientação do Luiz foi essencial para o resultado obtido no mestrado, pela qual sou imensamente grata.

Esse resultado foi defendido em janeiro de 2021, tendo a Profa. Dra. Vera Engler Cury como umas das avaliadoras da banca, e um dos comentários da professora foi como havíamos aplicado, de maneira intuitiva e espontânea, a essência do método com o qual a professora e o seu grupo de pesquisa trabalham, ainda que não tivéssemos, naquele momento, o embasamento teórico e as ferramentas metodológicas bem estabelecidas.

Portanto, o que identificamos hoje, com um embasamento teórico desenvolvido, é que, de certa forma, algo do método do Grupo de Pesquisa da Profa. Dra. Vera Cury foi realizado de modo um tanto quanto intuitivo. Logo, após a aprovação do mestrado, convidamos a Profa. Vera Cury para a co-orientação do doutorado e ficamos felizes com o seu aceite, nos dando suporte para aplicar o método agora de maneira estruturada, sobre o qual discutiremos a seguir.

4.2. A aplicação do método fenomenológico nessa pesquisa

A pesquisa de doutorado se propõe a ampliar a discussão do mestrado, que iniciou um diálogo entre urbanismo e psicologia, ao refletir a respeito das relações entre espaço urbano e saúde mental, a partir da análise do espaço urbano em tela, considerando os processos e os agentes urbanos atuantes no contexto e a investigação dos possíveis efeitos nos habitantes desse espaço. Buscamos avançar na compreensão teórica das possíveis relações entre espaço urbano e a saúde mental dos indivíduos que o habitam. E, consequentemente, refletir a respeito da atuação dos arquitetos, urbanistas e planejadores na leitura dos espaços urbanos — nesse aspecto, o método adotado nessa pesquisa tem papel central.

Compreendemos o espaço como um processo cultural, econômico e político, que se estrutura em uma sociedade, sendo viabilizado por determinadas técnicas. Nesse sentido, devemos compreender que o espaço produzido se materializa em um território e que sua conformação é resultado de um projeto de poder (Souza, 2019b). Se assim o é, temos a possibilidade de pensá-lo, alterá-lo, projetá-lo e criticá-lo. Logo, nos debruçamos no espaço urbano em pauta, compreendendo-o, na medida em que este se apresentou a nós, entendendo o território como uma singularidade no tempo/espaço.

Nos propusemos a olhar para os indivíduos habitantes do território em estudo, o espaço urbano do Tororó, e como eles foram afetados pela sucessão de eventos que decorreram nesse local, como resultado da atuação do poder público sobre este espaço urbano, olhando para o que lhes afligia. Dado o caráter interdisciplinar inerente a este procedimento, adotamos como método, para apreender a experiência vivida pelos moradores do território em estudo, uma perspectiva fenomenológica, mais especificamente, aquela inspirada pelo método fenomenológico proposto pelo filósofo alemão Edmund Husserl e assimilada pela psicologia fenomenológica contemporânea. Os norteadores epistemológicos do método fenomenológico nos possibilitaram olhar para esse fenômeno com uma atitude de empatia e sensibilidade, sem perder o necessário rigor científico, objetivando uma aproximação às subjetividades dos participantes da pesquisa.

Para a pesquisa empírica realizada na Comunidade da Rua Monsenhor Rubens Mesquita, inicialmente percebemos que a ação do planejamento urbano nesse espaço resultou na formação de três grupos: aqueles que resistem e persistem lutando por seus direitos; aqueles que saíram do local; e, aqueles que não estão incluídos no processo de reintegração de posse, mas agora, com a demolição das casas, passam a temer pelo seu futuro. Porém, com a completude do processo de reintegração de posse, embora tendo resistido até o fim, o primeiro grupo também precisou sair da Rua.

Colocado o problema, ainda que brevemente, pretendemos explicitar como o método proposto foi desenvolvido e aplicado no contexto dessa pesquisa. Como mencionado, utilizamos o método desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa Institucional liderado pela Profa. Dra. Vera Engler Cury, no Programa

de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas: “Atenção Psicológica Clínica em Instituições: Prevenção e Intervenção”. O grupo vem trabalhando em pesquisas que buscam investigar as intervenções psicológicas a partir do seu contexto social, em uma perspectiva que integra a Abordagem Centrada na Pessoa, com fenomenologia, a partir de Edmund Husserl (Cury, 2021, p. 93).

As pesquisas são desenvolvidas em seu contexto natural, em encontros dialógicos, que são conduzidos a partir de uma pergunta norteadora, onde busca-se analisar os significados e os sentidos a partir de uma perspectiva fenomenológica. Propõe-se que o pesquisador deixe de ser mero expectador e se insira no contexto pesquisado, vivenciando e deixando se mobilizar pelo ocorrido, que será analisado mediante narrativas tecidas pelo pesquisador, a partir da sua experiência, em busca da compreensão da estrutura e da interpretação do fenômeno. Com o encontro subjetivo, onde o ponto de partida é a experiência humana, intenta-se criar caminhos para superar os desafios contemporâneos relacionados à saúde mental (Cury, 2021, p. 94).

O encontro dialógico é uma estratégia desenvolvida pelos pesquisadores do Grupo de Pesquisa acima mencionado, como modo de interação do pesquisador com os participantes da pesquisa. Não se trata de uma entrevista, mas sim de uma conversa incitada por uma questão norteadora, trazida no início do encontro pelo pesquisador, que irá desencadear um diálogo entre ambos sobre o tema de interesse da pesquisa. Os encontros são realizados individualmente com cada um dos participantes. Após o encontro dialógico, o pesquisador irá redigir uma narrativa compreensiva, contendo suas impressões, ideias e sentimentos sob o impacto daquele encontro com o participante, ou seja, ele descreverá cada encontro a partir de sua própria experiência ao estar com o participante, atribuindo sentidos à experiência vivida pelo participante num movimento intersubjetivo.

> O intuito é apreender aquilo que se vivencia em uma relação intersubjetiva que engloba diversos elementos ligados ao contexto espaço-temporal, à expressividade do corpo vivo, aos atributos sensoriais e motores e pela própria compreensão empática do vivido. (Fadda, 2020, p. 66).

O encontro parte de uma pergunta norteadora, mas depois segue de acordo com o fluxo estabelecido por cada sujeito — o foco está na troca entre os sujeitos. Ao escrever a narrativa compreensiva, o pesquisador primeiramente escreve tudo que lhe chamou a atenção no encontro, mesmo aquilo que possa parecer insignificante; depois, esse texto é organizado sob a forma de uma narrativa, onde são consideradas a historicidade, o espaço e a temporalidade, em uma compreensão empática do ocorrido (Fadda, 2020). A análise da experiência se dá a partir das narrativas elaboradas pelo pesquisador e da sistematização dos elementos estruturantes identificados.

No caso da presente pesquisa, os encontros se deram no dia 21 de fevereiro de 2024, na Rua Monsenhor Rubens Mesquita, lembrando que para a realização da pesquisa, tivemos a autorização do Presidente da Associação de Moradores e aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da PUC-Campinas. O sigilo, evidentemente, também será resguardado ao adotarmos pseudônimos ao longo da pesquisa e da tese, para nos referirmos aos participantes, como também serão excluídos quaisquer dados que possam identificá-los, como foi definido perante ao Comitê de Ética[15].

De maneira geral, os participantes da pesquisa são moradores da Comunidade em estudo, a Rua Monsenhor Rubens Mesquita, ou pessoas que habitavam a Rua, mas que, em função do processo de reintegração de posse, saíram da área. Assim, os participantes foram homens e mulheres maiores de 18 anos, de forma a abranger uma diversidade de faixas etárias e de gênero. Já como critério de exclusão, estão os sujeitos menores de idade. Não houve pessoas que se recusaram ou não se sentiram confortáveis em participar da pesquisa, ou mesmo que desistiram durante ou após a participação.

Dada a situação atual vivida na Rua, como já mencionado, explicitamos três vivências diferentes: os não afetados diretamente pelo processo; os que estavam no processo e continuam; e os que estavam no processo, porém venderam suas casas e saíram da Rua. Assim, é como se presenciássemos três temporalidades diversas em decorrência de um processo de reintegração de posse, os que resistem e se organizam; os que desistiram; e aqueles que têm

[15] Ver Anexo 02 da presente tese.

assistido a transformação de fora. Porém, como mencionado anteriormente, o grupo que ainda resistia já havia sido retirado da Rua quando realizamos a pesquisa de campo. Acreditamos que, ao conversar com pessoas desses diferentes grupos, possamos identificar as variadas formas com que a cidade e o seu planejamento podem influenciar indivíduos — salientando que, no nosso caso, o objetivo principal é entender os efeitos em saúde mental.

Inicialmente, pretendíamos que os encontros se dessem tal qual a realidade da maioria das pesquisas da psicologia, da forma mais natural possível. A proposta era abordar os moradores na própria Rua e entrar em contato com aqueles que já haviam se mudado, a partir da ponte com o Presidente da Associação. Para os encontros, a pesquisadora iria sugerir que seguissem para um local, que poderia ser a casa da pessoa ou na própria rua, buscando um espaço que permitisse maior privacidade.

No entanto, a realidade do campo invariavelmente se impõe ao pesquisador; logo, devido ao contexto da pesquisa, a sua localização e até mesmo devido à cultura do local, a maioria dos encontros não tiveram a privacidade inicialmente proposta. Posteriormente, iremos relatar os pormenores desses encontros, em formato de narrativas, como proposto pelo método.

Ainda que não tenhamos podido realizar os encontros em ambiente privado — e veremos que isso não foi entendido como uma perda, mas como elemento que muito revela da realidade estudada — seguimos os processos estabelecidos. Inicialmente, a pesquisadora se apresentou, explicou a sua presença ali e o tema da pesquisa e, em seguida, questionou se as pessoas estariam dispostas a participar. Com a concordância clara de cada participante, partimos para fazer a pergunta norteadora selecionada, sendo ela: “como você se sente com relação ao processo de reintegração de posse ocorrido?”.

Cabe aqui ressaltar que, no início da pesquisa, tínhamos a pretensão de aplicar novamente o questionário realizado referente à pesquisa de mestrado; no entanto, o correr da pesquisa demonstrou que este não mais cabia na pesquisa de doutorado e não mais atendia aos objetivos propostos pela tese. Portanto, nos encontros nos atemos às conversas com os participantes, a partir da pergunta norteadora.

O método preconizado possibilita que a pesquisadora interfira somente se observar oportunidades importantes para o fluir da conversa. Após a pergunta norteadora, portanto, a pesquisadora se ateve a escutar os participantes, fazendo intervenções ou questionamentos somente quando oportunos, mas tendo como foco a escuta atenta para as impressões e sentimentos dos moradores e/ou ex-moradores, sobre o tema e, assim, para que manifestassem suas vivências particulares. De acordo com a proposta metodológica, não foi realizada nenhuma anotação ou gravação durante o encontro; o método propõe que a escrita seja realizada logo em seguida, com o pesquisador escrevendo tudo aquilo que experenciou. No caso dessa pesquisadora, esse primeiro momento de registro foi realizado por meio de gravações nas quais a autora narrou para si mesma os ocorridos, para futuramente organizá-los.

O processo seguiu por narrativas compreensivas, que foram fonte de dados para que a autora elencasse os elementos significativos da experiência vivida pelos participantes e pela própria pesquisadora. Dessa forma, a subjetividade do participante da pesquisa não é deixada de lado pelo pesquisador; pelo contrário, é abraçada ao longo dos encontros interpessoais, de forma a possibilitar uma compreensão de suas vivências individuais. Na sequência, a pesquisadora escreveu uma narrativa compreensiva sobre cada encontro individual, apreendendo as diversas vivências dos participantes, pois é preciso incluir nossas impressões e tudo que sentimos ao estarmos com as pessoas que habitam um determinado lugar e dão a ele significados pessoais. Isto se deu num mergulho no contexto do espaço urbano, que acabou por se tornar sujeito/objeto da investigação.

Esse primeiro esboço foi apresentado ao Grupo de Pesquisa anteriormente mencionado, que muito contribuiu no processo de elaboração; nesse momento, entendemos que não tinha sentido separar as narrativas em encontros individuais e que, no caso dessa pesquisa, poderia se fazer uma narrativa corrida, tal qual se deu na pesquisa de campo. Assim, esta tornou-se tanto uma narrativa dos sentidos daqueles sujeitos, quanto uma narrativa urbana; em que a escrita se deu como uma cartografia do território.

Lembremos que estamos utilizando um método fenomenológico de inspiração na filosofia de Edmund Husserl, que afirmou ser a psicologia uma

ciência dos fundamentos da experiência humana, isto é, que deve ocupar-se dos modos como as pessoas imprimem significados próprios ao que vivem (Cury, 2021). Em última instância, o método inclui a compreensão sobre as experiências humanas dos participantes que habitam um território específico e é aplicado para a compreensão do mesmo e da atuação dos agentes urbanos nesse determinado espaço — com o fim último de compreender as relações entre cidade e saúde mental, e como um território pode ter influência sobre a saúde mental de seus habitantes.

Dessa forma, ao longo da argumentação da presente tese, a análise do espaço urbano se deu a partir do processo de observação do espaço e da sua transformação, concomitantemente aos métodos de análise de inserção territorial da Rua em estudo, compreendendo o seu contexto local e a sua relação com o global, tanto na sua perspectiva espacial, quanto do planejamento e da ação do Estado sobre o esse espaço.

Os encontros dialógicos possibilitaram um processo compreensivo e interpretativo, sob a forma das narrativas compreensivas sobre cada encontro e de uma narrativa síntese, contendo os elementos significativos que vieram à tona nas conversas com todos os participantes. Assim, os resultados incluirão elementos qualitativos, para compreensões teóricas sobre a experiência vivida dos participantes. Pretende-se que as vozes dos moradores da Rua Monsenhor Rubens Mesquita sejam ouvidas e relatadas a partir da percepção da pesquisadora, em uma valorização do encontro entre pesquisador e participante. A partir da análise das narrativas compreensivas e da construção de uma narrativa síntese, pudemos problematizar, sob a forma de um estudo de caso, uma situação dramática de desocupação da população de um bairro, em um dado contexto urbano contemporâneo brasileiro, a fim de caracterizar o impacto sobre a saúde mental das pessoas envolvidas. Este processo lança luz para uma aproximação de aspectos urbanos que podem influência sobre a saúde mental dos indivíduos.

Entende-se que a causalidade de transtornos mentais não pode ser especificada e atribuída a apenas uma questão. No entanto, o que pretendemos com os instrumentos empíricos é compreender a estruturação social desse

espaço urbano, e assim nos aproximar dos efeitos desse processo na vida desses indivíduos e os significados por eles atribuídos à sua vivência.

Após a conclusão da pesquisa, é parte intrínseca deste processo, compartilhar a tese com os participantes, inicialmente pelo seu envio; posteriormente, pretendemos apresentar à Comunidade os resultados coligidos ao longo de todo o período de pesquisa, como forma de compartilhar e retribuir a participação, expondo a aplicabilidade/presença do conhecimento acadêmico na vida cotidiana. Em última instância, a tese ficará à disposição (impressa, digital e mediante *link* para acesso) para a utilização da Comunidade, como e caso possa lhes servir.

No caso da Rua Monsenhor Rubens Mesquita a conclusão à qual chegamos no mestrado é que a boa localização urbana, a coesão social e a construção de um senso comunitário são aspectos urbanos que têm influência positiva para qualidade de vida e bem-estar mental dessa população. Porém, o processo de reintegração de posse muito provavelmente terá efeitos nessa Comunidade que dizem respeito ao mundo objetivo e material, mas também àquilo que é subjetivo e do mundo sensível. Assim, o presente estudo pretende desvelar aspectos de como a prática urbana contemporânea tem afetado os indivíduos e as comunidades, ao acompanhar um processo tão comum nas cidades brasileiras, cujo tema subjacente é a busca por ampliar a compreensão das relações entre espaço urbano e saúde mental.

4.3. Visita de campo: narrativas

4.3.1. Diário de Pesquisa, dia 21/02/2024

Nesse dia havia combinado de encontrar Roberto as nove da manhã, como a minha casa está a 30km da Rua Monsenhor Rubens e por se tratar de um dia útil, uma quarta-feira, saí bem cedo de casa, por volta de sete da manhã. O meu trajeto passa por algumas mais movimentadas avenidas de Salvador e, portanto, enfrentei os principais engarrafamentos da cidade.

No carro minha irmã me acompanhava, pois ia deixá-la em seu trabalho a caminho da Rua, enquanto ela estava comigo me mantive relativamente calma,

distraída pela nossa conversa. Porém, uma vez que a deixei no trabalho, o trajeto passou a ser repleto de ansiedade e angústia com a realização da pesquisa de campo. Ansiedade oriunda do receio de não conseguir realizar as entrevistas e da insegurança de ser uma arquiteta se aventurando no campo da psicologia.

Ao chegar na Rua Monsenhor Rubens Mesquita, por volta das 8:40, aguardei um pouco antes de avisar a Roberto que eu havia chegado, pois achei que estaria um pouco cedo. Enquanto isso observei as mudanças que ocorreram na Rua e me deixei impactar por elas, tirei algumas fotos de como está hoje a área onde antes se encontravam as casas de parte daquela Comunidade, fui acometida com uma sensação de tristeza, mas de certa forma é como se as casas nunca estivessem estado lá, de fato foi realizada uma “limpeza”.

Após andar um pouco mandei mensagem para Roberto que me avisou que viria até a Rua para me encontrar e enquanto aguardava vi um gatinho nos degraus de acesso a uma das casas e me detive para brincar um pouco com ele. Em seguida a senhora que morava na casa saiu e começamos a conversar, ela me falou como ele era um gato carinhoso e continuei a brincar com ele. Era um dia quente e eu já suava e perguntei se podia me sentar nos degraus da sua casa, ao que ela concordou. Conversamos sobre algumas amenidades, a exemplo da típica conversa com estranhos, a do clima e no caso de Salvador no verão de como estava calor. Em um momento oportuno da nossa conversa lhe perguntei a respeito do processo de reintegração de posse, mas ela me disse que para ela não fazia diferença, pois aquela era uma casa alugada e ela já estava planejando se mudar dali. Pouco tempo depois ela me disse que precisava ir para o trabalho e continuei aguardando sozinha.

Por volta de cinco minutos depois Roberto me encontrou, atualmente ele está morando na rua de cima, chamada Rua Futuro do Tororó. Um dos acessos a essa Rua se dá por meio de uma escadaria, a qual a base se encontra na Rua Monsenhor Rubens Mesquita, portanto Roberto e sua família ainda permanecem no bairro do Tororó.

Fomos subindo a escadaria e depois a íngreme Rua Futuro do Tororó até a sua casa, enquanto caminhávamos ele foi me explicando o que havia decorrido em relação ao processo de reintegração de posse desde a última vez que

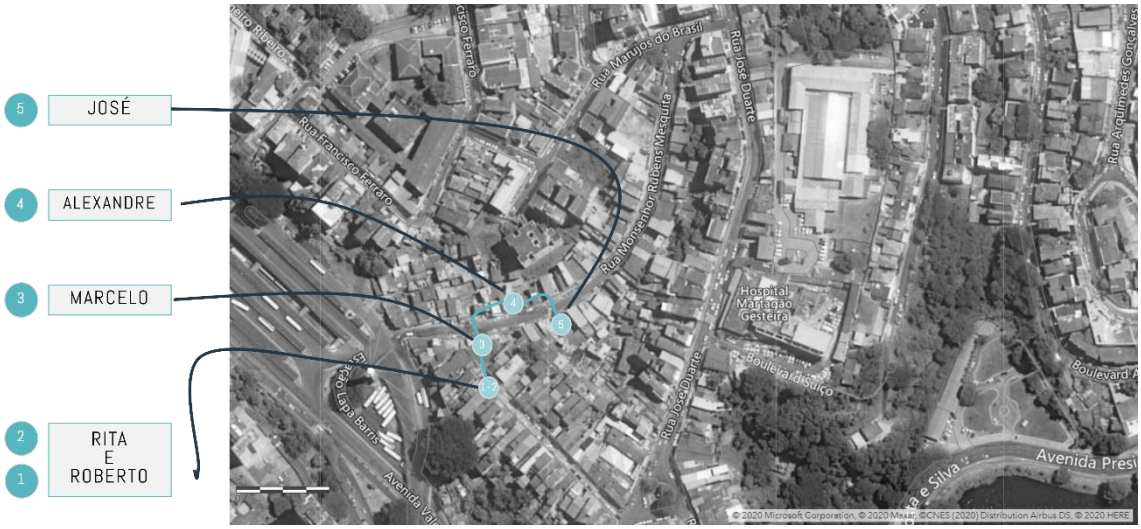
tínhamos nos visto pessoalmente – em 2022, quando estive na Rua Monsenhor Rubens Mesquita para obter a sua autorização para realizar a pesquisa de doutorado. Ele me explicou que, apesar de todas as famílias envolvidas no processo já terem saído da Rua, na justiça o processo ainda está em andamento e ele acredita que, caso a decisão seja favorável para a Comunidade, seria determinada algum tipo de benfeitoria para a Rua e/ou a Comunidade.

Relatou casos de companheiros da Comunidade que saíram de lá e não conseguiram comprar sua própria casa e passaram a viver de aluguel ou acabaram gastando todo dinheiro que receberam. Dividiu comigo, de maneira igualmente divertida e compadecida, a história de amigo — esse um dos primeiros a aceitar a oferta da Prefeitura e vender a sua casa — que comprou uma nova casa em outro bairro e um carro com a esposa, mas após algum tempo a companheira o deixou e ficou com todos os bens adquiridos e para esse amigo restou ir para o interior morar com alguns familiares. Roberto pretende, futuramente, alugar para esse amigo um espaço em sua casa que está reformando para ser um quarto e sala.

Enquanto subíamos também me mostrou uma casa ainda de pé na poligonal, onde todas as outras já foram demolidas, e dividiu a história dessa família que vive um impasse. A casa foi estruturalmente condenada e a Prefeitura alega que, como os moradores não a construíram de maneira apropriada, eles não vão pagar nenhum valor pela casa. Essas pessoas, de acordo com Roberto, se encontram sem saber o seu destino e a casa permanece ali, em meio, ao que agora é um pátio para os ônibus da Estação da Lapa, como uma última lembrança do que foi perdido. No entanto, me questiono a respeito da alegação da Prefeitura já que está adquirindo essas moradias não pelo valor da edificação e sim pelo valor da terra que essas pessoas ocupam.

Relataremos a seguir os encontros com cada um dos sujeitos na Rua, o mapa a seguir apresenta o percurso realizado neste dia.

Figura 39 – Imagem aérea demonstrativa do percurso realizado na Rua para a realização dos encontros dialógicos.



Fonte: Elaboração própria, com base em imagem do Google Earth.

4.3.2. Roberto: aquele que soube exercer a resistência até o fim

Entramos na casa de Roberto e primeiramente fui recebida pelos seus dois cachorros simpáticos que pulavam e me lambiam, querendo brincar, um deles era mais tranquilo e logo se acalmou, porém o segundo não se aquietou por um instante se quer em que eu permaneci na casa de Roberto, pulando nos móveis e em mim. Como adoro cachorros esse não foi um problema, embora no momento da conversa por várias vezes Roberto precisou se interromper para impedí-lo de quebrar algo ou de subir em mim.

Logo que entrei lhe perguntei se eu poderia usar o seu banheiro e ele prontamente me indicou o caminho. Na lateral da sala há um corredor a frente da porta que entramos, porém estava repleto de equipamentos como freezers e um moedor de cana de açúcar, que depois descobri que eram da antiga venda da sua esposa. Por isso, passamos por dentro do quarto do casal para chegar à cozinha e atrás da cozinha pude encontrar o banheiro.

Ao retornarmos à sala nos sentamos no sofá e lhe expliquei que estava dando continuidade à pesquisa e gostaria de conversar com ele a respeito do processo. Então lhe fiz a pergunta norteadora: como ele se sentia em relação ao processo de reintegração de posse. A primeira coisa que me respondeu é que

ele tinha que dar graças a Deus por ter conseguido continuar a viver na região do Tororó, principalmente com a sua casa própria.

Roberto me relatou que saiu de sua casa na Rua Monsenhor Rubens Mesquita em maio de 2023, quando receberam da Prefeitura Municipal uma liminar que dizia que tinham uma semana para deixar suas moradias ou seriam expulsos pela força policial, ou podiam aceitar a oferta de compra de suas moradias feita pela Prefeitura. Roberto e sua família resistiram em sua casa até o último dia tentando de todas as formas reverter a liminar, mas por fim aceitaram a oferta de vender a sua casa pelo valor de 239 mil reais. Compartilhou comigo que pagou 195 mil reais pela casa na qual está atualmente, sem incluir os valores com documentação. Ele me pareceu muito animado com a sua nova casa e com aquilo que o futuro o reserva, me contou de como a casa era grande e soou orgulhoso de ter descoberto, quando recebeu a escritura, que a casa tinha 111 anos.

Posteriormente conversei com a sua esposa e relatarei em seguida. Porém, cabe aqui relatar que quando terminei de conversar com ambos, Roberto quis me mostrar os seus planos para a casa e as reformas que pretende fazer. Planeja isolar o corredor lateral, aquele que hoje está repleto de equipamentos, dando um acesso privado a área do fundo da casa, esse espaço pode ser acessado por meio de uma escadaria já que está em uma cota mais baixa do que a casa. Logo na descida da escadaria está a área que atualmente usam como lavanderia e, já em obras, o espaço que está transformando em quarto e sala para que seu amigo possa alugar. Um pouco mais ao fundo do terreno já reservou uma área para uma horta e uma possível futura piscina, que gostaria de construir, mas não sabe se será possível devido ao valor elevado de construção e manutenção. Nesse ponto do quintal há um pequeno muro e um portão, ao abrir o portão me mostrou uma área que também faz parte da sua propriedade, e que está em uma cota ainda mais baixa, nesse espaço futuramente pretende construir algumas quitinetes para alugar e obter alguma renda.

Roberto me relatou que apesar de ter saído da Rua Monsenhor Rubens Mesquita ainda pretende concorrer novamente para Presidente da Associação de Moradores, considerando que ainda habita a região do Tororó isso seria

possível, portanto, se mantém não apenas como um membro da Comunidade como também um membro ativo desta.

Considero que ele está em situação de privilégio em relação a seus companheiros da Comunidade que precisaram sair da região, conseguindo se manter no mesmo bairro em que construiu sua casa, sua vida e a sua família. Dentro desse contexto, a percepção que tive a partir da nossa conversa é de que Roberto, de maneira pragmática, se propôs a olhar para o futuro e parecia animado com sua nova moradia e com seus planos para o futuro. Falou muito pouco a respeito do que ocorreu se concentrando naquilo que estava por vir, me contou que havia terminado a faculdade de direito – que ainda estava cursando da última vez que nós nos vimos, no ano de 2022 – e, que estava se preparando para realizar a prova da OAB pela segunda vez, não tendo passado em sua primeira tentativa.

4.3.3. Rita: aquela que olha para dentro

Em seguida conversei com Rita, esposa de Roberto. Ao fim da minha conversa com Roberto o questinei se ela aceitaria falar comigo, ele a chamou na cozinha e ela se juntou a nós, a princípio parecia um pouco tímida, sentando-se no sofá abraçada a uma das almofadas, mas logo que começamos foi se soltando e compartilhando a sua experiência.

Repeti a ela a pergunta norteadora, porém a sua resposta foi bem diferente da do seu marido, Rita dividiu que para ela a questão mais difícil foi ter perdido o seu trabalho e a sua fonte de renda, já que ela tinha uma venda na frente da casa que ela gerenciava. E, na rua que estão morando atualmente não há movimento suficiente para abrir um comércio, não se comparando à movimentação da Rua Monsenhor Rubens Mesquita, principalmente devido a sua proximidade com a Estação da Lapa. Portanto, hoje em dia, Rita mantém apenas o trabalho de venda ocasional como ambulante nos dias de jogos na Arena Fonte Nova, juntamente com Roberto.

Em seguida ela compartilhou comigo como se sentiu na semana em que receberam a liminar da Prefeitura Municipal e se depararam com a possibilidade

de serem despejados pela força policial e sem direito a nenhum ressarcimento. Para Rita foram dias de muita angústia, ela enfatizou a teimosia do marido em não desistir e do quanto esse foi um período difícil tanto para ela quanto para sua filha mais velha.

O casal tem duas filhas, de quatro e dezoito anos, na época que receberam a intimação sua mais velha estava com dezessete e Rita dividiu como foi difícil para a menina. A filha acordava no meio da noite a qualquer barulho, achando que era a polícia que tinha vindo tirá-los da sua casa e se preocupava com a possibilidade de morarem em algum local longe, distante da sua escola. Relatou como ela chorava de desespero, falou do seu próprio desespero e de como pedia para o marido que aceitasse logo a oferta de compra pela casa, e que a cada dia que passava o desespero aumentava.

A minha percepção é que, diferente de Roberto, que se concentrou em falar das questões pragmáticas da vida e do que lhes ocorreu, Rita compartilhou muito mais sobre o que de fato sentiu nesse período e sobre sua frustração como mãe de ver o sofrimento da filha. A sensação que ficou comigo é de que nessa nova fase ela ainda está descobrindo por onde seguir e como reestruturar a sua vida e a sua rotina.

Em seguida perguntei a Roberto se ele poderia me passar o contato de mais algumas pessoas com que eu pudesse conversar a respeito do processo de reintegração de posse. Primeiramente compartilhou comigo o contato de sua irmã, mas sugeriu que fossemos até a Rua Monsenhor Rubens Mesquita e tentássemos conversar com algumas pessoas por lá.

Antes de sairmos, Roberto e sua esposa me ofereceram suco e bolachas, eu disse que não precisava, mas como insistiram eu aceitei e fomos até a cozinha. Tomamos um delicioso suco de manga com bolachas de água e sal enquanto conversávamos, Rita comentou que seu marido tomava suco o dia inteiro e por isso ela sempre tem na geladeira várias garrafas de suco natural. Conversamos enquanto comíamos e Roberto me contou alguns causos do seu trabalho com carreto e em seguida me mostrou os planos para sua casa, mencionados anteriormente.

Saímos da casa de Roberto e descemos em direção à Rua no percurso fomos conversando, nesse momento me contou sobre alguns moradores que foram um dos primeiros que venderam sua moradia e que faziam tráfico de drogas na região e que nesse sentido tinha até sido positivo a saída deles da Rua, nesse momento, coincidentemente subia um homem pelas escadarias e Roberto me cochichou que ele era um desses antigos moradores.

4.3.4. Marcelo: aquele que nomeou o trauma vivido

Descemos e logo na base da escadaria fica o lava-jato do Marcelo, ele foi, assim como Roberto, uma das últimas pessoas a resistir na Rua ao longo do processo. Marcelo perdeu sua moradia, no entanto, ainda mantém na Rua o seu lava-jato. Logo que o encontramos Roberto explicou que eu estava fazendo uma pesquisa e se ele conversaria comigo, Marcelo estava um pouco reticente de falar comigo, porém, após a insistência de Roberto, ele concordou e eu perguntei como ele se sentiu com relação ao processo de reintegração de posse. A sua resposta foi sucinta, porém muito esclarecedora; Marcelo me disse que o principal sentimento era de constrangimento, de ter perdido o processo e a sua casa, e se sentia envergonhado de ter vivido uma reintegração.

4.3.5. Alexandre: aquele que ainda resiste

Atravessando a Rua, em frente ao lava-jato de Marcelo, encontramos Alexandre, aqui cabe mencionar que, se não me falha a memória, esse senhor foi a única pessoa que se recusou a conversar comigo e a responder o questionário que realizei em 2019, durante a pesquisa de mestrado. Além da sua moradia na Rua Monsenhor Rubens Mesquita, Alexandre tinha como fonte de renda um restaurante que ficava no térreo da sua casa.

Assim como os outros, ele também resistiu ao processo até o último minuto e à chegada da liminar. Também vendeu a sua moradia que foi demolida, porém como não conseguiu mudar o endereço da lotérica que também tinha no restaurante, Alexandre alugou um pequeno espaço onde faz os jogos e vende alguns produtos, com uma única mesa de plástico na calçada logo a frente.

Alexandre retorna todos os dias à Rua para trabalhar embora agora esteja morando no bairro do Barbalho.

Quando perguntei como se sentia com relação ao processo ele me disse que se sentia triste, que ele dava tudo para não ter perdido a sua casa, que nem por uma mala de dinheiro ele gostaria de sair da casa que construiu. Que perdeu sua moradia e seu trabalho e que também se preocupa com seu futuro, pois chegando próximo dos 60 anos ele perdeu a praticidade de ter seu trabalho e sua casa no mesmo local.

Relatou que de certa forma era bom poder retornar para lá todos os dias para trabalhar e assim conseguir manter o contato com aquelas pessoas, porém estando ali todos os dias ele se lembrava daquilo que perdeu e de como esse foi um processo dolorido para ele.

A minha percepção da conversa com Alexandre é de que essa é ainda um luto que ele está vivendo e buscando superar, reorganizar a sua vida e aceitar o que lhe aconteceu. Embora me pareceu ser alguém que encara com muita alegria a vida, enfatizou bastante a dor dessa perda para ele.

4.3.6. José: aquele que guarda as memórias da Comunidade

Confesso que Sr. José era uma das pessoas com as quais mais ansiava em conversar por ter sido ele o percursor daquela Comunidade, a casa dele não fazia parte da poligonal de reintegração posse, portanto ele continua com a sua moradia, porém ele esteve desde o início envolvido e batalhando para que seus companheiros pudessem permanecer em suas casas.

Sr. José tem uma oficina de reparos na Rua Monsenhor Rubens Mesquita, depois de agradecer a Alexandre atravessamos a rua novamente e a uns cinquenta metros de distância cheguei juntamente com Roberto à oficina. Quando chegamos Sr. José não estava, porém, seu filho disse que ele havia ido buscar um material e já estava retornando, ofereceu que sentássemos e puxou algumas cadeiras enquanto aguardávamos.

Não esperamos muito, no máximo quinze minutos, quando Sr. José chegou, Roberto me apresentou e lhe falou da minha pesquisa, para minha

alegria ele disse que se lembrava de mim, foi muito simpático me ofereceu água e pediu que seu filho fosse buscar.

Lhe disse que gostaria de entender como ele se sentia com relação ao que ocorreu na Comunidade e ao processo de reintegração de posse. Nesse momento, antes mesmo que ele pudesse me responder, chegou na oficina uma senhora muito insatisfeita que estava aguardando Sr. José para fazer um reparo em seu portão que ele já havia prometido há alguns dias, ele disse que assim que acabasse ali iria até a casa dela, porém ela estava bastante chateada e disse que só sairia dali com ele. Logo a conversa com o Sr. José se deu em sua oficina em conjunto com essa senhora, Roberto e seu filho.

Dentro desse contexto, me contou que o que mais lhe machucou foram os moradores que lutaram contra e que aceitaram o acordo com a Prefeitura ao invés de se juntar à Comunidade para resistirem e lutarem juntos, como um certo sentimento de traição. Em seguida, compartilhou algumas histórias que decorreram na Comunidade ao longo dos seus anos de ocupação em que eles tiveram que lutar para resistir nesse espaço.

Dentre elas, contou que certa feita, há muitos anos, não me precisou quantos, um certo médico chegou até a Rua alegando que aquela terra era sua e ameaçando os moradores na expectativa que saíssem do local. Não se intimidando, Sr. José disse que já que ele era dono — e, ele disse que sabia que não era – que trouxesse a escritura. Alguns dias depois esse senhor retornou e de acordo com Sr. José trouxe um carro com pilhas e pilhas de papéis que alegava ser a documentação. Entendendo como uma tentativa de ludibriá-lo, Sr. José olhou papel por papel, comprovando que ali não tinha nada que alegasse que esse senhor tinha a propriedade daquela terra, em seguida ele foi embora e nunca retornou.

Interpretei tais relatos, como se ele estivesse dizendo que por muitas vezes eles resistiram e continuaram ali, que daquela vez sim, eles perderam, mas não perderam tudo e que iam continuar a resistir e lutar pelo seu direito de permanecer naquele local que construíram.

4.4. Elementos Estruturantes do Fenômeno

A partir dos processos elencados pelo método — as vivências, a elaboração das narrativas e o compartilhamento com o grupo de pesquisa — buscamos desvelar os significados da experiência vivida na Comunidade pelos participantes em razão do processo de reintegração de posse e suas consequências. A partir dos encontros dialógicos, pudemos interpretá-los e sintetizar elementos que estruturam a relação dos moradores ou ex-moradores com esse espaço, de modo individual e comunitário entre os pares, de modo a "fundamentar a análise nas vivências e assim colher a conexão estrutural entre pessoa e comunidade, entre o singular e o universal, entre o variável e o estável surpreendido no sujeito" (Mahfoud, 2015, p. 11). Elencamos três elementos, intuídos a partir da análise do processo empírico. A seguir, estes elementos são apresentados, considerando uma interlocução com autores da psicologia fenomenológica e o fato urbano, com objetivo de desvelar o fenômeno estudado.

4.4.1. Elemento 01: a vivência ainda que comunitária é experienciada e significada de maneira singular

Refletindo sobre as narrativas e a experiência vivida pela pesquisadora com os participantes, percebemos que cada pessoa significou e segue a sua vida em seu modo próprio, mesmo que todos tenham partido de uma mesma situação. Pontuamos que, contraposta a momentos anteriores esta é uma compreensão que vai de encontro à percepção e ao resultado obtido no mestrado — naquele momento, nos pareceu que a luta em Comunidade colocava todos em uma mesma perspectiva ou, ao menos, com um mesmo objetivo, o de resistir no local. Embora houvesse o medo e a insegurança, tinha-se a resiliência e o sentimento de esperança.

Após concretizada a reintegração de posse, percebemos que cada indivíduo lidou à sua maneira com o ocorrido. Claro que devemos considerar as questões do mundo prático, onde alguns tiveram a possibilidade de comprar uma casa própria e se manter ainda próximos e pertencentes à Comunidade, enquanto outros não a tiveram.

Vemos experiências vividas de maneira singular por cada indivíduo: para Rita, Marcelo e Alexandre, a experiência traumática pareceu provocar constrangimento, medo, vergonha e ainda parece pesar em suas vidas. Já Roberto, não sem suas dores, expressou estar satisfeito e realizado, a olhar para o ocorrido dando mais peso para as oportunidades que obteve — principalmente a de ter conquistado a sua casa própria com escritura — ao invés do que para aquilo que perdeu. Roberto parece olhar muito mais para o futuro e os planos que delineou, do que para o passado vivido e as dores que este carrega; a crise possibilitou, para ele, oportunidade de novas realizações.

Embora o fenômeno tenha o mesmo efeito na vida prática: a perda das suas moradias e, em alguns casos, da vida comunitária, cada indivíduo vivenciou este fenômeno de maneira diferente — uma vivência única a partir da intencionalidade da consciência individual, como descrito por Edith Stein e interpretado por Angela Ales Bello (2015).

Ales Bello (2015), em sua análise da obra da filósofa alemã Edith Stein — que foi aluna de Husserl e tratou, em sua tese de doutorado, questões de natureza psicológica —, aborda as vivências postulando que estas correspondem tanto ao que está dentro do sujeito: psique e espírito, quanto ao que está fora: a realidade externa. É a partir da vivência que conhecemos o corpo, cuja primeira ligação é com a psique. O corpo é delimitado a partir da sua relação com o mundo físico, principalmente a partir do tato. De acordo com Ales Bello (2015, p. 88-89), Stein se debruça em desenvolver o tema da comunidade; para Stein, a comunidade não absorve as pessoas, mas é feita de pessoas, onde “cada eu individual vive como pessoa e como comunidade”. A consciência é individual, portanto, não há uma consciência comunitária, mas “a consciência individual pode viver as vivências comunitárias.” Vivemos em um duplo nível, pessoal e comunitário e, nesse contexto, Stein coloca que,

> A simples soma das experiências individuais não basta pra produzir a experiência comunitária. Para que esta possa formar-se, as vivências individuais devem possuir um significado duradouro que faça surgir deles uma formação unitária superior. (Stein apud Ales Bello, 2015, p. 92).

Stein, aos olhos de Ales Bello, elabora sobre a questão da comunidade e as relações nela existentes. Para Stein, não há um fluxo de consciência da comunidade, mas há um fluxo de vivências unitárias. A consciência é de cada indivíduo e essa consciência vive a vivência comunitária — portanto, sem pessoas não há comunidade.

O primeiro elemento que elencamos diz respeito à questão individual, que como vimos, é inerente à formação de uma comunidade. Sem o eu, não há o nós. Nesse sentido, vimos a reintegração de posse significada de diferentes maneiras, até como meio para prosseguir com a vida, fosse como oportunidade, como dor, ou até mesmo como ofensa.

Conforme narrado anteriormente, vimos a relação de cada sujeito com o ocorrido e como cada um lidou. Primeiramente temos Roberto, que olha para as possibilidades futuras como forma de superar aquilo que passou, é claro que devemos considerar que para Roberto há de certa forma uma evolução social com a conquista da casa própria com escritura, ainda mais podendo permanecer próximo a sua Comunidade. Podemos considerar esse um desfecho positivo, principalmente quando comparado a de outros antigos moradores, porém isso não exclui o trauma vivido e a dor sofrida por ele e pela sua família.

A impressão que sempre tive sobre Roberto — e aqui me remeto a outros encontros que tive com ele não apenas ao encontro dialógico narrado — é de uma pessoa determinada e perseverante, que é de fato o que a sua história nos demonstra, mas, para além, tenho a percepção de ser alguém que sempre está em movimento. Por isso, não me estranha que a sua forma de lidar com a saída da Rua seja de pensar no seu futuro e da sua família, realizar planos e se manter ocupado.

A respeito de Roberto, há aqui uma dissonância a ser comentada. Das primeiras vezes que relatei ou li a narrativa para a Profa. Vera Cury, a sua leitura de Roberto era de alguém que viu a oportunidade no processo sofrido e até mesmo alguém que buscou um certo protagonismo. No entanto, nunca consegui vê-lo dessa forma e há, claro, um vínculo afetivo que construí com essas pessoas, que reduz a objetividade e é essa a intenção do método aqui aplicado.

Possivelmente, eu possa ter preferências na elaboração sobre cada participante porque vivenciei uma relação intersubjetiva com cada um deles.

No entanto, a minha leitura de Roberto é de alguém que se manteve fiel aos ideais do grupo até o fim, literalmente até o último dia. Imagino se seu olhar determinado para o futuro não é, também, um meio de evitar lidar com a perda que sofreu ou se olha para vida dessa forma — se após uma queda recalcula a rota e cria novos planos e determina novos objetivos, mas do seu mundo podemos apenas isso, imaginar.

Diferentemente de Roberto, sua esposa Rita falou muito mais sobre o que passaram com o processo de reintegração de posse e a saída da Rua. Me pareceu que, para ela, esse ainda é um trauma muito vívido. A angústia sofrida naquela última semana na Rua e a angústia de ver o sofrimento da filha ainda parecem pesar. Não podemos esquecer que Rita perdeu tanto a sua casa quanto o seu trabalho, então há uma mudança significativa na sua rotina diária.

Outra perspectiva a respeito da dicotomia desse casal é como Roberto está focado na luta comunitária enquanto Rita volta seus olhos para o seu seio familiar; ela é o suporte que permite que Roberto lute pela Comunidade, que protege e cuida da família. Não me estranha, então, que Roberto aparenta ter seguido em frente mais facilmente dado que, mesmo que não tenham obtido o resultado desejado, a luta terminou; enquanto Rita se depara ainda com as consequências e as dores deixadas nela e na sua família.

Em seguida, conversei com Marcelo, que foi a conversa mais curta que tive, se é que podemos chamar de conversa, e inclusive questionamos a inclusão dessa interação na tese, mas não pudemos deixá-la de fora, porque a sua fala suscinta foi a que mais me intrigou. No momento não tive a dimensão do que ele me disse, conversamos brevemente e logo após segui com Roberto para a venda de Alexandre. Porém, à medida que fui mergulhando nos encontros dialógicos e na elaboração das narrativas, não conseguia deixar de pensar na palavra que Marcelo me disse, *constrangimento*, não me saía da cabeça.

Por que se sentir constrangido por algo que não era seu feito? Por que o constrangimento, de todos os sentimentos e sensações, por que essa foi a palavra que Marcelo escolheu? A resposta que encontrei a esse questionamento

é a de que Marcelo foi quem, até aquele momento, mais elaborou ali a violência vivida, uma violência que é tanto objetiva quanto subjetiva. Pode-se conjeturar que o constrangimento seja um sentimento comumente visto em vítimas de violência e Marcelo nomeou essa emoção, elaborou o processo vivido. Isso não quer dizer que ele o superou, até porque seu constrangimento, ao que me pareceu, é o motivo pelo qual decide não conversar com a pesquisadora, mas me parece um passo importante da vivência de superação o de identificar e dar o nome ao que se sente.

Eu ainda não sei por que, mas Alexandre foi um dos participantes que mais me marcou, lembro de sentir muito perceptivelmente na sua fala a tristeza de ter perdido a sua casa. De certa forma, ao retornar todos os dias à Rua Monsenhor Rubens Mesquita — ainda que haja a questão do mundo prático e objetivo, que se refere ao seu trabalho no local — Alexandre continua resistindo ali, continua mantendo viva a vida que levava naquele local, encontrando os amigos; durante o dia ele pode continuar sendo um habitante da Rua e um participante da Comunidade.

Por último temos Sr. José. Nesse caso o luto é diferente, já que ele não perdeu a sua casa, mas perdeu parte da Comunidade, que lutou por grande parte da sua vida para construir e manter. José é memória viva daquele lugar e nele a Comunidade e as pessoas que precisaram sair da Rua sempre estarão presentes, da mesma forma que carrega as histórias vividas ao longo de todo o tempo que ocuparam e habitaram aquele espaço.

Como representante da luta comunitária, uma das maiores dores dele é ter visto um companheiro virar as costas à Comunidade e não encarar a luta em conjunto. Este aspecto foi enfatizado por José e me parece que, por ter sido o pioneiro dessa Comunidade e guardar as suas memórias, carrega, também, o peso de mantê-la unida. Mas mais do que isso, por ter acompanhado a história desse lugar e testemunhado as suas transformações e lutas, talvez José tenha o entendimento de que a força desta comunidade se encontra na força comunitária, que não exclui a importância do patrimônio edilício, mas é o que permite a continuação do material e do simbólico.

A perda causada pela violência do processo de reintegração de posse experienciado é luto vivido, tanto individualmente quanto em comunidade, pelas perdas individuais e pelas perdas do grupo. Porém, cada um elabora por si; como colocado por Stein, pelos olhos de Ales Bello, há uma vivência comunitária, mas a consciência é individual.

4.4.2. Elemento 02: a Comunidade perdeu parte do seu patrimônio edilício, mas não a estrutura simbólica

Através dos encontros dialógicos e da experiência vivida na Comunidade, identificamos uma busca dos participantes por formas de se manterem unidos. Nos pareceu que, embora a Comunidade tenha perdido parte do seu patrimônio edilício — neste caso determinadas moradias individuais — não perdeu a sua estrutura simbólica. Identificamos, entre os membros da Comunidade, uma preocupação com o outro. Roberto se preocupa em organizar um lugar em sua nova casa, para que o amigo que precisou se mudar da Comunidade consiga retornar. José se preocupa com a continuidade daquele espaço e da história da Comunidade, como inserida na Rua.

Neste aspecto, trazemos como tema central no contexto comunitário, a empatia: “A tristeza é vivida por mim, mas a tristeza tem um sentido que não é somente meu, mas do grupo. Assim, eu vivo a tristeza como minha e como do grupo.” (Ales Bello, 2015, p. 91).

Ales Bello (2015) olha, através de Stein, para o núcleo da pessoa e o entende como o princípio da identidade. Portanto, todos temos psique, espírito e corpo, mas o núcleo diz respeito àquelas características singulares. Stein chega a chamá-lo de alma da alma. Em um sentido metafísico-religioso, o entende como uma identidade individual, dada do nascimento, e que possibilita o desenvolvimento da psique e do espírito. Nas palavras de Ales Bello (2015):

> E como chegamos a afirmar que as pessoas têm psique e espírito? Porque existe a *empatia:* uma *vivência* particular pela qual com rapidez sinto, percebo e intuo que existem outras pessoas como eu sou pessoa. (Ales Bello, 2015, p. 85).

A empatia, para Stein, é uma possibilidade de conhecer e uma compreensão do outro que, no entanto, não é intelectual — que é uma noção que só vem a posteriori. É a partir da empatia que olhamos para o outro; como abordamos anteriormente, a comunidade é constituída pelo agrupamento de experiências individuais que, em seu todo, formam um conjunto duradouro e significativo. Assim,

> Ainda que não existisse a comunidade, haveria a identidade; no entanto, a comunidade garante o seu desenvolvimento. Se não o garantir, aquele agrupamento humano nem poderá ser chamando de comunidade. De fato, além da comunidade, uma coletividade pode ser *massa* ou *sociedade.* (Ales Bello, 2015, p. 95).

Para Ales Bello (2015, p. 98), “massa se distingue por ser formada por um vínculo da psique, por contágio psíquico e por falta de atividade espiritual que os regule.”. A autora comenta que Stein afirma a existência do contágio psíquico, que poderia, inclusive, arrastar massas, caso não haja um controle espiritual, exemplificando este conceito com a noção do totalitarismo. Assim, o estado psíquico de um ser humano poderia contagiar o de outro. Portanto, na massa, todos estão na mesma vida psíquica, não se podendo falar de uma psique de massa. Por sua vez, com respeito à sociedade “[...] trata-se de uma união de pessoas para uma finalidade racional. Nela cada um é considerado por aquilo que serve à sociedade num certo momento, ou seja, não como pessoa.” (Ales Bello, 2015, p. 99).

O núcleo de uma comunidade é de onde emerge seu caráter e garante a sua duração no tempo, é ele que sustenta a vida comunitária (Ales Bello, 2015, p. 100). Quanto mais participantes, tende a ser mais sólida a consistência de uma comunidade e sua apresentação externa mais confiável. O núcleo da comunidade são seus membros sustentadores.

> No caso da comunidade, sabemos que existe um vínculo pessoal, uma ligação moral — reciprocamente se estabelece uma relação, inclusive a relação de responsabilidade: nasce a importante atitude da solidariedade, que pode incluir aspectos políticos e econômicos, inclusive. Para que haja solidariedade não basta a sociedade (e muito menos a massa). Solidariedade

> se dá numa vida espiritual comunitária, que ocorre também nos casos de comunidade política. (Ales Bello, 2015, p. 99).

A partir dessa visão de comunidade e da sua relação com a empatia, entendemos o que se dá na Rua Monsenhor Rubens Mesquita; neste caso, não mais necessariamente no espaço físico em si, mas nas relações construídas ao longo do tempo, que permanecem e, nos permitimos dizer, parecem ter se fortalecido em alguns aspectos.

No processo vivido na Rua, vemos a sociedade, como entendida por Stein e interpretada por Ales Bello, destruindo e dissolvendo a estrutura física da Comunidade. E aqui a sociedade está personificada pelos agentes sociais e urbanos, e quando dizemos personificada é porque estas instituições assumem um papel vilanesco na vida desses indivíduos. Mas, salientamos que estas não são sujeitos, não possuem corpo, psique ou alma, mas são forma e, como tal, vemos o urbanismo ou a planificação sendo utilizados como peça instrumental, como técnica que viabiliza uma dita limpeza urbana, eliminando os indesejados dos espaços urbanos passíveis de valorização fundiária.

Quando falamos da ideia de limpeza urbana, podemos suscitar Boaventura de Souza Santos (2018), que preconiza que há uma fronteira abissal que domina nossas sociedades, uma fronteira radical, que não enxergamos, e que as divide entre quem é gente e quem não é. Divide pessoas que são consideradas iguais e aquelas que são consideradas sub-humanas. Esta fronteira entre a humanidade e a sub-humanidade é mãe de todas as fronteiras, é esta incapacidade herdada do colonialismo, do patriarcado e do capitalismo, nas palavras do autor, de não prometer que todos sejam humanos, pois para sermos humanos alguns têm que ser sub-humanos, em um processo que inclui a epistemologia e a cultura.

No que diz respeito à técnica, Milton Santos (1998) vai teorizar uma técnica totalizadora e homogeneizadora, que se sobrepõe às dinâmicas locais; vemos, assim, dinâmicas globais se sobrepondo a dinâmicas locais. O autor entende espaço como o conjunto de objetos e ações. Portanto, a compreensão do espaço e da sociedade perpassa pelo entendimento dos sistemas de objetos técnicos, que funcionam em uníssono com os sistemas de ações. Esses

sistemas se definem pela ubiquidade, universalidade e tendência à unificação e tendem a ter a mesma composição em todos os lugares (Santos, 1998, p. 111-112).

Para Santos “as ações hegemônicas se estabelecem e se realizam por intermédio de objetos hegemônicos.” (Santos, 1994, p. 51). A dinâmica global requer permanente adaptação a normas e formas e, em qualquer porção do espaço encontramos um conjunto de técnicas, que são entendidas como um dado explicativo de um espaço geográfico. A técnica não é, claro, o único elemento explicativo da sociedade. As estruturas organizacionais, de mercado ou de previsão são essenciais. Portanto, o entendimento da técnica extrapola a questão propriamente técnica e exige sua compreensão no universo das relações sociais, pois são estas que explicam como conjuntos de técnicas semelhantes apresentam resultados diferentes em diferentes locais.

> Ontem, a técnica era submetida. Hoje, conduzida pelos grandes atores da economia e da política, é ela que submete. Onde está a natureza servil? Na verdade é o homem que se torna escravizado, num mundo em que os dominadores não se querem dar conta de que suas ações podem ter objetivos, mas não têm sentido. O imperativo da *competitividade*, uma carreira desatinada sem destino, é o apanágio dessa dissociação entre moralidade e ação que caracteriza a implantação em marcha da chamada "nova ordem mundial", onde os objetivos humanos e sociais cedem a frente da cena, definitivamente, a preocupações secamente econômicas, com o papel hoje onímodo da mercadoria, incluindo a mercadoria política. Não só a natureza é apresentada em frangalhos, mas também a Moral, e, na ausência de um sentido comum, já dizia o Marx da Miséria da Filosofia, ‘é fácil inventar causas místicas’. (Santos, 1994, p. 24).

Na perspectiva de Mumford, Santos (1998) entende que as cidades se transformam em metrópoles e então em necrópoles. A medida em que crescem, as cidades passam a associar lógicas externas e lógicas internas subordinadas, e se tornam cidades sem cidadãos.

> As estruturas mentais forjadas permitem a abolição da ideia (e da realidade) de espaço público e de homem público. Numa sociedade de homens privados, a lei da concorrência legitima a

> lei da jungle e a cidade retrata tais egoísmos funcionais: em suas formas primárias e secundárias, em seus arranjos particulares e em sua arrumação global. A rua, onde o estacionamento expulsa o jardim, torna-se a arena desse conflito e não mais o lugar do encontro e da festa. (Santos, 1994, p. 75).

Percebemos que a construção de uma Comunidade precisa do espaço físico, nesse caso em particular um espaço urbano, e está nele parafusada; mas o simbólico vai além do espaço e, a partir de certo ponto, a força comunitária não mais depende dele para continuar. De certo modo, este espaço se transformou fisicamente com a perda do patrimônio edilício, mas, por outro lado, se mantém a partir da relação entre os indivíduos da comunidade. A sua história permanece e persiste e, nesse sentido, a Rua se coloca quase como uma personagem, na união desses indivíduos, que representa o simbólico. A Rua tem uma nova forma de ser fisicamente, mas continua ainda, de certo modo, a mesma, através da força comunitária. Há, então, uma dubiedade em que a força comunitária continua sem a Rua e a Rua continua sem a Comunidade, se moldando em novos formatos.

O processo de reintegração de posse é uma violência que, a partir do confisco do patrimônio material e imaterial, parece marcar um evento canônico em que a Rua — aqui como uma personagem simbólica na vida dessas pessoas e da própria história da cidade — não mais existe e existe ao mesmo tempo. Existe através das pessoas que construíram essa comunidade, existe a partir da subjetividade, mas foi, em certo sentido, desarranjada por um processo de reintegração de posse, por um *ser* instrumentalizado sem subjetividade, por uma técnica que desconsidera as subjetividades. A representação institucional da sociedade hegemônica, através da técnica, aqui, dissolveu a estrutura comunitária original, mas não foi capaz de privar esses sujeitos do simbólico, daquilo que é mais humano — pelo menos até o presente momento.

4.4.3. Elemento 03: a Comunidade que quase perdeu tudo e que perdeu quase tudo

O processo de reintegração de posse é uma ruptura que altera a relação dessas pessoas com o espaço. A vivência da reintegração muda a relação e a

percepção do espaço em si mesmo e do que esse representa, antes um espaço de moradia, acolhimento e comunidade; mas, hoje, ainda com a memória desse contexto, é também um espaço de lembranças doloridas. É, ainda, um luto em processo que, como qualquer experiência de perda, provavelmente sempre permanecerá com essas pessoas, como José, que ainda reconta as histórias em que a Comunidade quase perdeu tudo, em outros momentos passados.

Podemos considerar que há uma ruptura na relação com o espaço a partir da descoberta do processo de reintegração de posse; desde então, a relação deixa de ser de conforto e passa a ser de um espaço em disputa, pelo qual é necessário lutar para permanecer. Após a descoberta do processo há, como vimos, no relato da história da Comunidade, no Capítulo 01, uma sucessão de violências durante os tempos de luta por permanência.

Vimos as tentativas de criar divisão entre os membros da Comunidade, ao serem abordados de maneira individual, por parte de representantes do poder público, e solicitando que fosse mantido o sigilo a respeito da dita tentativa de compra dos imóveis. Há uma técnica de dissolução da força comunitária, que por muito tempo permaneceu viva e resistente; porém, esses indivíduos são colocados na posição de fazer a difícil escolha entre a sua segurança habitacional e a sua Comunidade — essa necessidade de se posicionar também é uma violência. Após a venda de algumas moradias, vemos o espaço sendo demolido e entulhado, como a prova material da dissolução da construção comunitária, presente no dia a dia daqueles que se mantinham naquele lugar e permaneciam resistindo e por ele lutando — é uma outra forma de violência para aqueles moradores.

Em seguida, vimos e analisamos, nesta pesquisa empírica, as consequências decorrentes da legitimação do processo de reintegração de posse a favor da prefeitura — e consequências do mundo concreto e do mundo abstrato. Logo, após tantas violências vividas, inevitavelmente, muda-se a relação com esse espaço urbano.

Abrimos aqui um parentese para falar da violência. De acordo com Souza (2019a), a violência deriva do latim *violentia*, que se refere ao violentar e ao abuso da força; mas também pode referir-se ao ato de extirpar, ou seja, uma

violação ou uma ação invasora. No caso da Rua Monsenhor Rubens Mesquita, consideramos que presenciamos uma extrapolação do limite, uma violação das vidas dessas pessoas, dos seus direitos e até mesmo dos seus futuros.

A autora está propondo uma reflexão a respeito do que significa quando falamos de violência, em especial no que se refere à forma como o tema é tratado, tanto no que diz respeito ao senso comum quanto às politicas de controle, nesse sentido, a violência seria abordada a partir da técnica,

> Ainda, nosso tempo é marcado pela hegemonia do pensamento técnico e calculante, que se coloca diante das coisas do mundo como se já as conhecesse de antemão, e como se a natureza de todas elas fossem substanciais e passíveis de explicação causal (HEIDEGGER, 2007). Há um nivelamento do ente humano à natureza das coisas simplesmente dadas, tais como as máquinas, permitindo, assim, sob esta ótica, que se trace uma espécie de manual acerca de um "funcionamento" e de um proceder adequado para o homem, a partir dos quais se criam formas de intervenção para solução dos eventuais problemas que venham a se apresentar. É sob este modo que a violência é vista hoje, tanto sob a ótica do senso comum, quanto das ciências: como um defeito a ser resolvido através do mapeamento de suas causas, como um simples erro de conduta individual a ser reparado, tal como se repara uma máquina escangalhada, exemplar a exemplar. (Souza, 2019a, p. 6).

Vemos aqui uma similaridade com o pensamento que buscamos evidenciar, nesta tese, de que o planejamento e as politicas urbanas são tratados e definidos, essencialmente, a partir da técnica, desconsiderando as questões humanas ou ainda, subordinando-as aos mesmos princípios instrumentais.

Com respeito à paisagem, entendemos que, a partir da violência que sucedeu, muda a relação desses sujeitos com espaço, também, no aspecto rotineiro, pois, para alguns, deixa de ser espaço de moradia e trabalho e, para outros, passa a ser espaço apenas de trabalho. Mas, essencialmente, para os sujeitos pertencentes a esse lugar, muda a relação simbólica, o significado dado a esse local. As memórias que se têm desse lugar, sejam boas ou ruins, talvez passem a sempre ter o peso da ruptura que se deu; é uma violência que tem algo de mítico, não superável.

Muda também a paisagem. Recordemos que Lynch (1960) entende que a imagem da cidade é, em certa dimensão, individual e influenciada pelas memórias e significados de cada indivíduo; logo a cidade é objeto da percepção de cada sujeito. Sobre esse aspecto gostaria de levantar três pontos: qual o impacto para os antigos moradores de não mais ver ali a sua moradia; o impacto causado na pesquisadora com a mudança da paisagem da Rua; e o impacto em um contexto da cidade.

Com relação aos indivíduos que ainda habitam aquele espaço e aqueles que saíram, podemos apenas supor; nenhum dos participantes com os quais conversamos abordou a questão da paisagem em nossos encontros. Porém, a demolição física do patrimônio edilício quebra, em certa medida, a memória desse lugar. Para aqueles que ficarem, imaginamos se não visualizam ali uma sombra de um futuro possível, ou se sequer se deixam impactar por essa mudança; as vezes podem ver as melhorias no calçamento e na infraestrutura como um aspecto positivo, ou ainda, como narrado por Roberto, pela saída de grupos que praticam atividades ilícitas. Imaginamos que este não seja o caso para pessoas como José — a mudança na paisagem deve carregar para ele memórias doloridas, provocando sentimento de luto e perda. De qualquer modo que for, muda-se o significado que se dá a esse lugar. Porém, estas conjecturas da pesquisadora aparecem aqui como inquietações próprias, ecos de sua vivência, que só fazem evidenciar a importância da aproximação aos sujeitos, se se quer, realmente, considerá-los para projetos ou políticas públicas urbanos. Do contrário faremos somente inferências sem sentido de verdade ou, na pior das hipóteses, que é o que pretendemos denunciar, atos instrumentais tecnocratas e conduzidos por outros interesses que não as populações envolvidas.

Assim, quanto a essa autora, cabe aqui relatar o vivido, ao se deparar com aquela nova paisagem. A última vez que tinha estado na Comunidade, todas as casas ainda estavam de pé e, embora eu tivesse acompanhado as sucessivas demolições nas notícias e nas redes sociais, não havia visto o resultado pessoalmente. Portanto, quando cheguei na Comunidade, nesse dia de fevereiro de 2024, o susto foi imediato e impactante. Naquele dia, cheguei na Comunidade dirigindo e acessei a Rua exatamente pelo lado em que estavam as casas dos antigos moradores; vim por uma via relativamente pequena, que estava

extremamente engarrafada, devido às obras no local e, a cada minuto, a ansiedade aumentava, tanto pela proximidade de realizar os encontros dialógicos, quanto pelo avançar da hora e o meu receio de me atrasar para meu encontro com Roberto.

Quando me aproximo da Rua, faço uma curva à direita para acessá-la e, embora já soubesse que esse espaço estaria diferente, me sobressalto com a mudança. O acesso à Rua, que era, antes, mais estreito, se abre como se fosse uma clareira, as moradias que antes estavam do lado esquerdo são agora um grande asfaltado com os ônibus da estacionados. O susto me leva a desacelerar o carro e aproximar o corpo do volante, tentando ver todas as mudanças o máximo possível, através do vidro dianteiro do carro. Avanço pela Rua e estaciono mais para o meio dela e quando desço do carro, a primeira coisa que faço é absorver a nova paisagem e, em seguida, tirar algumas fotos como registro. Quando vou me encaminhando para a escadaria onde encontraria Roberto, a sensação é de não conseguir desviar o olhar.

O susto e o assombro era de se esperar, porém, o que realmente me surpreendeu naquele dia foi a minha reação seguinte. Como já relatado, encontrei com Roberto na Rua e subimos em direção a sua nova moradia e, após conversar com ele e sua esposa, nos encaminhamos de volta à Rua, para conversar com os outros participantes. Quando estamos no topo da escada, Roberto encontrou com uma conhecida e se deteve conversando com ela; nesses breves momentos me volto pra a Rua, olhando de cima, e naquele momento a sensação é de que a paisagem sempre foi aquela.

O assombro do breve esquecimento me foi ainda maior, e levantou o questionamento: se eu que acompanhei a história daquela Comunidade tão de perto pude, por um momento, esquecer que aquelas pessoas estiveram ali. Não estaria aquele grupo fadado a ser esquecido como parte integrante daquele conjunto e como parte da história urbana daquele espaço e da cidade? Me parece que a única forma com a qual essas pessoas poderão ser lembradas, seria através da história oral, de sujeitos como José, que se lembram e compartilham a história daquele espaço — esperamos que essa tese também possa servir de registro da história destes sujeitos e deste território. Porém, para

aqueles que passam naquele local sem ter esse referencial, há um apagamento da história daquelas pessoas.

Esse apagamento é, também, um apagamento de parte da história urbana da cidade, que só se mantem através da história desses indivíduos e do seu compartilhamento pela história oral. Porém, há, invariavelmente, a perda de um patrimônio material e simbólico e, logo, cultural. Por um prisma diferente de Lynch, Settis (2013, p. 13) discute a ideia da paisagem como um patrimônio cultural, não em um aspecto meramente estético, mas também: filosófico, porque se relaciona com a natureza; histórico, considerando-se a memória coletiva; ético, quando se refere ao comportamento humano; social, em relação à ideia de comunidade; e político, no sentido da cidadania.

Para Settis (2013, p.14), a paisagem é um espelho da sociedade, e pode fortalecê-la ou destruí-la e, nesse processo, ir aniquilando a memória coletiva[16]. Settis (2013, p. 17) ainda entende a paisagem e o ambiente como o sol e as estrelas que iluminam e condicionam a nossa vida interior, corpo e alma. E se apoia no escritor italiano Andrea Zanzotto, que entende a paisagem como uma imensa doação, e como o próprio sopro da psique[17].

Entendemos que autor está defendendo uma preservação da paisagem que tenha em consideração não apenas a questão estética, mas também a questão ética por excelência, ou seja, do viver. “Portanto, devemos afirmar fortemente o principal elo entre paisagem e meio ambiente, o que implica o vínculo, muito forte ao ponto da coincidência, entre a proteção da paisagem e a proteção da saúde, física e mental.”[18] (Settis, 2013, p. 18). O autor argumenta em prol de um preservação da paisagem, que se tenha em consideração o bem

---

[16] Tradução própria do texto original: “Il paesaggio è lo specchio più fedele della società che lo produce, che se ne alimenta, che può rarne forza, ma può anche distruggerlo, annientando la própria memoria collettiva, e in ultima analisi annientando se stessa in uno spasimo suicida.” (Settis, 2013, p. 14).

[17] Tradução própria do texto original: “Il paesaggio e l’ambiente sono come il sole e le stelle: illuminano e condizionano la nostra vita interiore, corpo e anima: perciò è necessario un nuovo discorso sul paesaggio. Per tentare oggi solo qualche approssi mazione a questo nuovo discorso, vorrei partire da due grandi scrittori italiani, Andrea Zanzotto e Pier Paolo Pasolini. Secondo Zanzotto, «il paesaggio è trovarsi davanti a uma grande offerta, a un immenso donativo, che corrisponde all’ampiezza dell’orizzonte. È come il respiro stesso della psiche, che imploderebbe in se stessa se non avesse questo riscontro” (Settis, 2013, p. 16).

[18] Tradução própria do texto original: “Perciò dobbiamo affermare con forza il nesso primario fra paesaggio e ambiente, che implica il legame, fortissimo fino alla coincidenza, fra tutela del paesaggio e tutela della salute, fisica e mentale.” (Settis, 2013, p. 18).

comum: a saúde, a qualidade de vida, a felicidade e o bem-estar individual e coletivo.

Settis vai além (2013, p. 9) ao entender que a função social do patrimônio e da paisagem contribui para o princípio da igualdade entre os cidadãos e são constitutivos para sua liberdade e igualdade entre si, assim como representam uma responsabilidade para com as gerações futuras. Desse modo, vemos no caso da Rua Monsenhor Rubens Mesquita um desmonte de um patrimônio cultural material e simbólico e um desmonte de futuros possíveis, que escancaram a desigualdade entre os homens e o desequilíbrio de poder nesse território em disputa.

4.5. A autora como expectadora: uma conversa com a Rua

Invariavelmente, dado o método de pesquisa e o histórico da autora com essa Comunidade, não poderíamos deixar de abordar alguns aspectos que permeiam a relação da autora com esse lugar e, especialmente, com essas pessoas. Primeiramente, gostaria de elaborar um questionamento recorrente desde o primeiro contato com essa Comunidade, na pesquisa de mestrado, e que prosseguiu durante a pesquisa de doutorado: o porquê desses sujeitos terem se predisposto a me ajudar tanto?

Durante o primeiro contato, essas pessoas não apenas predispuseram do seu tempo para responder o questionário que eu estava propondo à época, como também fizeram um esforço para que eu atingisse a meta de abordagem proposta pelo método. No segundo momento, da pesquisa de doutorado, ainda que com uma amostragem menor de pessoas, estas também se colocaram à disposição para participar da pesquisa e contribuir com o trabalho desta pesquisadora.

Antes da completude da reintegração de posse, poderíamos, até, ter tido uma perspectiva um tanto quanto narcísica, de acreditar que aqueles sujeitos estavam participando da pesquisa, na esperança de que os resultados pudessem beneficiá-los em relação ao processo de reintegração. No entanto, embora pudéssemos sonhar com tal resultado, nunca tivemos tamanha

pretensão. Também não me parece que esta era a visão dos moradores; portanto, se a participação não se deu para benefício próprio, só pode ter sido para ajudar o próximo, que nesse caso é esta autora.

Nos questionamos se a experiência em comunidade e “hábito” da empatia torna as pessoas mais propensas a ajudar qualquer indivíduo, seja esse da sua comunidade ou não.

> Miguel Mahfoud (2017, p. 47) esclarece que, diante da presença de outra pessoa e da surpresa de estar na “mira de um olhar amoroso” vindo do outro, a pessoa pode transformar seu olhar sobre si mesmo, o que lhe abre novas possibilidades de estar no mundo. Desse modo, “a vivência da pessoalidade vai se tornando um valor, afetivamente advertido, e vai lhe dando mais condições de elaboração da própria existência, mais condições de estar presente no mundo como sujeito” (p. 53), ainda que possa estar em grande sofrimento. (Fadda, 2020, p. 119).

Nesse sentido, também visualizamos a possibilidade de ter o olhar do outro. O sentir-se ouvido pode ter sido um atrativo para participar da pesquisa, em quaisquer um dos momentos aqui elencados.

Em seguida, gostaríamos de refletir sobre a relação da autora com essa Comunidade, seja aqui o aspecto urbano, mas essencialmente o humano, no que diz respeito à conexão criada com essas pessoas, a empatia suscitada e a vontade de que elas pudessem permanecer no seu lugar de moradia, como desejavam. Invariavelmente, o pesquisador é impactado pelo contexto que pesquisa; nesse sentido, uma anedota interessante foi uma dificuldade de falar e escrever a respeito dessa Comunidade no passado, após demolição das moradias e a retirada das pessoas, como se a própria pesquisadora ainda não tivesse elaborado e processado o luto vivido pela perda dessas pessoas — que não se compara, em dimensão e impacto emocional e material, às vítimas de fato do processo de reintegração de posse.

No que diz respeito à preservação, olharemos brevemente para a noção de proteção dos bens dos comuns dentro do contexto da disciplina do patrimônio arquitetônico e urbano. Cabe salientar, que não pretendemos nos aprofundar na

questão patrimonial, mas discutir o aspecto do patrimônio dos comuns, que acreditamos se insere no estudo de caso em análise.

Cunha Filho (2019), ao abordar o direito à cultura entende-o como a “proteção contra mudanças abruptas e ilegítimas” (Cunha Filho, 2019, p. 31) e nesse sentido inserimos a mudança abrupta e, como demonstrada no capítulo 02, ilegítima da retirada das pessoas das suas moradias e do seu contexto comunitário e logo da sua cultura.

Os moradores retirados da Comunidade do Tororó, como já abordado, também foram extirpados do direito a sua história a partir da perda do seu patrimônio material e imaterial. Pires (2019, p. 69) defende a importância do patrimônio material como uma representação da história e do legado de uma comunidade, sendo assim, o patrimônio material seria uma excelente ferramenta contra a desterritorialização. A autora também entende o patrimônio como ferramenta de defesa das identidades culturais frente a um contexto mundial de padronização cultural e comportamental. Para Pires (2019, p. 74) o patrimônio não existe se não em relação aos indivíduos e está “intrinsecamente ligado à dimensão humana”.

> A dignidade humana deve ser garantida pelo direito cultural na complexidade de sua expressão: produção de bens culturais; participação democrática na gestão do patrimônio cultural; respeito à diversidade étnica e regional; acesso aos bens culturais e fruição; direito à informação cultural, participação no controle; e, por fim, o direito de identidade com o patrimônio. É dizer que as pessoas precisam não apenas fruir do legado, mas ver-se refletidas nele. (Pires, 2019, p. 74).

Nessa mesma linha de pensamento Marchesan (2019) defende que para a além do direito à vida, temos direito a uma vida de qualidade, pontuando que para tal é necessário um mínimo material. E, avança para pontuar o direito humano a um meio ambiente sadio e ecologicamente equilibrado, do qual faz parte o meio ambiente e cultural e, portanto, o patrimônio. Porém, a autora acredita que para que esse direito possa se concretizar deve haver um empoderamento social, que inclua a participação dos indivíduos na seleção daquilo que deve ser classificado como patrimônio. Assim acredita que,

> O apreço de uma comunidade por determinado bem cultural pode representar uma prova de seu valor superior àquela obtida por laudos técnicos que, por vezes plenos em erudição, carecem de sensibilidade. (Marchesan, 2019, p. 351)

Assim, o valor de um bem não precisaria ser apenas medido pelo seu valor histórico ou arquitetônico, mas também pelo seu valor afetivo. Logo, reafirma o patrimônio como instrumento de “salvaguarda e valorização dos testemunhos da identidade cultural comum” (Marchesan, 2019, p. 348). Além da defesa da sociedade como importante decisor daquilo que deve ser preservado a autora reforça a crescente noção no meio do patrimônio de que a comunidade seria a melhor guardiã do seu patrimônio.

Compreendemos que se delineia, assim, uma noção de patrimônio que considere os contextos culturais, tradições e bens materiais de cada comunidade e que estas possam ter voz perante a sociedade na definição do que deve ser preservado de modo que se vejam refletidos no conjunto socialmente definido como de valorado para a preservação. Soares e Funari, apontam que “lidar com a verdade sobre violações em massa de direitos humanos significa iluminar a violência do Estado ou de grupos. Essa violência é muitas vezes silenciada pela narrativa oficial e ignorada pela maioria da sociedade.” (Soares e Funari, 2019, p. 315).

Ahmed (2019) defende que o movimento da preservação de qualquer bem sempre é direcionado pelo aspecto imaterial e pelo seu valor para a comunidade e sociedade. Mas, vai, também, reafirmar a importância do bem construído e, ao olhar para as cidades, defende que a história das cidades se relaciona com a história da sua distribuição espacial, que é também parte da construção “da própria identidade, de suas distorções, de suas diferenças, de formas de afirmação de grupos e indivíduos” (Ahmed, 2019, p.395). Assim, acredita que não há um conceito restrito para os bens culturais da cidade, sendo esses objetos que possuam “valor imaterial para que o indivíduo se realize como pessoa humana.” (Ahmed, 2019, p.396)

> a definição de meio ambiente cultural abrange o patrimônio cultural, mas a ele não se limita, uma vez que envolve a circulação de bens simbólicos e sua produção, bens esses que

> se revelam essenciais à sadia qualidade de vida da população. (Ahmed, 2019, p.396)

Ahmed (2019) entende que falar de cidade e direito a cidade implica falar do uso territorial nos seus aspectos espaciais, físicos e simbólicos. Nessa visão, o “exercício de direitos culturais e política cultural diz respeito ao estudo e à visualização dos mecanismos de apropriação simbólica e ao uso de espaços mediante a forma de ocupação de territórios, e de espaços.” (Ahmed, 2019, p.397). Assim, o autor está defendendo a preservação não apenas do patrimônio cultural, mas de um meio ambiente cultural, o que não significa apenas um respeito ao passado, mas também às gerações futuras.

Cabe, para Ahmed (2019), também olharmos para a questão política e para o aparato público, que do ponto de vista da gestão parece buscar transformá-la cada vez menos em uma coisa pública; mas tem o dever de não apenas assegurar o direito cultural como o se acesso, incentivo, valorização e incentivo. Principalmente quando consideramos que a propriedade urbana está vinculada à dignidade da pessoa humana, a partir da Constituição Federal de 1988, considerada elemento central na qualidade de vida sadia.

> A ruptura de laços sociais que possibilitam o convívio comunal e a construção de identidades a partir de referenciais estranhos agem como forma de expropriação de conteúdos simbólicos relevantes que se transformam em obras, em produção cultural material e imaterial, testemunho das gerações presentes para as futuras. (Ahmed, 2019, p.397).

Ahmed (2019) defende a construção de ambientes alicerçados em valores culturais, de realização coletiva e como meio de transformação individual. E para isso se apoia na legislação e nos instrumentos legais que permitem e devem ser utilizados para a preservação, citando o plano diretor e o zoneamento urbano, sobre esse último Ahmed (2019) cita Marés de Souza Filho, que defende,

> o poder público municipal que não se utilizar de sua competência legislativa para proteger seu patrimônio cultural local, e por isso se omitir na preservação e cuidado destes bens, estará infringindo a CF, além, é claro, de perder sua própria história e de desrespeitar o direito de seus cidadãos. Marés de Souza Filho apud Ahmed, 2019, p. 408).

A partir dessa perspectiva entendemos que a expropriação do conjunto edilício dos moradores da Comunidade da Rua Monsenhor Rubens Mesquita, representa não apenas a expropriação do bem material, simbólico e da sua história, como já mencionado, mas a expropriação do direito ao futuro das suas gerações.

CONCLUSÕES

O tema central da presente pesquisa foi, desde o início, o de compreender as relações entre cidade e saúde mental. Este processo englobou não apenas a pesquisa de doutorado, aqui desenvolvida, como também a pesquisa de mestrado, anterior; logo esta tem sido a investigação que instigou e instiga esta pesquisadora em seu processo de busca do conhecimento. As conclusões que aqui se seguem são, portanto, mais do que relativas a esta tese, como também a de um longo caminho onde o esforço tem sido estreitar as relações entre as disciplinas da arquitetura e urbanismo e da psicologia, com o intuito central de propor um novo olhar para a cidade, um olhar que tenha no centro os indivíduos que a habitam.

Como apresentado, o Capítulo 1 discute considerações sobre o mestrado, para o que salientamos que foi priorizado, na ocasião, apontar aspectos tanto do âmbito do aparato construído e infraestrutural do espaço urbano, quanto das relações sociais que o envolvem, e que podem ter efeitos no estado mental dos seus habitantes. Foi evidenciado que não é possível, a não ser em casos excepcionais, atribuir uma causalidade direta diagnosticável entre distúrbios mentais e aspectos do meio-ambiente urbano, mas o intuito foi de complexificar e elaborar relações comunidade-cidade, especificamente nos voltando para o estudo de caso, da Rua Monsenhor Rubens Mesquita.

A Tese elaborada voltou-se para determinados agentes que atuam no espaço urbano, buscando esclarecer como se deram suas atuações e o reflexo no espaço urbano, na Comunidade e nos indivíduos do estudo de caso. Ao analisar a Rua Monsenhor Rubens Mesquita e o processo de reintegração de posse sofrido por alguns de seus moradores no período de 2018-2024, nos voltamos para a mídia e seu papel como potencial influenciador de opnião publica, o que, no caso da Rua, evidencia ainda mais as contradições entre o estatuto legal urbanístico e as ações do poder executivo da municipalidade nesse território.

No Capítulo 2, a análise crítica da legislação urbana demonstrou que há contradições importantes entre as determinações legais e a sua aplicação efetiva na realidade desse espaço. Neste aspecto, obtivemos, como resultado, que a

ocupação da Rua Monsenhor Rubens Mesquita se encontraria protegida legalmente, tanto no âmbito nacional, pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Cidade — devido à garantia de direito à moradia e à garantia de posse —, como no âmbito municipal, pelo que rege o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Salvador vigente e pela Lei de Ordenamento do Uso e Ocupação do Solo de Salvador. Pela prerrogativa de tais textos a Rua deveria, não apenas ser mantida como tal, mas para além, ser requalificada, dado ser inscrita como uma Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), bem como ter a salvaguarda de instâncias de proteção patrimonial cultural e paisagística.

No entanto, o que se evidenciou foi a destruição parcial desta Rua, tanto no que se refere as moradias demolidas, quanto na desfiguração de um patrimônio do cotidiano coletivo, o que incide diretamente na vida e no bem-estar de diversos indivíduos, pela perda de suas casas, e da comunidade de modo geral, que se destitui de aspectos edilícios e simbólicos, como laços de vizinhança e pertencimento. Há, ainda, um desmonte de projetos de vida, planos futuros e que se viram desfalecidos pela ação do estado nesse local, questões estas que vimos, geram angústia, como relatado por Alexandre. Estas pessoas foram sujeitadas a uma uma perda do controle de suas próprias vidas.

O capítulo 3 realizou a análise de determinados agentes midiáticos e a retratação do caso da Rua Monsenhor Rubens Mesquita, entendendo estes agentes como importantes formadores de opinião e possíveis aliados ou opositores em casos de litígio entre o estado e as comunidades. O levantamento e investigação das matérias encontradas a partir dos descritores: Rua Monsenhor Rubens Mesquita Salvador Bahia e Tororó, no período entre a primeira matéria de 31 de agosto de 2019 e a última na data de 17 de março de 2022, resultou na análise de termos recorrentes, que evidenciaram temas e posicionamentos dos veículos com relação ao processo de reintegração de posse.

As evidências mostraram que, o caso da Rua Monsenhor Rubens Mesquita, ou Tororó, como também é conhecida, foi noticiado, principalmente, por mídias independentes, com poucas aparições nas mídias mais conservadoras e de largo alcance. No caso das primeiras, em geral, os veículos demonstraram o posicionamento contra o processo de reintegração de posse,

ao passo que nas segundas, a tendência foi se posicionar a favor da reintegração. Acreditamos que tal levantamento e análise torna visível e evidencia as contradições do ocorrido na Rua Monsenhor Rubens Mesquita, em que presenciamos um estado, que deveria proteger, destruindo o patrimônio material e simbólico dos comuns. Na história dessa Comunidade, defronta-se com um estado que, a princípio é omisso ao longo da trajetória desse território, relegando aos próprios sujeitos a construção que lhes cabe. Mas que se faz presente, ou seja, se corporifica apenas com as suas máquinas de destruição, por interesses alheios às comunidades subalternizadas.

O Capítulo 4 trata da pesquisa de campo e seus resultados, tendo sido dividido em três seções. Na primeira, abordamos o aspecto metodológico específico da aproximação fenomenológica pretendida; na segunda, relatamos a pesquisa de campo realizada; e, na terceira e última parte, apresentamos as análises realizadas a partir da atividade prática, na forma de elementos estruturais, de acordo com a terminologia do método.

No Subcapítulo 4.1, apresentamos a metodologia da psicologia fenomenológica adotada. Inicialmente, relatamos o histórico da pesquisadora e o caminho até o método de pesquisa selecionado para esta etapa da tese. Em seguida, explicitamos aspectos teóricos deste método da psicologia fenomenológica e como se deu a sua aplicação nesta pesquisa. No caso da Rua Monsenhor Rubens Mesquita, em um primeiro momento, identificamos a formação de três grupos, a partir da circunstância do processo de reintegração de posse, são eles: os que estavam resistindo no local; os que venderam as suas casas e saíram do local; e, os moradores da Rua que não estão inclusos no processo e permanecem na Rua. À época da pesquisa de campo, já o primeiro grupo que resistira, se viram forçados a vender as suas casas e sair da Rua.

A aplicação do método se deu, então, no contato com determinados integrantes destes grupos delimitados, a partir do que denominamos, à luz da metodologia preconizada, encontros dialógicos. Tais encontros se deram entre pesquisadora e sujeito, como uma atitude fenomenológica. Estes encontros se delineiam a partir de uma pergunta norteadora, que foi a seguinte: “Como você se sente com relação ao processo de reintegração de posse ocorrido?”. Após esta primeira pergunta, a pesquisadora deve deixar que a conversa flua e seja

guiada pelo sujeito entrevistado — sem o uso de equipamentos de gravação ou anotações escritas. Após o encontro, a pesquisadora realiza uma narrativa compreensiva, na qual relata, em sua própria perspectiva, o ocorrido e o que mais lhe chamou a atenção. Tais narrativas, depois, são condensadas e organizadas em narrativas sínteses de cada encontro; no entanto, no caso desta pesquisa, entendemos que cabia uma narrativa síntese única, dado o processo da pesquisa de campo, que de certa forma refletiu a relação indivíduo-comunidade.

No Subcapítulo 4.2, descrevemos a pesquisa de campo realizada, conforme o método da psicologia fenomenológica preconizado. Os encontros ocorreram no dia 21 de fevereiro de 2024 e as narrativas, de forma subsequente, foram realizadas de forma corrida, perpassando pela perspectiva sobre os sujeitos com os quais realizamos os encontros dialógicos, mas também de certa forma como uma narrativa urbana, caracterizando o território e os seus personagens.

No Subcapítulo 4.3, refletimos a respeito da experiência vivida e dos seus sentidos, buscando extrair valor e as modulações das sínteses realizadas, a partir dos sujeitos de estudo de caso. Mediante este processo, foram definidos três elementos estruturantes, que orientam as compreensões obtidas a partir dos encontros e os seus significados, dando ênfase à relação dos sujeitos com o território e os desdobramentos do processo de reintegração de posse na vida prática e subjetiva dessas pessoas, conforme seus relatos.

Todo processo foi fundamental no sentido do encontro entre a arquitetura e urbanismo e a psicologia fenomenológica; quanto a esta última, os procedimentos metodológicos conduziram a uma leitura e entendimento do espaço urbano em tela e seus moradores, de modo integrado e indissociável. A atividade de campo, sua posterior análise e sistematização demonstraram diferentes formas com que a ação do estado — que influi diretamente nas decisões de conformação objetiva da cidade — pode ter efeitos nas subjetividades dos indivíduos que a ocupam e no senso coletivo de comunidade.

A tese aqui apresentada definiu como hipótese: “A violentação sobre o morar, nas cidades, tem a capacidade de influenciar a saúde mental individual e coletiva dos moradores?”

A investigação teórica e prática elaborada, acreditamos, não foi propriamente conclusiva sobre esta questão formulada. Podemos afirmar, primeiramente, que a violência sofrida pelos moradores da Rua Monsenhor Rubens Mesquita ficou evidenciada, bem como a repercussão nas subjetividades das pessoas das quais nos aproximamos. No entanto, a capacidade de resiliência destas pessoas foi significativa e imprevisível, para a pesquisadora, até um certo momento.

Dentre os sujeitos com quem estabelecemos diálogo, sob a matriz do método fenomenológico preconizado, vimos, no caso de Roberto, uma atitude determinada para manter a moradia da sua família na Rua e as dos seus companheiros, buscando os meios legais possíveis para lutar contra a ação violenta imposta. De maneira pragmática, Roberto resistiu até o último momento possível. Na condição de terem que mudar de residência, Roberto manteve uma resiliência baseada na possibilidade de construir uma nova vida neste lugar, que é, inclusive, próximo à Rua de origem. Suposições sobre sua saúde não podem ser conclusivas. O título da narrativa de Roberto foi, portanto, “Aquele que soube exercer a resistência até o fim”.

Em Rita, esposa de Roberto, “Aquela que olha para dentro” a resiliência transparece em outro aspecto, não tanto das questões práticas, mas se volta para o mundo dos afetos, que envolve a sua família. As angústias que me relatou se referem aos seus sentimentos de medo e tristeza por perder sua casa e seu espaço comunitário e, em termos práticos, de impotência, ao perder, também, seu lugar de trabalho conquistado. Ressaltou os sentimentos de sua filha mais velha — à qual não se sentia capaz de proteger perante a perda concreta da casa, da eventual chegada da polícia e de se distanciar dos amigos da escola. Da mesma forma, não ficaram evidentes sinais de malefícios propriamente de saúde pessoal, mas de desamparo. Aqui salientamos o que foi colocado na introdução desta pesquisa, ou seja, que há aspectos específicos de gênero e das determinações sociais do papel da mulher dentro do contexto familiar e

comunitário, porém, não abarcamos, neste momento, aspectos de interseccionalidade, que demandariam outros aprofundamentos.

Marcelo — “Aquele que nomeou o trauma vivido”, foi o encontro mais breve, porém, que muito marcou a pesquisadora, ao se colocar como constrangido com a violência sofrida.

Alexandre foi quem mais enfatizou a dor e o sofrimento com a perda da sua moradia, salientando a perda de um futuro que havia planejado para si, vivenciando um luto pelo passado, pelo presente e pelo futuro. Ele é, para mim, “Aquele que ainda resiste”, ao voltar para a rua com a justificativa de que precisa manter seu ponto de trabalho — mas isto transpareceu como um desejo de manter suas relações pessoais com as pessoas e o lugar.

O luto de José, “Aquele que guarda as memórias da comunidade”, por sua vez, se apresentou um pouco diferente, dado que ele não estava incluso no processo de reintegração de posse e ainda permanece morando na Rua. Seu sofrimento se dá pela perda de parte do corpo comunitário de que foi ator central na construção e manutenção ao longo dos anos — também como um sentimento de traição com relação àqueles que decidiram vender suas casas no primeiro momento, sem lutar em conjunto com o grupo.

Conclusões definitivas sobre a hipótese inicial da pesquisa, a saber, se a cidade adoece, levaram a uma resposta de matriz mais indicativa. Ou seja, a violência urbana, no caso em tela se deu, concretamente, desde o poder público sobre a comunidade envolvida, salientando o poder desiquilibrado entre estes atores. Isto é possível afirmar. Nesse sentido, foi possível ter a percepção de que a cidade causa sofrimento, indubitavelmente. Consequências comunitárias, coletivas e individuais, estritamente no universo da saúde mental ou física ficaram sem uma comprovação absoluta, mas que ações violentas sobre o universo do morar, pertencer e viver a cidade certamente — que são, em primeira instância a usurpação de direitos — em estudos subsequentes provavelmente indicariam que isto pode decorrer em efeitos de saúde, além de nas subjetividades e no coletivo que pudemos detectar. O método de aproximação pela psicologia fenomenológica me fez construir, assim, uma aproximação quase improvável, no campo da arquitetura e urbanismo.

Os encontros dialógicos me permitiram compreender que a experiência vivida é significada de forma diferente por cada indivíduo entrevistado, ainda que a perda material seja a mesma; logo, “A vivência ainda que comunitária é experienciada e significada de maneira singular*”* (Elemento Estruturante 01). No entanto, “a Comunidade perdeu parte do seu patrimônio edilício, mas não a estrutura simbólica” (Elemento Estruturante 02) — ainda que distanciados, os laços construídos se mantém e os indivíduos desse grupo permanecem se apoiando mutuamente. Identifiquei, portanto, uma dialética entre a questão individual e a comunitária, em que o sofrimento, ao mesmo tempo que é vivido individualmente, também é vivido em grupo. Em última instância, olhamos para *a* “Comunidade que quase perdeu tudo e que perdeu quase tudo” (Elemento Estruturante 03) sob a ótica da necessidade de preservação dos espaços dos comuns, que, da perspectiva simbólica, permanecem existindo, ainda que com sua estrutura edilícia destruída pela representação institucional.

Se a cidade pode influenciar na saúde mental coletiva ou individual dos moradores, creio que foram construídos indícios de que a resposta a esta colocação deva ser “sim”, especialmente para aqueles que não têm, assertivamente assegurados, os direitos preconizados por lei, tendo, como contradição, que a própria figura do estado, que deveria garantir estes direitos, os invalida, perante ações que os violam. Destaco, também, o papel da mídia, que tem poder de formação de opinião, como ator neste contexto de disputa, podendo favorecer ou prejudicar estratos populares com notícias ideologicamente conduzidas.

A tese teve como objetivo principal estreitar relações entre cidade e saúde mental; porém, foi importante verificar as limitações envolvidas. Primeiramente, indico a delimitação territorial, ou seja, esta análise se deu em um espaço urbano específico, a Rua Monsenhor Rubens Mesquita, localizada na cidade de Salvador, Bahia e, embora seja possível, de forma indutiva, inferir que os resultados encontrados possam ser aplicados a realidades semelhantes e que ensejem a resultados análogos, devemos nos atentar para tal restrição.

Há, também, um limite da própria pesquisadora, ao adentrar em uma área do conhecimento que não é aquela em que se especializou. Este é um sentido estruturante da pesquisa, cujo lugar pôde trazer visões distintas para o campo

próprio de conhecimento desta pesquisadora, enriquecedoras, na medida em que os sujeitos e não o espaço passam a ser os protagonistas.

O limite teórico desta pesquisa, embora conte com vicissitudes da interdisciplinaridade, buscou uma virtude, que foi a de colaborar em processos de investigação que são ainda relativamente incipientes, como pesquisas que abordem a relação entre cidade e saúde mental, à luz da compreensão dos fenômenos urbanos, apoiando-se na psicologia fenomenológica.

Em muitos momentos, foi necessário que a autora realizasse uma costura entre os temas desta tese. Por outro lado, ao buscar a aproximação entre estas áreas do conhecimento, creio que haja alguma inovação no que foi proposto — seja pelo tema, mas, principalmente, pela aplicação de um método de outra área do conhecimento para a leitura territorial, em busca da resposta à pergunta colocada por esta tese, cujos resultados enriqueceram o processo de entendimento da própria área da arquitetura e do urbanismo.

Nos deparamos com alguns limites para a aplicação do método selecionado. Inicialmente, havíamos nos proposto a realizar um número maior de encontros dialógicos, de modo que pudéssemos demonstrar os efeitos nas subjetividades desses indivíduos após uma situação extrema, como a de serem arrancados de onde estão. Porém, tivemos dificuldade em encontrar pessoas dispostas a conversarem conosco. Não acreditamos que tal limitação invalide o material produzido, pois entendemos que nesta tese foi realizada uma metodologia que incorporou os pressupostos e processos e fortaleceu a compreensão da premissa interdisciplinar e poderá servir como inspiração para processos de análise territorial que desejem considerar as subjetividades e sentidos comunitários dos habitantes de espaços em estudo.

Esta tese se formulou como uma contribuição metodológica, que possa conduzir a desdobramentos em outras pesquisas, para uma possibilidade de leitura territorial, que considere as subjetividades dos habitantes de um determinado espaço e os laços pessoais e coletivos envolvidos no ato de morar. Acreditamos que, a longo prazo, e considerando o desenvolvimento da aplicação do método para o campo da arquitetura e do urbanismo, poderíamos aplicá-lo em processos de leitura e compreensão territorial para desenvolvimento de

projetos e planos urbanos e, mesmo, para políticas públicas. Para além, consideramos extremamente válido para a mediação de conflitos, em processos assemelhados.

Visualizamos, também, a pesquisa como um registro escrito da história desses individuos, dessa Comunidade e desse espaço urbano, que até então se perpetuava apenas a partir da história oral e, como vimos, de narrativas da mídia conforme suas perspectivas apriorísticas. Constituímos, aqui, um documento que apresanta um singelo registro dessa história urbana, desse patrimônio dos comuns.

Ao fim desta tese citamos pretensões futuras de pesquisa e de ações, que se pretendem sociais. Entendemos que o tema desenvolvido e o método que conduziu a pesquisa aqui apresentada, abre espaço para inúmeros desdobramentos, a exemplo dos que foram já salientados. Consideramos que devs haver, primeiramente, uma devolutiva para a Comunidade, do que foi estudado e dos resultados obtidos. E em seguida, pretendemos uma continuidade da elaboração do tema através de outras pesquisas e possíveis aplicações dentro do campo profissional, seja ele da arquitetura e urbanismo ou da docência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AHMED, Flávio. Estatuto da cidade, plano diretor e zoneamento urbano como instrumentos de proteção dos bens culturais. In: SOARES, Inês Virgínia Prado; CUREAU, Sandra (org.). *Bens culturais e direitos humanos*. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2019, p. 395-412.

ALCOFORADO, Fernando. *Avaliação do Plano Salvador 500***.** [S. l.]. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/falcoforado/avaliao-do-plano-salvador-500-53807508?from_action=save>. Acesso em: 05 maio 2023.

ALES BELLO, Angela. *Pessoa e comunidade*: Comentários: psicologia e ciências do espírito de Edith Stein. Belo Horizonte: Ed. Artesã, 2015.

ALMEDOM, Astier M. Social capital and mental health: an interdisciplinary review of primary evidence. *Social Science and Medicine*, v. 61, n. 5, p.943–964, 2005.

AMATUZZI, Mauro Martins. Psicologia fenomenológica: uma aproximação teórica humanista. *Estudos de Psicologia*, v. 26, n.1, p. 93-100, 2009.

ANADEP. ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS DEFENSORAS E DEFENSORTES PÚBLICOS. BA: Após inibir demolições, Defensoria visita moradores do Tororó para traçar estratégia de atuação. *ANADEP*, Brasília, DF, 04 nov. 2021. Disponível em: <https://www.anadep.org.br/wtk/pagina/materia?id=50282>. Acesso em: 16 maio 2023.

ANDRADE, Gabriel. Em Salvador, shopping expulsa moradores de suas casas. *Jornalistas Livres*, 27 out. 2021. Disponível em: <https://jornalistaslivres.org/em-salvador-estacionamento-de-shopping-expulsa-moradores-de-casas/>. Acesso em: 16 maio 2023.

ANDRADE, Maria Clara. Sem acordo com a prefeitura, moradores do Tororó acusam demolições vizinhas de provocarem danos às suas casas. *METRO 1*, 16 maio 2023. Disponível em: <https://www.metro1.com.br/noticias/cidade/114199,sem-acordo-com-a-prefeitura-moradores-do-tororo-acusam-demolicoes-vizinhas-de-provocarem-danos-as-suas-casas>. Acesso em: 16 maio 2023

ANF. AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DAS FAVELAS. Movimentos de moradia realizam ato contra despejos na Bahia. *ANF*, Salvador, BH, 17 mar. 2022. Disponível em: <https://www.anf.org.br/movimentos-de-moradia-realizam-ato-contra-despejos-na-bahia/>. Acesso em: 16 maio 2023.

ARANTES, Otília Beatriz Fiori. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia (Orgs.), *A cidade do pensamento único*: desmanchando consensos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. Cap. 1, p. 11-74.

ARANTES, Pedro. *O ajuste urbano: as políticas do Banco Mundial e do BID para as cidades latino-americanas*. 2004. Dissertação (Mestrado) — Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16131/tde-14102022-101725/pt-br.php>. Acesso em: 13 jul. 2023.

ARAÚJO, Tânia Maria de; SANTOS, Kionna Oliveira Bernardes; OLIVEIRA, Nelson Fernandes de. Estrutura fatorial e consistência interna do Self-Reporting Questionnaire (SRQ-20) em população urbana. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 25, n.1, p. 214-222, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v25n1/23.pdf>. Acesso em: 31 de maio de 2019.

BACHELARD, Gaston. A poética do espaço. 5ª. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2008.

BAHIA, Adriana Teixeira. *Comunidade da rua Monsenhor Rubens Mesquita, Salvador, BA:* um diálogo entre cidade e saúde mental: estamos extinguindo nossos espaços saudáveis?. 2021. Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2020. Disponível em: <https://repositorio.sis.puc-campinas.edu.br/handle/123456789/16124>. Acesso em: 10 set. 2022.

BAHIA AO VIVO. Prefeitura de Salvador pode responder processo administrativo criminal por demolições no Tororó após denúncia de Maria Marighella. *Política ao vivo*, 14 jun. 2022. Disponível em: <https://politicaaovivo.com/prefeitura-de-salvador-pode-responder-processo-administrativo-criminal-por-demolicoes-no-tororo-apos-denuncia-de-maria-marighella/>. Acesso em: 16 maio 2023.

BAHIA ECONÔMICA. Comunidades protestam contra remoção por causa do BRT. *Bahia Econômica*, 2 nov. 2022. Disponível em: <https://bahiaeconomica.com.br/wp/2020/11/02/comunidades-protestam-contra-remocao-por-causa-do-brt/>. Acesso em: 16 maio 2023.

BALTRUSIS, Nelson. Transformações do modo de morar nas metrópoles contemporâneas - novos discursos, velhos problemas. *Caderno CRH*, v. 23, n. 59, p. 235-253, 2010

BALTRUSIS, Nelson; MOURAD, Laila Nazem; MACHADO, Camila Brandão; REIS, Sofia de Oliveira Souza. Salvador, do pioneirismo da implementação da política nacional de habitação a gestão corporativa. *Anais*... XVII ENAPUR Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional: Desenvolvimento, crise e resistência:quais os caminhos do planejamento urbano e regional?, São Paulo, SP, v. 17, n. 1, p.1-14, 2017. Disponível em:< https://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/article/view/1506>. Acesso em: 20 mar. 2020

BARTON, Hugh; GRANT, Marcus; GUISE, Richard. *Shaping Neighbourhoods – a guide for health, sustainability and vitality.* Nova York: Spon Press, 2002.

BARTON, Hugh; GRANT, Marcus. A health map for the local human habitat. *The Journal for the Royal Society for the Promotion of Health*, v. 126, n.6, p. 252-253, 2006.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil.* Brasília, DF: Senado Federal, 2016. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 22 fev. 2023.

BRASIL. *Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001.* Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 jul. 2001. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm>. Acesso: 25 fev. 2023.

BRASIL. *Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015.* Institui o Estatuto da Metrópole, altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13089.htm?TSPD_101_R0=7ba5f7e3bc72d1e6b4bfe5267964cc44x9n0000000000000000d9d2c0bfffff0000000000000000000000000000005ad8dcac00ddf09d62>. Acesso em: 28 out. 2019.

BRASIL. *Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017.* Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana [...], e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13465.htm>. Acesso em: 28 out. 2019.

BOURDIEU, Pierre [1994]. *Razões práticas*: sobre a teoria da ação. 9. ed. Campinas: Papirus, 1996.

CALDAS, Maria Fernandes. *Política urbana, ação governamental e a utopia da reforma urbana no Brasil.* Tese (Doutorado) — Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Escola de Arquitetura, Belo Horizonte, MG, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/MMMD-A86J5X/1/tese_maria_caldas_vers_ofinal.pdf >. Acesso em: 26 maio 2023.

CALDAS, Maria Fernandes. *A utopia da reforma urbana*: ação governamental e política pública no Brasil. Belo Horizonte, C/Arte, 2018.

CALDEIRA. Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros*: crime, segregação e cidadania em São Paulo. 2ª ed. São Paulo, EDUSP, 2006.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira; PEREIRA, Gilberto Corso. *Como anda Salvador e sua Região Metropolitana.* 2 ed. Salvador: EDUFBA, 2008.

CAU/BA. CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DA BAHIA. CAU repudia demolições de residências no Tororó. *CAU Bahia*, Salvador, BH, 29 out. 2021. Disponível em: <https://cauba.gov.br/2021/10/cau-repudia-demolicoes-de-residencias-no-tororo/>. Acesso em: 16 maio 2023.

CDSS. COMISSÃO PARA OS DETERMINANTES SOCIAIS DA SAÚDE. *Redução das desigualdades no período de uma geração: igualdade na saúde através da acção sobre os seus determinantes sociais. Relatório Final da*

Comissão para os Determinantes Sociais da Saúde, Portugal, Organização Mundial da Saúde, 2010. Disponível em: < https://dssbr.ensp.fiocruz.br/wp-content/uploads/2020/11/Relat%C3%B3rio_Final_OMS_Redu%C3%A7%C3%A3o-das-Desigualdades-no-per%C3%ADodo.pdf>. Acesso em: 13 maio 2019.

CHAN, Joseph; HO-PONG, To; CHANÉ, Elaine. Reconsidering Social Cohesion: Developing a Definition and Analytical Framework for Empirical Research. *Social Indicators Research*, n. 75, pp. 273–302, 2006.

CHU, Annette; THORNE, Alice; GUITE, Hilary. The impact on mental well-being of the urban and physical environment: an assessment of the evidence. *Journal of Public Mental Health*, v. 3, n. 2, pp. 17-32, 2004.

COORDENAÇÃO ADUNEB. SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA. Repúdio da ADUNEB à Prefeitura de Salvador que iniciou a demolição de casas da Comunidade do Tororó. *ADUNEB*, Savador, BH, 25 jun. 2021. Disponível em: <https://www.aduneb.com.br/noticias.php?news_not_pk=7536>. Acesso em: 16 maio 2023.

CUENYA, Beatriz; NOVAIS, Pedro de; VAINER, Carlos B. *Grandes proyetos urbanos:* miradas críticas sobre la experiencia argentina y brasileña. Buenos Aires: Café de las Ciudaddes, 2012.

CUNHA FILHO, Francisco Humberto. Direitos culturais no Brasil: dimensionamento em conceituação. In: SOARES, Inês Virgínia Prado; CUREAU, Sandra (org.). *Bens culturais e direitos humanos.* São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2019, p. 29-38.

CURY, Vera Engler. Intervenções psicológicas e processos intersubjetivos: pesquisas em psicologia clínica sob uma perspectiva humanista e fenomenológica. In: Dutra, Elza; CURY, Vera Engler (Orgs.). *Pesquisas fenomenológicas em psicologia*. Curitiba: CRV, 2021, p. 93-110.

ESTADÃO. Em Salvador, moradores do Tororó lutam para manter casas de pé. *TV Estadão*, 02 ago. 2021. Disponível em: <https://tv.estadao.com.br/cidades,em-salvador-moradores-do-tororo-lutam-para-manter-casas-de-pe,1187075>. Acesso em: 08 jun. 2023.

EVANS, Gary W. The built environment and mental health. *Journal of Urban Health*: Bulletin of the New York Academy of Medicine, Nova York, v. 80, n. 4, 2003. Disponível em: <http://la570.willsull.net/ewExternalFiles/EvansG2003.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2019.

FADDA, Gisella Mouta. *A experiência vivida por pessoas diagnosticadas como autistas, a partir de encontros dialógicos*. 2020. Tese (Doutorado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências da Vida, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Campinas, 2020.

FARIAS, Tadeu Mattos; PINHEIRO, José Q. Vivendo a vizinhança: interfaces pessoa-ambiente na produção de vizinhanças "vivas". *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 18, n. 1, p. 27-36, 2013.

FIPE. FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS. PREFEITURA DE SALVADOR. SUCOM. SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO. *Plano Salvador 500. Relatório de caracterização atual.* Salvador, BH, [S. I.]. Disponível em: <https://www.cms.ba.gov.br/uploads/pddu/Caracterizacao%20Atual.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2023.

FIX, Mariana. Uma ponte para a especulação: ou a arte da renda na montagem de uma "cidade global*". Caderno CRH*, Salvador, v. 22, n. 55, p. 31-64, jan.abr. 2009.

FMLF. FUNDAÇÃO MÁRIO LEAL FERREIRA. *Salvador 500.* Salvador, BA, c2021. Disponível em: <http://www.fmlf.salvador.ba.gov.br/index.php/salvador-500>. Acesso em: 04 maio 2023.

FMLF. FUNDAÇÃO MÁRIO LEAL FERREIRA. PREFEITURA DE SALVADOR. SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E URBANISMO. *Plano Salvador 500. PDDU – LOUS. Caderno Sociedade, Economia e Território.* Salvador, BH, ago. 2020a. Disponível em: <http://www.fmlf.salvador.ba.gov.br/images/planosalvador500/Sociedade_Economia_Territorio.pdf >. Acesso em: 04 maio 2023.

FMLF. FUNDAÇÃO MÁRIO LEAL FERREIRA. PREFEITURA DE SALVADOR. SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E URBANISMO. *Plano Salvador 500.*

Caderno Cenários. Salvador, BH, ago. 2020b. Disponível em: <http://www.fmlf.salvador.ba.gov.br/images/planosalvador500/Cenarios.pdf>. Acesso em: 04 maio 2023.

FMLF. FUNDAÇÃO MÁRIO LEAL FERREIRA. PREFEITURA DE SALVADOR. SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E URBANISMO. *Plano Salvador 500. PDDU – LOUOS. Caderno Agenda do Plano.* Salvador, BH, dez. 2020c. Disponível em: <https://fmlf.salvador.ba.gov.br/wp-content/uploads/2021/03/Agenda_Plano.pdf>. Acesso em: 04 maio 2023.

FRANÇA, Lucas. Pretas Por Salvador participam de Encontro com Comunidades e Movimentos do Centro Antigo, em Luta Pelo Direito à Cidade, à Moradia e Pelo Despejo Zero Já, e apoiam comunidade do Tororó. *Pretas por Salvador*, 21 maio 2021. Disponível em: <https://pretasporsalvador.com.br/958/pretas-por-salvador-participam-de-encontro-com-comunidades-e-movimentos-do-centro-antigo-em-luta-pelo-direito-a-cidade-a-moradia-e-pelo-despejo-zero-ja-e-apoiam-comunidade-do-tororo>. Acesso em: 16 maio 2023.

GENONADIO, Daniel; GOMES, Mariana. Bruno Reis diz que indenizações a moradores no Tororó são "justissímas". *A Tarde*, 27 out. 2021. Disponível em: <https://atarde.com.br/bahia/bahiasalvador/bruno-reis-diz-que-indenizacoes-a-moradores-no-tororo-sao-justissimas-1176886>. Acesso em: 06 jun. 2023.

GÓIS, Cezar Wagner De Lima. *Psicologia comunitária:* atividade e consciência. Instituto Paulo Freire de Estudos Psicossociais, Fortaleza. 2005.

GÓIS, Cezar Wagner De Lima. *Saúde comunitária:* pensar e fazer. Aderaldo e Rothschild Editores, São Paulo. 2008.

GORDILHO-SOUZA, Angela Maria. *Limites do habitar:* segregação e exclusão na configuração urbana contemporânea de Salvador e perspectivas no final do século XX. EDUFBA, Salvador. 2000.

GORDILHO-SOUZA, Angela Maria. Favelas, invasões e ocupações coletivas nas grandes cidades brasileiras – (Re)Qualificando a questão para Salvador- BA. *Cadernos Metrópole,* São Paulo, n.5, p.63-89, 2001.

GORDILHO-SOUZA, Angela Maria. Salvador metrópole: novas fronteiras e fluxos urbanos no início do século XXI. 2010, p. 93-129. *In:* FILHO, Milton Júlio

de Carvalho; URIARTE, Urpi Montoya (Orgs.). *Panoramas Urbanos:* usar, viver e construir Salvador. Salvador: EDUFBA, 2014, 315 p.

GRUPO A TARDE. Demolição de imóveis causa transtorno a moradores do Tororó. *Portal A Tarde*, Salvador, BH, 26 out. 2021. Disponível em: <https://atarde.com.br/bahia/bahiasalvador/demolicao-de-imoveis-causa-transtorno-a-moradores-do-tororo-1176742>. Acesso em: 16 maio 2023.

GRUPO A TARDE. Entidades protestam no TJ-BA contra despejo em ocupações**.** Portal A Tarde, Salvador, BH, 17 mar. 2022. Disponível em: <https://atarde.com.br/bahia/bahiasalvador/entidades-protestam-no-tj-ba-contra-despejo-em-ocupacoes-1190074>. Acesso em: 06 jun. 2023.

HARPHAM, Trudy. Urbanization and Mental Health in Developing countries: a research role for social scientists, public health professionals and social psychiatrists. *Sm. Sci. Med*, v.39, n. 2, p. 233-245, 1994.

HARPHAM, Trudy. *Urbanization and Mental Health in Developing Countries.* Winchester: Avebury, 1995.

HARVEY, David. *Condição Pós-moderna*: uma pesquisa sobre as origens da mudança social. 17ª edição. São Paulo: Edições Loyola, [1989] 2008.

HARVEY, David. Do gerencialismo ao empreendedorismo: a transformação na gestão urbana no capitalismo tardio. In: HARVEY, David. *Os sentidos do mundo*: textos essenciais. São Paulo: Boitempo, 2020. Cap. 6, p. 151-180.

HOLANDA, Adriano. Fenomenologia, psicoterapia e psicologia humanista. Estudos de Psicologia, v. 14, n. 3, p. 33-46, 1997.

IAB. INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL. DEPARTAMENTO DA BAHIA. IAB-BA participa de audiência sobre remoção de Comunidade do Tororó. *IAB-BA*, 25 mar. 2021. Disponível em: <https://www.iab-ba.org.br/iab-ba-participa-de-audiencia-sobre-remocao-de-comunidade-do-tororo/>. Acesso em: 16 maio 2023.

IACOPONI, E.; MARI, J.J. Reliability and factor structure of the Portuguese version of Self-Reporting Questionnaire. *The International Journal of* Social Psychiatry, vol. 35, n.3, p.213-222, 1989.

IBDU. INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO URBANÍSTICO. Nota técnica sobre o regime jurídico das Zonas Especiais de Interesse Social em Salvador. *IBDU,* Salvador, 16 nov. 2020. Disponível em: <https://ibdu.org.br/notas-e-manifestos/nota-tecnica-sobre-o-regime-juridico-das-zeis-em-salvador/>. Acesso em: 16 maio 2023.

IPEA. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *ODS - Metas Nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.* Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Brasília, 2018. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/180801_ods_metas_nac_dos_obj_de_desenv_susten_propos_de_adequa.pdf>. Acesso em: 09 de maio de 2019.

IRUATA, Felipe. Tororó é resistência ao avanço da capital e pelo direito à moradia. *SAERGS***,** 16 nov. 2021. Disponível em: <https://saergs.org.br/tororo-e-resistencia-ao-avanco-da-capital-e-pelo-direito-a-moradia/>. Acesso em: 04 jun. 2023.

JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*. 3. ed. São Paulo: Martin Fontes, [1961] 2011.

JÚNIOR, Achilles Gonçalves Coelho; MAHFOUD, Miguel. A relação pessoa-comunidade na obra de Edith Stein. *Memorandum,* v. 11, p. 8-27, Belo Horizonte, 2006.

LAGE, Selena Duarte Laje e; FRANCISCO FILHO, Lauro Luiz. A construção do Estatuto da Cidade e da ideia de Plano Diretor numa perspectiva histórica: discutindo a adequação destes instrumentos aos municípios de pequeno porte populacional. *Risco Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo,* v. 18, p. 1-16, jan. 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/risco/article/view/161985>. Acesso em: 21 nov. 2022.

LIMA, Ana Gabriela Godinho; PARDO, Laura Paes Barretto. Arquitetura para mulheres em territórios vulneráveis. *Anais*... VI Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo: Limiaridade: Processos e Práticas em Arquitetura e Urbanismo, Eixo Temático 2 - Projeto,

tecnologia, infraestrutura e questões socioambientais, Brasília, 01-05 mar. 2020, p. 1-16. Disponível em: >https://enanparq2020.s3.amazonaws.com/MT/21777.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2025.

LIMA, Antonio Balbino Marçal (org). A relação sujeito e mundo na fenomenologia de Merleau-Ponty. In: *Ensaios sobre fenomenologia*: Husserl, Heidegger e Merleau-Ponty. Ilhéus: Editus, 2014, p. 77-102.

LOGRADO, Manuella. Disputa nas Zeis do Tororó: uma história de violação do direito à cidade e à moradia. *O Momento Diário do Povo*, 21 ago. 2021. Disponível em: <https://omomento.org/disputa-nas-zeis-do-tororo-uma-historia-de-violacao-do-direito-a-cidade-e-a-moradia/>. Acesso em: 16 maio 2023.

LUIZ, Bruno; CALDAS, Matheus. Moradores do Tororó protestam contra possível desapropriação de imóveis. *Bahia Notícias*, 11 nov. 2020. Disponível em: <https://www.bahianoticias.com.br/noticia/254261-moradores-do-tororo-protestam-contra-possivel-desapropriacao-de-imoveis.html>. Acesso em: 16 maio 2023.

LYNCH, Kevin. *A Imagem da Cidade*. Lisboa: Edições 70, [1960] 1999.

MACINTYRE, Sally; ELLAWAY, Anne; CUMMINS, Steven. Place effects on health: how can we conceptualise, operationalise and mesure them? *Social Science & Medicine,* v. 55, p.125-139, 2002.

MACINTYRE, Sally; ELLAWAY, Anne; HISCOCK, Rosemary; KEARNS, Ade; DER, Geoff; MACKAY, Laura. What features of the home and the area might help to explain observed relationships between housing tenure and health? Evidence from the west of Scotland. *Health & Place*, v.9, n.3, p. 207-218, 2003.

MAHFOUD, Miguel. Das vivências ao mundo: pessoa, comunidade e ciência com Edith Stein. A presença de Angela Ales Bello. In: ALES BELLO, Angela. *Pessoa e comunidade*: Comentários: psicologia e ciências do espírito de Edith Stein. Belo Horizonte: Ed. Artesã, 2015, p. 7-17.

MARCHESAN, Ana Maria Moreira. Movimentos sociais, direitos humanos e patrimônio cultural. In: SOARES, Inês Virgínia Prado; CUREAU, Sandra (org.).

Bens culturais e direitos humanos. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2019, p. 341-355.

MELIS, Giulia; GELORMINO, Elena; MARRA, Giulia; FERRACIN, Elisa; COSTA, Giuseppe. The Effects of the Urban Built Environment on Mental Health: A Cohort Study in a Large Northern Italian City. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, n. 12, p. 14898-14915, 2015.

MENEZES, Marluci. Do espaço ao lugar. Do lugar às remodelações sócio-espaciais. *Horizontes Antropológicos*, a. 6, n. 13, p. 155-175, 2000.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da Percepção.* 3 ed. São Paulo: Martin Fontes, 2006.

MOREIRA, Paula Adelaide Mattos Santos; OLIVEIRA, Antonio Marcos Lima de; BRASILEIRO, Tiago. Limitações e superações: o caso da comunidade da Rua Monsenhor Rubens Mesquita, bairro do Tororó, Salvador, Bahia. *Anais...* Seminário Nacional Sobre Urbanização de Favelas – URBFAVELAS 3, p. 1-16, 2018, Salvador, BA. Disponível em: <http://www.sisgeenco.com.br/sistema/urbfavelas/anais2018a/ARQUIVOS/GT1-336-186-20180630222154.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2019.

MURTA, Rachel Sant'Anna. A transformação do espaço urbano em função do turismo. *In:* Seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Gradução em Turismo, 5, 2008. *Anais [...].* Belo Horizonte, MG, 25-26 ago. 2008, p. 1-13. Disponível em: <https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/5/15.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2023. ISSN *2359-6805.*

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. *Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil.* c2024. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 19 ago. 2024.

NEEPES. NÚCLEO ECOLOGIAS, EPISTEMOLOGIAS E PROMOÇÃO EMANCIPATÓRIA DA SAÚDE. ENSP. ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA. FIOCRUZ. FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. BA – Poder público e especulação imobiliária são ameaças à luta da Comunidade do Tororó pelo direito à moradia no centro de Salvador**.** *Mapa de Conflitos, Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil*, 31 ago. 2019. Disponível em:

<https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/ba-poder-publico-e-especulacao-imobiliaria-sao-ameacas-a-luta-da-comunidade-do-tororo-pelo-direito-a-moradia-no-centro-de-salvador/>. Acesso em: 16 maio 2023.

NÓBREGA, Terezinha Petrucia da. Corpo, percepção e conhecimento em Merleau-Ponty. *Estudos de Psicologia,* vol. 13, n. 2, p. 141-148, 2008.

NOGUEIRA, Maribel Azevedo Mendes. Saúde Mental e Arquitetura: um estudo sobre o espaço e o ambiente e sua inserção no processo terapêutico, 2001. Dissertação (Mestrado em Ciências Médicas) – Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

NUNES, Débora; SERRA, Ordep. *Projeto de Lei do PDDU e Salvador*: uma avaliação. 20 jan. 2016. Disponível em: <https://www.novosparadigmas.org.br/wp-content/uploads/2016/12/Projeto%20de%20Lei%20do%20PDDU%20de%20Salvador%20-%20uma%20avalia%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2023.

OBMOB. OBSERVATÓRIO DA MOBILIDADE SALVADOR. Remoções na comunidade do Tororó: não em nome da mobilidade urbana!. *OBMOB*, Salvador, 25 ago. 2021. Disponível em: <https://www.obmobsalvador.org/post/remo%C3%A7%C3%B5es-na-comunidade-do-toror%C3%B3-n%C3%A3o-em-nome-da-mobilidade-urbana>. Acesso em: 16 maio 2023.

OMS. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *Constituição da Organização Mundial da Saúde*. Biblioteca Virtual de Direitos Humanos da Universidade de São Paulo, 1946. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/OMS-Organiza%C3%A7%C3%A3o-Mundial-da-Sa%C3%BAde/constituicao-da-organizacao-mundial-da-saude-omswho.html>. Acesso em: 30 maio 2019.

O QUE TÁ ACONTECENDO NO TORORÓ?. Salvador, [S. l.]. O Tororó é um bairro do Centro Antigo de Salvador que está sendo violentamente desmembrado, suas casas estão sendo demolidas por ordens do poder público

sem nem mesmo apresentar o motivo à população! Disponível em: <https://zeistororo.wixsite.com/torororesiste>. Acesso em: 16 jul. 2023.

PIRES, Maria Coeli Simões. A proteção do patrimônio cultural como contraponto à desterritorialização. In: SOARES, Inês Virgínia Prado; CUREAU, Sandra (Orgs.). *Bens culturais e direitos humanos*. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2019, p. 61-74.

PORTAL SIG - CONDER. COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA. GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO. INFORMS. *Sistema de Informações Geográficas Urbanas do Estado da Bahia.* Salvador, c2020. Disponível em: <https://maps.conder.ba.gov.br/portal/home/webmap/viewer.html?useExisting=1&layers=ade449951de74e73941c09dde5b4f2db>. Acesso em: 14 jun. 2020.

PPGAU. PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO. UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Caminhada nos territórios negros do centro antigo de Salvador: o direito à cidade em disputa**.** *PPGAU, UFBA*, Salvador, BH, 10 jun. 2022. Disponível em: <https://ppgau.ufba.br/caminhada-nos-territorios-negros-do-centro-antigo-de-salvador-o-direito-cidade-em-disputa>. Acesso em: 16 maio 2023.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Notas sobre urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano.* São Paulo, SP: Via das Artes, 2006.

RESIDÊNCIA AU+E/UFBA. RESIDÊNCIA EM ARQUITETURA, URBANISMO E ENGENHARIA. UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Tororó Resiste. *Residência AU+E/UFBA*, Salvador, BH, 25 dez. 2020. Disponível em: <https://residencia-aue.ufba.br/pt-br/tororo-resiste-0>. Acesso em: 04 jun. 2023.

RIOS, Álene; LOBO, Júlia; OLIVEIRA, Thainara. O caso da comunidade do Tororó, em Salvador, e a violação do direito à moradia. *Impressão Digital*, 01 dez. 2021. Disponível em: <https://id126ufba.com.br/o-caso-da-comunidade-do-tororo-em-salvador-e-a-violacao-do-direito-a-moradia/>. Acesso em: 16 maio 2023.

RODRIGUES, Lea Carvalho. Turismo em espaços urbanos: processos de turistificação no Nordeste brasileiro e no Caribe Mexicano. *Revista*

Iberoamericana de Turismo, v. 5, número especial, p.81-104, 2015. Disponível em: <http://www.seer.ufal.br/index.php/ritur>.

ROLNIK, Raquel. Dez anos do Estatuto da Cidade: das lutas pela Reforma Urbana às cidades da Copa do Mundo. *Leituras da cidade*. Rio de Janeiro: Letra Capital; ANPUR, 2012.

ROLNIK, Raquel (Coord.). Ferramentas para avaliação da inserção urbana dos empreendimentos do MCMV. LabCidade - Laboratório Espaço Público e Cidade da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP e ITDP Brasil - Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento, e produto da pesquisa "Ferramentas para avaliação da inserção urbana dos empreendimentos do MCMV". 2014.

ROLNIK, Raquel. O Estatuto e as lutas - mais do que nunca necessárias - pelo direito à cidade. *In:* FERNANDES, Edésio (Org.). *20 anos do Estatuto da Cidade:* experiências e reflexões. Belo Horizonte, MG: Gaia Cultural - Cultura e Meio Ambiente, 2021. p. 288-293. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/wp-content/uploads/2021/08/TEXTOFINAL20_anos_do_estatuto_da_cidade-spread.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2023.

SALATA, André Ricardo; RIBEIRO, Marcelo Gomes. Boletim Desigualdade nas Metrópoles: Edição Especial: dados anuais (2012-2021). *Observatório das Metrópoles*, Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia, Porto Alegre, RS, n. 9, 2022. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/wp-content/uploads/2022/08/BOLETIM_DESIGUALDADE-NAS-METROPOLES_09-1.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2023.

SALDIVA, Paulo. *Vida urbana e saúde:* os desafios dos habitantes das metrópoles. São Paulo: Editora Contexto, 2018.

SALVADOR. PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR. SEHAB. SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO. *Plano Municipal de Habitação de Salvador: 2008-2025*. Salvador, 2008. Disponível em: <https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/PLHIS/PLHIS_Municipios/BA/Salvador/SEHAB_PlanoMunicipaldeHabitacaodeSalvador.pdf>. Acesso em: 20 maio 2019.

SALVADOR. PREFEITURA DE SALVADOR. SEDUR. SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO. *Leis PDDU*. Salvador, BH, [S. I. [a]. Disponível em: <https://sedur.salvador.ba.gov.br/pddu-2016/18-legislacao/65-leis-pddu>. Acesso em: 04 maio 2023.

SALVADOR. PREFEITURA DE SALVADOR. *Salvador 360*. Disponível em: <http://360.salvador.ba.gov.br/>. Salvador, [S. I.b]. Acesso em: 14 mar. 2023.

SALVADOR. PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR - BAHIA. GABINETE DO PREFEITO. *Lei nº 9.069/2016.* Dispõe sobre o Plano Diretor do Município de Salvador – PDDU 2016 e dá outras providências. Salvador, BH, 30 jun. 2016a. Disponível em: <https://sedur.salvador.ba.gov.br/images/arquivos_processos/2016/07/LEI-n.-9.069-PDDU-2016.pdf>. Acesso em: 04 maio 2023.

SALVADOR. PREFEITURA DE SALVADOR. SUCOM. SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO. *Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano. Anexo 03 da Lei no. 9.060/2016. Mapa 1. Macrozoneamento.* Salvador, BH 2016b. Disponível em: <https://sedur.salvador.ba.gov.br/images/arquivos_processos/2016/07/PDDU_MAPA_01_MACROZONEAMENTO.pdf>. Acesso em: 28 maio 2023.

SALVADOR. PREFEITURA DE SALVADOR. SUCOM. SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO. *Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano. Anexo 3 da Lei no. 9.060/2016. Mapa 1A. Macroáreas.* Salvador, 2016c. Disponível em: <https://sedur.salvador.ba.gov.br/images/arquivos_processos/2016/07/PDDU_MAPA_01A_MACROAREAS.pdf>. Acesso em: 28 maio 2023.

SALVADOR. PREFEITURA DE SALVADOR. SUCOM. SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO. *Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano. Anexo 3 da Lei no. 9.060/2016. Mapa 03. Zonas Especiais de Interesse Social.* Salvador, BH, 2016d. Disponível em: <https://sedur.salvador.ba.gov.br/images/arquivos_processos/2016/07/SSA_PDDU_MAPA_03_ZEIS.pdf>. Acesso em: 28 maio 2023.

SALVADOR.PREFEITURA DE SALVADOR. SUCOM. SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO. *Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano. Anexo*

3 da Lei no. 9.060/2016. Mapa 07. Sistema de Áreas de Valor Urbano Ambiental e Cultural – SAVAM. Salvador, BH 2016e. Disponível em: <https://sedur.salvador.ba.gov.br/images/arquivos_processos/2016/07/PDDU_MAPA_07_SAVAM.pdf>. Acesso em: 28 maio 2023.

SALVADOR.PREFEITURA DE SALVADOR. SUCOM. SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO. *Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano. Anexo 3 da Lei no. 9.060/2016. Mapa 08. Área propostas para Operações Urbanas.* Salvador, BH, 2016f. Disponível em: <https://sedur.salvador.ba.gov.br/images/arquivos_processos/2016/07/PDDU_MAPA_08_OPERACOES_URBANAS.pdf>. Acesso em: 29 maio 2023.

SALVADOR.PREFEITURA DE SALVADOR. SUCOM. SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO. *Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano. Anexo 3 da Lei no. 9.060/2016. Mapa 04. Sistema Viário.* Salvador, BH, 2016g. Disponível em: <https://sedur.salvador.ba.gov.br/images/arquivos_processos/2016/07/PDDU_MAPA_04_SISTEMA_VIARIO.pdf>. Acesso em: 28 maio 2023.

SALVADOR. PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR - BAHIA. *Lei nº 9.069/2016. Quadros.* Salvador, BH, 30 jun. 2016h. Disponível em: <https://sedur.salvador.ba.gov.br/images/arquivos_processos/2016/07/quadros_PDDU_2016.pdf>. Acesso em: 04 maio 2023.

SALVADOR. PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR. SEDUR. SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO. *Louos 2016*. Salvador, BH, 2016i. Disponível em: <https://sedur.salvador.ba.gov.br/louos-2016>. Acesso em: 04 maio 2023.

SALVADOR. PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR - BAHIA. GABINETE DO PREFEITO. *Lei 9.148/2016.* Dispõe sobre o Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo do Município de Salvador e dá outras providências. Salvador, BH, 2016j. Disponível em: <https://sedur.salvador.ba.gov.br/images/arquivos_processos/2016/09/novalouossancionada.pdf>. Acesso em: 04 maio 2023.

SALVADOR. PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR. SEDUR. SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO. *Lei de Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo – LOUOS. Anexo 02 da Lei nº 9.148/2016. Alterado – Lei Complementar Municipal 074/2020, Lei Municipal 9.509/2020, Lei Municipal 9.510/2020, Ata no. 04/2022 CNLU e Ata no 12/2022 CNLU. Mapa 01A. Zonas de Usos.* Salvador, BH, 2016k. Disponível em: <https://sedur.salvador.ba.gov.br/images/arquivos_processos/2022/LOUOS_MAPA_01A_ZONAS-DE-USO_MODIFICADO_CNLU_ESALVADOR_compressed.pdf>. Acesso em: 05 maio 2023.

SALVADOR. PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR. SEDUR. SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO. *Lei de Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo – LOUOS. Anexo 02 da Lei nº 9.148/2016. Modificado – Lei Complementar 074/2020 e Processo E-Salvador 72026/2022. Mapa 01B – ZEIS. Zonas Especiais de Interesse Social.* Salvador, BH, 2016l. Disponível em: <https://sedur.salvador.ba.gov.br/images/arquivos_processos/2022/SSA_LOUOS_01B_ZEIS_MODIFICADO_PROCESSO_ATA_N_12_2022_CNLU_compressed.pdf>. Acesso em: 05 maio 2023.

SALVADOR. PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR. SEDUR. SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO. *Lei de Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo – LOUOS. Anexo 02 da Lei º 9.148/2016. Mapa 01C. Zonas Centralidade.* Salvador, BH, 2016m. Disponível em: <https://sedur.salvador.ba.gov.br/images/arquivos_processos/2016/09/SSA_LOUOS_01C_CENTRALIDADES.compressed.pdf>. Acesso em: 05 maio 2023.

SALVADOR. PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR. SEDUR. SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO. *Lei de Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo – LOUOS. Anexo 02 da Lei nº 9.148/2016. Mapa 02A. Sistema de Áreas de Valor Ambiental e Cultura – SAVAM.* Salvador, BH, 2016n. Disponível em: <https://sedur.salvador.ba.gov.br/images/arquivos_processos/2016/09/SSA_LOUOS_02A_SAVAM.compressed.pdf>. Acesso em: 05 maio 2023.

SALVADOR. PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR. SEDUR. SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO. *Lei de Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo – LOUOS. Anexo 02 da Lei nº 9.148/2016. Mapa 04. Classificação viária.* Salvador, 2016o. Disponível em: <https://sedur.salvador.ba.gov.br/images/arquivos_processos/2016/09/SSA_LOUOS_04_CLASSIFICACAO-VIARIA.compressed.pdf>. Acesso em: 05 maio 2023.

SALVADOR. PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR. SEDUR. SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO. *Lei de Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo – LOUOS. Anexo 02 da Lei nº 9.148/2016. Mapa 03. Gabarito de altura máxima das edificações na AMB.* Salvador, 2016p. Disponível em: <https://sedur.salvador.ba.gov.br/images/arquivos_processos/2016/09/SSA_LOUOS_03_GABARITO-ABM.compressed.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2023.

SALVADOR. PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR. SEMIT. SECRETARIA MUNICIPAL DE INOVAÇÃO E TECNOLOGIA. FMLF. FUNDAÇÃO MÁRIO LEAL FERREIRA. *Salvador 500.* Salvador, BH, c2022. Disponível em: <https://fmlf.salvador.ba.gov.br/salvador-500-2/>. Acesso em: 20 maio 2023.

SANTANA, Paula; SANTOS, Rita; COSTA, Cláudia; LOUREIRO, Adriana. *Criar cidade*: Amadora saudável e activa. Projecto desenvolvido no âmbito do POCTI/GEO/45730/2002. Disponível em: <https://www.academia.edu/18538274/Amadora_cidade_saud%C3%A1vel_e_activa>. Acesso em: 19 ago. 2019.

SANTANA, Paula. *Introdução à Geografia da Saúde:* Território, Saúde e Bem-estar. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014.

SANTANA, Paula (Org). *Geografia da Saúde da população:* Evolução nos últimos 20 anos em Portugal Continental. Coimbra: CEGOT, 2015.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Construindo as Epistemologias do Sul*: para um pensamento alternativo de alternativas. volume II. Buenos Aires: CLACSO, 2018.

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. 5ª Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

SANTOS, Milton. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1997.

SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo*: globalização e meio técnico-científico informacional. 4. ed. São Paulo: HUCITEC, [1994] 1998.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço:* técnica e tempo, razão e emoção. 4 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, [1996] 2006.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização:* do pensamento único à consciência universal. 20. ed. Rio de Janeiro: Record, [2000] 2011.

SCHULZ, Maike; ROMPPEL, Matthias; GRANDE, Gesine. Built environment and health: a systematic review of studies in Germany. *Journal of Public Health*, v.40, n. 1, p. 8-15, 2016.

SERPA, Angelo. *O espaço público na cidade contemporânea.* 2.ed. São Paulo, SP: Contexto, [2007] 2013.

SETTIS, Salvatore. *Il paesaggio como bene comune.* Napoli: La scuola di Pitagora, 2013.

SILVA, Nara Helena Lopes Pereira da. CARDOSO, Cármen Lúcia. Contribuições da fenomenologia de Edith Stein para a atuação do psicólogo nos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF). *Rev. Latinoam. Psicopat. Fund.*, São Paulo, v.16, n.2, p. 246-259, 2013.

SILVA, Sylvio Bandeira de Mello; SILVA, Barbara-Christine Nentwig; SILVA, Maina Pirajá. *Governança urbana e governança metropolitana:* desafios para o futuro de Salvador e de sua Região Metropolitana. *In:* SILVA, Sylvio Bandeira de Mello; CARVALHO, Inaiá Maria Moreira; PEREIRA, Gilberto Corso (Orgs.). *Transformações Metropolitanas no Século XXI:* Bahia, Brasil e América Latina. Salvador: EDUFBA, 2016. p. 205-231.

SILVA, Sylvio Bandeira de Mello; CARVALHO, Inaiá Maria Moreira; PEREIRA, Gilberto Corso (Orgs.). *Salvador no século XXI:* transformações demográficas, sociais, urbanas e metropolitanas cenários e desafios. 1 ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017.

SINARQ. SINDICATO DOS ARQUITETOS E URBANISTAS DO ESTADO DA BAHIA; IAB-BA. INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL DO

DEPARTAMENTO DA BAHIA. LUGAR COMUM. Nota Técnica. Salvador, 17 nov. 2020. Disponível em: <http://sinarqba.org/?p=841>. Acesso em: 16 maio 2023.

SOARES, Inês Virgínia Prado; FUNARI, Pedro Paulo. Arqueologia da resistência e direitos humanos. In: SOARES, Inês Virgínia Prado; CUREAU, Sandra (Orgs.). *Bens culturais e direitos humanos*. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2019, p. 315-337.

SOUZA, Letícia Reis de Andrade. Contribuições fenomenológicas para os modos contemporâneos de lida com a violência: possibilidades para além do controle. *IGT na Rede*, v. 16, n. 30, 2019a. p. 3–23. Disponível em: http://www.igt.psc.br/ojs.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Ambientes e territórios*: uma introdução à ecologia política. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019b.

STURM, R.; COHEN, D.A. Suburban sprawl and physical and mental health. *The Royal Institute of Public Health*, v. 118, p. 488-496, 2004.

TURAN, M. Tayfun; BESIRLI, Asli. Impacts of urbanization process on mental health. *Anatolian Journal of Psychiatry*, v.9, p. 238-243, 2008.

VAINER, Carlos. Pátria, empresa, mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. *In*: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia (Orgs.). *A cidade do pensamento único:* desmanchando consensos. 8 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013, p. 75-103.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel/ Lincoln Institute/FAPESP, 1998.

VILLELA, Adriano; MENDES, David. Prefeitura diz estar indenizando famílias de área desocupada no Tororó. *Bahia.BA*, 27 out. 2021. Disponível em: <https://bahia.ba/salvador/tororo-familias-estao-sendo-idenizadas-afirma-bruno-reis/>. Acesso em: 06 jun. 2023.

WHO. WORLD HEALTH ORGANIZATION. *A user's guide to the self reporting questionnaire (SRQ).* Geneva, 1994. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/61113/WHO_MNH_PSF_94.8.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 11 abr. 2019.

WHO. WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Mental health and development: Targeting people with mental health conditions as a vulnerable group.* Geneva, 2010. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/44257/9789241563949_eng.pdf?sequence=1>. Acesso em: 04 abr. 2019.

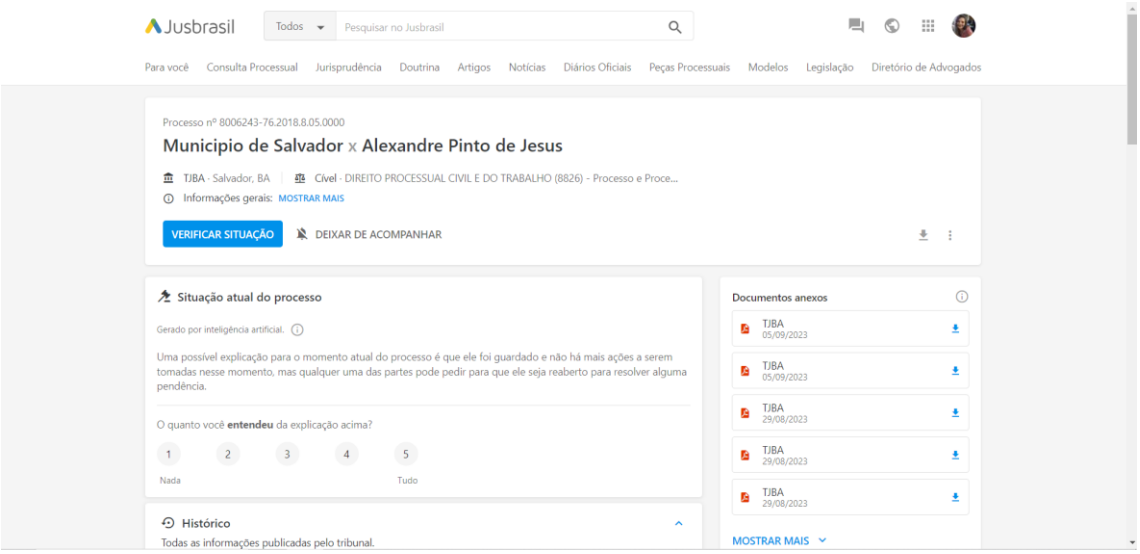
WHO. WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Mental health action plan: 2013-2020.* Geneva, 2010. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/89966/9789241506021_eng.pdf?sequence=1>. Acesso em: 04 abr. 2019.

WHO. WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Depression and Other common mental disorders: Global health estimates.* Geneva, 2017. Disponível em: < https://www.who.int/publications/i/item/depression-global-health-estimates>. Acesso em: 04 abr. 2019.

WHO. WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Mental Health Atlas 2017*. Geneva: World Health Organization, 2018. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789241514019>. Acesso em: 04 abr. 2019.

ANEXOS

Anexo 01: Captura de tela do processo de reintegração de posse como consta no site do JUSBRASIL



Fonte: JusBrasil. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/processos/186488317/processo-n-800XXXX-7620188050000-do-tjba?s=paid>. Acesso em: 19 ago. 2024.

Anexo 02: Documentos do processo realizado no Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Pontifícia Universidade Católica de Campinas

PONTIFICIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS - PUC/ CAMPINAS

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: CIDADE E SAÚDE MENTAL NA CONTEMPORANEIDADE: UM ESTUDO DE CASO NA RUA MONSENHOR RUBENS MESQUITA, SALVADOR - BA

Pesquisador: ADRIANA TEIXEIRA BAHIA

Área Temática:

Versão: 4

CAAE: 57902422.8.0000.5481

Instituição Proponente: Pontificia Universidade Católica de Campinas - PUC/ CAMPINAS

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.579.914

Apresentação do Projeto:

Como descrito no Projeto de Pesquisa e nas Informações Básicas:

O presente projeto de pesquisa de doutorado pretende dar prosseguimento à pesquisa de mestrado, que tinha o mesmo objetivo, investigar a relação entre espaço urbano e saúde mental. O que a pesquisa de mestrado, realizada na Comunidade da Rua Monsenhor Rubens Mesquita nos demonstrou foi um espaço urbano saudável do ponto de vista da saúde mental; nessa medida a proposta agora é a de expandir a pesquisa tanto na perspectiva teórica quanto espacial. Analisando para além do contexto urbano, foco do mestrado, o contexto social (político, econômico e cultural) e sua interface com a Saúde Mental. A metodologia também é a mesma adotada, porém novamente ampliada, repetiremos a utilização do Self-Report Questionnaire (SRQ-20) da Organização Mundial da Saúde (OMS), que rastreia sintomas relacionados a ansiedade e depressão, através de perguntas cotidianas e que estão relacionadas com o ambiente construído. Também pretendemos aplicar um questionário social de modo a melhor compreender a composição da Comunidade em estudo. Para além disso, o espaço será analisado a partir da subjetividade da pesquisadora, através de uma perspectiva sensível e analítica dos espaços urbanos, baseados em encontros dialógicos que serão posteriormente traduzidos em narrativas síntese. Assim, damos prosseguimento à análise da Rua Monsenhor Rubens Mesquita que no presente momento continua sofrendo com um Processo de Reintegração de Posse que cada vez

Endereço: Rua Professor Doutor Euryclides de Jesus Zerbini, 1516 ¿ Bloco A02 ¿ Térreo
Bairro: Parque Rural Fazenda Santa Cândida **CEP:** 13.087-571
UF: SP **Município:** CAMPINAS
Telefone: (19)3343-6777 **Fax:** (19)3343-6777 **E-mail:** comitedeetica@puc-campinas.edu.br

mais avança e destrói o espaço social e construído. O intuito é tentar estabelecer as relações entre espaço urbano e bem-estar mental e entender quais as características sociais e urbanas que tem capacidade de influenciar no desenvolvimento de transtornos de ansiedade e depressão.

Objetivo da Pesquisa:

Com descrito nas Informações Básicas do projeto:

Objetivo Primário:

O objetivo central desta pesquisa é compreender as relações entre cidade e saúde mental – coletiva e individual – a partir do contexto urbano e social.

Objetivo Secundário:

Entender o contexto social (político, econômico e cultural) e urbano da cidade de Salvador – que é reflexo das cidades brasileiras; Entender como tal conjunto social pode influenciar o cotidiano e consequentemente a saúde mental dos indivíduos; Questionar a atuação e o papel do planejamento urbano brasileiro na construção das nossas cidades, relacionando-o com o tema da saúde mental; Pensar a respeito do contexto da saúde pública no Brasil e na sua atuação tanto ativa quanto preventiva para pensar os transtornos mentais. E como esta pode se aliar ao planejamento urbano para suas ações.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Como descrito no Plano de Pesquisa e nas Informações Básicas do projeto:

Riscos:

Há riscos mínimos a saúde física dos sujeitos nessa pesquisa, no entanto há riscos de desconfortos advindos de lembranças desagradáveis ou qualquer alteração no estado de espírito dos sujeitos devido as perguntas propostas. Assim como, há o risco de criar expectativas no indivíduo(s) de que a pesquisa em curso possa trazer retornos imediatos a sua vida e comunidade.

Dentre os riscos específicos identificados, explicitamos:

- Possível cansaço ou aborrecimento ao responder os questionários;
- Constrangimento por alguma exposição ou sentimento de invasão de privacidade;
- Alterações no humor ou na autoestima provocadas pela evocação de memórias;
- Responder a questões sensíveis;
- Revelar pensamentos e sentimentos nunca revelados ou percebidos pelo participante;

• Tomar o tempo do sujeito ao responder ao questionário/entrevista.

Desse modo, a pesquisadora se compromete a: respeitar os valores culturais, sociais, morais, religiosos e éticos, bem como os hábitos e costumes dos indivíduos e da comunidade em estudo; assegurar a confidencialidade e a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e da comunidade; a não violação e a integridade dos documentos; o acesso aos resultados individuais e coletivos; minimizar desconfortos.

Em casos extremos a pesquisadora irá fazer o encaminhamento apropriado do participante à UBS mais próxima, nesse caso a UBS Ramiro de Azevedo, localizada no endereço Largo do Campo da Pólvora, 08 - Nazaré, Salvador – BA; localizada à 500 metros de distância da Rua Monsenhor Rubens Mesquita.

"Quanto aos benefícios, temos os imediatos para aqueles abordados na pesquisa de campo, que envolvem o conforto psicológico e a compreensão da realidade vivida pelos habitantes da comunidade em estudo. Assim como, dado o processo de reintegração de posse a pesquisa pode gerar a sensação de que os mesmos querem ser ouvidos e de que possuem voz e importância perante a sociedade.

Retorno dos Benefícios para a População Estudada: acreditamos que é possível que a comunidade possa vir a se beneficiar da visibilidade advinda da pesquisa, que pode colaborar positivamente para o desenvolvimento do processo contra a reintegração de posse enfrentado. E em maior escala, há um benefício a comunidade científica e a sociedade como um todo através da produção de todo e qualquer conhecimento acadêmico que possa a vir gerar frutos e ações para a melhoria do bem-estar social".

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O projeto de pesquisa pertinente com relevância científica e foi elaborado para o Comitê de Ética.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

A pesquisadora apresenta os itens exigidos.

Recomendações:

Recomenda-se que substitua no TCLE o termo "sujeitos" por "participantes".

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O projeto se encontra em conformidade com as normas éticas, sendo considerado aprovado.

Considerações Finais a critério do CEP:

Dessa forma, e considerando a Resolução CNS nº. 466/12, Resolução CNS nº 510/16, Norma Operacional 001/13 e outras Resoluções vigentes, e, ainda que a documentação apresentada atende ao solicitado, emitiu-se o parecer para o presente projeto: Aprovado.

Conforme a Resolução CNS nº. 466/12, Resolução CNS nº 510/16, Norma Operacional 001/13 e outras Resoluções vigentes, é atribuição do CEP "acompanhar o desenvolvimento dos projetos, por meio de relatórios semestrais dos pesquisadores e de outras estratégias de monitoramento, de acordo com o risco inerente à pesquisa". Por isso o/a pesquisador/a responsável deverá encaminhar para o CEP PUC-Campinas os Relatórios Parciais a cada seis meses e o Relatório Final de seu projeto, até 30 dias após o seu término.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1911450.pdf	16/07/2022 09:45:09		Aceito
Cronograma	07_Cronograma_3.pdf	16/07/2022 09:44:30	ADRIANA TEIXEIRA BAHIA	Aceito
Brochura Pesquisa	01_Projeto_de_pesquisa_3.pdf	16/07/2022 09:44:15	ADRIANA TEIXEIRA BAHIA	Aceito
Outros	Carta_resposta_ao_CEP_3.pdf	16/07/2022 09:42:46	ADRIANA TEIXEIRA BAHIA	Aceito
Outros	Carta_resposta_ao_CEP_2.pdf	16/07/2022 09:42:22	ADRIANA TEIXEIRA BAHIA	Aceito
Outros	08_Autorizacao_do_local.pdf	16/07/2022 09:41:51	ADRIANA TEIXEIRA BAHIA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	04_TCLE.pdf	16/07/2022 09:40:53	ADRIANA TEIXEIRA BAHIA	Aceito
Outros	Carta_resposta_ao_CEP_1.pdf	11/07/2022 19:51:20	ADRIANA TEIXEIRA BAHIA	Aceito
Brochura Pesquisa	01_Projeto_de_pesquisa.pdf	26/06/2022 13:47:47	ADRIANA TEIXEIRA BAHIA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	26/06/2022 13:47:21	ADRIANA TEIXEIRA BAHIA	Aceito
Cronograma	07_Cronograma_R01.pdf	23/05/2022 21:54:12	ADRIANA TEIXEIRA BAHIA	Aceito
Declaração de	Declaracao_coorientadora.pdf	06/04/2022	ADRIANA TEIXEIRA	Aceito

PONTIFICIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS - PUC/ CAMPINAS

Continuação do Parecer: 5.579.914

Pesquisadores	Declaracao_coorientadora.pdf	18:23:12	BAHIA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termo_de_consentimento_para_dados_pessoais.pdf	06/04/2022 18:18:59	ADRIANA TEIXEIRA BAHIA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Declaracao_orientador.pdf	06/04/2022 18:18:16	ADRIANA TEIXEIRA BAHIA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Declaracao_pesquisador.pdf	06/04/2022 18:18:02	ADRIANA TEIXEIRA BAHIA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_de_pesquisa.pdf	06/04/2022 18:14:51	ADRIANA TEIXEIRA BAHIA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Infraestrutura.pdf	06/04/2022 18:14:21	ADRIANA TEIXEIRA BAHIA	Aceito
Orçamento	Custos_e_recursos.pdf	06/04/2022 18:13:57	ADRIANA TEIXEIRA BAHIA	Aceito
Solicitação Assinada pelo Pesquisador Responsável	Carta_Propesq.pdf	06/04/2022 18:12:28	ADRIANA TEIXEIRA BAHIA	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_Rosto_Plataforma_Brasil.pdf	06/04/2022 18:11:19	ADRIANA TEIXEIRA BAHIA	Aceito

Situação do Parecer:
Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:
Não

CAMPINAS, 12 de Agosto de 2022

Assinado por:
Mário Edvin Greters
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Professor Doutor Euryclides de Jesus Zerbini, 1516 ¿ Bloco A02 ¿ Térreo
Bairro: Parque Rural Fazenda Santa Cândida **CEP:** 13.087-571
UF: SP **Município:** CAMPINAS
Telefone: (19)3343-6777 **Fax:** (19)3343-6777 **E-mail:** comitedeetica@puc-campinas.edu.br

Anexo 03: Tabelas sínteses dos veículos analisados, apresentados no Capítulo 03

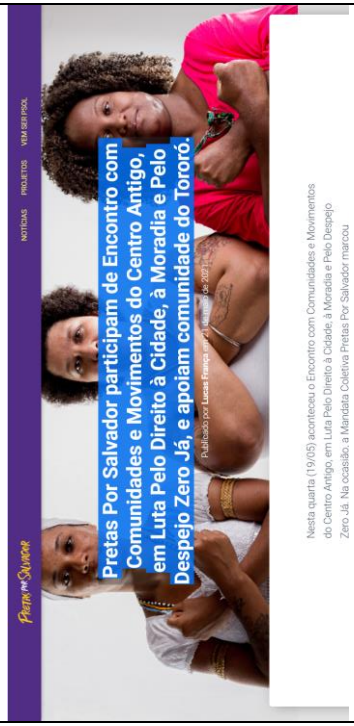
Descritor 1: Rua Monsenhor Rubens Mesquita Salvador Bahia					
DATA	**VEÍCULO**	**IMAGEM**	**TÍTULO**	**RESUMO**	**POSICIONAMENTO**

31 de agosto de 2019	MAPA DE CONFLITOS: INJUSTIÇA AMBIENTAL E SAÚDE NO BRASIL	**BA – Poder público e especulação imobiliária são ameaças à luta da Comunidade do Tororó pelo direito à moradia no centro de Salvador** Síntese Contexto Ampliado Fontes Cronologia **UF:** BA **Município Atingido:** Salvador (BA) **População:** Comunidades urbanas **Atividades Geradoras do Conflito:** Atuação de entidades governamentais, Especulação imobiliária **Impactos Socioambientais:** Falta de saneamento básico, Favelização **Danos à Saúde:** Doenças transmissíveis, Piora na qualidade de vida **Síntese** A constituição da moradia digna tem se configurado como um grande desafio nos centros urbanos brasileiros. O crescimento do contingente populacional que hoje se encontra sem habitação de qualidade e sem condições de aquisição de uma moradia própria é fruto do processo de desigualdade social constituído historicamente no País. A comunidade do Tororó, localizada em Salvador, vivencia este processo de exclusão	BA – Poder público e especulação imobiliária são ameaças à luta da Comunidade do Tororó pelo direito à moradia no centro de Salvador	O artigo menciona a questão da moradia digna, do déficit populacional e da informalidade no Brasil e em Salvador para então colocar o processo de reintegração da Rua Monsenhor Rubens Mesquita. Ao abordar um contexto ampliado, coloca a cidade de Salvador como palco de um embate entre o interesse mercadológico, chancelado pelo poder público, e os territórios informais; em que o primeiro cada vez mais se apropria de espaços da cidade para acumulação e especulação. Assim, conta brevemente a história da ocupação da comunidade, que preencheu um vazio urbano, estabeleceu suas moradias e na medida do possível construiu infraestrutura no local, coloca o caso da reintegração, e as	A FAVOR DA COMUNIDADE

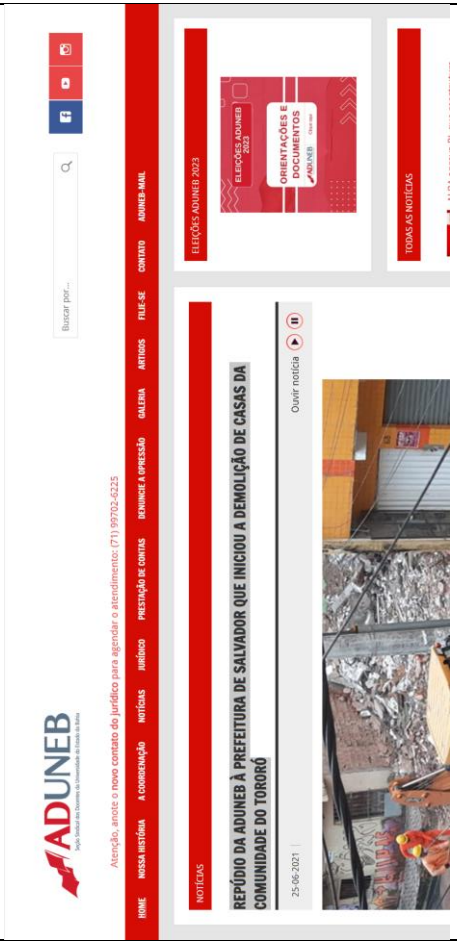
				especulações a respeito do Shopping e do BRT.	

Descritor 1: Rua Monsenhor Rubens Mesquita Salvador Bahia					
DATA	**VEÍCULO**	**IMAGEM**	**TÍTULO**	**RESUMO**	**POSICIONAMENTO**

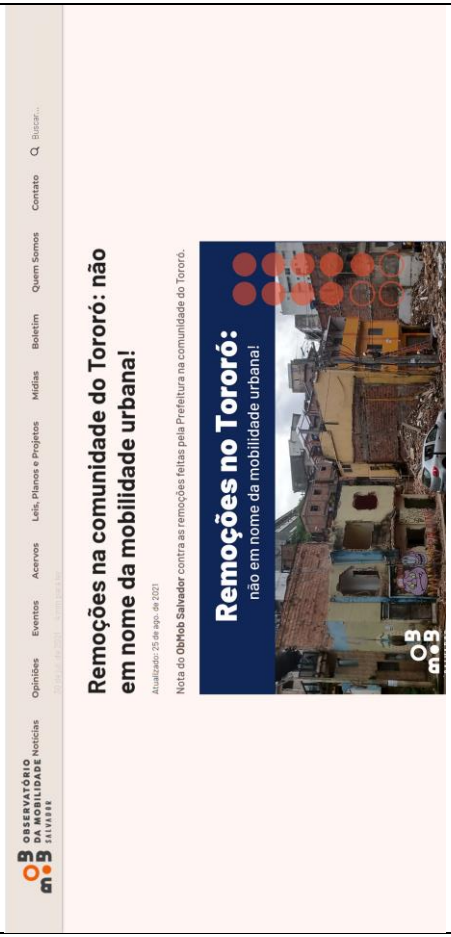
11 de novembro de 2020	BAHIA NOTÍCIAS		Moradores do Tororó protestam contra possível desapropriação de imóveis	O artigo relata um protesto da Comunidade da Rua Monsenhor Rubens Mesquita que ocorreu na Estação da Lapa e traz uma fala do Presidente da Associação a respeito do caso, este relata que o juiz do caso deu deferimento ao município, pois o acordo Nova Lapa concedeu aquela área e caso não ocorresse a desapropriação a Prefeitura pagaria uma multa de 50 milhões; a esse respeito o presidente da associação comenta na matéria, embora não tenha dado essa resposta ao juiz, é que a Comunidade está ali desde 2004 e não seria seu problema e sim improbidade administrativa.	NEUTRO/A FAVOR DA COMUNIDADE

Descritor 1: Rua Monsenhor Rubens Mesquita Salvador Bahia					
DATA	**VEÍCULO**	**IMAGEM**	**TÍTULO**	**RESUMO**	**POSICIONAMENTO**
21 de maio de 2021	PRETAS POR SALVADOR		Pretas Por Salvador participam de Encontro com Comunidades e Movimentos do Centro Antigo, em Luta Pelo Direito à Cidade, à Moradia e Pelo Despejo Zero Já, e apoiam comunidade do Tororó.	O artigo conta que o coletivo participou do Encontro com Comunidades e Movimentos do Centro Antigo, relatam brevemente do caso do Tororó e colocam o processo como uma agressividade.	NEUTRO/A FAVOR DA COMUNIDADE

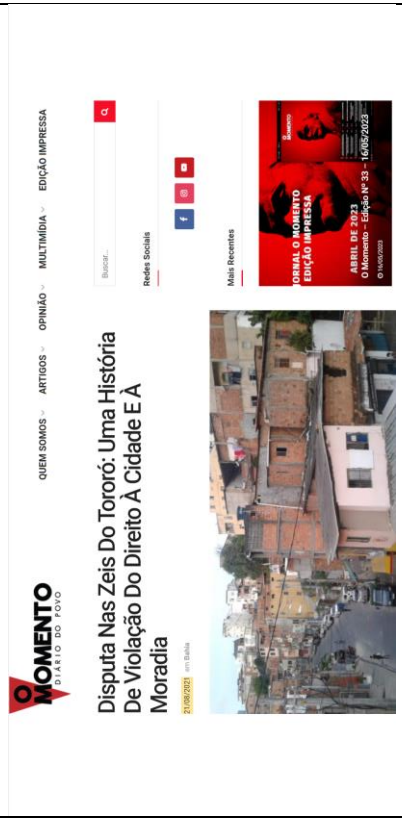
Descritor 1: Rua Monsenhor Rubens Mesquita Salvador Bahia					
DATA	**VEÍCULO**	**IMAGEM**	**TÍTULO**	**RESUMO**	**POSICIONAMENTO**

25 de junho de 2021	ADUNEB		Repúdio da ADUNEB à Prefeitura de Salvador que iniciou a demolição de casas da Comunidade do Tororó	O texto cita o direito à moradia na Constituição de 1988 e coloca a ameaça de desapropriação como um ato desumano da Prefeitura, ainda mais em plena pandemia. Comenta a respeito do processo de reintegração de posse, o início das demolições, se solidariza com as famílias e faz um chamamento para que unamos forças para defender o Tororó.	A FAVOR DA COMUNIDADE

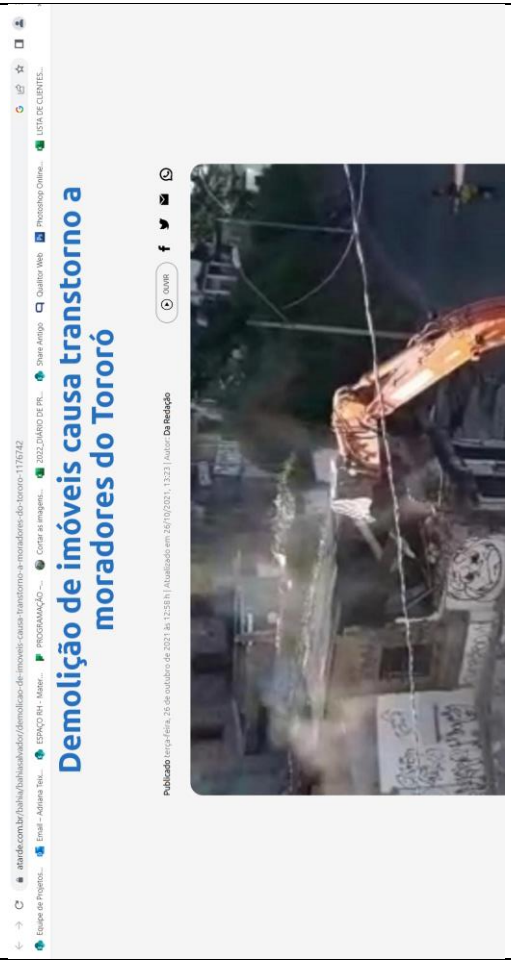
Descritor 1: Rua Monsenhor Rubens Mesquita Salvador Bahia					
DATA	**VEÍCULO**	**IMAGEM**	**TÍTULO**	**RESUMO**	**POSICIONAMENTO**

30 de julho de 2021	OBSERVATÓRIO DE MOBILIDADE - SALVADOR		Remoções na comunidade do Tororó: não em nome da mobilidade urbana!	Aborda o caso da Rua Monsenhor Rubens Mesquita apontando para a falta de transparência da Prefeitura no decorrer do processo. Remoções demandam que seja declarado o interesse público em para tal, porém, nesse caso a Prefeitura não apresentou o projeto para a área. A matéria defende o diálogo da Prefeitura com a Comunidade, advoga pela transparência quanto aos planos para área e conclui afirmando que tais remoções não podem ser feitas em nome da mobilidade urbana.	A FAVOR DA COMUNIDADE

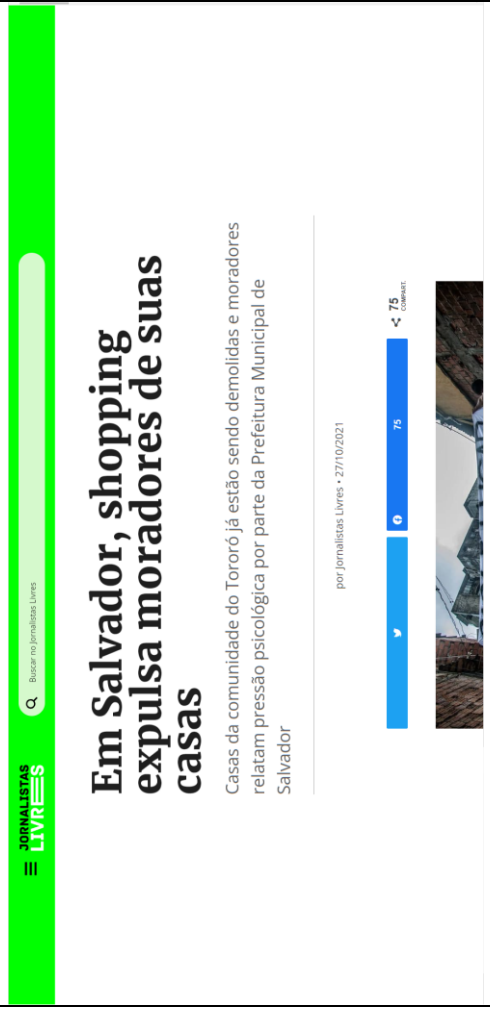
Descritor 1: Rua Monsenhor Rubens Mesquita Salvador Bahia					
DATA	**VEÍCULO**	**IMAGEM**	**TÍTULO**	**RESUMO**	**POSICIONAMENTO**

21 de agosto de 2021	O MOMENTO: DIÁRIO DO POVO		Disputa Nas Zeis Do Tororó: Uma História De Violação Do Direito À Cidade E À Moradia	Coloca o processo como baseado em interesses políticos, interessante para iniciativa privada e para a especulação imobiliária. Discorre a respeito da legislação urbana, da Constituição, do Estatuto da Cidade e das ZEIS. Discute a respeito dos impactos sociais e culturais, e da insegurança para a comunidade. Discorre a respeito do processo, e seu histórico, abordando a Lei de concessão de uso da Estação da Lapa e adjacências, mas sem indicação da extensão dessa área.	A FAVOR DA COMUNIDADE

Descritor 1: Rua Monsenhor Rubens Mesquita Salvador Bahia					
DATA	**VEÍCULO**	**IMAGEM**	**TÍTULO**	**RESUMO**	**POSICIONAMENTO**

26 de outubro de 2021	JORNAL A TARDE		Demolição de imóveis causa transtorno a moradores do Tororó	Pontua a preocupação dos moradores não inclusos no processo, que estão com receio dos efeitos das demolições na estrutura de seus imóveis. O Jornal, coloca as declarações da SEMOB - Secretaria de Mobilidade Urbana, que a área foi avaliada antes das demolições por uma equipe de engenheiros e que o processo de desapropriação tem sido pacífico, buscando acordo. Mas também coloca: “No entanto, os que não aceitam deixar as casas alegam que os valores oferecidos não são ideais.”	NEUTRO/ A FAVOR DA REINTEGRAÇÃO

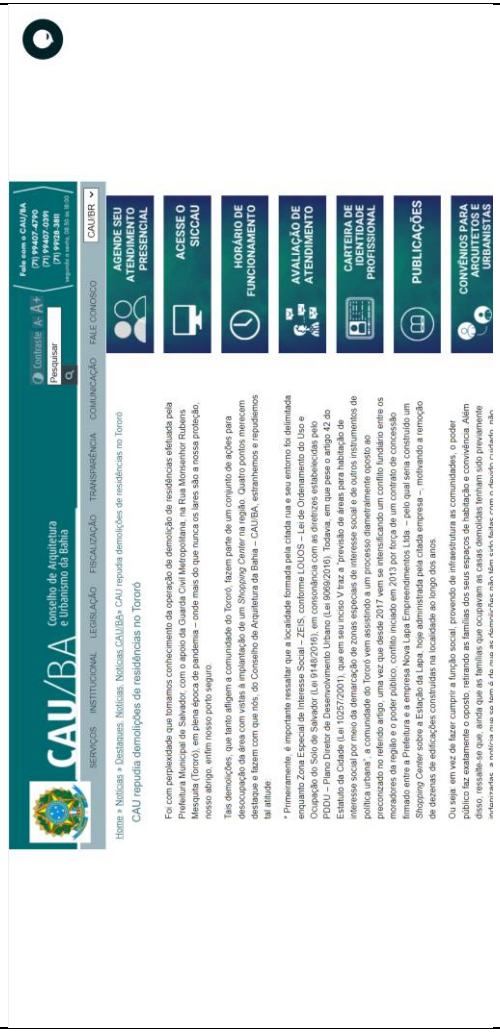
Descritor 1: Rua Monsenhor Rubens Mesquita Salvador Bahia

DATA	VEÍCULO	IMAGEM	TÍTULO	RESUMO	POSICIONAMENTO
27 de outubro de 2021	JORNALISTAS LIVRES		Em Salvador, shopping expulsa moradores de suas casas	O texto coloca rapidamente o caso de reintegração de posse, as demolições em curso na Rua, e que os moradores têm relatado pressão psicológica e violência institucional. Aborda que, além de moradia a Rua é também o ganha pão de muitos moradores, que vivem do comércio ali, seja com suas lojas ou como ambulantes na Estação da Lapa. O artigo pontua a demarcação da área como ZEIS, mas que as pessoas precisaram ser despejadas para a construção de um shopping. O texto também menciona o déficit habitacional de Salvador, de pelo menos 106.415 moradias.	A FAVOR DA COMUNIDADE

Descritor 1: Rua Monsenhor Rubens Mesquita Salvador Bahia					
DATA	**VEÍCULO**	**IMAGEM**	**TÍTULO**	**RESUMO**	**POSICIONAMENTO**
04 de novembro de 2021	ANADEP		BA: Após inibir demolições, Defensoria visita moradores do Tororó para traçar estratégia de atuação	O texto relata a presença da defensoria pública na Comunidade após as demolições realizadas no dia 27 de novembro de 2021, o intuito da visita teria sido dialogar com os moradores e entender a situação pela qual estão passando, e pensar em novas estratégias de atuação. A matéria cita que houve um descumprimento do acordo da prefeitura de não demolir enquanto não terminassem as negociações. Fala a respeito dos impactos das demolições nas outras residências e de como os moradores que moram ali dependem da localização para seu sustento.	NEUTRO

Descritor 1: Rua Monsenhor Rubens Mesquita Salvador Bahia					
DATA	**VEÍCULO**	**IMAGEM**	**TÍTULO**	**RESUMO**	**POSICIONAMENTO**

01 de dezembro de 2021	IMPRESSÃO DIGITAL: OFICINA DE JORNALISMO DIGITAL – FACOM/UFBA		O caso da comunidade do Tororó, em Salvador, e a violação do direito à moradia	O artigo inicia com o relato do presidente da associação de moradores da Rua Monsenhor Rubens Mesquita, que fala a respeito das estratégias da prefeitura para abalar psicologicamente os moradores da Rua. Relata a respeito das demolições, classificando-as como uma ação ilegal, já que não deveriam ser realizadas enquanto as negociações estão em curso. Traz o posicionamento do prefeito Bruno Reis, que entende as indenizações como justíssimas. E aborda, brevemente, como as demolições podem ter afetado algumas casas e colocado moradores e trabalhadores da Rua em risco. Em seguida o texto traz um breve histórico da ocupação do local e da sua busca pela posse, já que moravam ali desde 2004 e pagavam IPTU. E relata a respeito do processo de reintegração posse e das questões judiciais envolvidas. Como este se iniciou em 2017, a época da chegada do metrô na Estação da Lapa. Porém, em 2016 o PDDU sancionou o Tororó como ZEIS. O texto também relata a mobilização da comunidade que se deu por meio de eventos e através das redes sociais.	A FAVOR DA COMUNIDADE
Descritor 1: Rua Monsenhor Rubens Mesquita Salvador Bahia					
DATA	**VEÍCULO**	**IMAGEM**	**TÍTULO**	**RESUMO**	**POSICIONAMENTO**

2021?	CAU/BA	 CAU/BA Conselho de Arquitetura e Urbanismo da Bahia Home » Notícias » Destaques Notícias CAU/BA» CAU repudia demolições de residências no Tororó CAU repudia demolições de residências no Tororó Foi com perplexidade que tomamos conhecimento da operação de demolição de residências efetuada pela Prefeitura Municipal de Salvador, com o apoio da Guarda Civil Metropolitana, na Rua Monsenhor Rubens Mesquita (Tororó), em plena época de pandemia – onde mais do que nunca os lares são a nossa proteção, nosso abrigo, enfim nosso porto seguro. Tais demolições, que tanto afligem a comunidade do Tororó, fazem parte de um conjunto de ações para desocupação da área com vistas à implantação de um *Shopping Center* na região. Quatro pontos merecem destaque e fazem com que nós, do Conselho de Arquitetura da Bahia – CAU/BA, estranhemos e repudiemos tal atitude. * Primeiramente, é importante ressaltar que a localidade formada pela citada rua e seu entorno foi delimitada enquanto Zona Especial de Interesse Social – ZEIS, conforme LOUOS – Lei de Ordenamento do Uso e Ocupação do Solo de Salvador (Lei 9148/2016), em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo PDDU – Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (Lei 9069/2016). Todavia, em que pese o artigo 42 do Estatuto da Cidade (Lei 10257/2001), que em seu inciso V traz a "previsão de áreas para habitação de interesse social por meio da demarcação de zonas especiais de interesse social e de outros instrumentos de política urbana" a comunidade do Tororó vem assistindo a um processo diametralmente oposto ao preconizado no referido artigo, uma vez que desde 2017 vem se intensificando um conflito fundiário entre os moradores da região e o poder público, conflito iniciado em 2013 por força de um contrato de concessão firmado entre a Prefeitura e a empresa Nova Lapa Empreendimentos Ltda – pelo qual seria construído um *Shopping Center* sobre a Estação da Lapa, hoje administrada pela citada empresa – motivando a remoção de dezenas de edificações construídas na localidade ao longo dos anos. Ou seja, em vez de fazer cumprir a função social, provendo de infraestrutura as comunidades, o poder público faz exatamente o oposto, retirando as famílias dos seus espaços de habitação e convivência. Além disso, ressalte-se que, ainda que as famílias que ocupavam as casas demolidas tenham sido previamente	CAU repudia demolições de residências no Tororó	Relata a perplexidade do CAU com as demolições ocorridas na Rua Monsenhor Rubens Mesquita, em plena pandemia, e coloca quatro pontos que justificam o seu repúdio: a marcação da área como ZEIS; a instalação de um shopping na área deveria ser objeto de ampla discussão na sociedade; impacto na própria Estação, que é um espaço referencial marcante no imagético da cidade e foi projetada pelo renomado arquiteto Lelé; menciona a informação veiculada em out. 2021 a respeito de uma conexão com o BRT no local, que até esse momento não havia sido evidenciado, demonstrado a falta de transparência.	A FAVOR DA COMUNIDADE

Descritor 1: Rua Monsenhor Rubens Mesquita Salvador Bahia					
DATA	**VEÍCULO**	**IMAGEM**	**TÍTULO**	**RESUMO**	**POSICIONAMENTO**
2021?	IAB-BA		IAB-BA participa de audiência sobre remoção de comunidade do Tororó	Discorre a respeito da participação do IAB-BA na audiência, destacando que foi defendido a permanência, alegando a classificação da área como ZEIS, e que a comunidade não teve acesso ao projeto proposto a cidade, indo de encontro ao direito de Gestão democrática da cidade. Assim como, pontuam o fator pandemia e a Lei de despejo zero.	A FAVOR DA COMUNIDADE

IAB ASSOCIE-SE ACERVO AGENDA PUBLICAÇÕES CONCURSOS BLOG CONTATO

IAB-BA PARTICIPA DE AUDIÊNCIA SOBRE REMOÇÃO DE COMUNIDADE DO TORORÓ

A Defensoria Pública do Estado da Bahia promoveu hoje, 25 de março, uma audiência pública para tratar da remoção forçada dos moradores da Rua Monsenhor Rubens Mesquita, no bairro do Tororó, em Salvador. A área é objeto de uma ação de reintegração de posse movida pela Prefeitura de Salvador.

Participando da audiência, o presidente do IAB-BA, Luiz Antônio de Souza, destacou que essa comunidade no Tororó é uma ZEIS – Zona Especial de Interesse Social, instrumento urbanístico já consagrado, estabelecido e demarcado pelo Plano Diretor do Município de Salvador. Portanto, deve ser objeto de políticas públicas para a moradia de interesse social e para implantação de infraestrutura técnica e social.

Também foi ressaltado, pelo presidente da Associação de Moradores, que a comunidade não teve acesso aos projetos propostos pela Prefeitura Municipal de Salvador, sendo negado o princípio defendido nacionalmente pelo IAB da Gestão Democrática da Cidade. "Ao que parece, para o poder público municipal, os assentamentos de população pobres nas áreas centrais são provisórios e sob qualquer pretexto podem ser removidos, o que contraria o estatuto do instrumento urbanístico das ZEIS", alertou Luiz Antônio.

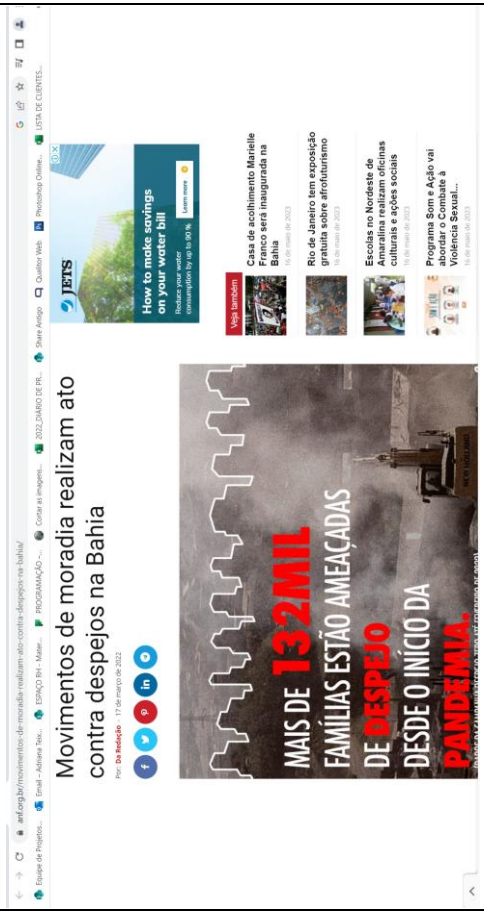
Outro importante aspecto levantado foi a violação do direito humano à moradia, sendo manifestado pelos presentes as consequências e riscos que envolvem a execução de uma remoção (expropriação) durante a pandemia. Fica claro o quanto é preocupante que esse processo, com ameaça de despejo, tenha sequência nesse momento de fragilidade social, quando a sociedade se mobiliza contra os despejos – Despejo Zero.

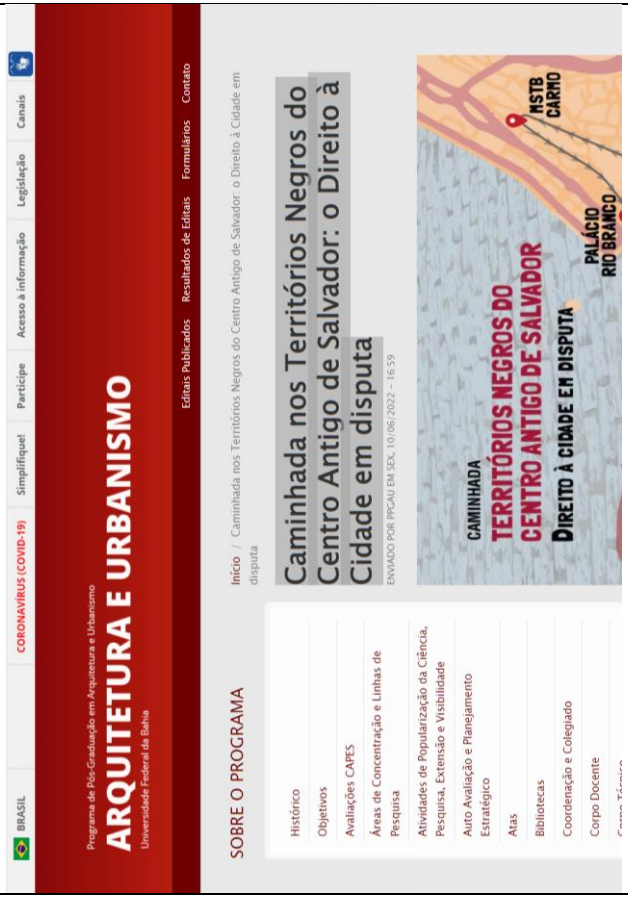
Além do IAB-BA, participaram da audiência representantes da Associação dos Moradores, lideranças das comunidades do

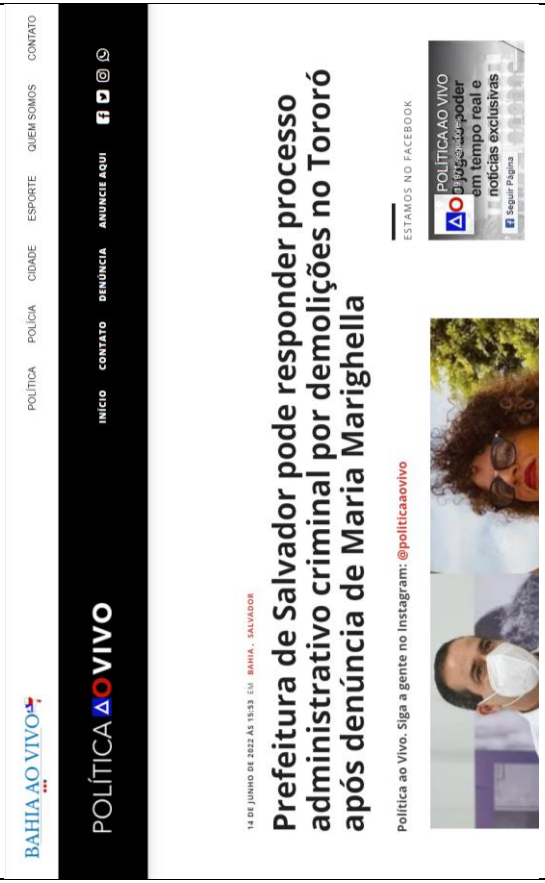
Pesquisar

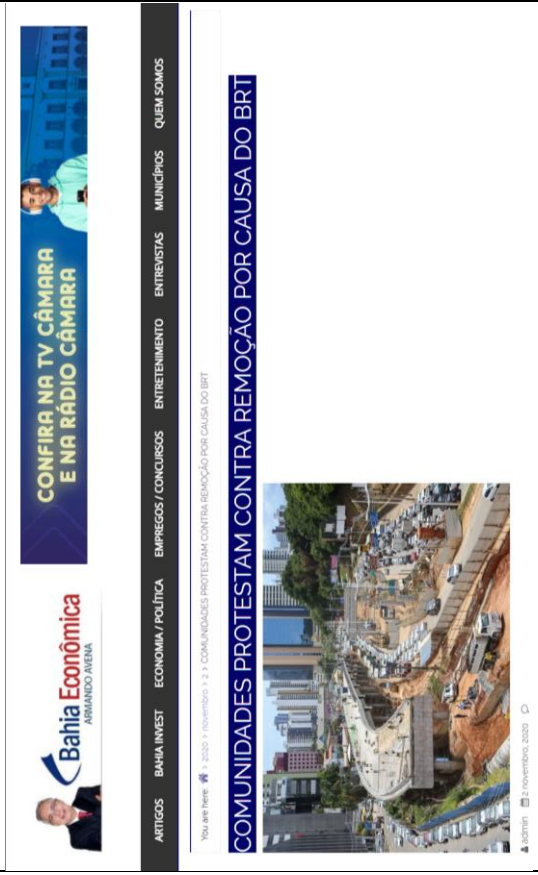
Arquivos

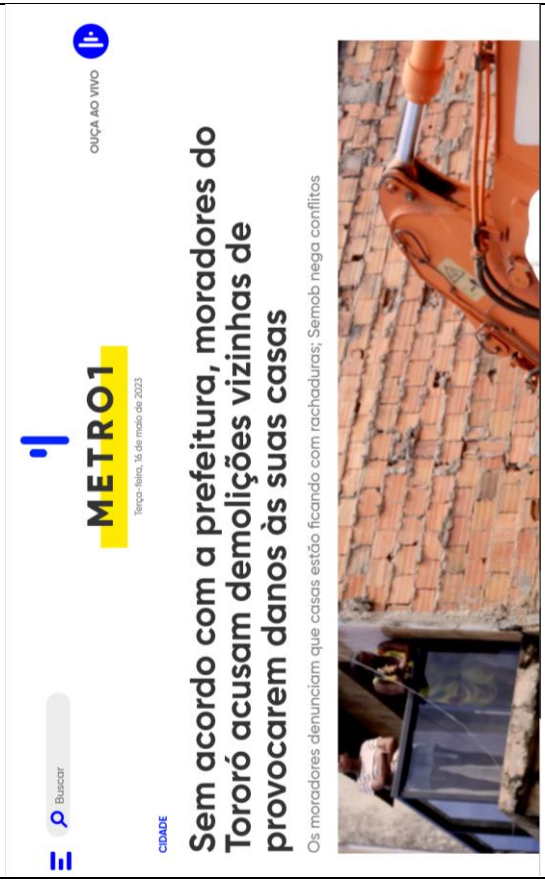
março 2023 (3)
dezembro 2022 (1)
novembro 2022 (1)
setembro 2022 (1)
agosto 2022 (1)
julho 2022 (2)
fevereiro 2022 (1)
janeiro 2022 (2)
dezembro 2021 (3)
novembro 2021 (1)
outubro 2021 (2)
setembro 2021 (2)
agosto 2021 (2)
julho 2021 (5)
junho 2021 (5)
maio 2021 (6)
abril 2021 (3)
março 2021 (4)

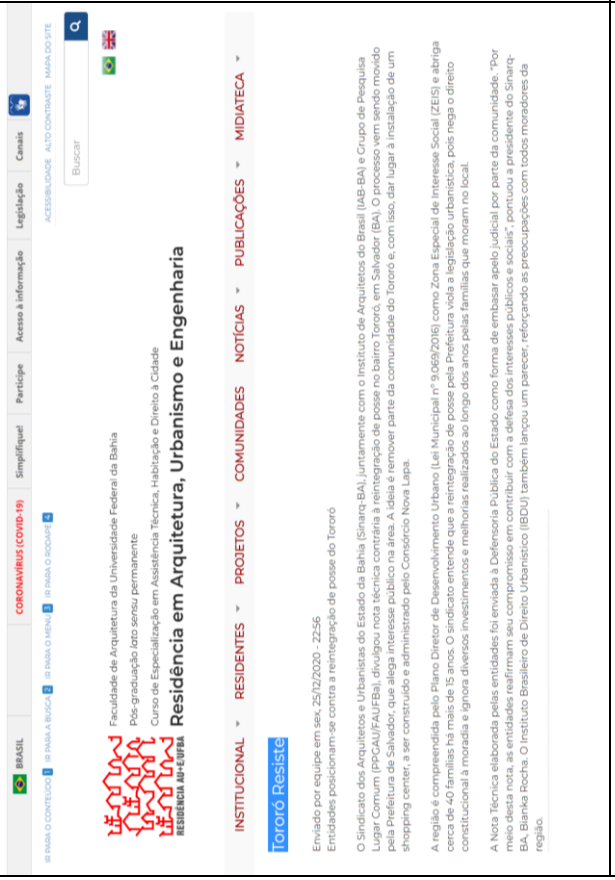
Descritor 1: Rua Monsenhor Rubens Mesquita Salvador Bahia					
DATA	**VEÍCULO**	**IMAGEM**	**TÍTULO**	**RESUMO**	**POSICIONAMENTO**
17 de março de 2022	AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DA FAVELA		Movimentos de moradia realizam ato contra despejos na Bahia	Não trata especificamente do caso da Rua, discute a questão dos despejos durante a pandemia e como diversos movimentos sociais estão se posicionando e promovem um ato, dentre eles está a Associação Comunitária do Tororó Monsenhor Rubens Mesquita.	A FAVOR DA COMUNIDADE

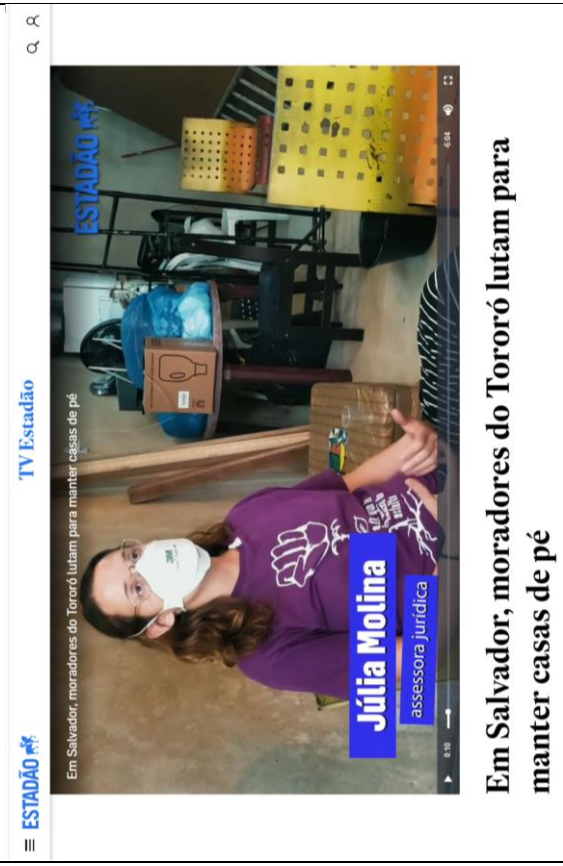
Descritor 1: Rua Monsenhor Rubens Mesquita Salvador Bahia					
DATA	**VEÍCULO**	**IMAGEM**	**TÍTULO**	**RESUMO**	**POSICIONAMENTO**
10 de junho de 2022	PPGAU		Caminhada nos Territórios Negros do Centro Antigo de Salvador: o Direito à Cidade em disputa	Convite da Articulação dos Movimentos e Comunidades do Centro Antigo de Salvador para caminhada em prol dos Territórios Negros em disputa no Centro Antigo de Salvador e a favor do direito à cidade.	A FAVOR DA COMUNIDADE

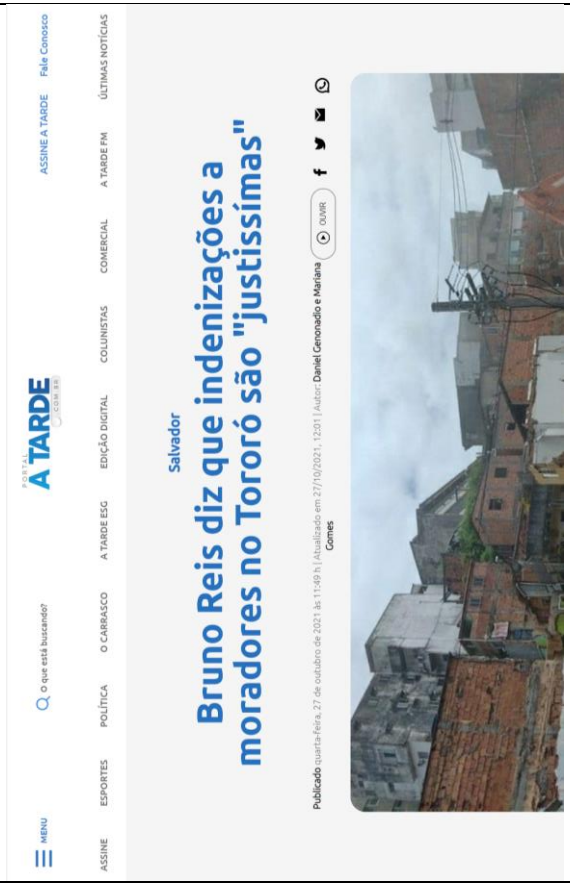
Descritor 1: Rua Monsenhor Rubens Mesquita Salvador Bahia					
DATA	**VEÍCULO**	**IMAGEM**	**TÍTULO**	**RESUMO**	**POSICIONAMENTO**
14 de junho de 2022	BAHIA AO VIVO		Prefeitura de Salvador pode responder processo administrativo criminal por demolições no Tororó após denúncia de Maria Marighella	Cita o processo de reintegração de posse e a pressão psicológica que tem se dado com as demolições e até mesmo os entulhos largados nas calçadas, que inclusive cobriu bueiros e causou alagamentos na área. Assim, a Prefeitura responde a processo administrativo após denúncia de Maria Marighella. Também cita o impacto nas casas vizinhas devido às demolições.	A FAVOR DA COMUNIDADE

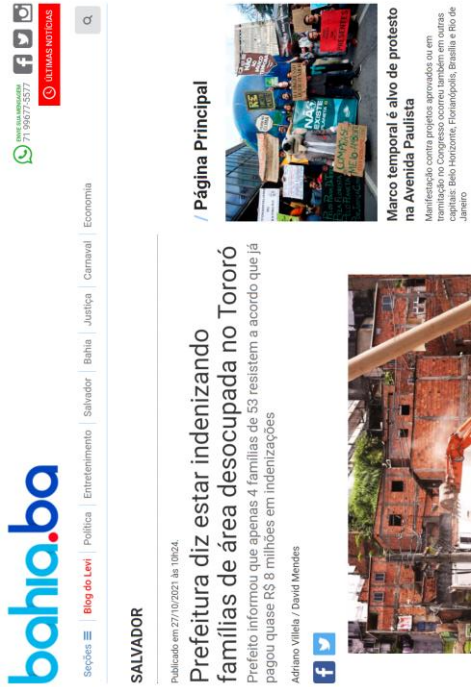
Descritor 1: Rua Monsenhor Rubens Mesquita Salvador Bahia					
DATA	**VEÍCULO**	**IMAGEM**	**TÍTULO**	**RESUMO**	**POSICIONAMENTO**
2 de novembro de 2022	BAHIA ECONÔMICA		Comunidades protestam contra remoção por causa do BRT	Anuncia jogo de futebol entre comunidades como protesto contra a desapropriação	A FAVOR DA COMUNIDADE

Descritor 1: Rua Monsenhor Rubens Mesquita Salvador Bahia					
DATA	**VEÍCULO**	**IMAGEM**	**TÍTULO**	**RESUMO**	**POSICIONAMENTO**
16 de maio de 2023	METRO1		Sem acordo com a prefeitura, moradores do Tororó acusam demolições vizinhas de provocarem danos às suas casas	O texto se concentra nas reclamações e preocupações dos moradores no que diz respeito às rachaduras em suas casas após as demolições, é colocado um comentário do presidente da Associação de Moradores da Rua Monsenhor Rubens Mesquita. No entanto seu comentário parece ser “debochado” quando reclama dos baixos valores oferecidos. A matéria coloca o posicionamento da prefeitura que alega que o processo tem sido pacífico e da SEMOB que afirma ter feito avaliações para que as demolições não afetem os demais imóveis.	A FAVOR DA REINTEGRAÇÃO

Descritor 2: Tororó Resiste					
DATA	**VEÍCULO**	**IMAGEM**	**TÍTULO**	**RESUMO**	**POSICIONAMENTO**
25 de dezembro de 2020	RESIDÊNCIA EM ARQUITETURA, URBANISMO E ENGENHARIA		Tororó Resiste	O texto anuncia a nota técnica divulgada pelo Sinarq-BA juntamente com o IAB-BA e o Grupo de Pesquisa Lugar Comum do PPGAU/Ufba. Citando o processo de reintegração de posse para construir um shopping a partir da remoção da Comunidade. O Sindicato se posiciona contra a reintegração de posse que vai de encontro ao direito constitucional à moradia, principalmente em um local demarcado como ZEIS. Também relata que a nota foi enviada a Defensoria Pública para que possa ser usada como embasamento no caso.	A FAVOR DA COMUNIDADE

Descritor 2: Tororó Resiste					
DATA	**VEÍCULO**	**IMAGEM**	**TÍTULO**	**RESUMO**	**POSICIONAMENTO**
02 de agosto de 2021	TV ESTADÃO		Em Salvador, moradores do Tororó lutam para manter casas de pé	A matéria traz um vídeo que apresenta a situação vivida pela Comunidade e as demolições sofridas.	A FAVOR DA COMUNIDADE

Descritor 2: Tororó Resiste					
DATA	**VEÍCULO**	**IMAGEM**	**TÍTULO**	**RESUMO**	**POSICIONAMENTO**
27 de outubro de 2021	A TARDE		Bruno Reis diz que indenizações a moradores no Tororó são "justissímas"	O texto inicia relatando que as demolições na Rua Monsenhor Rubens Mesquita incomodaram os moradores, em um processo de reintegração de posse que se tornou polêmico. E traz o relato do prefeito Bruno Reis, que relata como as indenizações têm sido justíssimas e que a desapropriação foi necessária para a ampliação do BRT e como no futuro há a possibilidade da construção de *Shopping Center* na região.	A FAVOR DA REINTEGRAÇÃO

Descritor 2: Tororó Resiste					
DATA	**VEÍCULO**	**IMAGEM**	**TÍTULO**	**RESUMO**	**POSICIONAMENTO**
27 de outubro de 2021	BAHIA.BA		Prefeitura diz estar indenizando famílias de área desocupada no Tororó	O texto aborda um vídeo que circulou nas redes sociais que mostra as demolições no Tororó, para em seguida trazer a fala do prefeito Bruno Reis de como a desocupação foi necessária para a liberação da área para ser utilizada como canteiro de obras para o BRT, que irá gerar empregos e futuramente poderá ser construído um Shopping.	A FAVOR DA DESAPROPRIAÇÃO

Descritor 2: Tororó Resiste					
DATA	**VEÍCULO**	**IMAGEM**	**TÍTULO**	**RESUMO**	**POSICIONAMENTO**
16 de novembro de 2021	SAERGS		Tororó é resistência ao avanço da capital e pelo direito à moradia	O autor coloca como, no caso da Rua Monsenhor Rubens Mesquita, a defesa por moradia é um símbolo de resistência em vista do avanço do capital, em uma área que está sendo pleiteada para a construção de um shopping. O movimento de resistência é organizado pela Associação de Moradores da Rua e é intitulado Tororó Resiste. O texto nos conta brevemente da ocupação, que se deu sem resistências e que foi estruturando a região, e como em 2016 foi classificada como ZEIS. E, traz o relato do presidente da associação de como a Prefeitura começou a rondar e colher dados da população da área, já para dar entrada no processo de reintegração. Relata a respeito da liminar que em 2020 declara a posse da prefeitura e como o Tororó segue resistindo, aguardando o recurso com base no direito à moradia e no decreto que impede despejos até o fim de 2021 em função da pandemia. Até lá, a comunidade convive com a instabilidade e a constante ameaça.	A FAVOR DA COMUNIDADE

SOBRE SAERGS PROFISSIONAL COMUNICAÇÃO PROJETOS ASSOCIE-SE AÇÃO SAERGS CONTATO

NACIONAIS, SEM CATEGORIA

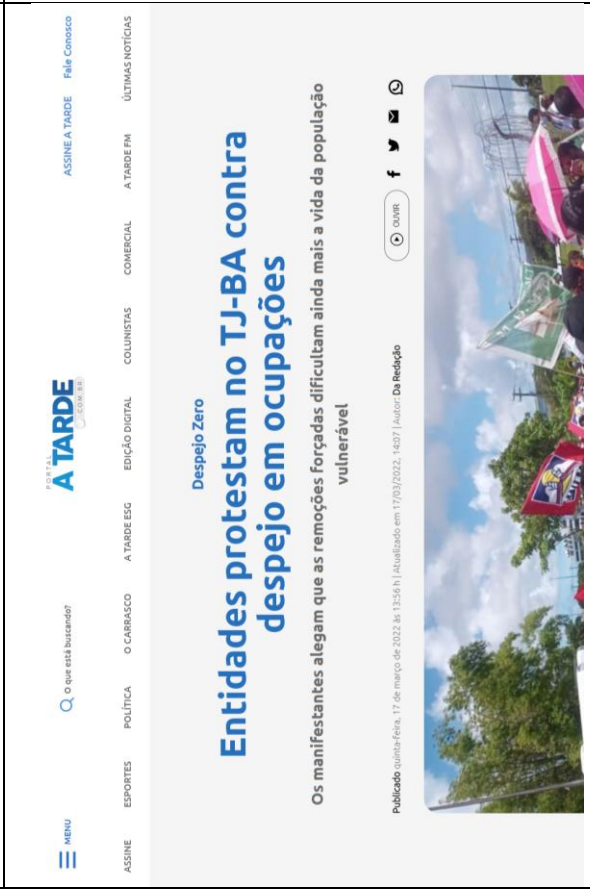
TORORÓ É RESISTÊNCIA AO AVANÇO DA CAPITAL E PELO DIREITO À MORADIA

novembro 16, 2021

Mais do que uma luta por dignidade, defender a moradia também é símbolo de resistência e enfrentamento ao avanço do capital. Pelo menos para quem vive na Comunidade da Rua Monsenhor Rubens Mesquita, em Salvador, na Bahia. Declarada como Zona Especial de interesse Social, a Zeis do Tororó reúne cerca de 700 famílias que, há mais dez anos, reivindicam o direito de permanecer na área, atualmente pleiteada por empresários para a construção de um Shopping Center. O enfrentamento é capitaneado pela Associação Comunidade Monsenhor Rubens Mesquita, que articula uma rede de assessoria técnica em diversos campos do conhecimento pelo movimento "Tororó Resiste". Reconhecendo a luta da comunidade e das lideranças envolvidas, a indicação do Sindicato de Arquitetos e Urbanistas do Estado da Bahia (Sinarq-BA) foi contemplada com o Prêmio FNA 2021, que será entregue no dia 26 de novembro durante o 45º Encontro Nacional de Sindicatos de Arquitetos e Urbanistas (45º Ensa).

A Comunidade Tororó fica localizada nas imediações do estádio Arena Fonte Nova e da Estação da Lapa (de transbordo intermodal de ônibus e metrô), na capital baiana. Ao longo dos anos, dezenas de famílias foram ocupando a região e estruturando as condições de circulação e acessos. A ocupação foi gradativamente aumentando sem oposição da Prefeitura Municipal de Salvador. Muito pelo contrário. Em 2016, a comunidade foi, inclusive, reconhecida como ZEIS, título concedido a áreas de relevância para as cidades e cultura local. Convicto de que a luta é longa e a moradia um direito das famílias que vivem no Tororó, o presidente da associação, Roberval Improta, acredita a

CONTATO

Descritor 2: Tororó Resiste					
DATA	**VEÍCULO**	**IMAGEM**	**TÍTULO**	**RESUMO**	**POSICIONAMENTO**
17 de março de 2022	JORNAL A TARDE		Entidades protestam no TJ-BA contra despejo em ocupações	Texto trata a respeito de manifestações no CAB contra despejos durante a pandemia	A FAVOR DA COMUNIDADE